Carlos Alberto Brilhante Ustra

ROMPENDO O SILÊNCIO

OBAN
DOI/CODI
29 Set 70 - 23 Jan 74

ÍNDICE

Rompendo o Silêncio
Carlos Alberto Brilhante Ustra

Edição
supervirtual

Versão para eBook
#ExiladoLivros

Fonte Digital
Digitalização da edição em pdf

Carlos Alberto Brilhante Ustra

ROMPENDO
O
SILÊNCIO

OBAN
DOI/CODI
29 Set 70 — 23 Jan 74

Editerra Editorial

Este livro é dedicado aos jovens do meu País.

Dedico-o aos jovens porque eles são o futuro, o novo Brasil. Dedico-o aos jovens, porque eles são puros de espírito e de intenções. E os vejo, muitas vezes, explorados em sua pureza. No negro período da Guerrilha Revolucionária que sofremos em nosso País, eles foram usados, manipulados em seus sentimentos. Fizeram-lhes a cabeça e puseram-lhes uma arma na mão. E os jogaram numa violência inútil.

Ofereço este livro aos jovens para que eles possam procurar a verdade. Porque os jovens devem ter a liberdade de encontrá-la. E vejo que os jovens estão recebendo apenas as chamadas "meias-verdades" que, no seu reverso, são meias-mentiras. Porque me preocupo quando vejo panfletos tomando ares de história contemporânea, e sendo utilizados como a verdade definitiva. Não é sobre a mentira que se alicerça o futuro de um país.

Dedico este livro aos jovens porque confio que, na sua sede de justiça, saberão encontrar a verdade, e na sua fome de liberdade, saberão ser livres, e não permitirão que burlem de novo seus sentimentos, oferecendo a violência no lugar da paz; a mentira no lugar da verdade; a discórdia no lugar da solidariedade para construir o país.

Ofereço este livro aos jovens para que não se deixem enganar por ideologias ultrapassadas, por soluções que não deram certo em outros países e para que não fertilizem as sementes da violência. Em toda a mentira disfarçada de história contemporânea, ali está uma semente de violência.

É por isso que dedico este livro aos jovens, que repudiam a violência e amam a verdade.

Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se oporem a agitadores e terroristas, de armas na mão, para que a Nação não fosse levada à anarquia.

Gen Ex WALTER PIRES DE CARVALHO E ALBUQUERQUE
Ministro do Exército

AGRADECIMENTOS

Com uma formação quase que exclusivamente militar, o meu trabalho foi dedicado à vida na caserna desde os dezesseis anos de idade. Só fiz um curso fora do Exército, o de Administração de Empresas, quando estudando a noite consegui me bacharelar.

Jamais pensei em escrever um livro. Não tenho pretensões de ser um escritor. Talvez, o meu livro esteja cheio de imperfeições e de erros primários. Para mim, entretanto, o mais importante é o seu conteúdo e as mensagens que pretendo transmitir, além de mostrar que fui vítima de uma farsa.

Para a elaboração deste livro trabalhei praticamente sozinho. Não solicitei e nem recebi nenhum tipo de apoio de qualquer órgão ou entidade. Os dados que obtive foram conseguidos através de pesquisas em processos, nas bibliotecas, em livros, em documentos e, também, através de um reduzido número de amigos. Desejo, antes de tudo, agradecer a essas pessoas, que se propuseram a ajudar-me numa hora tão importante da minha vida.

Joseíta:
Não fosse a tua coragem;
Não fosse a tua fé na certeza de que conseguiríamos obter os dados que mostrassem aos brasileiros o que um grupo de pessoas mal intencionadas e muito bem apoiadas, fizeram para nos atingir e indiretamente atingir o Exército;
Não fosse o teu trabalho de dias e dias de pesquisas em bibliotecas, em livros, em jornais e em documentos;
Não fosse o auxílio que me deste, lendo e corrigindo os textos deste livro;
Não fosse o teu incentivo e a tua vontade férrea, auxiliando-me a vencer etapas;
Não fosse o teu despreendimento, vendendo algumas jóias que possuías para auxiliar a financiar essa edição; *Não fosse o teu papel de companheira, mais uma vez, te colocando ao meu lado para juntos aguardarmos serenamente toda*

a avalanche de reações que certamente haverão de desencadear sobre nós, após a publicação deste livro;

Não fosse todo esse apoio recebido de ti, este livro não seria possível

Desejo agradecer:

— A um amigo do Lago Sul. Um homem puro, religioso e exemplar chefe de família. Seus conhecimentos jurídicos me prestaram significativa ajuda:

— Aos meus amigos “Sufoco”, “Juju”, Pedro Sampaio, “Tonho” e “Dalucy”. Todos homens que como eu, integraram outros DOI desse Brasil. A eles agradeço a grande cooperação que me prestaram:

— A alguns companheiros do Exército os quais me auxiliaram, lendo, criticando e me animando na hora em que eu esmorecia:

— A todos os que direta ou indiretamente me ajudaram, os meus agradecimentos. Sem vocês não poderia ter chegado onde cheguei:

— A um amigo que, através de minha mulher, conheci na minha volta ao Brasil. Um homem inteligente, um expoente entre os melhores da sua profissão e que foi o meu grande incentivador na consecução deste trabalho. Ele e sua mulher são amigos que desejamos conservar pelo resto de nossas vidas:

— A um grande homem público, culto, ilustre e respeitado o qual, apesar de muito ocupado, se dispôs a me ouvir e a me auxiliar:

— Aos amigos que me enviaram jornais e revistas que tratavam do assunto a que me propus escrever, especialmente ao “Gogoi”:

— A P.Y. que não conheço e que através de amigos me conseguiu dados muito importantes. Caro P.Y. sei que você é um idealista. Respeito os seus sentimentos e a sua maneira de encarar os nossos problemas. Respeito-o, também, como pessoa. Você, numa demonstração de que também respeita os meus sentimentos, não hesitou em me fornecer dados que me auxiliaram na elaboração deste trabalho;

— A W. um jovem que também não conheço e que muito me ajudou. W, sei que você acredita muito num Brasil melhor. Você, como aquela menina C.S. cujo pai me enviou significativa carta que transcrevo neste livro ("Carta de um pai"), possui sentimentos puros, próprios dos jovens que anseiam em melhorar as condições de vida do nosso povo. Veja no capítulo "Como o jovem era usado", o que os mestres da Subversão faziam para recrutar jovens idealistas como você.

PORQUÊ ESTE LIVRO

Em primeiro lugar elevo meu pensamento a Deus. Peço a Ele que ilumine a minha mente. Que eu seja sincero e relate unicamente a verdade, sem ofender ou caluniar a quem quer que seja. Sei o que é ser caluniado. Que eu atinja os objetivos a que me propus quando decidi escrever este livro.

Em segundo lugar dirijo meu pensamento ao meu querido irmão José Augusto Brilhante Ustra que, jovem ainda, faleceu num acidente de carro. Advogado notável, grande tribuno, excepcional mestre. Dedicou a sua vida ao Direito. Como defensor incansável da Justiça deixou marcas profundas na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Maria, RS. Gostaria que ele estivesse aqui, ao meu lado, aconselhando-me, orientando-me, ensinando-me a escrever e, sobretudo, a fazer Justiça.

Escrevo este livro em respeito ao meu Exército e aos meus chefes os quais, principalmente, na ocasião em que, sob suas ordens, combati o terror, sempre me apoiaram e me distinguiram. Durante todo o tempo em que, como oficial do Exército, fui, formalmente, designado para dirigir um órgão de combate a organizações terroristas, sempre procurei cultivar a virtude da lealdade aos meus superiores hierárquicos, pares e subordinados. Isso, consegui cumprindo fielmente as ordens que me foram dadas, sem nunca delas me ter afastado durante um momento sequer.

Escrevo este livro em respeito aos meus companheiros do Exército, da Marinha, da Força Aérea, das Polícias Civil e Militar que, em todo o Brasil, lutaram com denodo, com bravura, com coragem e com abnegação no combate ao terrorismo.

Escrevo este livro em respeito aos meus comandados no DOI/CODI/II Exército, a OBAN como muitos o chamam. A vocês, meus abnegados e queridos comandados, que respondendo ao chamado da Pátria não hesitaram em lutar com honra, com bravura, com coragem e com dignidade para extirpar o terrorismo de esquerda que ameaçava a paz e a tranqüilidade do Brasil. A vocês que, cumprindo ordens minhas, enfrentaram aqueles brasileiros fanatizados e tombaram sem vida ou que ficaram inutilizados nessa “guerra suja”.

Escrevo este livro em respeito às mães que perderam os seus filhos, às esposas que perderam seus maridos e aos filhos que assistiram ao sepultamento dos seus pais, todos homens de bem que, no combate ao terrorismo em todo o Brasil, entregaram suas vidas em benefício da Pátria. São todos eles dignos, não só do meu reconhecimento, mas de toda a nação brasileira. Tenham a certeza de que seus filhos, seus maridos e seus pais tombaram como heróis anônimos, jamais torturadores — como insistem denominá-los alguns que anseiam por escrever a história como um panfleto, diferente da realidade.

Escrevo este livro em homenagem aos meus pais, irmãos e à minha sogra pelo muito que sofreram ante a incerteza e o perigo que cercavam a minha vida quando, durante mais de quatro anos, lutei diariamente enfrentando o terrorismo.

Escrevo este livro em respeito a ti, minha mulher, Maria Joseíta, pela angústia que sentiste e pelos perigos que enfrentaste durante todos esses longos anos de luta. Pelas apreensões porque passaste ante as ameaças de seqüestro de nossa primeira filha, naquela época com poucos anos de vida. Pela dor que ainda passas quando hoje me acusam de ser um "vil torturador".

Escrevo este livro, Patrícia e Renata, para mostrar-lhes que seu pai — ao contrário do que formulam as esquerdas radicais — durante um período da vida dele, lutou e comandou homens de bem, no combate ao terrorismo, atendendo ao chamado do Exército Brasileiro, instituição à qual tenho orgulho em pertencer e à qual, praticamente, dediquei toda a minha vida. Quero que vocês conheçam como lutei com dignidade, com humanidade e como arrisquei a minha vida e, involuntariamente, até a de minha família, nessa luta que não começamos, não queríamos e que, em hipótese alguma poderíamos perdê-la, sob pena de termos a nossa Pátria subjugada a um totalitarismo de esquerda. Quero que vocês saibam que sinto a maior honra em ostentar a Medalha do Pacificador com Palma, a mais alta condecoração concedida pelo Exército Brasileiro em tempo de paz àqueles que cumpriram o seu dever com risco da própria vida. Quero, finalmente, que vocês saibam que lutei com a mais absoluta convicção e que me orgulho de ter sido um, dentre muitos, que dedicaram parte de suas vidas ao combate do terror.

Escrevo este livro em respeito a mim mesmo, no momento em que sou caluniado, achincalhado, vilipendiado, chamado de monstro e comparado com os assassinos nazistas que horrorizaram a humanidade. Por isso tenho o dever de vir a público para esclarecer muitos fatos.

Escrevo este livro por um dever de consciência ante os rumos que, pressinto, tendem a distorcer a História do Brasil. Livros, artigos, depoimentos distorcidos,

carregados de calúnias e de mentiras, estão informando numa só via a consciência do povo e servindo de base inconteste aos nossos políticos e aos nossos mestres. É preciso restabelecer a verdade. Jamais me perdoarei por omitir fatos que permitam julgar, de forma isenta e imparcial, uma época da História do Brasil, onde se deram profundas modificações na vida política e sócio-econômica.

Não vou entrar em polêmicas ou debates ideológicos. Pretendo contar apenas aquilo que os jovens desconhecem e alguns não querem relembrar.

A esquerda, distorcendo os fatos, os conta a seu modo, visando assim a iludir a opinião pública, procurando conquistá-la, fazendo-se de vítima.

O objetivo deste livro é contar a verdadeira história sobre alguma coisa daquilo que ocorreu no que alguns chamam “os porões da tortura”.

Não pretendo passar a imagem de “bonzinho”. Lutei sempre com firmeza. Fui duro e enérgico quando necessário. Porém, fui acima de tudo humano.

Não se combate terrorismo com flores, mas com coragem, tenacidade e objetividade. E foi assim que o combatemos, embora sempre tivéssemos em mente que estávamos lutando contra pessoas humanas, algumas das quais por ideologia, por ignorância ou por fanatismo, praticaram os maiores e mais horrendos crimes.

A REVOLTA DE UMA MULHER

Carta manuscrita por minha mulher, como introdução de um álbum organizado por ela para nossas filhas Patrícia e Renata.

Montevidéu, 02 de outubro de 1985.

Patrícia e Renata

Este álbum é de caráter particular, exclusivamente para vocês, nossas queridas filhas. Nele pretendo, através de pesquisas, procurar saber o nome das organizações subversivo-terroristas que atuaram na época, de outubro de 1970 a dezembro de 1973, período em que o pai de vocês comandou o DOI/CODI de São Paulo. Os atos de terror destas organizações, como assassinatos de pessoas inocentes, atentados a bombas, assaltos a bancos, a quartéis, seqüestros, depredações e todo tipo de terror daquela época. Pretendo mostrar-lhes, se conseguir, com pesquisas em jornais, o caos que se tentava implantar no Brasil. Tentarei saber o que cada organização terrorista fez, os atos que praticou e a guerrilha urbana e rural que se implantou no país.

Estes terroristas obrigaram as Forças Armadas a se lançarem às ruas e aos campos, contra o inimigo desconhecido que se escondia na clandestinidade.

Os militares, para evitar danos maiores a inocentes, lutavam contra o tempo e o desconhecido. Eles, terroristas, lutavam contra o claro, o conhecido.

Deste combate participou o pai de vocês e lutou com honradez, honestidade e dentro dos princípios de um homem bom, puro e honesto, assim como muitos outros. Só quem passou pelo martírio de ter entes queridos envolvidos em uma luta que não iniciaram, nem procuraram mas que apenas cumpriram com seu dever, manter a ordem no país, pode saber, como eu, os momentos de medo, incerteza, terror que uma família passa. Só estas podem compreender a dor e o desespero de uma mãe e de uma esposa. Telefonemas anônimos, perseguições, ameaças, morte de amigos em combate, a dor dos entes queridos que, como nós, não tiveram a sorte de conservar com vida aqueles que amavam.

Sei e lamento que outras pessoas também passaram pelos mesmos sofrimentos de perder entes queridos, mas estes entes queridos, fanatizados, terroristas, começaram a guerrilha e os atos de terror. Houve a guerra, e em uma guerra há mortos e feridos de ambos os lados, mas os militares não a queriam nem a iniciaram. Eles foram e são preparados para defender o Território Nacional. Foram chamados a agir e acabaram com o terrorismo no Brasil.

O terror era tanto que quando tu, Patrícia, foste para o Jardim de lnfância, eu passei todo o ano, no horário escolar, dentro do carro, na porta do colégio, pois não tinha condições psicológicas de ir para casa. Recebíamos ameacas de morte, de seqüestro e todo tipo de guerra de nervos. Tive amigos mortos e feridos em combate!

Assim mesmo, nos “porões da tortura”, como eles chamam, onde “se ouviam gritos e se mostravam presos mortos à pauladas” como eles dizem, participei e tu também, Patrícia, ainda que pequenina (3 anos) de uma pequena “obra assistencial” a algumas presas, mais ou menos seis, uma inclusive grávida. Íamos quase todos os dias. Tu brincavas com algumas enquanto eu, com outras, ensinava trabalhos manuais como tricô, crochê e tapeçaria. Passeávamos ao sol, conversávamos (jamais sobre política), levava tortas para o lanche feitas pela minha empregada. Enfim, as acompanhávamos.

Fizemos sapatinhos, casaquinhos, mantinhas para o bebê e com uma lista feita no DOI pelo “torturador” Ustra compramos um presente para o bebê. Ele nasceu no Hospital das Clínicas, se não me engano em outubro de 1973 ou 1972 (verificarei depois), tendo o “centro de torturas” mandado flores à mãe, e eu e tu, Patrícia, fomos vistá-los. Era um homenzinho lindo e forte.

Minhas filhas, os aniversários delas eram sempre comemorados com bolos e festinhas. Os Natais e Anos Novos jamais passamos em casa, durante os quatro anos que o pai de vocês comandou o DOI, sempre foram passados lá (o pai, eu e tu, Patrícia, Renata não era nascida). Tu, Patrícia, às vezes a pedido das presas, ficavas sozinha com elas. Daí o artigo que pode ser encontrado neste álbum “Brinquedo Macrabro” do jornalista Moacyr O. Filho, que diz que teu pai te deixava com as presas que acabavam de ser torturadas. Se fossem torturadas, como ele diz, como podiam ter bom relacionamento com os integrantes do órgão e como podiam aceitar, e não só aceitar, mas reclamar a nossa presença, quando por algum motivo, falhávamos um dia?

Pena que não tivessem os integrantes do órgão, a malícia dos terroristas!... Porque, se tivessem, fotografariam ou filmariam tudo, e casos como Bete Mendes (que não tive o desprazer de conhecer, enquanto presa) seriam

comprovados como mentirosos.

Sinto o nome de uma família inteira: pais, mães, sogros, irmãos, mulher e filhas, enxovalhados, e como o militar não pode e não deve, por regulamento disciplinar do Exército, se defender, tomo eu, exclusivamente eu, a iniciativa de deixar para vocês, nossas filhas, este álbum, de caráter particular, com tudo que puder vir a reunir, além do Livro de Alteracões do pai de vocês, condecorações por arriscar a vida, elogios, para que, como eu, se orgulhem, acima de tudo, de se chamarem BRILHANTE USTRA. Um nome, cujo único erro cometido, foi cumprir com seu dever e, principalmente, cumprir bem: com honra, com dignidade e humanidade, lutando sempre para evitar males maiores do que os que se passavam no momento.

Compartilho a dor dos pais, mães, parentes, enfim, dos que por infelicidade perderam seus entes queridos, fanatizados por ideais que não me compete julgar, e que não deviam ter usado a violência para tentar consegui-los, mas não posso deixar de me revoltar contra as calúnias jogadas sobre um homem bom, como o pai de vocês.

Beijos

Maria Joseíta S. Brilhante Ustra

ALÉM DE UMA CALÚNIA, UMA INGRATIDÃO

A CALÚNIA

No dia 17 de agosto de 1985 todos os jornais do país, em manchete de primeira página, publicaram as violentas acusações feitas contra mim pela Deputada Federal Elizabeth Mendes de Oliveira, Bete Mendes. As televisões, nos horarários nobres, sacudiram a opinião pública mostrando, num quadro chocante, aquela senhora chorando copiosamente enquanto era entrevistada. As principais revistas do país também se solidarizaram com a Deputada. Articulistas de renome condenaram-me com veemência. Em carta encaminhada ao Presidente da República, Bete Mendes, além de afirmar taxativamente que fora por mim torturada, mostrava o seu constrangimento por "ter que suportá-lo seguidamente a justificar a violência cometida contra pessoas indefesas e de forma desumana e ilegal como sendo para cumprir ordens e levado pelas circunstâncias do momento".

No Uruguai, onde eu exercia as funções de Adido do Exército junto à Embaixada do Brasil, o assunto também foi amplamente publicado pela imprensa.

A opinião pública estava estarrecida com o constrangimento a que uma Deputada Federal, como membro da comitiva oficial do Presidente da República, fora submetida quando encontrou-se, frente a frente, com o homem que, quinze anos antes, a "torturara".

Em Montevidéu, fui obrigado a retirar minha filha, de 15 anos, do colégio onde estudava, devido ao clima de hostilidade que passou a sofrer.

Em Santa Maria, meu pai com 84 anos e minha mãe com 74 recebiam ameaças que levaram o meu irmão, Coronel Renato Brilhante Ustra, a deixar por alguns dias o Comando da Escola de Educação Física do Exército, a fim de dar a necessária assistência aos nossos pais.

A imprensa, parlamentares, movimentos em defesa dos Direitos Humanos, associações de classe, exigiram o meu retorno ao Brasil. Paralelamente, aqueles que combateram o terrorismo eram apresentados ao país como assassinos e corruptos. Ao mesmo tempo, os subversivos e os terroristas eram mostrados como pessoas indefesas que sofreram porque lutavam contra a ditadura.

Houve até o caso do ex-terrorista Theodomiro Romeiro dos Santos (Marcos), militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que foi recebido como herói quando regressou do exterior, onde se refugiara. Theodomiro fora condenado à morte (existia pena de morte naquela ocasião) porque matou com um tiro na nuca o Sargento da Força Aérea Brasileira, Valder Xavier de Lima, que ao volante de um jipe o transportava preso. Agora o nosso Sargento Valder, de vítima do terror passara a ser taxado de agressor de um indefeso.

Com a conivência e a participação da Deputada BETE MENDES fora montada uma das maiores farsas a que este pais já assistiu.

Para denegrir o Exército, dentre muitos que combateram o terrorismo, fui o escolhido. Um militar que lutou contra a Guerrilha Urbana em São Paulo, durante quatro anos.

Para a máxima repercussão, não poderia haver ocasião mais oportuna que o aproveitamento da visita do Presidente da República ao país onde eu exercia as funções de Adido do Exército junto à Embaixada Brasileira.

Nada melhor do que uma atriz para representar o papel de vítima. Nada melhor do que uma Deputada Federal para caluniar, escudada nas suas imunidades parlamentares.

A CARTA AO PRESIDENTE

"Que as minhas primeiras palavras sejam de agradecimento a Vossa Excelência pelo honroso convite com o qual fui distinguida para acompanhar a sua comitiva ao Uruguai. Oportunidade ímpar e que possibilitou-me o conhecimento e o testemunho do desvelo com que Vossa Excelência trata as questões maiores da nossa República. Não fosse isso o bastante, tive, ainda, o privilégio de conviver horas agradáveis com um grupo seleto de autoridades do nosso Pais e, principalmente, de compartilhar da companhia Inteligente, serena e agradável de dona Marli.

"No entanto, Presidente, não posso calar-me diante da constatação de uma realidade que reabriu em mim profunda e dolorosa ferida. Na Embaixada do Brasil no Uruguai serve como Adido Militar o coronel Brilhante Ustra, personagem famoso do regime passado por sua disposição firme em comandar e participar de sessões de tortura a presos políticos. Digo-o, Presidente, com conhecimento de causa: fui torturada por ele.

"Imagine, pois, Vossa Excelência, o quanto foi difícil para mim manter a aparência tranqüila e cordial exigida pelas normas do cerimonial. Pior que o fato de reconhecer o meu antigo torturador foi ter que suportá-lo seguidamente a justificar a violência cometida contra pessoas indefesas e de forma desumana e ilegal como sendo para cumprir ordens e levado pelas circunstâncias de um momento.

"Felizmente, Presidente, consegui arrancar do mais profundo do meu ser a tranqüilidade e o equilíbrio necessários. A viagem comandada por Vossa Excelência teve êxito pleno. Firma-se, com certeza, na América Latina a liderança do Brasil graças ao descortino político e firmeza de ação do seu Presidente.

"No entanto, Excelência, de volta ao solo pátrio, descubro não ter mais direito ao silêncio. Estão presentes, de novo, os fantasmas de um passado recente, onde os meus gritos se confundiram com os gritos de outros torturados, onde minhas lágrimas ou foram de dor e revolta ou simplesmente para chorar aqueles que não resistiram á violência dos "patriotas" encapuzados cuja ação, na suposta defesa

dos interesses maiores do Estado, só se manifestava na segurança das masmorras e na certeza da impunidade.

"Presidente, sei que muitas vozes se levantarão na lembrança da anistia. Lembro, porém, que a anistia não tornou desnecessária a saneadora conjunção de esforços de toda a Nação com o objetivo de instalar uma nova ordem política no Pais. O arbítrio cedeu lugar ao diálogo democrático. A Nova República, sonho de ontem, é a realidade palpável de hoje. Mas ela não se consolidará se no atual Governo, aqui ou alhures, elementos como o Coronel Brilhante Ustra estiverem infiltrados em quaisquer cargos ou funções, ainda que insignificantes, o que, diga-se, não é o caso.

"Não creio que Vossa Excelência soubesse de tal fato. Por isso denuncio-o aqui. E peço, como vítima, como cidadã e como Deputada Federal — cujo voto incondicional em 15 de Janeiro foi a prova maior de sua confiança nos propósitos da Aliança Democrática — providências imediatas e enérgicas que culminem com o afastamento desse militar das funções que desempenha no vizinho país. Tenho certeza, Excelência, que uma determinação sua nesse sentido significará, antes de tudo, uma demonstração ao sofrimento dos milhares de brasileiros e uruguaios que acabam de despertar de uma longa noite de arbítrio na qual a tortura e os torturadores fizeram parte de uma grotesca, triste e dolorosa realidade.

"Por ser uma questão de interesse de toda a Nação, reservo-me o direito, tão logo esta carta chegue às suas mãos, de torná-la de conhecimento do povo brasileiro através da imprensa."

BETE MENDES

ALGUMAS MANCHETES DA ÉPOCA

Memória

O amargo reencontro

Quinze anos mais tarde,
deputada reconhece em Montevidéu
militar que a torturou

REVISTA VEJA — 21 Ago 85

Adido no Uruguai era o
temido "Major Tibiriçá"

JORNAL DO BRASIL — 17 Ago 85 — 1a. Página

Coronel que torturou Bete Mendes
não é mais adido

JORNAL DO BRASIL — 17 Ago 85 — Pag. 4

política

Denúncia de torturas surpreende amigos de Brilhante Ustra

A RAZÃO — SANTA MARIA — RS

Ustra, o coronel torturador,
some da embaixada brasileira

ZERO HORA — 18 Ago 85

Após denúncia pública do deputada paulista Bete Mendes, o presidente José Sarney demitiu o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra de suas funções de adido militar do Brasil em Montevidéu. O militar torturou a deputada e foi por ela reconhecido

Sarney afasta o coronel torturador

ZERO HORA — 17 Ago 85

Atriz pensou que fosse um fã

LEITE FILHO
Da Editoria de Política

CORREIO BRASILIENSE — 17 Ago 85

Coronel nega que tenha torturado Bete Mendes

ZERO HORA — 22 Ago 85

Ustra, agora sendo investigado

Bete Mendes pede lista de adidos para ver se há mais torturadores

Sarney confirma demissão de Tibiriçá — Em telefonema à atriz e deputada Bete Mendes, o presidente José Sarney informou que desde o dia 12 o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, adido militar do Brasil no Uruguai, estava removido do posto. Nessa data, primeiro dia da visita do presidente ao Uruguai, a deputada, que integrava a comitiva oficial, reconheceu no adido o 'Major Tibiriçá', que a torturara em setembro e outubro de 1970, e de volta ao Brasil escrevera ao presidente narrando os fatos. No dia 23, o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, elogiou o coronel Brilhante e anunciou que ele permaneceria no cargo até dezembro.

ENCICLOPÉDIA MIRADOR
ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA DO BRASIL
LIVRO DO ANO 1985
Pag. 26

Repercussão no Uruguai

Enquanto Isso, a Imprensa uruguaia noticia, com destaque, o reconhecimento de Ustra pela deputada Bete Mendes. Todos os seis jornais de Montevidéu — “El Dia”, “El Pais”, “Últimas Noticias”, “Diário de La Noche”, “La Mañana” e “La Hora” publicaram informações sobre a identificação do torturador. Mas foi “La Hora” quem deu maior espaço para o tema: metade da página cinco foi dedicada à dolorosa experiência vivida por Bete Mendes. Com um linha de apoio que chamava a atenção para “o caso do adido militar torturador denunciado por Bete Mendes”, uma grande manchete dava a notícia: “Cresce no Brasil o clamor pela Justiça para os que violaram os Direitos Humanos”. A página contava, também, com uma fotografia da deputada ilustrando a matéria.

ZERO HORA — 20 Ago 85

La Mañana
MONTEVIDEO, DOMINGO 18 DE AGOSTO DE 1985

**Gran repercusión
tiene en Brasil
el caso de
agregado militar en Uruguay**

Sarney destituye Agregado en Uruguay

LA MAÑANA — 17 Ago 85 — MONTEVIDEO

*Brasil Cesa Agregado
Militar en Uruguay
Acusado de Tortura*

EL PAIS — 17 Ago 85 — MONTEVIDEO

Theodomiro, de volta:

“Faria tudo outra vez”

JORNAL DO BRASIL — 06 SET 85

Theodomiro: no dia da condenação à morte, em 1971, e ao voltar de Paris

REVISTA VEJA

Viúva de sargento diz que Theodomiro passou de assassino a herói

Dona Geralda ainda não esqueceu a morte do marido: "Agradecemos a Theodomiro"

JORNAL DO BRASIL — 07 SET 85

O COMUNICADO DO MINISTRO DO EXÉRCITO

No dia 19 de agosto o Exército, através do nosso Ministro General LEÔNIDAS PIRES GONÇALVES, elaborou um documento reservado para ser lido a todos os escalões subordinados. Como tal documento, por vazamento, acabou sendo publicado pela imprensa, vou reproduzi-lo com a finalidade de reunir neste livro todos os dados a respeito desse episódio.

Rio — O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, determinou ao Centro de Comunicação do Exército que informasse “a todos os escalões subordinados” que o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra goza de toda confiança e que permanecerá adido militar no Uruguai “até completar o período regulamentar”.

Ainda por determinação do ministro do Exército, o general de Brigada Ruperto Clodoaldo Pinto, chefe do CCEx, transmitiu suas palavras, em comunicado reservado, afirmando que “aqueles que atuaram patrioticamente contra os subversivos e os terroristas, perdoados pela anistia, merecem o respeito de nossa instituição pelo êxito alcançado, muitas vezes com o risco da própria vida”.

— O Exército continua sendo um todo solidário e assim contribui para o aperfeiçoamento das instituições democráticas brasileiras. Jamais será atingido por palavras e atos retaliatórios por algum daqueles que ontem o obrigaram a sair de seus quartéis para que a Nação não trilhasse caminhos ideológicos indesejados pelo nosso povo”.

O documento, reservado, em duas laudas, narra os episódios que envolveram, recentemente, a deputada Beth Mendes e o coronel Brilhante — a quem acusou de tê-la torturado — durante viagem do presidente Sarney ao Uruguai, onde o militar é adido.

É a seguinte a íntegra do documento assinado pelo general Ruperto Clodoaldo Pinto:

“A deputada Elizabeth Mendes de Oliveira fez divulgar, através da Imprensa, carta aberta ao exmo. sr. Presidente da República, contendo acusações ao cel. Art. Carlos Alberto Brilhante Ustra, adido do Exército junto à embaixada do Brasil no Uruguai. Declarou-se ainda ‘constrangida’ com as atitudes e tratamento a ela dispensados pelo referido oficial, nas diversas ocasiões em que se encontraram durante a recente visita presidencial àquele país. Concluiu solicitando o imediato afastamento do cel. Ustra do cargo que atualmente exerce no exterior.

“O cel. Ustra foi nomeado para exercer o cargo de adido do Exército no Uruguai, em junho de 1983, decorrente de seleção baseada no mérito profissional. Assumiu a referida comissão, que tem a duração de 2 anos, em dezembro de 1983. Como a nomeação para missões no exterior é feita com 6 meses de antecedência, o cel. Ustra foi exonerado daquelas funções por decreto presidencial, datado de 10 de julho de 1985, devendo ser substituído em dezembro de 1985.

“Durante a visita ao Uruguai do exmo. sr. Presidente da República, cuja comitiva deputada Elizabeth Mendes integrou, ocorreu o reconhecimento mútuo entre o coronel e a parlamentar, antiga militante de organização terrorista. Na ocasião, o tratamento entre ambos transcorreu de acordo com as normas sociais, funcionais e diplomáticas exigidas pelas circunstâncias, e em todas as oportunidades subseqüentes permaneceu o tratamento cordial, o que pode ser atestado por funcionários da nossa embaixada naquele país. Em nenhum momento o coronel desculpou-se por sua atuação no combate ao terrorismo no passado.

“Seu comportamento modificou-se, queremos crer, em conseqüência da pressão dos mesmos grupos que vêm radicalizando posições através da Imprensa e de pronunciamentos de alguns parlamentares.

“O sr. ministro quer deixar claro que:

— O cel. Ustra é o nosso Adiex no Uruguai, goza de nossa confiança e permanecerá até completar o período regulamentar.

— Aqueles que atuaram patrioticamente contra os subversivos e os terroristas, perdoados pela anistia, merecem o respeito de nossa instituição pelo êxito alcançado, muitas vezes com o risco da própria vida.

— O Exército continua sendo um todo solidário e assim contribui para o aperfeiçoamento das instituições democráticas brasileiras. Jamais será atingido por palavras e atos retaliatórios por algum daqueles que ontem o obrigaram a sair dos seus quartéis para que a Nação não trilhasse caminhos ideológicos

indesejados pelo nosso povo.

"O sr. ministro determina a retransmissão urgente do presente informex a todos os escalões subordinados e que seja dado conhecimento a todo o pessoal".

ÚLTIMA HORA — 24 de Ago 85

A CARTA DE BETE MENDES AO MINISTRO DO EXÉRCITO

Contrapondo esta nota, BETE MENDES não tendo conseguido um dos seus objetivos, o de destituir-me do cargo, leu na Câmara dos Deputados, em 28 de setembro de 1985, a carta abaixo que enviara ao nosso Ministro.

"Brasília, 27 de agosto de 1985.
Senhor Ministro
A propósito do Comunicado Reservado do CCEx, assinado pelo General de Brigada Clodoaldo Pinto, venho, pela presente, esclarecer a Vossa Excelência que:

1 — Reafirmo integralmente o texto da carta que enviei ao Presidente José Sarney, em 15 do corrente, relatando o encontro que tive com o Coronel Brilhante Ustra no Uruguai.

2 — Repudio, pois, com veemência, a afirmação contida no referido comunicado de seguinte teor:

"...em nenhum momento o Coronel desculpou-se por sua atuação no combate ao terrorismo no passado".

Por mais de uma vez, Senhor Ministro, o Coronel acercou-se de mim tratando-me com amabilidade, tentando justificar sua participação no episódio e desculpando-se por "ter cumprido ordens" e por "ter sido levado pelas circunstâncias de um momento histórico". Quando o comunicado do CCEx invoca o testemunho dos funcionários da Embaixada Brasileira no Uruguai, certamente o faz por desconhecer que desses funcionários recebi um cartão, no qual se referem comovidos ao que chamam "meu gesto de perdão".

3 — Repudio, ainda, Senhor Ministro, a insinuação de ter "modificado" meu comportamento. A educação e o respeito às normas diplomáticas evidenciadas no meu procedimento em Montividéu não impediram que, no recesso dos meus aposentos, ainda no Uruguai, eu escrevesse a carta que fiz chegar ao Presidente Sarney, menos de 24 horas após nosso retorno ao Brasil.

4 — Dito isso, Senhor Ministro, torna-se necessário rememorar alguns fatos,

embora me seja muito doloroso. Como afirmei ao Presidente Sarney, remete-me ao passado, quando fui seqüestrada, presa e torturada nas dependências do DOI-CODI do II Exército, onde o Major Brilhante Ustra (Dr. Tibiriçá) comandava sessões de choque elétrico, pau-de-arara, “afogamento”, além do tradicional “amaciamento” na base dos “simples” tapas, alternado com tortura psicológica. Tive sorte, reconheço, Senhor Ministro: depois de tudo, fui julgada e considerada inocente em todas as instâncias da Justiça Militar que, por isso, me absolveu; e aqueles inocentes como eu, cujos corpos eu vi, e que estão nas listas de desaparecidos?

5 — Diz o comunicado do CCEx que “...aqueles que atuaram patrioticamente contra os subversivos e os terroristas perdoados pela anistia, merecem o respeito da nossa instituição...” Reconheço que a anistia — pela qual lutei, já absolvida (portanto, sem dela necessitar) — como foi aprovada é uma lei que deve alcançar os dois lados. O que não faço, todavia, é calar-me ante a lamentável premiação, resultante do tratamento como herói, pelo Governo anterior, a um torturador de inocentes, assim considerados pela Justiça Militar.

Senhor Ministro, quero ressaltar que, como cidadã e parlamentar, nenhum ato meu aponta para qualquer tipo de ofensa às Forcas Armadas. Pelo contrário, inclusive nesse gesto agora não perfeitamente compreendido, está evidente a preocupação que tive e tenho de defender e fortalecer as instituições para a conquista e preservação da democracia. **As Forças Armadas brasileiras, como instituição guardiã dessa ordem democrática teve, tem e terá meu profundo respeito e sincero acatamento**. (o grifo é do autor)

A jovem estudante de 1970 ficou calada durante 15 anos — elegeu-se, como registra a imprensa, sem a “bandeira” de vítima. No Congresso, em 30 meses de mandato, jamais defendeu qualquer medida revanchista. Hoje, no entanto, também em respeito à memória dos que morreram sob tortura, executados sem direito a julgamento, é obrigada a reclamar e exigir providências.

Tenho certeza de que nas fileiras do Exército, da Aeronáutica e da Marinha é extraordinariamente majoritário o número de militares dignos, honrados, profissionais inteligentes, cultos e, portanto, capazes de ocupar cargos no exterior sem comprometer a imagem democrática do nosso País.

Senhor Ministro, perante a Nação, ontem, assim como hoje, e diante da História sempre, nada tenho que me condene. Não renego meu passado, e numa linha de coerência com ele, construo agora o meu futuro. A carta ao Presidente Sarney, tanto quanto esta, há de servir como testemunho da minha ação firme na defesa dos ideais pelos quais sempre lutei. O que considerei necessário e correto

eu fiz. Daqui para a frente só me resta aguardar eventuais providências. As decisões a respeito fogem à minha competência e ao Poder Legislativo.

Nada mais, pois, tenho a falar ou fazer.

Bete Mendes

Deputada Federal".

Transcrito de "O Globo" — 28/08/85

MINHA VOLTA AO BRASIL

Quando retornei ao Brasil, em janeiro de 1986, após o encerramento normal da minha missão como Adido do Exército, continuei a sofrer acusações que se reportavam ao escândalo forjado pela Deputada. Esta, durante a campanha política para a sua reeleição continuava me acusando. Associações de Direitos Humanos, órgãos de classe e sindicatos, agora estavam indignados porque o meu nome, entre o de outros Coronéis, fora levado à consideração do Alto Comando do Exército para a escolha dos futuros Generais. A Vereadora do PT, Helena Greco, de Belo Horizonte, em notícia publicada nos principais jornais do país disse: “O crime que este homem praticou é inanistiável e imprescritível por ser um crime que lesa a humanidade. De nada adiantou a denúncia de uma de suas vítimas, a Deputada BETE MENDES, que o reconheceu e o denunciou como Adido Militar no Uruguai. A sua possibilidade de promoção é pelo menos insólita”.

(Zero Hora — 5/12/86)

A orquestração através da imprensa continuou num crescendo.

A minha família continuou sofrendo pressões com as críticas permanentes à minha pessoa.

Em agosto de 1986 iniciei as pesquisas para escrever este livro. Durante quatro meses, nas horas vagas de meu trabalho, comecei a juntar dados nos Inquéritos Policiais, Processos, Arquivos de vários Órgãos, Bibliotecas, livros, jornais e revistas da época. Foi um trabalho isolado, sem contar com o apoio de qualquer instituição, nem mesmo do Exército.

Ao longo deste livro pretendo contar uma etapa da minha vida e mostrar aos jovens que desconhecem esse período da nossa História como agiam os subversivos-terroristas. Pretendo, também, relembrar essa “guerra suja” aos que, por conveniência, insistem em deturpar a verdade.

São pouquíssimas as ações que cito neste livro pois se fosse narrar todos os atos criminosos desse período, poderia escrever um livro para a maioria das Organizações que praticavam a luta armada.

Como não tenho intenções de revanchismo, usarei apenas as iniciais, os nomes falsos ou os codinomes das pessoas citadas. Conservo, entretanto, em um cofre num banco e em cópias distribuídas entre alguns amigos, o nome completo das pessoas mencionadas e toda documentação consultada. Apenas darei o nome daqueles que assumiram publicamente, através de jornais ou de livros, suas participações, em maior ou menor escala, de acordo com as conveniências.

Pretendo, ao final deste livro num resumo, mostrar parte dessa guerrilha e desmentir categoricamente a Deputada BETE MENDES, mostrando, através de documentos e de depoímentos, que fui por ela acusado de crimes que não cometi.

Pretendo mostrar o que um grupo de pessoas, muito bem organizado, pode fazer para caluniar e acabar com a tranqüilidade de toda uma família. Pretendo mostrar que a Deputada BETE MENDES esqueceu-se de dizer ao povo que a absolvição de alguns jovens, inclusive a dela, se deve, em parte, ao depoimento que prestei na Justiça em favor deles. Pretendo mostrar que a Deputada BETE MENDES sempre foi muito bem tratada e jamais foi torturada.

Sou um cidadão comum. Não possuo, como a Deputada, imunidades parlamentares. Dentro deste contexto afirmo perante a opinião pública que a senhora Bete Mendes:

1 — Mentiu quando disse que foi torturada por mim.

2 — Mentiu quando afirmou: "*ter que suportá-lo, seguidamente a justificar a violência cometida contra pessoas indefesas e de forma desumana e ilegal como sendo para cumprir ordens e levado pelas circunstâncias de um momento.*"

3 — Mentiu quando na sua entrevista ao Jornal "O GLOBO", em 17 de agosto de 1985, disse que:

a. testemunhara o desaparecimento de pessoas que passaram pelas mãos do Coronel Brilhante Ustra;

b. parentes seus também foram presos e torturados;

c. esteve presa no DOI durante 30 dias;

d. durante a prisão sofreu torturas físicas e psicológicas de todos os tipos;

e. minha mulher lhe dissera, em Montevidéu, que "o acontecido no passado não tinha a menor importância".

4 — Mentiu quando na sua entrevista ao jornal "O PASQUIM" 17 Fev

86 a 5 Mar 86 disse:

a. *“A minha organização não participava de nenhuma ação armada, eu era da VAR-PALMARES. Uma dissidência da VPR e* **a gente não assaltava banco e nem nada disso**”. (*O grifo é do autor*)

b. “Quando cheguei na OBAN os policiais davam tiros para o alto para comemorar a minha captura”.

5 — Mentiu quando em entrevista à Revista “VEJA”, 21 de agosto de 1985 disse que:

a. seus pais também foram detidos e ameaçados de tortura e que o “corpo de um amigo, morto a pancadas, foi-lhe mostrado estendido numa maca para desequilibrá-la emocionalmente”;

b. durante a sua chegada com a comitiva do Presidente, eu estava à sua frente, junto a uma centena de rostos enfileirados à margem de um tapete vermelho que se estendia pelo chão do Aeroporto de Carrasco. E que nessa ocasião ela me cumprimentou formalmente e passou adiante na longa fila de cumprimentos

6 — Mentiu quando na sua carta ao Ministro do Exército, lida por ela na Câmara dos Deputados, disse ter visto “*corpos de pessoas inocentes e que estão na lista dos desaparecidos.*”

Contando parte de minha vida, pretendo, neste livro, mostrar que a Deputada, além de me caluniar, cometeu uma ingratidão.

Nos capítulos finais, item por item, rebato todas as suas acusações caluniosas após explicar em detalhes o que foi a luta contra o terrorismo. Deus e o povo que me julguem.

ALGUMAS MANCHETES DE 1986

Chico Anysio tem novidades para abril

Chico: personagens O terceiro é o Capitão Trovão, um ex-torturador que volta e meia encontra alguma de suas vítimas — e foi inspirado no recente encontro entre a deputada Bete Mendes e o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ocorrido no Uruguai. Para saírem da imaginação de Chico Anysio e chegarem ao vídeo, porém, esses personagens terão de atravessar os caminhos da Censura.

REVISTA VEJA
22 Jan 86

Coronel acusado de ser torturador reaparece em público em Brasília

JORNAL DO BRASIL — 8 Abr 86

Vereadora não aceita a promoção de Ulstra

ZERO HORA — 5 Dez 86

Ustra reaparece e trabalha na polícia

JORNAL DE BRASÍLIA 12 Jul 86

O Ustra não precisava estar no aeroporto pra receber a comitiva do presidente no Uruguai, mas fêz questão de encontrar comigo em cada lugar que eu estivesse.

O PASQUIM 27 Fev 86 a 05 Mar 86

A ESCALADA DO TERROR

MEU OBJETIVO: ECEME

Em 1966, eu me preparava para fazer o concurso à Escola de Estado-Maior. Era uma etapa muito importante da minha carreira.

Foi um ano muito duro, dedicado quase que exclusivamente aos estudos. Pouco tempo me sobrava para outras atividades que não fossem o meu trabalho na caserna.

A tranqüilidade do país foi sacudida por uma seqüência de explosões de bombas, uma delas, em 25 de julho de 1966, no Aeroporto de Guararapes. O objetivo principal desse atentado era o de assassinar o Marechal Costa e Silva. Nessa ocasião morreram o jornalista Edson Regis Carvalho e o Almirante da Reserva Nelson Gomes Fernandes, ficando feridas 13 pessoas, inclusive uma criança de 6 anos de idade.

Capitão, sem acesso a maiores informações, eu tomava conhecimento do que se passava no país através de conversas com companheiros ou pelas notícias nos jornais.

Morávamos, eu e minha mulher, Joseíta, num pequeno apartamento no Leblon, Rio de Janeiro, que acabara de comprar e que lutávamos para pagar.

No final desse ano os meus esforços foram recompensados, pois passara no concurso para a Escola de Estado-Maior.

Em 1967, iniciei o curso de três anos na Praia Vermelha, Rio de Janeiro. Ainda era capitão. Comecei a “queimar as pestanas” para me sair bem no curso.

MARIGHELLA: O IDEÓLOGO DO TERROR

Em julho de 1967, Carlos Marighella, convidado oficialmente para participar da Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), seguiu para Cuba.

Em 17 de agosto de 1967, enviou uma carta ao Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB), rompendo definitivamente com o Partido.

Em 18 de agosto do mesmo ano, através de outra carta, deu total apoio e solidariedade às resoluções adotadas pela OLAS. É desta carta que transcrevo o seguinte trecho:

"No Brasil há forças revolucionárias convencidas de que o dever de todo o revolucionário é fazer a revolução. São estas forças que se preparam em meu país, e que jamais me condenariam, como faz o Comitê Central, só porque empreendi uma viagem a Cuba e me solidarizei com a OLAS e a revolução cubana. A experiência da revolução cubana ensinou, comprovando o acerto da teoria marxista leninista, **que a única maneira de resolver os problemas do povo é a conquista do poder pela violência das massas, a destruição do aparelho burocrático e militar do Estado a serviço das classes dominantes e do imperialismo, e a sua substituição pelo povo armado"**. (O grifo é do autor).

Assim surgia no Brasil uma organização terrorista das mais atuantes e das mais sanguinárias tendo como um de seus líderes Carlos Marighella — a AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN).

Em 1968, a partir das idéias de Marighella, se intensificam e aperfeiçoam os atos de terror e as tentativas de implantação da guerrilha urbana e rural. Começam a atuar, ativamente, algumas das seguintes organizações terroristas: Ação Libertadora Nacional (ALN), Ala Vermelha do PC do B, Comando de Libertação Nacional (COLINA), Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Movimento Revolucionário

Tiradentes (MRT), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Partido Comunista Revolucionário (PCR), Vanguarda Armada Revolucionaria Palmares (VAR-PALMARES), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Resistência Democrática (REDE) e outras.

Começaram, a seguir, os atos de terror: assaltos a bancos, seqüestros, assassinatos, ataques às sentinelas e rádio-patrulhas, furtos e roubos de armas dos quartéis e muitos outros.

Na época eu não sabia que estes fatos teriam em minha vida uma importância maior do que para a maioria dos brasileiros.

Não imaginava que seria um, dentre muitos, a combater o terror que começava a ser implantado no Brasil.

Não esperava que seria um dia injuriado e caluniado por ter cumprido com o meu dever, lutando em uma guerra perigosa e suja, contra inimigos desconhecidos, militarmente treinados e dispostos a tudo, para implantar, no Brasil, uma ditadura de esquerda.

Para melhor orientar a sua organização, Marighella difundiu, em junho de 1969, o “Minimanual do Guerrilheiro Urbano”.

A obra, traduzida em vários idiomas, serviu de “livro de cabeceira” para as BRIGADAS VERMELHAS na Itália e para o grupo terrorista BAADER-MEINHOFF na Alemanha. Ela expressa o pensamento de Marighella e o que se deve esperar dos grandes grupos extremistas.

Trechos extraídos do Minimanual:

“No Brasil, o volume de ações violentas praticadas pelos guerrilheiros urbanos, incluindo mortes, explosões, captura de armas, munições, explosivos, assaltos a bancos, etc... já representa algo de ponderável, para não deixar margem a qualquer dúvida sobre os reais propósitos dos revolucionários”.

“O justiçamento do espião da CIA, Charles Chandler, — militar norte-americano que veio da Guerra do Vietnam para se infiltrar no meio estudantil brasileiro, os “tiras” e policiais militares que têm sido mortos em choques sangrentos com os guerrilheiros urbanos, **tudo isto atesta que estamos em plena guerra revolucionária e que a guerra só pode ser feita através de meios violentos”**. (*o grifo é do autor*)

As organizações terroristas brasileiras lutavam dentro de um contexto de guerra revolucionária. Uma guerra não convencional onde os terroristas, infiltrados no seio da população, tinham todas as vantagens. Uma guerra onde os militantes eram terroristas mesmo, e não jovens universitários idealistas que "apanhavam da polícia porque discordavam da ditadura". Uma guerra onde os militantes eram enquadrados por organizações terroristas muito bem estruturadas que recebiam do exterior armas, dinheiro e munições. Uma guerra onde os militantes eram enviados para cursos de guerrilha no exterior e de onde voltavam aperfeiçoados na técnica de implantação do terror.

Enfim, uma guerra suja, pois como escreveu Marighella, era uma guerra onde eles viviam camuflados numa sociedade que pretendiam destruir, para implantar, com a força das armas, o comunismo no Brasil.

A MORTE DE MARIGHELLA

"Atraído a uma cilada por dois padres presos pela polícia e usados como isca, o ex-deputado comunista Carlos Marighella morreu metralhado pelo DOPS ontem à noite, na esquina das Alamedas Lorena e Casa Branca, quando usava uma peruca castanha".

"Duas investigadoras participaram da diligência, fingindo-se de namoradas de outros policiais que vigiavam o local do encontro e uma delas, Estela de Barros Borges, foi mortalmente ferida na cabeça durante o tiroteio que os dois acompanhantes de Marighella travaram com os agentes do DOPS, antes de serem presos".

"O plano começou com a prisão dos frades dominicanos Ivo e Fernando, denunciados por um estudante ex-presidente da extinta União dos Estudantes de São Paulo".

"Foram presas mais de 20 pessoas".

"Após confessarem que pertenciam ao grupo Marighella, frei Ivo e o frei Fernando concordaram em marcar um encontro com o ex-deputado na Alameda Casa Branca. O telefonema foi gravado: a senha era "vou à tipografia às 20h30min".

"Os policiais cercaram o local inclusive com a ajuda de cães pastores, que durante o tiroteio evitaram a fuga dos dois frades. Frei Leonardo foi mordido na perna quando tentava escapar aproveitando a confusão".

"Marighella não foi apanhado vivo porque seu esquema de segurança, também muito bem armado, reagiu imediatamente, obrigando os policiais a atirar com as metralhadoras".

(Transcrito do Jornal do Brasil, 1.° Caderno, pág. 15, edição de 06/11/69.)

Alameda Casa Branca
Situação após o confronto com Marighella

A IMPORTÂNCIA DO MINIMANUAL

O "Minimanual do Guerrilheiro Urbano" é tão importante que Claire Sterling em seu livro — "A REDE DO TERROR — A Guerra Secreta do Terrorismo Internacional", EDITORA NÓRDICA, se refere a ele nas páginas: 18, 22, 31, 32, 39, 47, 179, 184, 201 e 328 n1.

Deste livro, cuja leitura recomendo, transcrevo abaixo alguns textos:

"O Minimanual diz tudo, em quarenta e oito páginas cobertas de texto em tipo miúdo. Explica porque motivo as cidades são melhores que as zonas rurais para operações de guerrilha e como proceder nelas: nada de "ares estrangeiros" e, sempre que possível, ocupações "normais". Sugere como treinar em quintais urbanos; explodir pontes e ferrovias; levantar dinheiro com o resgate de seqüestro e "expropriações" de bancos, atacando "o sistema nervoso do capitalismo"; planejar a "liquidação física" de policiais graduados e altas patentes militares; lidar com espiões e informantes, que devem ser sumariamente executados, preferivelmente por "um único franco-atirador, pacientemente, sozinho e desconhecido, operando em absoluto segredo e a sangue-frio".

Ressalta a importância de aprender a dirigir um automóvel, pilotar um avião, velejar um barco, ser mecânico e técnico em rádio, manter-se em boa forma física, dominar a fotografia e a química, adquirir "um perfeito conhecimento de caligrafia" para falsificar documentos, ser prático de enfermagem e farmácia, bem como enfermeiro de campanha "com algum conhecimento de cirurgia". Aborda minuciosamente as escolhas de armas e a necessidade de "atirar primeiro", à queima-roupa se possível: "o tiro e a pontaria são para o guerrilheiro urbano o que a água e o ar são para os seres humanos".

"Constitui também um estudo clínico das táticas por etapas na estratégia do terrorismo, ...

"Em primeiro lugar, escreveu Marighella, o guerrilheiro urbano precisa usar a violência revolucionária para identificar-se com causas populares e assim

conseguir uma base popular: Depois:

"O Governo não tem alternativa exceto intensificar a repressão. As batidas policiais, buscas em residências, prisões de pessoas inocentes tornam a vida na cidade insuportável. O sentimento geral é de que o governo é injusto, incapaz de solucionar problemas, e recorre pura e simplesmente à liquidação física de seus opositores.

A situação política transforma-se em situação militar; na qual os militares parecem cada vez mais responsáveis pelos erros e violência. Quando os pacificadores e oportunistas de direita vêem os militares à beira do abismo, dão-se as mãos e imploram aos carrascos por eleições e outros engodos destinados a iludir as massas.

"Rejeitando a "chamada solução política", o guerrilheiro urbano deve tornar-se mais agressivo e violento, valendo-se incansavelmente da sabotagem, terrorismo, expropriações, assaltos, seqüestros e execuções, **aumentando a situação desastrosa na qual o governo tem que agir".** (*o grifo é da autora*)

"Essas etapas cuidadosamente articuladas, conclui Marighella, devem resultar na "expansão incontrolável da "rebelião urbana."

..."O Minimanual continua a ser escritura revolucionária. Traduzido em duas dezenas de idiomas, encontrado em automóveis, bolsos e esconderijos de terroristas famosos, de Estocolmo a Beirute e Tóquio, é a planta na qual eles baseiam sua estratégia. Excetuando a vitória da revolução comunista — algo que eles julgam poder levar trinta ou quarenta anos — a estratégia de Marighella, visando a provocar a intensificação da repressão e um golpe militar de direita, é, inequivocamente, a idéia que eles fazem da melhor solução provisória".

"Não matam com raiva: este é o sexto dos sete pecados capitais contra os quais adverte expressamente o Minimanual de Guerrilha Urbana de Carlos Marighella, a cartilha padrão do terrorismo. Tão pouco matam por impulso: pressa e improvisação são o quinto e sétimo capítulos da lista de Marighella. Matam com naturalidade, pois esta é "a única razão de ser de um guerrilheiro urbano", segundo reza a cartilha. O que importa não é a identidade do cadáver, mas seu impacto sobre o público".

A seguir citarei algumas ações terroristas, para que este país de jovens tenha

uma idéia de como agiam os terroristas brasileiros.

CARLOS LAMARCA
(Cid, Cláudio, Paulista)

No 4.° Regimento de Infantaria, em Quitaúna, SP, existia uma célula de militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Seu chefe era um capitão, Carlos Lamarca. Os demais integrantes da célula eram o sargento D.R. (Léo, Sílvio, Batista, Souza), o cabo J.M.F.A. (Sérgio ou Olmos) e o soldado C.R.Z. (Célio, Cabral, Nenê). Todos sempre tomaram o máximo cuidado para que sobre eles nunca pairasse a mínima suspeita a respeito de suas atividades clandestinas. O sargento D.R. trabalhava na 4a. Seção do Regimento, que tratava da logística. Por isso, foi fácil mandar fazer cópias das chaves dos depósitos de armas e do paiol de munições.

Lamarca, como comandante de companhia, tinha domínio total sobre todo o material bélico de sua subunidade.

Os quatro resolveram furtar o maior número de armas do 4.° RI e em seguida, desertar, entrando para a clandestinidade e participando da guerra revolucionária. Os modernos FAL (fuzil automático leve) do 4.° RI, usados pelos exércitos mais avançados do mundo ocidental, dariam a VPR um grande poder de fogo.

O plano para esta ação estava dividido em duas fases:

a) No dia 25 de janeiro de 1968, seriam furtados da Companhia comandada por Carlos Lamarca, 63 fuzis automáticos leves (FAL).

b) No dia 26 de janeiro de 1968 seriam furtados os 500 fuzis FAL do depósito de armamentos do 4.° RI.

Para esta fase, seria utilizado um caminhão que a organização estava preparando, inclusive pintando-o com as cores do Exército.

A data de 26 de janeiro era impositiva porque o sargento D.R., neste dia, estaria escalado para a importante função de Comandante da Guarda do Quartel.

Assim, o sargento, além de controlar toda a Guarda do Quartel, permitiria a entrada do caminhão da VPR, sem levantar suspeitas.

A cobertura seria feita por vários militantes que, sob a cumplicidade do sargento D.R., entrariam no quartel sem qualquer problema.

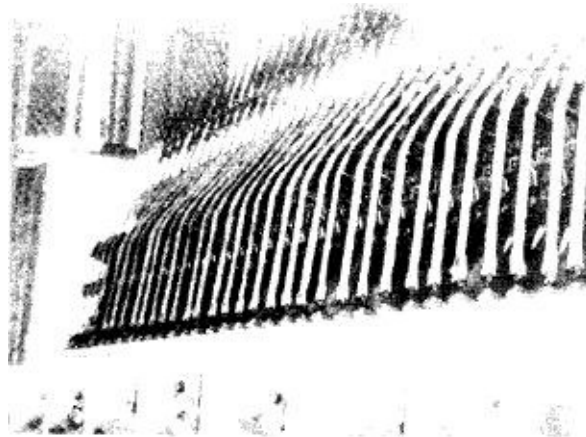
Entretanto, no dia 23 de janeiro, uma denúncia levou a polícia a Itapecerica

da Serra, a apreender o caminhão e fazer prisioneiros quatro militantes da VPR que se encarregavam da missão de prepará-lo para a ação. Embora os quatro terroristas tivessem sido interrogados, a falta de dados a respeito da VPR e o desconhecimento do modo de agir dos seus militantes não conduziu a resultado objetivo algum. Apesar de todo o esforço, as autoridades não conseguiram saber, a tempo, a real finalidade daquele veículo civil, que estava sendo transformado para parecer uma viatura militar.

Lamarca, D.R., M e Z. souberam da prisão dos seus companheiros da VPR e da apreensão do caminhão. Ficaram preocupados com a possibilidade de que, durante o interrogatório, os presos falassem.

Assim, resolveram antecipar a ação para o dia 24 de janeiro, à tarde. Só realizariam a 1a. fase. Lamarca entrou no quartel com a sua Kombi e, auxiliado pelo sargento D, cabo M e soldado Z, nela acondicionou 63 FAL, 5 metralhadoras INA, revólveres e muita munição. A partir desse momento, todos os integrantes da célula terrorista da VPR, no 4.° RI, caíram na mais rigorosa clandestinidade.

O soldado Z foi preso em 1969. Segundo o depoimento de D.R., em "A Esquerda Armada no Brasil", "preferiu suicidar-se na prisão, temeroso de ceder informações à polícia. O cabo M foi preso e condenado. O sargento D.R. foi preso no Vale da Ribeira e acabou sendo banido para a Argélia, em troca do Embaixador da República Federal da Alemanha. Com o banimento, todos os processos que respondia foram paralisados. Após a anistia retornou ao Brasil.

Carlos Lamarca, ao resistir à prisão, morreu em Brotas de Macaúbas, no interior da Bahia, no dia 17 de setembro de 1971.

Parte dos fuzis roubados por Lamarca

O ASSALTO AO HOSPITAL MILITAR

No dia 22 de julho de 1968, às 03:00 horas da madrugada, a organização terrorista Vanguarda Popular Revolucionária assaltou o Hospital Militar do Cambucí, São Paulo.

A organização tinha dois objetivos quando planejou esse assalto: a obtenção de armas modernas e a propaganda armada.

Como primeira providência realizou um levantamento da segurança do Hospital. Para tanto, procurou verificar o número de homens que constituíam a guarda, o tipo de armamento que usavam, vias de acesso, horário da mudança da guarda e o local do alojamento do pessoal de serviço, responsável pela segurança do Hospital.

O plano era atacar o Hospital à uma da madrugada, durante a troca da guarda. Como a ambulância que utilizariam na ação atrasou, se dispersaram.

Às três da manhã, enquanto se processava a nova troca da guarda, entraram no Hospital.

Dois dos assaltantes estavam fardados de oficial do Exército e outros dois vestiam a farda de soldados.

Chegando ao portão de entrada, onde se encontrava a sentinela, o “oficial” pediu o seu fuzil, para “inspecioná-lo”. O soldado entregou a arma imediatamente. Quando isso ocorreu, eles o amarraram e colocaram um esparadrapo na boca.

No portão dos fundos, onde havia outra sentinela, tudo se passou do mesmo modo.

Foi muito fácil a entrada no Hospital e o deslocamento até o Corpo da Guarda.

Ao chegarem ao Corpo da Guarda, apontaram as armas para os soldados que dormiam.

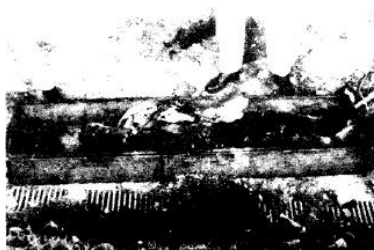
Como todos os soldados se renderam, nenhum tiro foi disparado e os terroristas se apossaram de nove fuzis FAL, que seriam destinados às ações urbanas da VPR.

No começo, por mais aprimorada que fosse a instrução ministrada e que se

chamasse a atenção dos soldados, a rotina do serviço fazia com que, aos poucos, tudo se acomodasse, inclusive as normas de segurança. Foi preciso que esse exemplo, e muitos outros, fossem explorados para que os militares sentissem que se iniciava uma Guerrilha Urbana, onde a vida deles passaria a correr perigo. A partir de então eles passaram a viver uma nova situação.

Participaram do assalto os seguintes terroristas da VPR:
— C.S.R. (SILVIO, MATOS, ALEXANDRE);
— D.J.C.O. (LUIZ, LEANDRO, PEDRO);
— E.L. (BACURI);
— J.R.T.L.S. (ROBERTO GORDO, NUNES);
— J.A.N. (ALBERTO, PEPINO);
— O.P.S. (ARMANDO);
— O.P. (AUGUSTO, RIBEIRO, ARI, BIRA);
— P.L.O. (GETÚLIO);
— R.F.G.A. (CECÍLIA, IARA);
— W.E.F. (LAÉRCIO);

ATENTADO AO QG DO II EXÉRCITO

Era uma madrugada fria e nublada do dia 26 de junho de 1968. Às 04 horas e 45 minutos uma violenta explosão abalou e despertou todo o Quartel-General do II Exército (QG II Ex). Um jovem soldado de 18 anos, MARIO KOZEL FILHO, morria com o corpo dilacerado. Os soldados JOÃO FERNANDES, LUIZ ROBERTO JULIANO e EDSON ROBERTO RUFINO estavam muito feridos. Os danos materiais eram incalculáveis.

O corpo mutilado do soldado Kozel

Soldado Mário Kozel Filho

Caro Soldado Kozel, permita-me chamá-lo de Kuka, como o chamavam seus amigos. Imagino a dor que seus pais, Sr. Mário e D. Tereza, sentiram quando souberam de sua morte. Você era um menino travesso e alegre que gostava de mecânica, de automóvel e de festinhas, onde sempre arranjava namoradas.

Depois daquele 26 de junho, em sua casa modesta e alegre na Avenida Ibirapuera, 2750, a tristeza e a saudade tomaram conta de todos.

Você Kuka, morreu no cumprimento do dever e o Exército Brasileiro, numa justa homenagem, colocou seu nome na praça principal do QG do II Exército. Na Praça Sargento Mário Kozel Filho gerações e gerações de recrutas, como você, desfilarão e estarão sempre lembrando um jovem valente que morreu defendendo aquele Quartel-General de um ataque terrorista.

Meu caro Kuka, dezenove anos depois, quero, também, prestar a você minha homenagem e lembrar a todos seu gesto heróico. Creio que a melhor maneira de homenageá-lo é transcrever o que foi dito sobre você, pelo Comandante do II Exército, General-de-Exército Manuel Carvalho Lisboa:

“A população laboriosa e as famílias acham-se traumatizadas pelo atentado brutal e sem significado outro senão o de mostrar o quilate de sua brutalidade, numa repetição de fatos próprios da insensibilidade materialista dos comunistas. Uma coisa, porém, eles não destruirão com dinamite, é a nossa condição democrática, cristã e brasileira, de todos nós, militares, estudantes, operários, trabalhadores do campo e de todas as classes de São Paulo. Essa vontade de lutar por um estilo de vida brasileiro, sem escravização da pessoa humana, sem a tirania que o comunismo oferece. Isso, essa vanguarda vermelha não destruirá. Muito ao contrário, é alento nosso para os homens do II Exército, cuja fibra teve na figura heróica do pracinha Mário Kozel Filho o melhor exemplo. Ele era um estudante, democrata legítimo, brasileiro, cumprindo seu dever militar. O seu sangue e o seu holocausto serão um símbolo, a perpetuar o valor moral dos homens do II Exército, cujo desafio contra os inimigos do Brasil continua em pé”.

O Soldado Mário Kozel Filho — que estava em seu posto desde às 03:00 horas — às 04 horas e 30 minutos, ouvira um tiro disparado por outro sentinela contra uma camionete Chevrolet que corria, pela Avenida Marechal Stênio de Albuquerque Lima, nos fundos do Quartel-General. Notara, então, que o motorista, após acelerar e direcionar a camionete para o portão do QG, pulara do carro em movimento.

O Soldado Edson Roberto Rufino disparara seis tiros de fuzil, mas não detivera a marcha do carro que, desgovernado, batia num poste indo se projetar contra uma parede, sem conseguir penetrar no QG.

Mário Kozel Filho correu em direção ao veículo para ver se havia mais alguém em seu interior. Havia uma carga de 50 quilos de dinamite que, segundos depois, faria voar o carro pelos ares, espalhando destruição e morte a mais de 300 metros de distância. Era mais um ato terrorista da Vanguarda Popular Revolucionária, a VPR.

Participaram deste atentado os seguintes terroristas: W.C.S. (Rui, Braga), W.E.F. (Laércio, Amaral), O.P. (Augusto), E.L. (Bacuri), D.J.C.O. (Luiz, Leonardo, Pedro), J.A.N. (Alberto), O.A.S. (Portuga), D.S.M. (Judite), R.F.G.A.

(Cecília) e J.R.T.L.S. (Roberto Gordo, Nunes).

Este grupo, além da camionete Chevrolet, utilizou 3 carros Volks, 1 fuzil FAL, 1 metralhadora, 1 fuzil Mauser e 3 revólveres.

Segundo José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, em depoimento no livro "A Esquerda Armada no Brasil", o objetivo dos terroristas, com aquela ação, era "atingir a alta oficialidade do II Exército e não matar soldados".

Mas como poderia um carro explodir com 50 quilos de dinamite dentro de um quartel e não matar soldados?

O "carro bomba"após a explosão.
Preparado por "jovens indefesos" que lutavam
para a implantação do terror da esquerda armada

Danos causados ao QG do II Exército
pelos "chamados subversivos" da VPR

A MORTE DO CAPITÃO CHANDLER

Era o dia 12 de outubro de 1968, 08:15 horas. Fim de inverno, início da primavera. Em uma rua no Bairro das Perdizes as árvores apresentavam seus primeiros sinais de vida: folhas novas e verdes iniciavam a mudar o colorido da paisagem.

De uma casa ajardinada saía, para mais um dia de estudos na Universidade de São Paulo, um homem alto, forte, cabelos curtos, 30 anos. Já se despedira de seus filhos Jeffrey (4 anos), Todd (3 anos) e Luanne (3 meses). Retardava-se um pouco despedindo-se de Joan, sua mulher. O filho mais velho, Darryl, de nove anos, como fazia todos os dias, correu para abrir o portão da garagem.

Joan lhe dava adeus.

De repente tiros, muitos tiros. No interior do carro, crivado de balas, estava morto Charles Chandler.

Joan, atônita, desmaiou. Seu filho começou a gritar. Um homem apontou, então, o revólver para a cabeça do menino. Darryl, em estado de choque, correu para a casa de um vizinho, onde refugiou-se.

A brutalidade dos "jovens idealistas" da VPR,

contra um cidadão desarmado

"Chandler cruzou o portão e ganhou a calçada ainda em marcha-a-ré. Nesse preciso momento, antes que seu carro atingisse a rua, coloquei o Volks de tal modo que bloqueava a passagem do veículo de Chandler pela sua parte traseira, impedindo-o de continuar a marcha. Nesse instante um dos meus companheiros saltou do Volks, revólver na mão e disparou contra Chandler. Quando soaram os primeiros disparos, Chandler deixou-se cair rapidamente para o lado esquerdo do banco. Evidentemente estava ferido. Mas eu, que estava extremamente atento a todos os seus movimentos, percebi que ele não tombara somente em conseqüência dos ferimentos. Foi um ato instintivo de defesa, porque se moveu com muita rapidez. Quando o primeiro companheiro deixou de disparar, o outro aproximou-se com a metralhadora INA e desferiu uma rajada. Foram 14 tiros. A décima quinta bala não deflagrou e o mecanismo automático da metralhadora deixou de funcionar. Não havia necessidade de continuar disparando. Chandler estava morto. Quando recebeu a rajada de metralhadora emitiu uma espécie de ronco, um estertor, e então demo-nos conta de que estava morto. Nesse momento eu lançava à rua os panfletos que esclareciam ao povo brasileiro das nossas razões para eliminar Chandler. Eles concluíam com os seguintes dizeres: O DEVER DE TODO REVOLUCIONÁRIO É FAZER A REVOLUÇÃO! CRIAR DOIS, TRÊS, MUITOS VIETNAMES. **Consideramos desnecessária cobertura armada para aquela ação. Tratava-se de uma ação simples. Três combatentes revolucionários decididos são suficientes para realizar uma ação de justiçamento nessas condições. Considerando o nível em que se encontrava a repressão, naquela altura, entendemos que não era necessária a cobertura armada"**. — Depoimento de Pedro Lobo de Oliveira — Transcrito do livro "A Esquerda Armada no Brasil". (O grifo é do autor).

Segundo depoimentos de terroristas presos posteriormente:

a. O capitão Chandler teria sido condenado por um Tribunal Revolucionário, constituído pelos militantes O.P. (Augusto), J.Q.M. (Maneco) e L.D. (Jamil), todos da VPR.

b. O levantamento dos hábitos e da residência do militar americano teria sido feito por D.S.M. (Judite). Ela, uma vez de posse de todos os dados, os teria passado ao "Grupo de Execução".

c. O Grupo de Execução estava formado por Pedro Lobo de Oliveira, D.J.C.O. (Luiz, Leonardo) e M.A.B.C. (Marquito). Seu armamento seria uma metralhadora INA e dois revólveres calibre 38. O carro utilizado seria um Volks, modelo 65, roubado.

A VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONARIA (VPR) desejava realizar uma ação que tivesse repercussão no exterior, ao mesmo tempo em que a projetasse no âmbito das organizações terroristas nacionais.

Foi estudada a possibilidade de assassinar o Capitão Chandler do Exército dos Estados Unidos e aluno-bolsista da Universidade de São Paulo.

Para justificar o assassinato perante a opinião pública, apresentou em panfletos deixados no local, entre outras coisas, duas justificativas:

a. Chandler seria um agente da CIA que se encontrava no Brasil a serviço do Governo norte-americano, com a missão de assessorar a "ditadura militar" na repressão violenta, com técnicas avançadas, contra as atividades proletárias e revolucionárias.

b. Possuiriam dados da presença de Chandler ma Bolívia, por ocasião da morte de Che Guevara.

O corpo de Chandler após ter sido assassinado pelo terror esquerdista

Naturalmente a VPR não iria dizer à população que escolhera o Capitão Chandler, somente porque ele era um militar, do Exército dos Estados Unidos, pertencente a um "país imperialista" e cujo assassinato teria a mais ampla

repercussão. Com esse assassinato a VPR atingiu o seu objetivo: o de projetar-se perante as demais organizações terroristas nacionais e internacionais.

Assim agiam os terroristas. Muito bem organizados. Muito bem estruturados. Instituindo "Tribunais Revolucionários", como um poder paralelo ao poder legal. Praticando julgamentos sem a presença do réu e sem o direito de defesa. Assassinando com objetivos políticos. Esse era o tipo de terrorismo que as Forças Armadas, particularmente o Exército, tendo como aliadas as Polícias Civil e Militar, iriam enfrentar. E teriam que lutar muito.

O SEQÜESTRO DO EMBAIXADOR AMERICANO

"Grupos revolucionários detiveram, hoje, o Sr. Burke Elbríck, Embaixador dos Estados Unidos, levando-o para algum ponto do país. Este não é um episódio isolado. Ele se soma aos inúmeros atos revolucionários já levados a cabo: assaltos a bancos, onde se arrecadam fundos para a revolução, tomando de volta o que os banqueiros tomam do povo e de seus empregados; tomadas de quartéis e delegacias, onde se conseguem armas e munições para a luta pela derrubada da ditadura; invasões de presídios, quando se libertam revolucionários, para devolvê-los à luta do povo; as explosões de prédios que simbolizam a opressão; e o justiçamento de carrascos e torturadores. Na verdade, o rapto do Embaixador é apenas mais um ato de guerra revolucionária que avança a cada dia e que este ano iniciará a sua etapa de guerrilha rural.

A vida e a morte do Senhor Embaixador estão nas mãos da ditadura. Se ela atender a duas exigências, o Sr. Burke Elbrick será libertado. Caso contrário, seremos obrigados a cumprir a justiça revolucionária. Nossas duas exigências são:

— a libertação de 15 prisioneiros políticos;

— a publicação e leitura desta mensagem, na íntegra, nos principais jornais, rádios e televisões de todo o país.

Os 15 prisioneiros políticos devem ser conduzidos em avião especial até um país determinado — Argélia, Chile e México — onde lhes seja concedido asilo. Contra eles não deverá ser tentada qualquer represália, sob pena de retaliação.

A ditadura tem 48 horas para responder publicamente se aceita ou rejeita nossa proposta. Se a resposta for positiva, divulgaremos a lista dos 15 líderes revolucionários e esperaremos 24 horas por sua colocação num país seguro.

Se a resposta for negativa ou se não houver nenhuma resposta nesse prazo, o Sr. Burke Elbrick será justiçado.

Queremos lembrar que os prazos são improrrogáveis e que não vacilaremos em cumprir nossas promessas.

Agora é olho por olho, dente por dente.

AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL (ALN)

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8)."

No dia 4 de setembro de 1969, às 14 horas e 45 minutos, a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), numa ação conjunta, seqüestraram o Embaixador dos Estados Unidos, no Brasil, Charles Burke Elbrick.

Este seqüestro foi realizado com o objetivo de colocar a Guerra Revolucionária na ordem do dia, através da propaganda armada, além de tentar a desmoralização do Governo.

Pretendiam, também, em troca da vida do Embaixador, colocar em liberdade alguns líderes que estavam presos.

A idéia inicial foi da "Dissidência da Guanabara" (DI/GB), organização que após aquela ação terrorista passou a denominar-se Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Como o MR-8 tinha muito pouca experiência para uma ação de tal envergadura, alguns de seus líderes foram a São Paulo, onde se encontraram com J.C.F. (Toledo ou Velho), líder da ALN a quem solicitaram apoio para a efetivação do seqüestro. "Toledo" concordou, e enviou para o Rio de Janeiro três dos seus militantes: V.G.S. (Jonas), P.T.W. (Geraldo) e M.C.O.N. (Sérgio, Roberto, Nenê).

O levantamento dos hábitos do Embaixador foi feito por F.G. (Honório, Mateus, Bento) e V.S.M. (Marta, Carmem, Dadá). "Marta" "enamorou-se" de um dos policiais responsáveis pela segurança do Embaixador, o qual acabou por lhe transmitir, sem sentir que estava sendo usado, todos os dados necessários quanto à guarda e aos hábitos do Embaixador.

Quando todos os preparativos estavam prontos, "Geraldo" ligou para São Paulo e disse: "Mande a mercadoria. Negócio fechado". Esta era a senha pré-estabelecida para que "Toledo" embarcasse para o Rio de Janeiro, onde passaria a ser o coordenador da ação. E, no dia 3 de setembro, "Toledo" viajou para o Rio, indo diretamente para onde o Embaixador americano deveria ficar, enquanto estivesse nas mãos dos seqüestradores.

Quando foi seqüestrado, o Embaixador dirigia-se de sua residência na Rua São Clemente (Rio de Janeiro), onde fora almoçar, para a sede da Embaixada, no Centro. Ao atingir o Largo dos Leões, para tomar a Rua Voluntários da Pátria, seu carro, um Cadillac 1968, foi interceptado por um Volkswagen, dirigido por F.S.M. (Waldir, Miguel). Nesse momento, "Jonas" e "Sérgio", abrindo as portas traseiras, entraram no Cadillac. O Embaixador foi obrigado a sentar-se no

assoalho do carro, com as mãos na nuca. Os dois terroristas então disseram: “Somos revolucionários brasileiros”.

Enquanto tudo isso se passava, C.T.S. (Pedro), abrindo a porta dianteira, empurrou o motorista do Embaixador para a direita, tomou-lhe o boné e assumiu o lugar do motorista, passando a dirigir o Cadillac. Da mesma forma, “Geraldo” entrou pela porta dianteira direita e sentou-se no banco, ficando o motorista entre os dois.

“Pedro” conduziu o carro pela Rua Caio de Melo Franco, onde o abandonaram. Todos os ocupantes que iam no carro seqüestrado, exceto o motorista do Embaixador que foi liberado, deveriam ser transferidos para uma Kombi, em poder dos terroristas.

No momento do transbordo, como o Embaixador ficou indeciso, “Sérgio” deu-lhe violentas coronhadas. Em conseqüência, o diplomata começou a sangrar abundantemente.

Às pressas o Sr. Elbrick foi retirado do carro da Embaixada e jogado no chão da Kombi, sendo o seu corpo coberto por uma lona.

Uma grande falha foi cometida pelos terroristas ao libertar o motorista do Embaixador no momento da troca de carros, pois permitiu que ele visse a Kombi e memorizasse a sua placa. Imediatamente a polícia tomou conhecimento desses dados.

Finalmente a Kombi chegou ao local onde o Embaixador permaneceria escondido, na Rua Barão de Petrópolis, 1026. Esta casa, um mês antes, em 5 de agosto, fora alugada por H.B.K. (Mariana).

Em questão de poucas horas a polícia descobriu onde estavam escondidos os terroristas.

A polícia passou a seguir as pessoas que saíam para comprar gêneros, para difundirem as mensagens, com as exigências ao Governo, etc. Inclusive, um policial bateu à porta da casa para se certificar do que se passava no seu interior. Nessa ocasião,“Jonas” deitou o Embaixador no chão e ficou apontando uma arma para a cabeça do Sr. Elbrick. Se a polícia entrasse ele dispararia a arma. Para evitar o assassinato do Embaixador, a polícia não invadiu o “aparelho”.

O Governo brasileiro não negociou com os terroristas. Como não tivesse outra opção, cedeu às imposicões|gue lhe foram feitas, tudo com o objetivo de salvar a vida de um homem que estava no Brasil em missão diplomática.

Em troca da vida do Embaixador, seguiram para o México, banidos do Território Nacional pelo Ato Complementar n.°. 64, de 5 Set de 1969 quinze pessoas.

Participaram do seqüestro do Embaixador:
— J.LS. (Dino) — MR-8
— V.S.M. (Marta, Carmem, Ângela, Dadá) — MR-8
— J.S.R.M. (Aníbal) — MR-8
— F.S.M. (Waldir, Miguel) — MR-8
— C.Q.B. (Vítor, Bili, Miro, Levi) — MR-8
— V.G.S. (Jonas) — ALN
— C.T.S. (Pedro, Geraldo, Edson, Otávio) — ALN
— P.T.W. (Geraldo) — ALN
— M.C.O.N. (Sérgio, Roberto, Benê) — ALN
— S.R.A.T. (Rui, Gusmão, Júlio) — MR-8
— J.C.F. (Velho, Toledo) — ALN
— F.G. (Honório, Mateus, Bento, João, Ignácio) — MR-8
— A.F.S. (Baiano) — MR-8

MEU DESTINO: SÃO PAULO

Em 1969 eu cursava o último ano da Escola de Estado-Maior, na Praia Vermelha. Era major há dois anos. Minha mulher, Joseíta, era professora pública.

O terrorismo aumentava.

Sentinelas dos quartéis continuavam sendo assassinadas.

Viaturas militares eram assaltadas e as armas "expropriadas" pelos terroristas.

Em São Paulo, mais de uma vez, militares fardados foram atacados em plena via pública e, sob a ameaça de morte, obrigados a se ajoelharem e a dar vivas ao comunismo. Recebemos ordens para, se possível, não transitar fardados na rua.

Os assaltos a bancos e aos carros transportadores de valores agora eram rotina e a cada dia a sua técnica se tornava mais sofisticada. Era fruto da experiência adquirida por militantes brasileiros que, no exterior, se aperfeiçoaram em cursos de Guerrilha Urbana.

Quatro aviões já tinham sido seqüestrados e desviados para Cuba. O Embaixador dos Estados Unidos fora seqüestrado.

Quartéis haviam sido assaltados e suas armas roubadas. Assassinatos de policiais tomavam conta das manchetes dos jornais.

A Polícia Civil e as Polícias Militares — despreparadas para estas novas ações, agora muito bem planejadas e melhor executadas — todas recheadas de cunho ideológico — sofriam grandes revezes.

Bombas eram lançadas contra quartéis, delegacias de polícia, repartições públicas e órgãos de imprensa.

Soldado PM — José Aleixo Nunes — (São Paulo)

Soldado PM — Garibaldo de Queiroz — (São Paulo)

José Marques do Nascimento,
motorista de táxi, assassinado por terroristas
quando conduzia dois PM que os perseguiam.
(Ver página anterior)

Rádio-Patrulha assaltada e incendiada pelos "inocentes indefesos da ALN" que mataram na ocasião os Soldados PM: Guido Bone e Natalino Amaro Teixeira

Viaturas do DOPS/SP, incendiadas durante uma propaganda armada

Destruição de carros pertencentes a um órgão público

Explosão de uma bomba conduzida pelos terrorista I.N (Charles) e S.C. (Gilberto), da ALN, na madrugada de 04/09/69, na Rua da Consolação, SP.

Sabotagem contra uma linha férrea em S. Paulo

Face a esse quadro todo, chegara a hora de empregar as Forças Armadas.

Transcrição da Revista AFINAL — Edição Especial — 05/03/85:

(1.° de julho de 1969)

Anunciado oficialmente o lançamento de uma certa Operação Bandeirante em São Paulo, em cerimônia que contou com a presença do Governador do Estado, Abreu Sodré, do seu Secretário de Segurança, Helly Lopes Meirelles e dos comandantes do IV Distrito Naval, da 4a. Zona Aérea e do II Exército, General José Canavarro Pereira. Objetivo, segundo discurso do General Canavarro: unir todos os setores da sociedade às Forcas Armadas, no esforço pela defesa da segurança interna".

Enquanto tudo isso ocorria, o fim do meu curso na Praia Vermelha se aproximava e com ele a incerteza do meu novo destino.

De acordo com a legislação, não poderia permanecer no Rio de Janeiro, pois havia completado 10 anos naquela Guarnição. A minha classificação no curso permitia escolher uma boa cidade.

Foi assim que elegi o Comando do II Exército, em São Paulo.

No Rio de Janeiro o nosso orçamento doméstico estava apertado. Para ajudar, Joseíta depois de lecionar pela manhã na Escola Pública, à tarde dava aulas particulares e à noite ensinava no Curso Supletivo.

Com a transferência haveria uma queda no nosso orçamento.

Viveríamos dentro de um orçamento apertado, mas com a certeza de que seríamos felizes na nova vida.

Dentro dessa expectativa nos mudamos para São Paulo.

Os aluguéis estavam altos; além disso tínhamos dificuldades em conseguir um bom fiador, pois éramos desconhecidos na cidade.

Finalmente, achamos um casal maravilhoso que nos alugou uma casa perto do Aeroporto. Não exigiu fiança. Bastaram os meus documentos. Assinamos o contrato e nos instalamos.

Nossa vida parecia perfeita e mais ainda com a chegada de nossa primeira filha, Patrícia.

Em 14 de janeiro de 1970 me apresentei no II Exército, pronto para o serviço. Fui designado para estágio na 2a. Seção do Estado-Maior (Informações).

Patrícia começou a ter problemas de saúde. Dois pequenos tumores em seu pescoço que depois foram crescendo. Não conseguia mamar. Emagrecia dia-a-

dia. Teve início, então, a nossa “via crucis” nos médicos, sem qualquer solução, com vários diagnósticos como doença de Hödkin, tuberculose ganglionar, etc...

Estávamos desesperados. Joseíta, como sempre, forte, [..]tando. Eu, havia momentos em que não resistia e chorava. Via minha filha definhando e nada podia fazer.

Vivíamos sós, numa cidade grande como São Paulo, sem parentes.

Passávamos as noites quase em claro. Durante o dia, enquanto Joseíta percorria os médicos, eu trabalhava duro. Era major estagiário, responsável pelo campo Psicossocial, um setor muito pesado para aquela época do terrorismo.

Patrícia piorava. Finalmente, ela foi examinada por um dos maiores cirurgiões infantis de São Paulo. Teria que ser operada com urgência, segundo o seu diagnóstico. O preço seria dado somente após a cirurgia, que seria exploratória. Resolvi vender meu apartamento de quarto e sala no Leblon, Rio de Janeiro, assim como meu fusquinha 1200, únicos bens que possuía, para pagar a cirurgia.

Joseíta, Patrícia e eu retornamos ao QG do II Exército e encontramos o capitão Carlos Alberto de Francicis que sugeriu uma última tentativa, o Dr. José Carlos Fasano. Este a examinou e sugeriu não uma cirurgia exploratória como ia ser feita, mas uma simples punção biópsia, pois diagnosticara o problema como hematoma causado por ruptura do músculo externoclido-mastóideo, no momento do parto.

E naquela mesma tarde a punção foi feita.

Uma semana depois, num Sábado de Aleluia, o Dr. Fasano nos dava a boa notícia. Era simplesmente um hematoma de parto que infeccionara.

Patrícia, nesse ínterim, tomava as mamadeiras com apetite. Estava salva.

Enfim, respiramos aliviados. Graças a Deus e a esse grande amigo e excelente médico, Dr. José Carlos Fasano, devemos a vida de nossa filha.

Trabalhando na Seção de Informações do II Exército, eu ia tomando maior contato com as ações terroristas e com as suas conseqüências.

Com a criação da OBAN, que teve como seu único comandante o então Major Waldyr Coelho, o nosso poder de reação começava a ser sentido. Trabalhávamos mais coordenados.

Na verdade, se cada Distrito Policial, ou cada Batalhão de Polícia Militar, quando prendesse um terrorista ou subversivo, fosse interrogá-lo nas suas dependências, haveria uma divisão de esforços.

Vivíamos uma corrida contra o tempo e o desconhecido. A rapidez era vital para se descobrir e neutralizar ações onde mortes e grandes danos materiais

poderiam ocorrer.

Era muito mais lógico que tudo ficasse centralizado sob um só comando, em um órgão que dispusesse de dados a respeito de cada organização subversiva, de sua maneira de agir, de nomes e fotografias de seus mais importantes militantes.

Por outro lado, como esta era uma guerra sem uniformes, travada nas ruas, onde o inimigo se misturava com a população, seria extremamente perigoso que organizações policiais, por falta de coordenação, acabassem lutando entre si, pensando estar atuando contra os terroristas. Estes, utilizando vários ardis, procuravam explorar as características dessa guerra suja para colocar em confronto as Forcas Policiais, conforme relata Hélio Syrkis em seu livro “Os Carbonários”. Hélio Syrkis, foi militante da VPR, tendo se exilado em 1971. Anistiado regressou ao Brasil em fins de 1979.

“*Bacuri era um dos mais facanhudos. Já se safara de várias situações incríveis, inclusive um bloqueio de rua da OBAN, abrindo caminho a bala. Vivia bolando golpes de guerra psicológica, gênero telefonar pro DOPS denunciando um assalto a banco por terroristas fardados de PM e depois ligar prá PM dando o alarme da ação promovida por falsos policiais à paisana. Mais de uma vez a coisa acabara em tremenda balaceira entre os homis de gatilho fácil. Bacuri tinha mais de uma morte nas costas e estava jurado pela repressão.*”

Íamos nos estruturando cada vez mais quando “caiu”, isto é, foi preso C.O., o “Mário Japa”. A sua “queda” provocou o seqüestro do Cônsul-Geral do Japão em São Paulo, Sr. Nobuo Okuchi, em 11 de março de 1970. O período do seqüestro foi de intenso trabalho.

Logo a seguir, através de interrogatórios, em abril de 1970, tomamos conhecimento de que a VPR, sob o comando de Carlos Lamarca, havia instalado uma área de treinamento de guerrilheiros no Vale da Ribeira, no Sul do Estado de São Paulo.

Nossos esforços foram então direcionados para neutralizar esta área que poderia transformar-se em foco de guerrilha.

Os meses foram passando e o nosso trabalho na 2a. Seção do II Exército se tornava cada vez mais pesado.

Em maio fui chamado por meu chefe, que me sugeriu ocupar um apartamento funcional, no prédio do Exército, na Avenida São João. Disse-me o coronel que as ações terroristas estavam se intensificando e o local onde eu residia era por demais inseguro, não só para a minha família, como para mim.

Falei, então, com o proprietário que, tão gentilmente me alugara a sua casa. Paguei as multas relativas à quebra do contrato e devolvi-lhe a casa após pintar todo o seu interior, deixando-a nas mesmas condições em que a recebera.

Agora já estava bem relacionado com a Comunidade de Informações, que todas as quartas-feiras se reunia no QG do II Exército. Nessas reuniões eram discutidas e avaliadas todas as ações terroristas da semana. Comentando os nossos acertos e os nossos erros, fazíamos uma crítica construtiva de tudo o que se passara. Colhíamos ensinamentos e coordenávamos o procedimento de cada órgão. Nelas tomavam parte o Chefe da 2a. Seção do II Exército, o Comandante da OBAN, um representante da 2a. Seção do II Exército (normalmente eu), o oficial chefe da 2a. Seção do IV Comando Aéreo Regional, o chefe da 2a. Seção do Distrito Naval, o chefe da 2a. Seção da Polícia Militar do Estado de São Paulo, um representante da Polícia Federal, um representante da Divisão de Ordem Social do DOPS, um representante da Ordem Política do DOPS. Foi nessa ocasião que conheci o Dr. Romeu Tuma, de quem, posteriormente, me tornei amigo. Tuma, então delegado de 5a. Classe, assessorava o Diretor de Ordem Social do DOPS e comparecia às reuniões da Comunidade.

As prisões dos terroristas foram acontecendo em ritmo crescente. Enfim, começávamos a dar uma resposta à altura às ações terroristas da Guerra Revolucionária. Os presos, ao serem interrogados, iam "entregando", isto é, iam contando tudo a respeito de suas organizações. Assim, ficávamos conhecendo o nome correto dos seus militantes, quais as ações em que eles tinham tomado parte, a localização dos "aparelhos", isto é, do local onde os terroristas residiam na clandestinidade, e onde guardavam armamentos, munições, explosivos, etc.

Enfim, a cada interrogatório de um militante preso o nosso arquivo era ampliado com preciosas informações. Isso, evidentemente, estava colocando em risco a vida das Organizações Terroristas. Era, portanto, necessário retirar o quanto antes, os seus companheiros que na prisão estavam "abrindo", isto é, contando tudo.

Logo veio o contra-ataque. Planejaram um seqüestro para retirar esses presos da prisão e a personalidade escolhida foi o Embaixador da República Federal da Alemanha, no Brasil, Ehrenfried Anton Theodor Ludwig Von Holleben. que foi seqüestrado em 11 de junho de 1970.

SEQÜESTRO DO CÔNSUL-GERAL DO JAPÃO

C.O., que usava o codinome de “Mário Japa”, era, em 1970, um dos dirigentes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Em março fora enviado para São Paulo com o objetivo de reestruturar a guerrilha urbana, dando-lhe maior operacionalidade. Era, portanto, uma das peças fundamentais da VPR.

Num determinado dia do mês de março de 1970, “Mário Japa” sofreu um acidente de automóvel, na Avenida das Lágrimas, em São Paulo, quando perdeu os sentidos. Um guarda de trânsito, ao socorrê-lo, encontrou muitas armas e documentos subversivos no interior do carro acidentado. Chamou a polícia. Ele foi preso e encaminhado ao DOPS.

“Mário Japa” conhecia tudo a respeito da VPR. Caso contasse o que sabia, colocaria em sério risco a sua Organização.

Para a VPR era necessário libertar, com a máxima urgência, esse companheiro.

Por ele ser de origem japonesa, foi selecionado para ser seqüestrado, o Cônsul-Geral do Japão em São Paulo, Nobuo Okuchi.

A VPR, atuando em uma frente, contou com o apoio do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e da Resistência Democrática (REDE).

No dia 11 de março de 1970, às 17 horas e 45 minutos, o cônsul foi seqüestrado, no Bairro de Higienópolis, muito próximo de sua residência.

Para a ação foram utilizados dois Volkswagens, pistolas, revólveres e uma metralhadora.

Quando o veículo do Cônsul chegou ao local do seqüestro, um Volks dirigido por D.J.C. (Henrique) interceptou a sua marcha. O.S. (Miguel, Fanta) desceu desse Volks empunhando uma metralhadora INA. Nesse instante L.D. (Jamil) aproximou-se do motorista do Cônsul, Sr. Hideaki Doi, e o rendeu. L.B.V. (Fred, Bueno) e “Fanta” entraram no carro do Cônsul e o mandaram deitar no chão.

Mais à frente abandonaram o carro do consulado e passaram todos para um Volks vermelho dirigido por E.L. (Bacuri).

Nessa ocasião, “Fanta” ocupou o banco dianteiro direito. Atrás, com o Cônsul entre eles, estavam “Jamil” e “Fred”.

Participaram do seqüestro, como apoios, os seguintes terroristas:

— M.A.L.D. (Orlando, Eloi) — VPR

— P.P.P. (Gaúcho) — MRT

— M.F.G. (Dudu) — VPR

— D.P.C. (Célia) — REDE

Os terroristas exigiram, em troca da vida do Sr. Nobuo Okuchi, a libertação de: D.O.L. e filhos, O.A. (Tião), Madre M.B.S., C.O. (Márip Japa), D.J.C.O. (Luiz ou Leandro) e um avião para conduzí-los ao México.

Quando os banidos desembarcaram no México o Cônsul foi libertado.

A seguir transcrevo o que o Jornal do Brasil, em 14 de março de 1970, publicou a respeito de cada um dos presos libertados:

D.J.C.O.

"D" é conhecido pelos apelidos de Luiz ou Leandro, nascido em 15 de novembro de 1942, cor branca, cabelos pretos, olhos castanhos, 1m63 de altura. Participou dos atentados ao Consulado Norte-Americano, em São Paulo, Quartel-General do II Exército, quando morreu o soldado Mário Kozel Filho, atentado ao Quartel-General da Força Pública, no Barro Branco, quando foi morta outra sentinela, bomba na loja Sears, morte do capitão Charles Chandler, no dia 12 de outubro de 1968, assalto à Casa de Armas Diana e ao Hospital Militar, roubos ao Banco Mercantil da Rua Joaquim Floriano e ao Banco do Estado, na Rua Iguatemi. Também agiu no ABC, tendo tomado a Rádio Independência no dia 26 de julho de 1968, acompanhado de mais cinco terroristas, entre eles C.O. Naquela ocasião transmitiram uma mensagem subversiva".

C.O.

"C.O. é o nome do Mário, outro dos presos requisitados pelos seqüestradores em troca do Cônsul-Geral Nobuo Okuchi. É ligado aos irmãos Carvalho, que comandavam o terrorismo na região dos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano (ABC), três dos quais já se encontram presos no Presídio Tiradentes. Ele é acusado de tomar a Rádio Independência, em São Bernardo do Campo, e colocar no ar um manifesto redigido por Carlos Marighella atacando o Governo Federal. Foi preso por acaso quando seu carro colidiu com outro. Mário Japonês foi levado para o DOPS e em seguida requisitado pela Operação Bandeirantes. Consta agora que ele está recolhido a um hospital".

O. A.

"O ARMEIRO — O.A. membro da Aliança Libertadora Nacional, foi preso

juntamente com F.B.C., no dia 25 de dezembro do ano passado, na fábrica clandestina de armas do Bairro de Artur Alvim. Eles faziam cópias de armas roubadas pelo ex-capitão Lamarca do 4.° Regimento de Infantaria, em Quitaúna.

A fábrica estava montada num galpão que havia nos fundos da casa de F. que era ex-membro do Partido Comunista. Ele aceitou a proposta do ex-capitão Lamarca, pois havia a chance de "servir à causa" e ganhar um salário de NCr$500,00. Mas o homem escolhido para montar a fábrica foi O.A., que não teve problemas para fazê-lo. Ele havia feito um curso em Cuba, onde aprendeu a transformar pedaços de cano e equipamentos de automóvel em armas automáticas e de grosso calibre.

Para montar a fábrica, O.A., recebeu NCr$5 mil de J.C.F. Com esse dinheiro deu a entrada para comprar um torno e preparar o galpão com revestimento a prova de som, já que faziam provas de tiros e não podiam despertar a atenção dos vizinhos".

D.O.L.

"A viúva D.O.L., foi presa por ocasião da morte de seu marido A.R.L., num tiroteio com soldados da Força Pública, na noite de 26 de fevereiro passado, num sítio do Município de Atibaia, onde o casal estava escondido, juntamente com três filhos menores.

Em seus depoimentos prestados às autoridades militares D.O.L. contou que o ex-capitão Carlos Lamarca e outros terroristas freqüentavam sua casa nos fins de semana.

A localização de A.R.L. e sua família foi possível graças a uma diligência de soldados da Força Pública, que tentavam prender um ladrão de carros. Ao passar diante da casa do terrorista, suspeitaram de uma camioneta Kombi e decidiram investigar. O sargento que comandava o destacamento bateu à porta e foi atendido por D.O.L., que foi chamar seu marido para prestar maiores esclarecimentos.

Ao surgir na porta, A.R.L., disparou sua metralhadora, matando o sargento e ferindo um soldado. Os outros soldados responderam aos tiros, abatendo o terrorista. Num dos quartos foram encontrados 24 fuzis Mauser, quatro metralhadoras INA e 11 fuzis FAL".

Madre R M.B.S.

"A RELIGIOSA — Madre M.B.S. — Nascida em Araxá, Minas Gerais, era madre superiora do Lar Santana (Rua Conselheiro Dantas, 984, em Vila Tibério). Foi presa no dia 13 de novembro de 1969, quando a polícia e o Exército desarticularam em Ribeirão Preto o grupo terrorista Frente Armada de

Libertação Nacional (FALN)

No Lar Santana, onde vivem 220 crianças, a Polícia afirmou ter encontrado material subversivo e documentos comprometedores. Além de ser acusada por tentar queimar os documentos e enterrar explosivos quando os policiais chegaram ao asilo, madre M.B.S. também seria responsável pelo desvio de mais de uma tonelada de alimentos enviados pelo Governo dos Estados Unidos para as crianças do Lar Santana. As mercadorias teriam sido endereçadas a FALN.

Segundo a polícia, o Lar Santana transformara-se em aparelho da FALN com o conhecimento da madre".

Nota do autor: Na matéria publicada pelo Jornal do Brasil constam os nomes por extenso.

O SONHO!

“O dever de todo revolucionário é fazer a revolução!
Criar dois, três, muitos vietnames”.

A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) decidiu criar uma área de treinamento de guerrilha, com a finalidade de dar aos seus militantes o adestramento básico e permitir a eles a adaptação às condições de vida da área rural, preparando-se para, em um futuro bem próximo, eclodir em todo o Brasil focos de Guerrilha Rural.

O local escolhido foi o Vale da Ribeira, uma região muito pobre, úmida, de muita vegetação, de difícil acesso e situada na altura do quilômetro 250 da BR-116, que liga São Paulo a Curitiba.

Em janeiro de 1970, a VPR começou a deslocar os seus militantes. Visando os futuros focos de guerrilha, veio gente do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. No começo de abril já contavam com 19 militantes.

O comandante da área era CARLOS LAMARCA. Foram criadas duas bases:

BASE ZANIRATO

Comandante — D.R. (LEO)
— Y.I. (CÉLIA)
— J.A.N. (ALBERTO)
— A.M.S. (EDUARDO)
— D.F. (ANDRÉ)
— G.F.L. (CARLOS)
— M.B.R. (EMILIANO)
— V.N.A. (ÁTILA)
— H.E.C. (DANIEL)

BASE EREMIASDELIZOICOV

Comandante — Y.F. (JOEL OU ANTENOR)
— A.O.L. (ROGÉRIO)
— E.G. (JAIR)
— U.S. (GREGÔRIO)
— D.S.S. (ARAÚJO)

— C.M.J. (PATRÍCIA)
— R.M. (DINO)

Em uma casa que servia como base, residiam J.L. (Nicola) e T.D.O. (Tia). Não eram casados, nem viviam maritalmente. “TIA” estava na área para dar uma “fachada legal” à casa onde residiam, passando os dois, aos olhOS da pequena população, como um casal. Eles tinham por missão ir ao povoado, constantemente, para fazer compras e observar qualquer movimento suspeito ou a presença de pessoas estranhas ao vilarejo.

Iniciou-se o treinamento.

Enquanto isto, no início de abril de 70, C.L. (Lourenço) e M.C.B. (Lia. Sara. Maada) também militantes da VPR, foram presos no Rio de Janeiro. Eles sabiam da existência da Área de Treinamento do Vale da Ribeira. Interrogados, entregaram a área com todos os detalhes: localização, constituição, recursos existentes, meios de segurança, etc...

No día 18 de abril, após ligeira estada em Peruibe, LAMARCA regressou à área. Estava apreensivo, soubera da prisão de seus companheiros e temia que no interrogatório eles tivessem dado todos os detalhes das suas posições. Resolveu desativar imediatamente a Área de Treinamento do Vale da Ribeira.

Na realidade, no dia seguinte, 19 de abril, os Órgãos de Segurança iniciaram os reconhecimentos no local. Os primeiros efetivos do Exército chegaram de helicóptero, dia 21 de abril.

Quando LAMARCA pressentiu a chegada das tropas, liberou oito guerrilheiros. Por um atalho e sem maiores problemas estes atingiram a BR-116, seguindo então para São Paulo.

Ficaram na área: “ALBERTO”, “JAIR”, “ROGÉRIO”, “ARAÚJO”, “LEO”, “CARLOS”, “NICOLA”, “JOEL” e LAMARCA. “Tia” e “Célia”, por motivos de saúde, já estavam em São Paulo.

No dia 21 de abril, LAMARCA e seu grupo se refugiaram na Base Zanirato. Às 18 horas desse dia, por segurança, deslocaram-se para a Base Delizoicov, mais no interior da mata.

Dia 22, pela manhã. LAMARCA mandou “LEO” e “NICOLA” fazerem um reconhecimento. Como estes não voltaram até a hora combinada, LAMARCA resolveu abandonar a Área de Guerrilha, tentando furar o cerco.

“LEO” e “NICOLA” foram cercados pelas patrulhas do Exército e, após

várias peripécias, acabaram sendo presos no dia 27 de abril.

O grupo de LAMARCA, reduzido a sete homens, conseguiu, em 8 de maio, carona em um caminhão e, na carroceria, partiram para a direção de Eldorado. Na entrada da cidade, defrontaram-se com uma barreira da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP).

Os soldados, por inexperiência, os mandaram descer para serem revistados, sem as medidas de segurança necessárias.

Os sete guerrilheiros, usando os seus FAL (Fuzis Automáticos Leves) atiraram contra os soldados que tentaram se abrigar.

Vários militares foram feridos, alguns com gravidade.

Os guerrilheiros continuaram a fuga em direção a Sete Barras, quando pressentiram que ao seu encontro vinha uma patrulha da PMESP, transportada por uma C-14 e um caminhão.

Os terroristas resolveram enfrentar a patrulha. Saltaram da viatura e armaram uma emboscada.

A patrulha era composta por 17 homens: um Tenente, 2 Sargentos, 2 Cabos e 12 Soldados, usando como armamento o velho fuzil Mauser. modelo 1908, de repetição, sem qualquer automatismo.

Os homens da PM foram atingidos ainda dentro de seus carros.

Os terroristas estavam com um armamento excepcional, todos com um FAL, fuzil automático, usado pelos melhores Exércitos do mundo. Os mesmos que LAMARCA havia furtado do 4.° RI. Usando a surpresa, ocupando posições escolhidas no terreno, com grande poder de fogo e protegidos pela escuridão da noite, tinham todas as vantagens. Travou-se intenso tiroteio. A patrulha da PM sofreu muitas perdas, tendo vários feridos. O Ten. MENDES, Comandante da Patrulha, num gesto heróico para salvar seus homens da morte certa, propôs, no auge do tiroteio, se entregar como refém, em troca da vida de seus homens.

LAMARCA aceitou. O combate terminou. O trato foi feito: o Tenente deixaria seus homens que não estavam feridos com o grupo de guerrilheiros, como garantia de que não os denunciaria, enquanto levava os feridos graves até Sete Barras para serem evacuados e retornaria em seguida. Assim foi feito e o Ten. MENDES, após transportar os feridos, retornou ao local.

LAMARCA liberou o restante da patrulha, após desarmá-la, mas levou o Ten. MENDES como refém, planejando usá-lo para facilitar-lhe a passagem nas possíveis barreiras da PM que poderia encontrar ao longo da estrada.

No entanto, pouco depois, temendo que o Exército pudesse preparar-lhes alguma emboscada, onde todos seriam presos, LAMARCA resolveu romper o

cerco progredindo pela mata.

A comida era pouca e ainda tinham que vigjar, constantemente, o prisioneiro.

Durante a marcha “JAIR” e “ALBERTO” se desgarraram do grupo e foram presos pelo Exército nos dias 10 e 12 de maio, respectivamente.

O grupo guerrilheiro estava reduzido a cinco homens: LAMARCA, “JOEL”, “ROGÉRIO”, “ARAÚJO” e “CARLOS”. Com eles, tendo que ser vigiado e dividindo a comida, o Ten. MENDES se tornou um problema a mais.

No dia 10 de maio, LAMARCA tomou a decisão de eliminar o prisioneiro. Não poderiam fuzilá-lo, pois chamariam a atenção das forças que os cercavam. Resolveram matá-lo a coronhadas.

“JOEL” deu a primeira coronhada que lhe partiu o crânio. A segunda foi desfechada por “ARAÚJO”. A seguir enterraram o Tenente.

No livro “A Esquerda Armada no Brasil” os terroristas narram algumas inverdades. Uma delas a respeito do número de mortes que dizem serem muitas. Morreu apenas o Ten. MENDES. Outra inverdade está no depoimento de LAMARCA, no livro “A Esquerda Armada no Brasil” que transcrevo abaixo:

“Depois de algumas discussões, julgamos e justiçamos o Ten. Paulo Mendes Júnior, que ia como prisioneiro. Foi fuzilado e o seu corpo lançado ao Rio Ribeira, para que não servisse de sinal à direção que seguíamos”.

(Obs. do autor: o nome correto é Alberto Mendes Júnior).

“ROGÉRIO”, preso tempos depois, nos levou onde o Tenente fora enterrado. Seu corpo foi exumado em 09/09/70. Foi feita a autópsia e a identificação. Lembro-me perfeitamente deste fato pois “ROGÉRIO” quando preso, chorava, com medo de ser vingado pelos colegas do Ten. MENDES, herói que dignificou a sua farda, morrendo pelos seus soldados.

Foi um ato covarde que “JOEL” e “ARAÚJO” praticaram, mas os Direitos Humanos destes assassinos foram respeitados.

“ROGÉRIO” e “ARAÚJO” foram a julgamento, em todas as instâncias. Os dois foram condenados à morte (naquela ocasião havia a pena de morte). Mais tarde a pena foi comutada para prisão perpétua e a seguir para 30 anos de prisão (Processo 38.3692).

Ambos foram postos em liberdade, em junho de 1979, beneficiados pela Lei da Anistia.

“JOEL” não foi julgado porque morreu ao resistir à prisão, no dia 05/12/70, em enfrentamento com o nosso DOI.

Depois do assassinato do Ten. MENDES, “CARLOS” afastou-se do grupo e, sozinho, conseguiu romper o cerco.

Em 31 de maio, os quatro remanescentes, liderados por LAMARCA, emboscaram um caminhão do Exército que saíra da área para apanhar água. Prenderam o Sargento e os cinco Soldados que iam na viatura. Valendo-se do veículo e dos uniformes, conseguiram furar o cerco e dirigiram-se para São Paulo.

No dia 11 de setembro de 1970, com todas as honras militares, o heróico e bravo 1.° Tenente da Polícia Militar do Estado de São Paulo, ALBERTO MENDES JÚNIOR, foi enterrado na cidade de São Paulo, no Cemitério de Araçá.

O assassinato a sangue frio, determinado por CARLOS LAMARCA, estarreceu a todos nós. LAMARCA já havia traído o Exército Brasileiro quando, ignorando o seu juramento de soldado, usou a farda que deveria dignificar, para roubar as armas que a nação confiara sob sua guarda. Agora comandava uma organização terrorista, das mais violentas.

Recentemente, como aconteceu com CARLOS MARIGHELLA, a imprensa do país publicou a notícia que alguns grupos sugeriram a idéia de depositar os restos daquele traidor no Panteon da Democracia, na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

O livro “A Esquerda Armada no Brasil” exagera quanto aos efetivos empregados pelo Exército (20 mil homens, segundo eles) e interpreta, erroneamente, como covardia de nossos recrutas o seu despreparo para este tipo de luta.

Devo esclarecer que os efetivos do Exército, empregados nesta área, nunca foram acima de três mil homens. Para o leigo pode parecer um número absurdo para aquela operação mas, em uma área imensa, desconhecendo a localização e o número exato do inimigo, um cerco eficiente só poderia ser feito com um grande efetivo.

A título de ensinamento convém ressaltar que o emprego das Forças Armadas para combatê-los não foi o adequado. Convém frisar que estávamos enfrentando, pela primeira vez, uma Guerrilha Rural e as nossas fontes de consulta eram os manuais do Exército Americano.

Friso bem a palavra MANUAIS. Jamais nos valemos, em nosso país, de instrutores de outros Exércitos, para nos ensinar a combater.

Segundo estes manuais, o combate aos guerrilheiros, quando estes ocupam uma determinada área, se faz através do uso do “Martelo” e da “Bigorna”. Por

este processo, enquanto uma tropa estabelece o cerco e barra as saídas, a outra investe contra o inimigo, empurrando-o sobre o cerco.

Porém esta não seria a solução ideal para este caso.

O número de guerrilheiros, dezenove, era muito pequeno, podendo se esconder com facilidade. O terreno muito ingrato. Os reconhecimentos, precários. Perdeu-se muito tempo entre a chegada da tropa e a efetiva realização do cerco. Não tínhamos experiência para este tipo de combate e os nossos soldados eram, na maioria, ainda recrutas.

A passagem da situação de treinamento para a de combate não é imediata. Exige adaptação e prazo suficiente.

Mas os erros nos serviram de lição. Mais tarde, quando os guerrilheiros tentaram implantar no Sul do Pará outro foco guerrilheiro, os nossos efetivos foram reduzidíssimos. Empregou-se outra tática de combate. Os homens eram adestrados, acostumados com a selva, viviam e moravam na região como se fossem civis. Utilizou-se, ao máximo, os mateiros como guias e procurou se obter o apoio irrestrito da população que denunciava cada passo dos guerrilheiros.

Havíamos aprendido a lição do Vale da Ribeira.

No Sul do Pará, montou-se uma operação genuinamente brasileira, alicerçada nas características do nosso homem, do nosso terreno e sobretudo, contando com os mesmos meios e com os mesmos recursos que o nosso caboclo tinha para sobreviver. Em pouco tempo e sem maiores despesas, toda a guerrilha do Sul do Pará estava desbaratada.

UM HERÓI É SEPULTADO

(JORNAL DO BRASIL — 12 Set 70)

"Mais de 10 mil pessoas acompanharam ontem à tarde até o cemitério do Araçá o corpo do Tenente da Polícia Militar ALBERTO MENDES JÚNIOR, assassinado pelo grupo do ex-capitão CARLOS LAMARCA no Vale da Ribeira, em maio, e cujo cadáver foi encontrado no início desta semana.

O Governador Abreu Sodré, que velou o corpo no salão nobre do Quartel-Generai da corporação, deu o nome de Capitão ALBERTO MENDES JÚNIOR ao Grupo Escolar de Vila Galvão, em Guarulhos."

O CORTEJO

“Envolto na Bandeira Nacional, o esquife levando o corpo do oficial foi posto, às 14 h, numa carreta do Corpo de Bombeiros, que saiu da Avenida Tiradentes para o Cemitério do Araçá. À frente do cortejo, iam batedores e a Banda de Música do Batalhão Tobias de Aguiar.

O carro fúnebre foi acompanhado por milhares de oficiais e praças da PM, representantes do Exército, Marinha, Aeronáutica, ex-Guarda Civil e Polícia Rodoviária, além de centenas de civis, tendo à frente o Comandante-Geral da PM, Coronel Confúcio Danton de Paula Avelino, o Secretário de Segurança Pública, Coronel Darci da Cunha e Melo, e o General Paulo Carneiro Tomás Alves.

O cortejo atravessou o centro da cidade, onde o trânsito foi interrompido e as lojas fecharam suas portas. O esquife foi levado pelas altas patentes presentes até a sepultura n.° 35. Lido o Boletim Oficial, o esquife baixou à sepultura, com honras militares.”

O
ELOGIO
EM BOLETIM ESPECIAL

"Tenente ALBERTO MENDES JÚNIOR.

Que dizer-te agora?

Onde a palavra que, dando o sentido exato do teu heroísmo, se harmoniza com o diapasão da nossa sensibilidade?

Como situar com palavras o teu feito?

Nossas lágrimas dizem tudo o que queremos dizer-te mais.

Nasceste em berço humilde e, acalentado pelo amor dos entes queridos, pudeste moldar o caráter no exemplo da dignidade, da honra, da bravura e do civismo.

Querias construir, e construías o futuro bom para ti e para os teus.

No embalo ainda dos folguedos juvenis, puro, idealista e sonhador, ergueste a fronte e, decidido, alistaste-te para servir à pátria como policial militar.

Eis o jovem cadete a misturar com os sonhos o esforço e o sacrifício.

Vai temperando o caráter que o nosso Brasil pede forte e cordial, altivo e prestativo.

São cinco anos.

Um por todos, todos por um. E tu eras dos bons, procurando ser dos melhores. E, em seres bom e em fazeres o bem, mal podias acreditar na tirania, na traição, no genocínio, no vilipendio.

Bem formado, te aprontaste para cumprir as missões que te aguardavam nas fileiras da milícia paulista. Era a tua nova família a orgulhar-se com a família que já se orgulhava de ti.

A pátria renasce. Há ânsia de construir o futuro bom, com justiça e muito amor.

O inimigo já não esconde o azedume. Agride e tenta a desordem, pela infâmia, pelo crime, pelo terror.

O jovem oficial é um dos 1.001 de 31, nos 23 anos de esperança.

Na região onde a pátria experimentava mais uma agressão — Registro — devia o nosso heróico Tenente construir uma das mais belas páginas de abnegação e de bravura.

Empenhado em ação violenta de combate, tiveste a tropa sob teu comando, praticamente dizimada, em ataque de surpresa, a 8 de maio deste ano.

Houve, então, o grande momento.

Em gesto de absoluta coragem, de reverência e de solidariedade humana, exalta as últimas conseqüências, sacrificaste a própria vida entregando-te à sanha dos que seriam teus assassinos, fazendo apenas uma única exigência: a vida dos teus subordinados feridos e que jaziam exangue no solo.

Tenente MENDES: és o herói cuja imortalidade já festejamos e cujo exemplo já nos anima e nos anima muito mais porque te vimos, e ainda ouvimos os teus passos e sentimos a tua presença.

Temos orgulho: eras igual a todos e nós vimos que viveste no mais alto grau a consciência de como devemos ser.

Não eram muitos os que te abraçavam quando juraste defender a honra, a integridade e instituições pátrias, com o sacrifício da própria vida. Ao teu lado havia muitos outros e tu eras um.

Hoje, a cidade parou para dizer-te, entre lágrimas, que se orgulha de ti.

Ainda ouvimos os ecos de tantas vozes que, há poucos dias, no 7 de setembro, cantavam:

Ou ficar a Pátria livre
Ou morrer pelo Brasil.

O Brasil está livre e continuará.

Tenente MENDES: choramos porque foste e nos alegramos por saber,

companheiro valoroso, que o teu exemplo despertará em nós os mesmos arroubos cívicos, a mesma heróica determinação, a mesma lealdade e constância.

Desmascarados estão os inimigos da pátria e suas intenções sinistras serão repelidas com energia.

Ante o teu exemplo, mais despertas estão as forças vivas da nação.

Agora, serás baluarte no coração de todo povo brasileiro que repele a opressão, o ódio, a ignomínia e o terror.

Para ti, em posição de sentido e como derradeira homenagem, repetimos as palavras de Guilherme de Almeida:

Morreste cedo para viver sempre.

Hoje, aqui perfilados, choramos a tua morte: os clarins ressoam anunciando a partida do herói, as armas se abatem àquele que soube honrá-las, os umbrais da Academia não verão mais teu porte marcial: o pátio do histórico Batalhão Tobias de Aguiar não sentirá mais o cadenciar de teus passos; o lar modesto não verá mais o filho querido voltar das missões cumpridas; tua lacuna ficará marcada na tropa de Piratininga.

Adeus Tenente Mendes. Deus te acolha entre os bem-aventurados; repousa entre os santos; tu bem cumpriste a parcela que a pátria te destinou; agora a nós cabe o dever de defender a integridade brasileira, honrando o teu nome, que soube dignificar a profecia nos versos do Hino Pátrio:

Mas se ergues da Justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta
Nem teme quem te adora a própria morte.”

UM EXEMPLO

"Ao assinar o ato que deu o nome de Capitão ALBERTO MENDES JÚNIOR, ao Grupo Escolar de Vila Galvão, onde estudou o oficial morto, o Governador Abreu Sodré destacou "a humana compreensão do valor da vida, expressa pelo 2.° Tenente da Polícia Militar ALBERTO MENDES JÚNIOR, que se entregou como refém aos terroristas-guerrilheiros, para salvar a vida de seus comandados. Seu acendrado patriotismo, ao morrer em defesa da democracia e das liberdades constitucionais nas mãos cruéis de seus algozes que lhe mutilaram o corpo, em assassínio frio e desumano. Sua vida, dedicada à corporação, aos seus subordinados, à disciplina militar, à hierarquia funcional representa exemplo histórico para a juventude, e sobretudo aos jovens estudantes de nossas escolas."

NAÇÃO AFRONTADA

Mais um ato covarde de ação subversiva feriu o Brasil: o Embaixador da República Federal da Alemanha foi seqüestrado. E na emboscada que lhe armaram dois agentes federais tombaram, um sem vida e outro ferido; dois brasileiros. Toda a nação se sente também atingida.

O manifesto em que se exprimem os agressores declara guerra a todos os brasileiros, ao advertir que doravante ninguém será poupado pela violência. Nós, que nos empenhamos para que o ódio nunca prevaleça, sob qualquer de suas numerosas práticas, não podemos calar uma repulsa que nos sufoca em indignação.

O Brasil, sob um Governo legítimo, progride a uma taxa que autoriza a confiança. A nação prospera, os problemas são enfrentados com disposição, o país se desenvolve. Os níveis de produção e consumo são hoje mais elevados do que em qualquer tempo passado.

Uma expectativa política razoavelmente favorável encaminha a oportunidade democrática. Merecemos a democracia e a alcançaremos por nossos méritos, a despeito da ínfima parcela de incendiados pelo ódio. A maciça maioria brasileira está voltada para o trabalho, a ordem e a esperança, que repele esta e qualquer outra prática de ódio e violência.

A decisão do Governo, dentro dos limites que inspiram a lei, em defesa das vítimas e para desagravar a honra nacional, contará com a adesão certa da opinião pública brasileira.

Somos, desde ontem, uma nação afrontada por um ato que nos fere a todos. Somos 90 milhões desafiados em nossas disposições ordeiras e pacíficas por um grupo de fanáticos ensandecidos pela perda dos mais caros valores humanos.

Somos uma nação silenciosa e infelicitada, mas digna e civilizada. Não abriremos mão desta dignidade e desta civilização.

Jornal do Brasil — 13 Jun 70 — 1a. página.

O SEQÜESTRO DO EMBAIXADOR DA ALEMANHA OCIDENTAL

O Embaixador da República Federal da Alemanha foi seqüestrado no dia 11 de junho de 1970, por nove terroristas, numa operação conjunta da Ação Libertadora Nacional (ALN) e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Participaram efetivamente da ação os seguintes terroristas:

— J.R.G.R. (Ronaldo) — VPR
— E.L. (Bacuri) — agora militava na ALN
— H.E.C. (Daniel) — VPR
— R.C.S. (Maciel, Caetano) — VPR
— J.M.G. (Jarbas) — VPR
— S.E.L. (Mariana. Clarice) — VPR
— J.M.B. (Cláudio, Castro, Rafael) — ALN
— J.P.S. (Mário, Reis) — VPR
— A.P.A. (Bartô, Rafael, Tomaz) — VPR

E como elementos de apoio, participaram:

— M.G.S. (Honório) — VPR
— G.T.O. (Ivan) — VPR
— A.H.S. (Felipe, Gabriel, Vitor) — VPR
— T.A. (Helga) — VPR
— M.H.F. (Anderson, Bernardo) — VPR

O objetivo do seqüestro foi o de libertar os militantes que, por saberem demais, poderiam comprometer a segurança das organizações terroristas.

Foram utilizados quatro carros: um Opala, um Volks, uma Pick-up Willys e um Karman-Ghia.

A operação foi muito rápida e durou uns dois ou três minutos. O Mercedez Benz do Embaixador subia a Rua Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, às 20:00 horas. No seu interior vinham no banco dianteiro o motorista Marinho Huttl e o agente da Polícia Federal Irlando de Sousa Régis. No banco traseiro o Embaixador Von Holleben. À retaguarda do Mercedes, como segurança, uma Variant, dirigida por Luís Antônio Sampaio, tendo ao seu lado José Banharo da

Silva, ambos agentes da Polícia Federal.

Nesse momento, a Pick-up, dirigida por “Jarbas”, abalroou o Mercedes Benz do Embaixador. Ao mesmo tempo “Cláudio”, que fingia namorar com “Mariana” nas escadinhas da Ladeira do Fialho, metralhou a Variant, feríndo gravemente o policial federal Luís Antônio Sampaio. O outro agente, José Banharo da Silva, foi rendido.

Enquanto tudo isso ocorria “Bacuri” cheqou junto à porta dianteira do carro do Embaixador” ao lado do motorista. O vidro estava um pouco aberto. Foi por esta abertura que ele disparou três tiros na direção do agente Irlando de Sousa Régis, atingindo-o e matando-o instantaneamente.

“Daniel” retirou o Embaixador do Mercedes e o colocou no Opala, partindo na direção do Bairro de Santa Teresa.

No local deixaram panfletos que diziam o seguinte:

“*Até o momento os critérios adotados, para a libertação dos diplomatas que fizemos prisioneiros políticos, eram a sua importância nas relações internacionais e o nível de ligações econômicas com a ditadura brasileira. Esses critérios, a partir de agora, ficam abolidos e estabeleceremos um número mínimo de presos a serem trocados por qualquer diplomata de qualquer país.*”

Ao chegarem a Santa Teresa, o Embaixador foi passado para uma Kombi, onde o colocaram dentro de um caixote. Na Kombi estavam os terroristas “Ivan”, “Felipe” e “Honórío”. Todos partiram, para o Bairro de Cordovil onde esconderam o Embaixador Von Holleben.

Lá no “aparelho” já estavam aguardando a chegada do diplomata os terroristas: “Helga” e “Anderson”.

No dia seguinte, com a presença do Presidente Emílio Garrastazu Médici, de Ministros de Estado, do Governador Negrão de Lima, de altas autoridades, do Ministro Conselheiro Georg Rohrig, substituto do Embaixador alemão, de muitos companheiros e familiares, o agente federal Irlando de Sousa Régis foi enterrado no Cemitério do Caju.

O agente Luís Antônio Sampaio, na UTI, tentava recuperar-se dos ferimentos que o atingiram.

A VIÚVA E A ÓRFÃ

O Ministro do Exército, Orlando Geisel, cumprimenta D. Florentina e sua filha Guilhermina

O SEPULTAMENTO

O enterro de Irlando de Sousa Regis, no Caju, teve grande acompanhamento de seus companheiros

JORNAL DO BRASIL — 13 JUN 70

POLICIAIS SE REVOLTAM ANTE A MORTE

"Uma atmosfera de revolta envolveu ontem os companheiros do agente federal Irlando Régis. Antes e após o enterro, comentavam que consideram o episódio do seqüestro do Embaixador alemão como uma evolução na violência da guerra revolucionária até certo ponto incontrolável.

— Eles estão levando uma grande vantagem: podem escolher a hora, o local e a condição do ataque. Nossa situação é dramática, temos de nos defender para sobreviver. Nas condições atuais em que agimos é impossível reagir e lutar, sobretudo porque temos de comprir a lei. Não podemos matar porque não podemos atacar primeiro."

JORNAL DO BRASIL — 13 Jun 70

O MORTO

"O agente federal Irlando de Sousa Régis era carioca e tinha 54 anos (nascido a 3 de julho de 1916). Ingressou na polícia a 14 de fevereiro de 1941 e estava desde 20 de abril último lotado no SOPS, destacado para a segurança do Embaixador alemão, como funcionário do nível 16.

Vivia há 17 anos com Dona Florentina Deleufeu da Rocha, com quem teve uma filha — Guilhermina Maria da Rocha, de 17 anos. Morava com a mãe na Rua do Catete, 338, ap. 603.

Dona Florentina, muito traumatizada, soube da morte de Irlando através da amigos, por telefone. Ela está convalescendo de uma intervenção cirúrgica: teve um dos rins extraído há 15 dias. Mesmo assim compareceu ao Instituto Médico Legal para liberar o corpo do marido e tratar do enterro (só ontem de manhã a Polícia Federal passou a cuidar disso).

O advogado da família, Sr. Jorge Luís Dantas, informou que hoje dará início na documentação para tentar um amparo do Governo à Sra. Florentina da Rocha, pois ela não era casada com Irlando de Sousa Régis.

O médico-legista Nélson Caparelli, que autopsiou o cadáver, informou que "a **causa mortis** *foi uma ferida penetrante no tórax, produzida por bala, determinando lesões no coração e pulmões e hemorragia interna com anemia aguda." O legista não determinou o calibre da arma, mas disse que era 38 ou 45.*

O FERIDO

"O motorista policial Luís Antônio Sampaio continua no Centro de Tratamento Intensivo do Hospital Sousa Aguiar; seu estado de saúde é regular, segundo os médicos. Baleado no abdômen e na coxa esquerda pelos seqüestradores do Embaixador Von Holleben, o agente foi operado pelo médico Paulo Pereira e reagiu bem. Os médicos, no entanto, receiam uma recaída e proibiram as visitas a ele, inclusive de familiares."

JORNAL DO BRASIL — 13 Jun 70

Atendendo às exigências dos seqüestradores, o Governo do Brasil, mais uma vez agiu em respeito aos Direitos Humanos de um diplomata que aqui cumpria com o seu dever: os mesmo Direitos que estes “jovens idealistas da VPR e da ALN” não respeitaram quando o seqüestraram e quando assassinaram um agente da polícia federal, ferindo gravemente a outro agente, todos chefes de família.

O Governo resolveu atender a todas as exigências feitas pelos terroristas e colocou em liberdade 40 presos, os quais foram banidos do território nacional pelo Decreto n.° 66.716, de 15 de junho de 1970 e viajaram para a Argélia.

Em conseqüência do banimento, todos os processos que eles respondiam na justiça foram paralisados.

O SEQÜESTRO DO EMBAIXADOR SUÍÇO

As Organizações Terroristas tinham programado três sequestros simultâneos. Um em São Paulo, o segundo no Rio de Janeiro e o terceiro no Nordeste. Atuariam numa "frente", formada pela Vanguarda Popular Revolucionam (VPR), Ação Libertadora Nacional (ALN), Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

Com a morte de J.C.F. (TOLEDO. VELHO), um dos líderes da ALN. todas as Organizações que formariam a "frente" desistiram da execução dessas ações. A VPR, que sozinha, não tinha condições de realizar os três sequestros, optou apenas por um, o do Rio de Janeiro.

No dia 07 de dezembro de 1970, por volta das 09:00 horas, na Rua Conde de Baependi, no Bairro Laranjeiras, o Embaixador da Suíça no Brasil, GIOVANNI ENRICO BUCHER, foi seqüestrado pela VPR.

Participaram da Operação:

— CARLOS LAMARCA — Comandante;
— A.P.A (BARTO);
— I.E.R (ALDA);
— G.T.O (IVAN);
— H.E.C (DANIEL);
— A.G.R (VAN ou SORRISO);
— M.G.S (HONÓRIO);
— J.R.G.R (RONALDO);
— A.H.S (FELIPE);
— T.A (HELGA).

Naquele 07 de dezembro, o Sr. BUCHER às 08:00 horas estava tomando o seu desjejum, em sua residência na Rua Campo Belo 199, no Parque Guinle, Laranjeiras. As 08h45m, saiu em seu carro, um Buick azul, placa CD 58. Ao volante seguia o seu motorista Ercílio Geraldo, tendo ao lado o Agente Federal Hélio Carvalho de Araújo, destacado para segurança do diplomata. Sozinho, no banco traseiro, lado direito, o Embaixador.

Após descer a ladeira do Parque Guinle, o Buick do diplomata entrou pela Gago Coutinho, Laranjeiras, Ipiranga e finalmente Conde de Baependi, quando um Aero Willys bege, dirigido por “BARTÔ” arrancou e bateu na frente esquerda do Buick. O motorista. Ercílio tentou desviar para direta, mas foi surpreendido por um Volks azul dirigido por “RONALDO” que deu marcha-a-ré e bloqueou totalmente o carro do Embaixador.

Enquanto isso acontecia, um Volks vermelho, dirigido por “HONÓRIO”, deslocou-se para a retaguarda do carro seqüestrado, onde parou e levantou o capô.

Nesse momento, CARLOS LAMARCA abriu a porta onde estava o segurança Hélio Carvalho de Araújo e deu-lhe dois tiros nas costas que o atingiram na coluna, provocando ferimentos que o levaram à morte. “BARTÔ” retirou o motorista do carro diplomático e o fez deitar-se na calçada do prédio n.° 74. “ALDA” retirou o Embaixador e o colocou no Volks azul. Esse Fusca, que fugiu em seguida, conduzia: “RONALDO” (motorista) LAMARCA (banco dianteiro), “DANIEL” e “ALDA” (no banco traseiro). “SORRISO” fugiu a pé.

Quando os seqüestradores ultrapassaram o Túnel Santa Bárbara, encontraram “FELIPE”, que os aguardava com outro carro. Nele embarcaram “IVAN”, LAMARCA e BUCHER.

Rodaram em direção aos subúrbios quando trocaram a placa do carro. Finalmente, chegaram ao ”aparelho” onde ficaria o Embaixador, na Rua Tacaratu, em Rocha Miranda.

Permaneceram no “aparelho”, guardando o Embaixador: LAMARCA, “DANIEL”. “FELIPE”, “IVAN” e “HELGA”.

Imediatamente, o Governo suíço protestou junto ao Governo brasileiro pelo seqüestro de seu Embaixador, através do presidente do Parlamento Alfred Weber. O Encarregado de Negócios da Suíça no Rio, Willian Rock, recebeu a missão de transmitir ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, o protesto suíço e exigir prontas medidas para libertação de seu Embaixador.

A Suíça classificou o ato como uma violência contra pessoas inocentes e uma violação dos direitos humanos.

As negociações entre o Governo brasileiro e a VPR duraram quarenta dias porque a VPR apresentou uma longa lista de 70 presos que deveriam ser soltos em troca da vida do Embaixador. Destes, o Governo negou a liberação de 13 que já tinham sido julgados por homicídio. A VPR insistiu e o Governo não cedeu. Após muitas discussões internas, a VPR concordou em apresentar outros nomes.

Quando o Governo decidiu não liberar os 13 presos, uma facção da VPR quis

“justiçar” o Embaixador. LAMARCA e “FELIPE” não concordaram e vetaram esta medida extrema por não considerarem, politicamente, adequada. Houve, em conseqüência, um sério atrito entre Larmaca, os demais membros da VPR e “ALDA” que optavam pela morte do Embaixador.

Finalmente, no dia 13 de janeiro de 1971, setenta presos foram liberados e banidos para o CHILE. Em 16 de janeiro, o Embaixador GIOVANNI ENRICO BUCHER foi solto, depois de 41 dias de seqüestro.

Esse seqüestro foi considerado uma derrota política para a VPR e foi uma das causas que provocou a saída de LAMARCA e de sua companheira Y.I. (CÉLIA) da VPR e o seu ingresso no MR-8, no final de março de 1971.

TREINAMENTO, TÁTICA E CONDUTA DO NOSSO INIMIGO

CURSOS NO EXTERIOR

Até o primeiro semestre de 1972, 138 militantes das Organizações Terroristas haviam se aperfeiçoado em CURSOS DE GUERRILHA, em Cuba. Os dados a seguir mencionados, todos referentes a esses cursos, foram retirados dos depoimentos prestados por alguns destes 138 militantes.

AS MEDIDAS PRELIMINARES

"Na última etapa da viagem para Cuba, normalmente Checoslováquia, os elementos recebiam documentos falsos e entregavam os verdadeiros. Ao chegarem ao destino eram recebidos por um oficial do serviço secreto.

Levados para uma casa, fazia-se o levantamento da vida política e dos antecedentes pessoais dos elementos.

Os brasileiros não podiam entrar em contato com nenhum outro brasileiro já residente na Ilha; não podiam externar sua nacionalidade; não podiam discutir política com nenhum estrangeiro; eram proibidos de freqüentar certos lugares; só podiam transitar em zona delimitada; com freqüência eram interpelados por vigias da Quadra; através de um militar, recebiam gêneros e notícias sobre a situação dos revolucionários no Brasil.

Antes de iniciar o curso, os indivíduos ficavam em uma espécie de prisão amena, que chamavam de **adaptação**. Havia uma rotina diária. Kecebiam cerca de 30 pesos mensais e somente as noites eram livres. Depois de algum tempo, começavam os preparativos para o curso militar: autobiografia (entrevista com um oficial), vacinação, recebimento de farda, botas e equipamentos de campanha. Posteriormente, eram conduzidos para um acompanhamento militar."

TREINAMENTO BÁSICO

“Em Pinar dei Rio os militantes cursavam as seguintes matérias:

—**TÁTICA GUERRILHEIRA**

O observador, o mensageiro, a coluna guerrilheira, o acampamento, a marcha, o ataque, a emboscada, marchas.

—**TIRO**

— Apresentação do armamento, limpeza, conservação, medidas de segurança, tiro.

— Fuzis: AD, FAL, AK, GARAND.

— Metralhadoras: MG52 e USI

— Bazuca, morteiro e canhão 152mm.

—**COMUNICAÇÕES**

Os meios de comunicações usados pela guerrilha em sua fase de implantação.

—**TOPOGRAFIA**

Leitura de mapas; uso de bússola e do binóculo; orientação.

—**ORGANIZAÇÃO DO TERRENO**

Construção de abrigos indíviduais e coletivos. Espaldões para metralhadoras e morteiros.

—**HIGIENE E PRIMEIROS SOCORROS**

Fraturas, hemorragias, imobilizações, transporte de feridos.

—**POLÍTICA**

O Comissário Político, semanalmente, fazia uma palestra.

TREINAMENTO AVANÇADO

"De Pinar dei Rio iam para as montanhas de Escambray, onde faziam marchas e acampamentos durante três meses, além de receberem algumas aulas teóricas.

Perto de Escambray ficava o Quartel das Milícias Serranas, onde aprendiam a atirar com canhões, bazucas, morteiros e a manejar explosivos. Recebiam instruções sobre técnicas de sabotagem, marchas e sobrevivências na selva. Nesse quartel havia: um pavilhão; um salão que funcionava como teatro, cinema, sala de leitura; doze salas de aula, cada uma para 35 alunos; quadra de esporte; estande de tiro.

A heterogeneidade do grupo, a falta de orientação e discussão política, a brutalidade dos instrutores determinaram várias desistências. Os desistentes eram rebaixados moralmente e enviados para as fazendas para trabalhos rurais."

O REGRESSO

"Seguindo indicações do Brasil, os cubanos aquilatavam aproveitamento e as condições psicológicas do aluno, decidindo sobre seu regresso. Os que estavam para viajar eram isolados, mantendo uma compartimentacão com os que ficavam.

Recebiam de volta os documentos verdadeiros, nova documentação com nome falso, cerca de 1.500 dólares, roupa para uso e itinerário a ser seguido até o CHILE.

No CHILE, o esquema passava a ser livre para o regresso ao Brasil."

O PONTO

Transcrevo parte de um documento elaborado pelo DOI/CODI/IIEx, a respeito do PONTO. Foi organizado tendo por base os interrogatórios de militantes e documentos apreendidos em “Aparelhos”.

1. GENERALIDADES

O PONTO é um local de encontro entre militantes de qualquer nível.

É o meio mais simples de comunicação, O Ponto é utilizado para receber ou transmitir mensagens, acontecimentos, avisos, documentos ou ainda para receber ou passar armamento, munição, carros, dinheiro etc.

2. CUIDADOS NECESSÁRIOS ANTES DA COBERTURA DO PONTO

— Não entrar, antecipadamente, no ponto;

— Só fazê-lo no horário marcado. Os relógios são acertados no âmbito da Organização, através de uma única fonte de referência;

— Só entrar no ponto tendo certeza de que não foi seguido;

— Entrar no ponto pronto para a fuga, ou se isto não for possível, pronto para combater.

3. CONDUTA DURANTE A COBERTURA DO PONTO

— O tempo máximo para a permanência no ponto, à espera do contato, varia entre 5 a 10 minutos;

— Os militantes que se encontram com freqüência têm um álibi permanente;

— Quando as condições são propícias, preferem cobrir o ponto utilizando um carro;

— Às vezes aguardam que o elemento que entrou no ponto, abandone o local após se ter esgotado o prazo de tolerância. Quando ele tiver se afastado o suficiente será apanhado pelo contatante que permaneceu, a pé ou de carro,

observando-o à distância;

—Os pontos importantes ou com previsões de riscos, normalmente, são cobertos por duas pessoas, além do contatante. Os dois chegam antes ao local do ponto e exploram o terreno. Postam-se em locais que permitam verificar se a terceira pessoa procede normalmente ou se está sendo vigiada.

Constatado que nada existe de suspeito, um dos dois recolhe o terceiro indivíduo e o conduz ao lugar onde se encontra o outro companheiro.

Neste caso é comum irem ao ponto com uma cobertura armada. Esta consta de elementos da Organização que utilizam-se de um ou dois carros e ficam, postados nas imediações, observando. Caso necessário darão cobertura para a fuga dos companheiros.

3. TIPOS DE PONTO

a. Ponto Normal

É o ponto comumente usado para a comunicação diária entre os militantes. Os elementos que cobrem um Ponto Normal, marcam entre si um Ponto de Alternativa e um Ponto de Emergência.

b. Ponto Alternativo

— É empregado no caso de um “furo” ao Ponto Normal.

c. Ponto de Emergência

Usado para recontatar com a Organização. Os locais e as datas são previamente fixadas.

d. Ponto Frio

Ponto fictício que o militante, quando submetido ao interrogatório, afirma existir. Tem a finalidade de ganhar tempo.

A estória deste ponto, normalmente é coerente, para convencer os interrogadoras que o preso está falando a verdade.

e. Ponto de Polícia

Tem a finalidade de avisar à Organização a prisão de algum militante e permitir o seu resgate.

f. Ponto de Entrada

Utilizado para receber militantes que venham do exterior ou de outras áreas.

O APARELHO

Tanscrevo parte de um documento, por nós elaborado em 1970, a respeito do "APARELHO" e que teve por base documentos apreendidos em poder de terroristas:

1. O APARELHO

Aparelho é um imóvel utilizado por elementos de uma Organização, para a prática de suas atividades subversivo-terroristas.

2. CLASSIFICAÇÃO DOS APARELHOS

Os aparelhos são classificados em: médico, de imprensa, orgânico, de aliado, de apoio, logístico, de informações, residência.

a. Aparelho Médico

Destinado a receber, tratar e evacuar um militante ferido em ação ou necessitando de tratamento médico.

Possui o material de saúde indispensável para o fim a que se destina.

b. Aparelho de Imprensa

Aparelho onde são confeccionados os documentos de Agitação e Propaganda da Organização. Normalmente contém máquinas de datilografia, mimeógrafos, material de impressão e outros correlatos ao trabalho.

Está sob a responsabilidade do Setor de Imprensa da Organização.

c. Aparelho Orgânico

Serve para reunião de elementos de cúpula da Organização. Os responsáveis pelo aparelho devem ser elementos totalmente insuspeitos e com ótima fachada legal.

d. Aparelho de Aliado

Usado em emergência para abrigar, temporiamente, um militante, o qual não deve identificar a localização do aparelho, sendo a este conduzido completamente “fechado”.

e. Aparelho de Apoio

Montado para apoiar uma determinada operação.

f. Aparelho Logístico

Serve ao Setor Logístico da Organização. São garagens, depósitos, locais de manutenção e pequenas oficinas para a fabricação e/ou recuperação de armamento e artefatos explosivos.

g. Aparelho de Informações

Pertence ao Setor de Informações ou Setor de Inteligência da Organização. Destinado à coleta, análise e difusão de informações. Contém fichários, normas de segurança, códigos e outros documentos de informações.

h. Aparelho Residência

Onde vivem militantes de vida clandestina.

2. A FACHADA LEGAL

— Normalmente o aparelho é ocupado por um casal. A companheira é designada pela Organização;

— Como cobertura, ambos devem escolher uma “profissão” pois como membros de uma Organização os dois devem se afastar do aparelho para realizar ações, cobrir “pontos” etc;

— Normalmente, saem para o “trabalho” às 07:00 horas, retornando às 20:00 horas;

— Aos domingos permanecem em casa;

— O aparelho deve aparentar uma moradia normal;

3. SEGURANÇA DO APARELHO

— Quando residir mais de uma pessoa, estabelecer um horário teto para a chegada;

— Estabelecer um sinal visual de perigo, visível à distância;

— Ter os documentos concentrados num só lugar, possibilitando o seu transporte, sem perda de tempo, em caso de emergência;

— Ter os documentos sigilosos separados dos demais e muito bem escondidos;

— O mesmo cuidado é tomado com relação a fotografias e documentos identificadores;

— As armas de defesa pessoal devem estar sempre à mão e prontas para o emprego;

— Ao se mudar de um aparelho "queimado", não utilizar transportadoras especializadas ou carros legais;

— O elemento que é levado "fechado" para um aparelho, não deve chegar nas portas e janelas, a fim de que não identifique o local.

NORMAS DE CONDUTA INDIVIDUAL

Todo o terrorista deveria observar em seu procedimento individual determinadas regras de segurança, oue variavam de Organização para Organização.

A seguir, transcrevo um documento que tratava das Normas de Conduta Individual dos militantes, encontrado em muitos aparelhos neutralizados:

— Evitar a concentração de material, dinheiro e armas num mesmo local;

— Não tomar táxi no ponto. Preferir os que estão em movimento. Não dar o endereço exato para onde se dirige. O uso do táxi, entretanto, é desaconselhável, pois dificulta a manobra de despistamento e facilita a perseguição por parte dos agentes das forças de segurança;

— Mais de dois militantes não devem viajar no mesmo transporte coletivo, salvo por questões de "fachada". No interior desse transporte devem ocupar lugares separados que permitam observar o movimento de embarque e desembarque dos passageiros, além de possibilitar a saída rápida nas situações de perigo;

— Nos coletivos, procurar viajar sempre sentado, evitando assim que a arma seja vista;

— Jamais manter discussões ideológicas em público;

— Não freqüentar bares ou restaurantes onde se reúnem elementos de esquerda. Variar constantemente os locais de refeição, neles permanecendo o menor tempo possível;

— Não guardar consigo listas de nomes, endereços ou número de teletones de quadros, apoios ou simpatizantes;

— Queimar qualquer correspondência ou documento que represente risco de segurança individual ou coletivo;

— Toda a comunicação escrita deverá ser codificada. Nunca escrever à mão e em papel timbrado;

— Realizar a manutenção das armas, munições, explosivos, ferramentas e demais materiais da Organização que se encontre sob sua responsabilidade;

— **Os quadros não podem se deixar prender. Em último caso, resistir à prisão.**

— Os militantes legais que atuam diretamente no Trabalho de Massa não devem ter no seu local de trabalho e na sua moradia qualquer material comprometedor. Caso se tornem suspeitos e passem a ser procurados pelos Órgãos de Segurança, não devem entrar por iniciativa própria na ilegalidade absoluta. Caberá à direção da Organização decidir por eles, inclusive quanto à sua apresentação aos órgãos de Segurança;

— Os contatos com os amigos que não pertençam à Organização devem ser furtivos. Estes amigos deverão ser procurados para serem aliciados. Em tais casos, a situação de militante não deve ser revelada;

Esses encontros nunca são marcados com antecipação. Chegar de surpresa, visitar os amigos e se retirar, também de surpresa, nunca deixando um endereço onde possa ser encontrado;

— Evitar abordar companheiros da Organização fora do “ponto”;

— Carregar sempre uma arma de reserva e devidamente acondicionada;

— Após a prisão de um companheiro evitar qualquer contato dentro do prazo de segurança;

— Ninguém deve saber, mais do que o indispensável, a respeito da Organização e de seus membros, para a execução de seu trabalho;

— No caso de aparecer um militante tentando restabelecer o contato e sem a credencial (senha), só ligá-lo à Organização depois de verificado o motivo da perda do seu contato ou da falta de credencial;

— Manter uma preocupação constante com os militantes que fogem da prisão.

A CONDUTA DURANTE O INTERROGATÓRIO

Transcrevo, abaixo, as normas de conduta preconizadas pelas Organizações Terroristas que deveriam ser seguidas durante o interrogatório. Toda essa documentação foi apreendida pelo nosso DOI, em “aparelhos” neutralizados:

— Todo o militante deve estar preparado para o interrogatório que terá início logo após a prisão;

— no ato da prisão, deve lutar para que a mesma não seja conservada em segredo. No momento em que for detido, fará todo o esforço possível para chamar a atenção dos presentes, gritando que está sendo preso pela “ditadura”, que será assassinado e dizendo o seu nome;

— os dirigentes das Organizações e aqueles mais conhecidos pelos órgãos de segurança, não devem dar nenhuma satisfação aos interrogadores. Ao contrário, devem agredi-los fisicamente e desafiá-los, dizendo abertamente que: “revolucionário não fala”;

— os demais elementos da Organização deverão ter um comportamento diferente. Seu depoimento, perante os interrogadores, deve girar em torno de uma estória, muito bem montada antes da prisão. Deve ser uma estória tão coerente que a polícia julgue ser verdadeira. Deve responder as perguntas com naturalidade e firmeza, não dando respostas ora afirmativas, ora indecisas. Devem ser respostas imediatas e bem construídas. A resposta: sei mas não falo, não deverá ser usada, nessa situação;

— caso seja viável, deve negar, firmemente, o vínculo com a Organização, mesmo que lhe provem, através de documentos, que seja um militante;

— nunca admitir que conhece um militante com vida legal;

— sendo as provas de sua militância irrefutáveis, alegar que estava a procura de contato perdido, e não havia, até o momento, recontatado com a Organização;

— não confiar nos interrogadores, sejam eles duros ou “bonzinhos”. Estes tentam convencer os militantes usando vários artifícios como: promessa de retorno rápido à liberdade, volta ao emprego, alívio ao sofrimento da família, bom tratamento, convencendo o militante de que “a guerra já acabou” para ele e

que elementos comprometidos já falaram etc;

— preparar-se ideologicamente para não abrir em hipótese alguma: pontos, aparelhos, nome de companheiros, nome dos participantes de ações armadas, regiões de pontos, áreas de treinamento, militantes de base, simpatizantes, apoios, ligações com outras Organizações;

— caso tenha um “Ponto de Polícia”, abri-lo após demonstrar que fez tudo para segurá-lo.

— muitos militantes têm sido presos em pontos. Todos devem ter em mente que abrir um ponto é entregar um militante sem defesa, sem lhe dar chance do conhecimento da queda do companheiro. Por ísto quem abre um ponto é considerado um traidor. Deve-se ter em mente que a repressão não pode deduzir, nem adivinhar e nem supor corretamente, quantos pontos um “quadro” tem;

— não revelar o nome da pessoa que o aliciou. Quando interrogado a este respeito, citar o nome de companheiros mortos, não esquecendo que a estória a ser contada deve ser coerente e sempre a mesma. Deve saber responder como a conheceu, onde e em que situação se realizaram os contatos entre ambos;

— não citar em hipótese alguma os contatos que mantém;

— caso a prisão se realize durante a cobertura de um ponto ou no interior de um aparelho, sustentar até o fim que só mantém contato com a pessoa que o entregou;

— verificar, através do interrogatório, se foi preso após ter sido seguido. Neste caso deve recapitular os seus passos e preparar estórias para explicá-los;

— no interrogatório, não se intimidar com as ameaças e nem se dobrar à guerra de nervos. Resistir com coragem. Não se deixar envolver pelas manobras e nem pelos argumentos e armadilhas dos interrogadores. Não se colocar em posição de criminoso e nem se deixar desmoralizar;

— caso necessário, só abrir o aparelho após 48 horas ou 72 horas, para proporcionar um espaço suficiente para que a “limpeza” do aparelho e a desova sejam realizadas;

— a participação em ações só deve ser admitida em último caso e mesmo assim só o que já estiver aberto. Caso contrário sustentar que nunca participou de uma ação e apresentar como justificativa a alegação de que pertence ao setor de massa, que é apoio ou simpatizante;

— as ações planejadas jamais devem ser abertas, mesmo que com a prisão de militantes não venham a ser realizadas. Lembrar-se que tais ações poderão ser desencadeadas no futuro;

— as acareações constituem uma arma muito perigosa à disposição dos

interrogadores. Para resisti-las eficientemente, os militantes que mantém contato entre si devem, antes da prisão, montar uma estória coerente sobre como se conheceram, através de quem e o que fizeram juntos. Caso o companheiro, durante a acareação fraquejar, arcar sozinho com as conseqüências;

— caso o obriguem a fazer uma declaração de próprio punho, as respostas dadas assim como as explanações feitas devem ser as mais vagas possíveis;

— lembrar-se sempre que se resistir ao interrogatório durante 4 ou 6 horas, a repressão perderá a oportunidade de prender um grande número de militantes;

— durante o interrogatório o preso deve criar condições que lhe propiciem a fuga. Para isto abre um "Ponto Frio", num local de intenso movimento. Caso a fuga não seja possível, deve fazer algo com a finalidade de ser internado num hospital, prejudicando desta forma o interrogatório. Para isto, usa das seguintes artimanhas:

— colocar fumo na água e bebê-la, provocando assim uma crise de vômitos;

— usar uma dose mínima de estriquinina para provocar convulsões;

— "tentar" o suicídio;

— simular grande descontrole nervoso;

— bater com a cabeça nas paredes.

“O APARELHÃO”

— Apesar das divergências políticas entre os membros das mais variadas Organizações, todos tinham em mente que estavam presos pela mesma causa. Procuravam, assim, se tornar mais unidos e solidários durante a permanência na prisão.

— Na cela nada era resolvido sem a ordem e o conhecimento do chefe político do local. Este levava ao chefe político do pavilhão todas as dúvidas, sugestões, reivindicações e necessidades dos seus subordinados. Os chefes dos pavilhões se reuniam, periodicamente, com os membros do Comitê Central do Presídio. As soluções, portanto, eram tomadas pelo “Comando Revolucionário do Presídio” e deveriam ser acatadas por todos.

— Todo o militante novo que chegava ao Presídio, era recebido pelo “Comitê de Recepção” e obrigado a fazer uma auto-crítica sobre o seu comportamento durante os interrogatórios e sobre o tempo em que permaneceu à disposição dos Órgãos de Segurança.

Devia declarar tudo o que confessara, esclarecendo ainda os métodos usados pela “repressão”, os nomes, os hábitos e as características físicas dos elementos do Órgão onde estivera preso. Na oportunidade fazia uma descrição e uma planta das instalações deste Órgão de Segurança, explicando como se processava o seu funcionamento.

— Após a auto-crítica o recém-chegado passava por um processo de reeducação “política” com o objetivo de neutralizar a “lavagem cerebral” a que teria sido submetido.

Todo este trabalho tinha a finalidade de recuperar um militante cuja experiência era preciso ser aproveitada.

— Além da recuperação acima mencionada o processo de “reeducação política” tinha como objetivo principal aperfeiçoar o militante através de cursos ministrados, no interior do Presídio, pelo “Comando Revolucionário”. Esses cursos consistiam em: transmissão de experiências, modificação de métodos de trabalho, ampliação de normas de segurança, aperfeiçoamento na execução de ações, e capacitação política.

— A situação de cada preso era analisada. Cada um era preparado para o tipo de missão que iria desempenhar após o cumprimento da pena. Deste modo todo militante, ao deixar o Presídio, seria um “quadro” com sua convicção ideológica reforçada e com um verdadeiro curso sobre subversão e terrorismo.

— Por este motivo, em S. Paulo o Presídio onde eles estavam recolhidos era conhecido por todas as Organizações Sub-versivo-Terroristas, como “O Aparelhão”.

— Os militantes que tinham cooperado com a “repressão” e que conseqüentemente demonstraram não estarem preparados ideologicamente para a “luta revolucionária”, eram taxados de traidores, isolados do restante do grupo, não tendo direito a nada. Sua vida tornava-se um verdadeiro inferno durante o cumprimento da pena.

— Em 1972, as autoridades da Justiça Militar de S. Paulo, cientes da influência do “Comando Revolucionário do Presídio”, resolveram separar os presos subversivos, colocando-os em vários presídios e reunindo-os de acordo com o grau de periculosidade.

A reação se fez de imediato, culminando com uma greve de fome. Até altas autoridades eclesiásticas se viram envolvidas pelos acontecimentos e fizeram constantes apelos e palestras em favor dos presos e solicitando que o Governo aceitasse as suas reivindicações, mantendo-os juntos num único Presídio.

As autoridades cederam e os presos continuaram reunidos no Presídio Tiradentes, “O Aparelhão ”, onde o “Comando Revolucíonário do Presídio” continuou agindo como anteriormente.

Que diferença para os cárceres comunistas!

Compare-se com o eficiente sistema descrito em “Primeiro Círculo” e no “Gulag”.

COMO O JOVEM ERA USADO

Todas as Organizações Subversivas sempre dedicaram um especial carinho para a atividade de Recrutamento. Afinal, era através desta atividade que os novos militantes, apôs um trabalho muito bem equacionado, eram admitidos para reforçar os quadros destas Organizações.

A respeito desse assunto tive a oportunidade de conversar, durante muitos dias, com uma moça que militava na ALN, onde a sua função era a de recrutar militantes.

Determinado dia, tanto ela como o marido, chegaram presos no DOI/CODI/II Ex.

Nada mais convincente, a meu ver, que parte do relato dessa moça, encarregada do setor de recrutamento, para ilustrar este capítulo. Este depoimento, cujo original, em manuscrito, encontra-se em nossos arquivos em São Paulo, foi e continua sendo, um alerta aos jovens, e às autoridades do país.

"Como meu trabalho junto à Organização se situou no nível de organizar um método para trazer novos elementos para a Organização, aqui estão os aspectos que norteiam esse método, e os meios que são empregados:

Etapas do processo de politização que devem ser seguidas:

1. conhecimento dos elementos mais permeáveis a novas informações, estabelecendo-se contato com eles;

2. discussão inicial em torno de um fato político que ocorra, no âmbito internacional, ou nacional;

3. ligação desse fato político com a estrutura sócio-econômica brasileira;

4. discussão da necessidade de uma mudança estrutural — revolução;

5. colocação de meios para se realizar essa mudança — propostas específicas da organização;

6. integração do elemento em algum nível de trabalho prático, progressivamente;

7. engajamento progressivo e irreversível do elemento na organização."

"Ao se procurar estabelecer contato com os elementos mais abertos para início do processo de politização, usa-se, inicialmente de situações sociais, shows, conversas de bares, atividades que versem sobre temas favoráveis à manifestação de crítica e problemas ou ao sistema como um todo. A partir de então os indivíduos que mais se manifestam são identificados e procurados posteriormente para conversas individuais. Na maioria das vezes essa crítica espontânea não é referente ao sistema global, mas a aspectos isolados do mesmo. Cabe ao elemento responsável pelo processo de politização desenvolver essa visão crítica até chegar-se a uma contestação geral do sistema."

"Após o contato inicial, que é feito sob vários pretextos, inicia-se a discussão, abordando algum fato político que tenha ocorrido recentemente e que forneça conteúdo para ser criticado. A seleção dos problemas a serem discutidos, inicialmente, cabe ao elemento responsável, com base no aspecto que ele acredite atingir mais o indivíduo em questão."

"A discussão desses problemas dá-se num nível mais amplo, inserindo-o numa estrutura sócio-econômica de tipo capitalista, ou no quadro das relações socio-econômicas imperialistas. Aqui são fornecidos textos que partem desse problema específico e o relacionam com a situação brasileira, no seu aspecto estrutural. O objetivo é fazer com que a pessoa conclua a ineficiência do sistema capitalista. A maioria desses textos são publicados pela organização, embora não sejam assinados. Por exemplo, os textos sob o título de "contribuições".

"Já informada da impossibilidade de resolução dos problemas de nossa realidade dentro desse sistema, são introduzidas as questões referentes aos meios de mudança dessa mesma estrutura sócio-econômica. Iniciam-se as discussões sobre a violência no processo revolucionário, o papel do terrorismo frente às instituições vigentes e outras questões relativas à posição política da organização, especificamente. Os textos lidos nesta fase são de CHE GUEVARA: "Guerra de Guerrilhas — um método" e a grande maioria de autoria da própria organização, desta vez assinados e que tem por fim propagar suas posições frente ao processo revolucionário."

"Após todo esse processo de leituras e discussões, o elemento deve estar definido quanto à sua posição política frente ao processo revolucionário."

"O responsável pelo desenvolvimento desse processo de politização deve encaminhar a pessoa já politizada para desempenhar algum trabalho, direta ou indiretamente ligado à organização."

“Paralelamente ao trabalho de vinculação teórica, o elemento vai sofrendo um processo de vinculação prática, progressivamente.”

“Inicialmente, é considerado **apoio** da organização, fornecendo dinheiro à organização, mantendo pessoas ou material da organização em sua casa ou outras atividades.”

“Após esse passo, realiza pequenas tarefas para a organização: levantamentos, panfletagem etc. O fato do novo elemento participar praticamente de uma tase, pelo menos, das ações da organização, vai tornando essa prática um fato conhecido a ele, tirando-lhe o medo e o receio inicíal de participar de ações. Por outro lado, ele pode se sentir “mais participante” da organização, solidificando-se seu preparo ideológico. Porém, torna-se dependente e vincula-se definitivamente à orfanização, pois já corre o perigo de ser identificado e ter que passar para a vida na clandestinidade, abandonando a família, amigos, toda a sua vida habitual. Ao mesmo tempo, essas tarefas tornam-se pequenos “testes” ao qual o elemento acha uma “questão de honra” para com seus princípios ideológicos ter um bom desempenho”.

“Depois desses primeiros trabalhos, o indivíduo vai recebendo obrigações mais importantes para a organização, até que passa a participar diretamente numa ação armada, não tendo nenhuma alternativa a partir de então, pois, em questão de pouco tempo será reconhecido e obrigado a passar para a clandestinidade. Tem que pertencer aos **quadros** da organização, depender dela economicamente, passar a usar identidade falsa, morando clandestinamente e estando sujeito a qualquer determinação que lhe seja dada pela organização em relação à sua vida: viver num “aparelho” com pessoas estranhas, por uma necessidade de dar aparência legal à vida nesse “aparelho”, deslocar-se por todo o país, abandonando totalmente sua liberdade e necessidades pessoais, relacionando-se com diversas pessoas, sem poder de escolha etc.”

“A vida na clandestinidade transcorre de um modo ditatorial para o elemento, pois ele perdeu todas as possibilidades de vida civil regular, o que poderia tornar-lhe independente em relação à organização. Ele está a mercê da organização em todos os aspectos: econômico, pessoal e quanto ao nível de atuação política. Passa a ser extremamente conhecido pelos integrantes da organização, reduzindo a cada dia, a sua margem de vida. A prática de ações armadas torna-se corriqueira, sua visão do calor da vida vai mudando a cada passo dessa vinculação até que o elemento atira, mata, perdendo o significado real desses fatos. A estrutura pessoal desse indivíduo vai se alterando, no sentido de que ele possa se submeter a todas essas condições pessoais sem irromper num

processo de desagregação pessoal. Torna-se “resistente”, “inflexível”, diante dos fatos: **fanático**.”

“Nesse momento a organização pode mandá-lo (ou não) para uma “especialização política” maior: cursos no exterior, ou treinamentos no próprio país, pois a organização sabe que esse elemento tem todos os pré-requisitos necessários à assimilação desses ensinamentos. É, então, um elemento de grande importância para a organização, e, provavelmente vai ocupar cargos de coordenação ou chefia, detonando esse mesmo processo com outros elementos.”

“**Da sua formação ideológica fazem parte, também, regras de comportamento frente à repressão; os indivíduos que participam de ações raramente se entregam vivos; são ensinados a resistir até o último momento, e desta forma morrem.**” (O grifo é do autor)

“Por outro lado, o processo pelo qual o estudante passa a ser aliciado, deve ser encarado sob um aspecto complementar, para termos uma visão global do problema. Através da minha experiência pessoal, posso chegar a algumas conclusões que, creio, são de importância muito grande, se pensarmos em medidas preventivas que possam vir a ser tomadas.”

“Em primeiro lugar, a penetração de idéias subversivas, e das propostas de militância na esquerda se dão num momento da vida do jovem em que ele vê problemas na realidade social em que vive, e ao mesmo tempo está começando a se definir na sua vida pessoal, ao menos no aspecto profissional, o que, de certa forma, traz dificuldades num primeiro momento. Ao lado disso, está presente o idealismo, a disposição para solucionar problemas, a responsabilidade para com a coletividade, e ainda um romantismo adolescente, que reveste com um manto todo especial a atuação política.”

“Nesse momento, com essas condições subjetivas, a “revolução social” aparece ao jovem como uma resposta muito promissora: “mudarás a realidade, acabarão pobres e ricos, tudo se resolverá numa nova condição social”. Essas palavras mágicas penetram no jovem e o levam a participar do movimento. A revolução é sempre colocada como um fenômeno “glorioso”, “redentor”; a violência, o sofrimento decorrentes dela são ignorados, não são transmitidos. Qualquer “sacrifício” que, porventura, apareça, deve ser enfrentado com vistas à glória final.”

A
CONTRA-OFENSIVA

UMA ESTRUTURA SE ARMA CONTRA O TERROR

Na primeira quinzena de setembro de 1970, a Presidência da República, em face aos problemas criados pelo terrorismo, expediu um documento que analisava em profundidade as conseqüências que poderiam advir dessa situação e definia o que deveria ser feito para impedir e neutralizar os movimentos subversivos. Este documento recebeu o nome de Diretriz Presidencial de Segurança Interna. De acordo com essa Diretriz, em cada Comando de Exército, que hoje se denomina Comando Militar de Área, existiria:

— um Conselho de Defesa Interna (CONDI);

— um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI);

— um Destacamento de Operações de Informações (DOI); todos sob a coordenação do próprio Comandante de cada Exército. Este Grande Comando Militar, quando no desempenho de missões de Defesa Interna, denomina-se Comandante de Zona de Defesa Interna (ZDI).

OS CONDI

Os CONDI tinham por finalidade facilitar aos Comandantes de ZDI a coordenação de ações e a obtenção da necessária cooperação por parte das mais altas autoridades civis e militares, com sede nas respectivas áreas de responsabilidade.

OS CODI

Os CODI tinham a atribuição de garantir a necessária coordenação e a execução do planejamento das medidas de Defesa Interna, nos diversos escalões de Comando. Tinham, também, a finalidade de facilitar a conjugação de esforços da Marinha, Aeronáutica, SNI, DPF, Secretaria de Segurança Publica (Policia Civil e Polícia Militar).

O combate ao terrorismo e à subversão só teve êxito, a partir do momento em que, cumprindo a "Diretriz Presidencial de Segurança Interna", os Comandantes Militares de Área baixaram normas centralizando as Informações de Defesa Interna e determinando que todas as Operações de Informações fossem

realizadas através de um único órgão e, sob um comando único, que era o Comandante do DOI.

OS DOI

Os DOI tinham a atribuição de combater diretamente as organizações subversivas, de desmontar toda a estrutura de pessoal e de material delas, bem como de impedir a sua reorganização.

Os DOI eram órgãos eminentemente operacionais e executivos, adaptados às condições peculiares da Contra-subversão.

Em cumprimento à Diretriz Presidencial de Segurança Interna, o Êxercito Brasileiro criou os seguintes DOI, no segundo semestre de 1970:

DOI/CODI/I Exército — Rio de Janeiro
DOI/CODI/II Exército — São Paulo (em substituição à OBAN)
DOI/CODI/IV Exército — Recife
DOI/CODI/Comando Militar do Planalto — Brasília

No ano seguinte foram criados:

DOI/CODI/5a. Região Militar — Curitiba
DOI/CODI/4a. Divisão de Exército — Belo Horizonte
DOI/CODI/6a. Região Militar — Salvador
DOI/CODI/8a. Região Militar — Belém
DOI/CODI/10a. Região Militar — Fortaleza
Em 1974 foi criado o DOI/CODI/III Exército — Porto Alegre

De todos os DOI ativados, o de São Paulo era o de maior efetivo, com cerca de 250 homens. Destes, 40 eram do Exército, sendo 10 oficiais, 25 sargentos e 5 cabos com estabilidade (profissionais).

Considerando que todos os DOI estivessem em pleno funcionamento e considerando ainda que todos tivessem o mesmo efetivo do de São Paulo, o efetivo total do Exército Brasileiro, empenhado no combate à subversão e ao terrorismo, foi no máximo de 400 homens nos DOI e 50 no Centro de Informações do Exército, em Brasília. Esses 450 homens, comparados com o efetivo total do Exército Brasileiro (150.000 homens na época) é um número simplesmente insignificante.

Não conseguimos entender, portanto, a campanha que a esquerda fazia para que o Exército retornasse aos seus quartéis, para as suas atividades normais.

O Exército, mesmo durante a fase em que o terror esteve no seu auge continuou com as suas atividades normais, com os seus estabelecimentos de ensino, seus quartéis-generais, suas unidades operacionais, enfim com todas as suas Organizações Militares funcionando normalmente.

O que o Exército fez para combater a subversão e o terrorismo foi adotar uma linha de ação genuinamente brasileira e que serviu de ensinamento para vários outros países.

Isso ocorreu com a criação dos CONDI, dos CODI e dos DOI e com o empenho de apenas 450 homens do seu efetivo, distribuídos aos DOI. O restante do pessoal dos DOI era complementado com os bravos e competentes membros das Polícias Civil e Militar dos Estados. O Exército, através dos Generais-de-Exército, Comandantes Militares de Área, centralizou, ordenou, comandou e se tornou responsável pela condução da Contra-subversão no país. Os DOI eram a força pronta para o combate, diretamente a eles subordinados.

E lá nestes DOI, 40 militares do Exército orientavam os demais 210 homens das diversas polícias. Essa, foi a maneira inteligente que as autoridades adotaram para combater com eficiência o terrorismo. Uma solução totalmente brasileira que deu certo e que nos possibilitou neutralizar as Organizações Terroristas.

Para corroborar esta afirmação, transcrevo o que escreveu a respeito Y.X.P. (Afonso, Big), terrorista da ALN, em um documento apreendido em um "aparelho":

"*Mas o inimigo não permaneceu inativo. Buscou adotar as medidas que lhe permitissem recuperar a iniciativa. Para uma situação crítica, tomou as necessárias medidas drásticas. Não descuidou da parte técnica, incrementando o treinamento policial e aperfeiçoando os seus métodos de investigação. Tomou uma medida fundamental que é a centralização do controle da Informação e da Repressão, criando a Operação Bandeirante em São Paulo e o CODI na Guanabara. Aumentou a sua potência de fogo e melhorou o seu equipamento. Conseqüentemente, o seu volume de Informações e capacidade de reação e de resposta, foi aumentando gradativamente.*"

NO RIO GRANDE DO SUL UM OUTRO MODELO

Mais ou menos na mesma época, em 1969, guando foi criada em São Paulo a Operação Bandeirante (OBAN) era criada, em Porto Alegre, a Divisão Central de Informações (DCI).

A missão dos dois órgãos era semelhante, isto é, o combate centralizado ao terrorismo.

Enquanto a OBAN estava subordinada ao Comandante do II Exército, a DCI o era ao Secretário de Segurança Pública.

O Comandante da OBAN era um oficial da ativa, do Exército. O Diretor da DCI, também.

Quanto ao pessoal: na OBAN, o Exército, através de seus oficiais, exercia as funções de chefia; na DCI, estas funções eram exercidas por Delegados de Polícia e Policiais Militares.

O restante do pessoal, na OBAN, era distribuído entre militares do Exército e das Polícias Civil e Militar. Na DCI, não existiam militares do Exército para as funções subalternas.

A OBAN era um órgão de análise, de informações, de interrogatório e de combate. A DCI só fazia análise e informações. Os interrogatórios e as ações de combate eram executadas pelo DOPS.

Com a implantação da nova estrutura nacional para o combate ao terrorismo, foram criados os DOI e a OBAN foi extinta mas, em Porto Alegre, a DCI continuou o seu trabalho e o DOI/ CODI/III Exército só seria criado em 1974.

O primeiro diretor da DCI foi o então major Atilla Rohrsetzer, meu amigo e companheiro de turma, desde os tempos da Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre.

O trabalho no Rio Grande do Sul foi facilitado por uma grande harmonia entre o III Exército, os Secretários de Segurança, o Diretor da DCI e o Diretor do DOPS.

Tudo o que se passava chegava, imediatamente, ao conhecimento do III Exército. No Setor de Operações, o Delegado Pedro Carlos Seelig, responsável pelas prisões e pelos interrogatórios, chefiava uma equipe que trabalhava com

grande eficiência, sempre em consonância com as Diretrizes do III Exército. Portanto, embora a DCI e o DOPS fossem, oficialmente, subordinados ao Secretário de Segurança, na prática eles o eram ao Comandante Militar de Área.

Foi assim, baseado nesta estrutura da Secretaria de Segurança Pública, uma estrutura alicerçada no trabalho eficiente de equipe da DCI, tendo à testa o então major Attila, e da atuação do Delegado Seelíg e de sua equipe, que o III Exército combateu, com pleno êxíto, o terrorismo no Rio Grande do Sul. Basta dizer que até janeiro de 1971, foram presos 256 terroristas, inclusive D.S.S. (Araújo), um dos assassinos do tenente Mendes, no Vale da Ribeira; apreendidas 15 metralhadoras, 49 pistolas automáticas, vários rifles, 9 automóveis. 27.650 dólares e grande soma em cruzeiros. Em dois anos, os terroristas haviam realizado 13 assaltos a Bancos, colocado várias bombas em prédios públicos e tentado seqüestrar o Cônsul dos Estados Unidos em Porto Alegre.

Depois de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, foi no Rio Grande do Sul que o terrorismo esteve mais atuante, principalmente pela existência da fronteira com a Argentina e o Uruguai, que facilitava o movimento de militantes que iam e vinham transportando dólares, armamento, munição e documentos para as Organizações Terroristas.

A estrutura no Rio Grande do Sul só se manteve face às características da área e ao relacionamento entre as autoridades do Exército e os membros da Secretaria de Segurança Pública.

O coronel Attila já está na Reserva do Exército. O Delegado Pedro Carlos Seelig, que ainda não se aposentou, até hoje sofre as conseqüências por ter cumprido com o seu dever.

Foi com grande alegria que, em determinado dia, vi o Delegadc Seelig sendo condecorado com a Medalha do Pacificador, numa justa homenagem que lhe prestou o Exército, por seus assinalados serviços realizados em benefício da Nação. Espero vê-lo, um dia, recebendo a Ordem do Mérito Militar.

NO DOI/CODI/II EXÉRCITO
29 SET 70-23 JAN 74

No dia 28 de setembro, o General Canavarro, então Comandante do II Exército, me chamou ao seu Gabinete de Comando e disse: — “Major, amanhã o senhor vai assumir o Comando do DOI/CODI/II Ex. Estamos numa guerra. Vá, assuma e comande com dignidade.”

A partir de 29 de setembro a minha vida particular e a minha carreira passaram a sofrer os mais variados testes e grandes pressões psicológicas. Sobre meus ombros iriam cair imensas responsabilidades. Vidas humanas passariam a depender das minhas decisões. Até agora, desde Cadete, me acostumara a viver num Exército que, em meu tempo, nunca combatera de verdade. Assim, durante as manobras e os exercícios, como tudo era fictício, podíamos não tomar a melhor linha de ação. Quando isso acontecia, os ensinamentos eram colhidos, reformulávamos a decisão e todos voltávamos para casa com vida.

Agora tudo seria diferente. Iria lidar com vidas humanas. Caso eu falhasse, talvez alguém não retornasse a seu lar; talvez algum filho ficasse chorando a morte do pai; talvez uma família tivesse que sepultar o seu chefe.

Iniciava-se para mim e para a minha família, uma total mudança de nossos hábitos, que só viríamos a sentir com o passar dos meses.

Eu já estivera no local algumas vezes, mas, só agora, como Comandante, é que iria ver mais de perto a precariedade do Órgão que comandaria. Ele ficava junto ao 36.° Distrito Policial, na esquina das ruas Tutóia com Tomaz Carvalhal, na capital paulista.

As instalações eram péssimas, acanhadas e nos foram cedidas pela Secretaria de Segurança Pública. Ficavam num prédio dos fundos do Distrito Policial, onde trabalhávamos amontoados, separados por tabiques de madeira. Ali, se concentrava tudo: salas de interrogatório, trabalhos burocráticos, sala do comandante etc. Parte da carceragem nos foi cedida pejo 36.° DP. Uma ala para os presos comuns e a outra para os terroristas.

O nosso efetivo era oriundo das mais variadas organizações policiais e militares. Do Exército, 4 Oficiais, 12 Sargentos e 2 Cabos antigos; da Polícia

Militar do Estado de São Paulo, 15 Oficiais, 22 Sargentos e 35 Cabos e Soldados; da Polícia Civil do Estado de São Paulo, 12 Delegados de Polícia e 8 Investigadores; da Polícia Federal, 1 Agente; da Força Aérea, 1 Tenente. Quanto ao nosso pessoal, quero esclarecer que, para o trabalho no DOI, o Exército só designava oficiais cujo menor posto era o de capitão com o Curso da Escola de Aperfeiçoamento. Nunca trabalhamos com Sargentos ou Cabos que não fossem profissionais e, jamais, com Soldados. Os únicos Soldados que prestavam seus serviços no DOI, pertenciam ao 2.° Batalhão de Polícia do Exército e o seu trabalho consistia, unicamente, em guarnecer três postos de sentinela.

O regime de trabalho era misto. O pessoal do Comando e da Administração trabava diariamente, de 08:00 às 18:00 horas. Os homens das Equipes de Busca e lnterrogatório tinham um regime de 24 horas de trabalho por 48 horas de folga. Não tínhamos alojamentos. O pessoal de serviço dormia nas próprias viaturas.

As nossas viaturas eram poucas. Quatro C-14 emprestadas e dois Volks cedidos por uma Autarquia. O nosso serviço de comunicações, também, deixava muito a desejar. Um rádio em cada C-14, emprestados pela Polícia Militar. A nossa rede-rádio era a mesma da PM.

Quanto ao armamento a situação era pior, os elementos da Polícia Militar traziam o armamento da PM. Nós, do Exército e o pessoal da Polícia Civil, usávamos as nossas armas particulares. A munição insuficiente.

A segurança das instalações era precaríssima. A guarda externa, ostensiva, estava a cargo de um Destacamento da Polícia Militar, tendo como armamento as velhas metralhadoras INA, que funcionavam mal. Isso me preocupava muito. Já havíamos apreendido em “aparelhos” levantamentos de nossas instalações e planos para atacá-las. A qualquer momento poderíamos ser atacados por um comando terrorista que, além de resgatar os presos, nos mataria a todos e incendiaria o Destacamento. Caso isso ocorresse seria uma chacina.

Era necessária, urgentemente, uma completa reformulação quanto ao pessoal, à estrutura organizacional, à segurança, aos meios de comunicação, ao armamento, às viaturas e às instalações.

A BANDEIRA

Uma das primeiras medidas que tomei foi a de colocar, no lugar de maior destaque das nossas instalações, um mastro para que pudéssemos hastear a Bandeira do Brasil. Outra medida foi a formatura geral do Destacamento.

Diariamente, às 08:00 horas, o DOI passou a entrar em forma para o hasteamento do Pavilhão Nacional. Aproveitava esta oportunidade para falar aos meus comandados e para lembrar-lhes que estávamos, ali, lutando e arriscando as nossas vidas pela Pátria. Dizia-lhes que o mesmo vinha sendo feito, ao longo dos anos, por nossos antepassados. Citava, então, passagens da nossa história, onde brasileiros tinham perdido a vida praticando atos heróicos e destemidos em defesa da Pátria, em defesa da nossa Bandeira. Recordava as lutas para manter a integridade do nosso território. Falava dos nossos mortos quando combatemos a Intentona Comunista em 1935 e terminava comentando o heroísmo dos nossos pracinhas durante a II Guerra Mundial. Lembrava-lhes que o pessoal da nossa Força Expedicionária partira para lutar em um outro Continente, deixando aqui os seus lares e as suas famílias, tendo alguns morrido em combate e outros ficado inválidos. Finalmente, mostrava a eles que todos esses heróis sempre tiveram como motivação a Bandeira, o símbolo maior da Pátria. E, afirmava-lhes que todos os brasileiros têm o dever de manter o legado dos nossos antepassados e de evitar que a Bandeira do Brasil seja ultrajada.

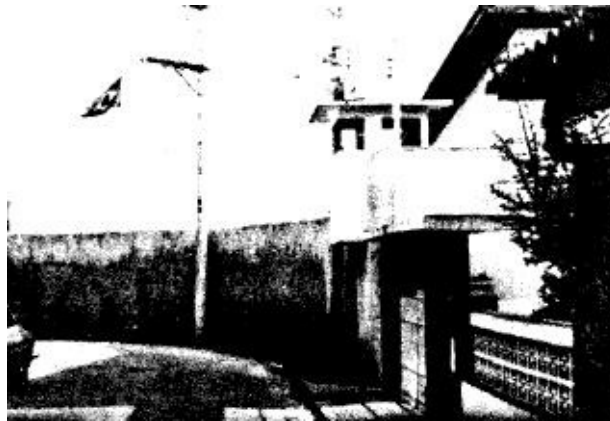
Quando o General Humberto de Souza Mello, como Comandante do II Exército, visitou o DOI pela primeira vez, viu a nossa Bandeira tremulando no mastro. Repreendeu-me dizendo que aquela não era uma Data Festiva e, de acordo com os nossos Regulamentos, a Bandeira Nacional estava hasteada indevidamente.

Respondi-lhe então:

— General, todos os dias o Pavilhão Nacional vem sendo hasteado. Sei que contrario os Regulamentos. Estamos combatendo uma Guerrilha Urbana. Na guerra, a Bandeira nos serve de motivação. Ela é o nosso guia, o nosso farol. Peço a sua autorização para continuar cultuando-a como estamos fazendo, pois diariamente saímos para a incerteza, para o desconhecido. Meus homens, hoje,

não sabem se retornarão para os seus lares. Talvez amanhã um deles esteja sendo sepultado. Gostaria que, quando eles saíssem para mais uma missão, olhassem para aquela Bandeira e fossem conscientes de que estavam lutando pelo Brasil, pelo nosso povo e para manter as nossas instituições democráticas.

O General Humberto, mais uma vez, como um Chefe que sempre assumiu as conseqüências dos seus atos, disse-me:

— Major, o senhor tem razão. Continue hasteando diariamente a Bandeira da nossa Pátria. Afinal é por ela que estamos lutando. Eu assumo a responsabilidade por esta ordem, mesmo que ela contrarie os Regulamentos.

A Bandeira do Brasil, hasteada diariamente,
no lugar de maior destaque do DOI/CODI/II Exército

Recentemente, em 27 de novembro de 1986, durante arruaças em Brasília vimos a Bandeira do Brasil ser retirada de um mastro e queimada. Por que esse desrespeito? Quantas Bandeiras do Brasil existiam entre os arruaceiros que, infiltrados no meio do povo, o incitava a atos como estes?

Nós sabemos a resposta: seguidamente, nos “aparelhos” de subversivo-terroristas encontrávamos projetos para a substítuicão da Bandeira Nacional, onde a menor modificação que faziam era substituir o círculo azul e a faixa branca com os dizeres “Ordem e Progresso” pela foice e o martelo, num círculo vermelho.

É notório que em todas as festividades, reuniões solenes e congressos realizados pelos comunistas, em lugar da Bandeira do Brasil eles usam a bandeira vermelha, símbolo do comunismo internacional e que o Hino Nacional

Brasileiro é substituído pelo Hino da Internacional Comunista.

Coerentes com o internacionalismo proletário que eles defendem, pretendem anular o sentimento de Pátria e de nacionalismo. Para isso, o primeiro passo é acabar com o culto à Bandeira, símbolo do nosso povo, de nossa terra, do nosso passado, das nossas aspirações.

Hoje, quando vislumbro o símbolo maior da Pátria na Praça dos Três Poderes, em Brasília, recordo-me do que falava aos meus comandados.

Sinto orgulho, como quase todos os brasileiros, quando vejo a Bandeira do Brasil tremulando no lugar mais nobre da Capital da República, de onde é vista por quase toda a Brasília. Lá, acima dos Três Poderes: do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, como que a nos dizer que ninguém, nenhum Poder, deve estar acima dela, o símbolo máximo da nação brasileira. E, nesse lugar, ela deverá permanecer para ser cultuada por gerações e gerações.

Recentemente, mais uma vez verificamos a “orquestração” de brasileiros radicais quando, através da imprensa, tentaram convencer os nossos governantes a retirar a Bandeira do Brasil do lugar de maior destaque da capital do país, a Praça dos Três Poderes, sob a alegação de que o seu mastro é o símbolo do autoritarismo. O fato é que a Bandeira lá está por Lei do Congresso Nacional, e já se integrou à Praça dos Três Poderes, à Capital do País, ao Povo Brasileiro — este nomeado, pela Lei, guardião daquele símbolo máximo da Pátria.

O PESSOAL

A primeira providência que tomei foi relativa ao nosso pessoal. Constituíamos um grupo muito heterogêneo quanto à nossa formação. Uns eram militares, outros civis. A condução destes homens deveria ser adaptada a essa peculiaridade. Eles deveriam ser comandados dentro de uma disciplina que buscasse o meio-termo, entre a civil e a militar.

O DOI/CODI/II Ex era um Órgão novo que entrara em combate desde o início de sua formação. Para que o seu êxito fosse sempre ascendente, era necessário que existisse um arraigado espírito de corpo e que o moral de seus integrantes fosse o mais elevado possível.

Quanto ao moral procurávamos sempre explicar os motivos de nossa atividade-fim. Lutávamos para manter a tranqüilidade do país e contra alguns brasileiros que, através de atos de banditismo e terrorismo, tentavam implantar o caos.

A nossa missão era lutar e vencê-los.

As condições peculiares do nosso trabalho não poderiam jamais nos afastar de uma linha de conduta exemplar. A corrupção, o suborno, achaque, a proteção a contraventores eram crimes que jamais se coadunariam com um integrante do DOI/CODI/II Ex.

Procuramos ressarcir os nossos homens das despesas em serviço e, a título de gratificação, o pessoal do Exército passou a receber, por mês, cinco diárias de alimentação. Isso corresponde, hoje, dezembro 86, para um oficial superior, a quantia mensal de Cz$1.641.90. A Polícia Militar, também gratificava os seus homens com o mesmo valor. A Polícia Civil não pagava diárias, entretanto, os Delegados e os Investigadores que serviam ao DOI, sempre eram promovidos por merecimento, tão logo completassem o interstício mínimo na classe onde se encontravam.

Ainda, como medida de manutenção do moral dos nossos homens, conseguimos que o Governo do Estado de São Paulo considerasse como relevante o serviço prestado no DOI/CODI/II Ex. Nesse mesmo sentido, visando ao reconhecimento público do trabalho sério e honesto dos integrantes do

DOI/CODI/II Ex, noventa de seus membros receberam a Medalha do Pacificador com Palma, a mais alta condecoração outorgada pelo Exército Brasileiro àqueles que cumpriram o seu dever com risco de vida.

Foi também dentro do contexto de valorizar o pessoal do Destacamento que o Comandante do II Exército enviou o seguinte Ofício Circular a todas as Organizações Militares do II Exército:

"MINISTÉRIO DO EXÉRCITO — COMANDO DO II EXÉRCITO — QUARTEL-GENERAL — São Paulo, SP — Do Comandante do II Exército — Ao... — Assunto: Integrantes do DOI/CODI/II Ex — Of n.°. 35-E2, CIRCULAR — Tendo chegado ao conhecimento deste Comando que, em algumas OM deste Exército, há uma certa incompreensão relacionada com seus próprios elementos que integram o Destacamento de Operações e Informações do CODI/II Ex, face à apresentação pessoal dos mesmos, impostas pelas circunstâncias que tipificam a natureza da luta em que estão empenhados, resultando mesmo em atitudes de má vontade para aqueles que, com bravura, denodo e coragem estão na 1a. linha de combate ao terrorismo, dou por muito bem recomendado que todos os Cmt e Chefes de OM dêem o máximo de apreço e prestigio àqueles que pertencem a este Destacamento e que esclareçam a todos os seus subordinados das responsabilidades e perigos enfrentados, para que se crie um ambiente de reconhecimento e admiração, por aqueles que, diuturnamente, arriscam suas vidas na manutenção da segurança interna e salvaguarda de nosso estilo de vida. — General de Exército HUMBERTO DE SOUZA MELLO — Comandante do II Exército.

NOTA DO AUTOR:

Os nossos homens, para melhor descaracterização e para a sua segurança pessoal, estavam autorizados a usar barba, cabelos longos e roupa civil, mesmo quando, por necessidade do serviço, compareciam às Unidades Militares. Como isso contraria o Regualmento Disciplinar, essa foi a razão do Ofício Circular acima.

O General Humberto, durante todo o período em que comandou o II Exército, sempre teve um especial carinho para com todos os membros do DOI.

As suas visitas inopinadas sempre ocorriam horas depois de termos regressado de alguma operação arriscada, quando ainda exaustos, chegávamos do combate contra o inimigo. Nessas ocasiões, lá estava o General — vibrante

como só ele — elogiando a bravura de nossos homens, impulsionando-nos cada vez mais para o cumprimento do dever. Isso elevava o nosso moral e aumentava o nosso espírito de corpo.

Existiam, também, as visitas programadas que ele fazia periodicamente. Nessas oportunidades, ia acompanhado de todos os Generais que serviam em São Paulo, do seu Estado-Maior, do Secretário de Segurança Pública, do Comandante da Polícia Militar, do Delegado Geral de Polícia, do Diretor do DOPS e outras autoridades.

Quando os Chefes militares do Exército iam, oficialmente, ao II Exército, a visita ao DOI constava, invariavelmente, da programação oficial.

Sentíamos que o General Humberto procurava, com estas visitas, dar a toda Nação uma demonstração de apreço, respaldo e respeito ao trabalho que o DOI realizava.

O Cmt do II Exército, acompanhado de altas autoridades, numa das visitas feitas ao DOI

Foi durante uma dessas visitas que o General Humberto tomou conhecimento de que a guarda externa, ostensiva, do DOI, era constituída somente por Soldados fardados da Polícia Militar. E quando se dirigiu a nós todos, assim se expressou: — "A partir de amanhã desejo ver aqui, também, guarnecendo este DOI, Soldados do nosso Exército, numa demonstração pública, muito clara, de que o Exército Brasileiro também está empenhado nesta guerra. A partir de amanhã, a responsabilidade pela Guarda do Destacamento ficará sendo do Exército Brasileiro e da Polícia Militar."

Quanto ao nosso pessoal, desejo esclarecer nue ele era altamente selecionado. Durante os quatro anos que comandei o DOI/CODI/II Ex tomei conhecimento de apenas um caso isolado que se não tivesse sido abortado, poderia levar o seu

autor à prática de atos de corrupção. Esse fato se passou pouco tempo após eu ter assumido o Comando do DOI. Recebemos um Informe de que um Capitão do Exército, meu subordinado, estava praticando atos que não se coadunavam com a sua posição de Oficial do Exército. As acusações que pesavam sobre ele eram as de que estaria assumindo dívidas acima de suas possibilidades, atrasando o pagamento de suas prestações e deixando que as promissórias, por ele emitidas, fossem resgatadas por seus avalistas.

Quando analisei o Informe levei o fato ao conhecimento do meu chefe imediato e pedi o afastamento do Capitão. Em menos de 24 horas este oficial foi afastado do DOI/CODI/II Ex e mandado se apresentar a uma Unidade Militar.

Existem também insinuações, que às vezes lemos na imprensa, dizendo que os nossos vencimentos eram enriquecidos com polpudas somas de dinheiro, fornecidas por industriais paulistas. Isso jamais aconteceu. Nunca vivemos com qualquer recurso que não fosse o recebido dos órgãos aos quais pertencíamos. Essas insinuações, além de maldosas, procuram nos atingir moralmente. Nunca lutamos por dinheiro. Não éramos mercenários, pagos por entidades civis. Éramos militares que, com muita honra, pertencíamos ao Exército de Caxias, e, eram os policiais civis e militares que, também, com muita honra, serviam ao Governo do Estado. Lutávamos por um ideal, o de extirpar o terrorismo que queria subjugar o Brasil.

AO DOI UMA ESTRUTURA DINÂMICA

Era necessária uma completa reestruturação do DOI, a fim de torná-lo um Órgão dinâmico e completamente adequado para enfrentar e vencer, o mais rápido possível, o terrorismo em São Paulo.

Mediante entendimentos entre o Comando do II Exército e o Governo do Estado, foram cedidas ao DOI 50% das dependências do 36.° DP, inclusive toda a carceragem.

Com os recursos recebidos do Governo do Estado, foi construído um prédio de dois andares, reformadas e adaptadas todas as nossas instalações. Construímos alojamentos para o pessoal de serviço, salas de interrogatório, garagens, oficina mecânica e melhoramos as instalações para os presos. Foram edificados muros mais altos e instaladas guaritas bem elevadas para os sentinelas. O combustível era quase totalmente fornecido pela Secretaria de Segurança Pública (SSP).

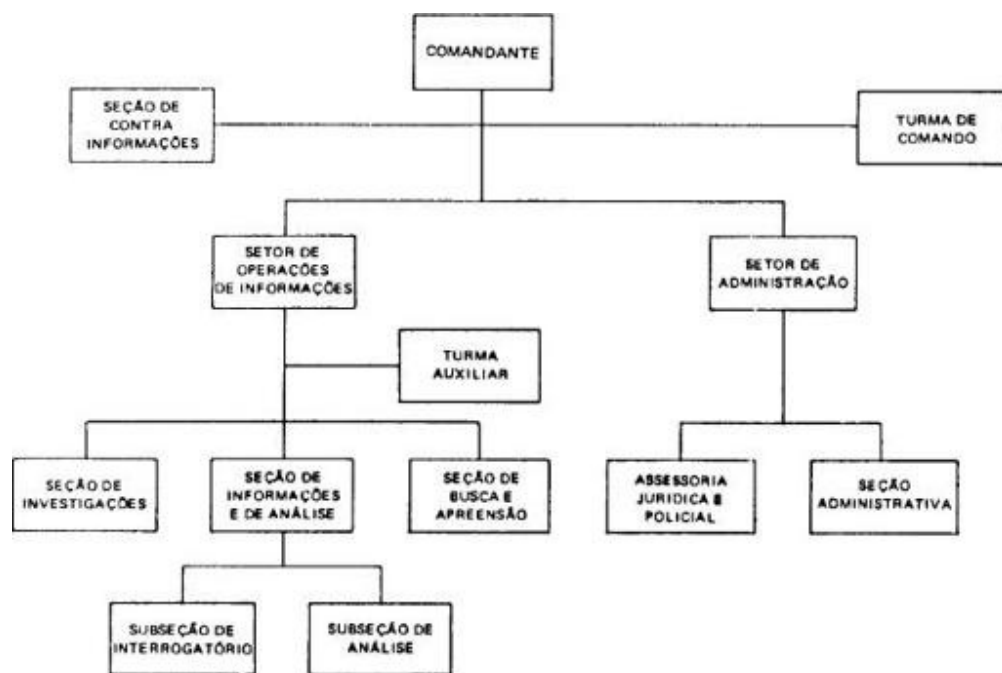
Do Ministério do Exército recebemos armamento, munição, viaturas, pneus, peças sobressalentes, um moderno Sistema de Comunicações Rádio, bem como verbas adequadas para o pagamento de telefones, compra de material de expediente, arquivos, máquinas de escrever, copiadoras etc...

O nosso efetivo foi bastante aumentado, chegando a atingir 250 homens. Moças da Polícia Feminina e da Polícia Civil foram requisitadas, assim como mecânicos, datilógrafos, operadores de rádio, etc...

O Delegado Titular do 36.° Distrito Policial era muito delicado, atencioso e de fino trato, o que possibilitou uma convivência harmônica entre o 36.° DP e o DOI.

Concomitantemente, mudamos toda a organização do DOI, tornando o nosso trabalho centralizado e compartimentado, onde cada homem desempenhava uma função específica.

Estávamos prontos para passar a atuar ofensivamente e para procurar os terroristas onde quer que eles estivessem. Agora o nosso Órgão permitia que trabalhássemos dentro de um minucioso planejamento, onde um Estado-Maior estudava todas as situações, de modo que as decisões só fossem tomadas após

uma análise profunda e cuidadosa.

ORGANOGRAMA DO DOI/CODI/II EXÉRCITO

SEÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO

Cabia à Seção de Busca e Apreensão efetuar missões, cobertura de “pontos”, neutralização de “aparelhos”, apreensão de material subversivo, coleta de dados, condução de presos ao DOPS, à Auditoria Militar, aos Hospitais, e aos Presídios. Era dividida em três Grupamentos: A, B e C. Cada Grupamento composto por quatro Turmas de Busca e Apreensão. Os meios disponíveis para cada Turma eram:

— **Pessoal**
Chefe: Oficial da Polícia Militar ou Delegado da Polícia Civil;
4 Agentes: Sargentos do Exército ou da Polícia Militar, Investigadores da Polícia Civil, Cabos ou Soldados da Polícia Militar;
Motorista: Sargento, Cabo ou Soldado da Polícia Militar.

— **Viaturas**
Uma C-14, ou um Opala, ou uma Kombi, todas equipadas com rádio receptor-transmissor. A viatura era escolhida de acordo com a missão recebida.

— **Armamento**
Cada homem dispunha de um revólver 38 ou pistola 9mm; de um fuzil FAL; de uma espingarda calibre 12; granadas de mão ofensiva e defensas; granadas fumígenas; granadas de gás lacrimogêneo.

— **Proteção**
Colete à prova de balas.

O trabalho desta Seção era o mais arriscado, pois eles enfrentavam os Grupos Táticos Armados das Organizações Terroristas.

Recordo-me que, em novembro de 1970, o Delegado Seelig prendeu, no Rio Grande do Sul, D.F. (André), um militante do Comando Regional da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Submetido a interrogatório, o preso, entre outros

dados, “entregou” um “ponto”, com I.F (Joel) do Comando Nacional da VPR em São Paulo, para o dia 20 de novembro, às 17:00 horas, com alternativa para os dias 25 e 30 de novembro de 1970, no Anel Rodoviário, baixos da Avenida Santo Amaro. “JOEL”, um terrorista da mais alta periculosidade, braço direito de Lamarca, já cometera vários crimes, entre eles o assassinato do Ten PM MENDES, a coronhadas de fuzil, em Registro.

O Delegado Seelig, de posse desses dados tão importantes, entrou em contato comigo. Acertamos a vinda de “ANDRÉ” para o DOI/CONDI/II Ex, a fim de “cobrir o ponto” com “JOEL”.

No dia 20 de novembro de 1970, às 16:45 horas, “ANDRÉ” foi conduzido para as imediações do local do “ponto”. A nossa espectativa era grande e tínhamos esperanças de que “JOEL” “entrasse no ponto”.

O local era amplo, uma praça sob um viaduto, na Zona Sul de São Paulo. Pedi ao meu amigo Delegado Sérgio Paranhos Fleury que viesse nos auxiliar com a sua Equipe. Fleury foi o pioneiro do combate ao terrorismo, em São Paulo.

Essa foi a primeira ação em que tomei parte. A minha inexperiência levou-me a fazer um planejamento muito detalhado. Empenhei todas as Turmas de Busca de serviço nesse dia. Nosso pessoal estava bem descaracterizado. Alguns vestidos de gari, outros com o uniforme da Companhia Telefônica (TELESP). Havia também alguns que “faziam uma mudança” e outros que se encarregavam de “vender sorvete” na praça. Eu, que “vendia” pipocas numa carrocinha, colocara uma roupa bem surrada e me instalara no alto do viaduto, onde, através do rádio, comandava a operação.

Tudo fora cronometrado e ensaiado com a devida antecedência. Exatamente quatro minutos antes da hora, “ANDRÉ” foi deixado num cruzamento fora das nossas vistas, com a determinação de que caminhasse normalmente em direção ao local do encontro. Ele não nos deu trabalho. Quatro agentes infiltrados entre a população o vigiavam para que não fugisse. Esse era o momento crítico numa “cobertura de pontos”, pois se o preso tentasse fugir, denunciasse a sua prisão através de gestos, não caminhasse com naturalidade ou, então, gritasse dizendo que estava sendo seqüestrado, tudo estaria perdido, e o seu companheiro, que de longe o observava, “não entraria no ponto”.

O preso cumpriu o seu papel corretamente e, mesmo assim, “JOEL” não compareceu. Creio que isso ocorreu porque exageramos na preparação, e, também, porque a nossa movimentação excessiva nos tenha denunciado. Outro

fator que deve ter cooperado para que “JOEL” “não entrasse no ponto” foi o longo espaço de tempo entre a prisão de “ANDRÉ” (03 de novembro) e a data do “ponto” (20 de novembro). Nesse intervalo, o Comando Regional da VPR. em Porto Alegre, poderia ter avisado ao Comando Nacional, em São Paulo, da “queda” do seu militante. Porém um agente que ficara como observador desconfiou da atitude de um “japonês” que olhava com insistência para a praça. Esse agente anotou a placa, os dados do carro e nos informou. Era um Volks vermelho.

Com o fracasso do “ponto”, recolhemos o preso para o DOI.

Ainda o “cobrimos” nas duas datas alternativas, 25 e 30 de novembro. “JOEL” desconfiado, não voltou a aparecer. Entretanto, ele cometeria um erro primário: não trocou de carrõ, nem de placa.

Numa última tentativa, determinei que todas as Turmas de Busca e Apreensão rodassem pela zona sul de São Paulo na procura do Volks suspeito.

BATISMO DE SANGUE

No dia 05 de dezembro de 1970, às 11:30 horas, uma de nossas Turmas de Busca rondava no Bosque da Saúde. Havia pouco movimento nas ruas. Na Igreja Santa Rita de Cássia acabara a missa e os fiéis saíam para a praça fronteira, que tem o mesmo nome dessa Santa. A Turma de Busca, neste momento cruza com um Volks vermelho. Ao volante um “japonês”, tendo ao lado um passageiro. A placa confere com a fornecida pelo agente. O Chefe desta Turma de Busca e Apreensão decide prender os suspeitos para averiguações. Retorna e segue o Volks que pára num sinal vermelho (semáforo). Quando o fusca dá a partida, a C-14 da nossa Turma o fecha, bem sobre a porta do motorista, impedindo-o de saltar por este lado. Enquanto o nosso pessoal descia da C-14 para render os ocupantes do Volks, o passageiro saiu correndo e atirando. Dois agentes foram ao seu encalço. O “japonês” com uma metralhadora, sai do carro atirando e não se rende. É estabelecido um tiroteio. A praça fica em polvorosa. Os suspeitos caem agonizantes. Da nossa Turma, um Sargento PM é ferido com gravidade e um Cabo PM recebe um tiro na perna. O motorista, pelo rádio, nos faz um relato rápido da operação dizendo que os suspeitos estão mortos e que há dois homens nossos feridos. Conclui que o Chefe da Turma permanecerá no local, aguardando ordens.

Durante um período de normalidade, chamaríamos uma ambulância e providenciaríamos o comparecimento da autoridade policial. A Polícia Técnica viria fazer a perícia, o rabecão transladar os mortos etc... Mas estávamos vivendo um período de Guerra Revolucionaría. Os Guerrilheiros Urbanos poderiam vir a qualquer momento para resgatar o material que se encontrava no Volks, bem como para assassinar os nossos agentes. Caso isso ocorresse, muitos curiosos que se aglomeravam, para ver o que acontecia, poderiam ser também atingidos. Eu poderia determinar que os nossos feridos fossem recolhidos e deixados no hospital mais próximo, entretanto, um comando terrorista poderia tentar seqüestrá-los. Todas estas dúvidas se passavam pela minha mente, desde que recebera a última mensagem pelo rádio. O que fazer ante este quadro todo?

Foi então que cometi uma grande falha como Comandante, a de não ter

tomado uma decisão, fosse ela certa ou errada. Tentei dividir a responsabilidade, procurando, pelo telefone, o meu Chefe imediato, que não estava em casa. Num segundo telefonema, tentei falar com o General Chefe do Estado-Maior do II Exército, que havia saído. Já haviam se passado três minutos desde que eu recebera o pedido de decisão. Fiz a última tentativa e liguei para a residência do Comandante do II Exército. Informaram que o General estava repousando. Pedi que o despertassem, pois era urgente. O General Canavarro atendeu. Expliquei-lhe tudo o que se passara. Perguntei-lhe o que devia fazer. Esse era um fato novo. Uma situação nova. Como deveria agir? — Perguntei ao General. E ele, nesse momento, calmo, tranqüilo, mas enérgico, me deu uma grande lição: — "Major, o senhor é o Comandante. Tome a sua decisão e depois me comunique, para aprová-la ou não".

Alguns minutos haviam se passado desde que o Chefe da minha Turma de Busca e Apreensão pedira uma decisão. Enquanto eu vacilava, ele tomara todas as medidas adequadas. Afastou o povo, tomou posição para proteger os nossos homens, atendeu os feridos e aguardou a resposta do seu Comandante que, lá dentro do DOI, continuava vacilando.

Aprendida a lição, peguei o microfone e transmiti a seguinte mensagem: "Evacuem tudo, imediatamente, para o DOI: os feridos, os mortos e o carro suspeito. Não percam tempo. Tomem cuidado para não serem emboscados. Já estamos avisando os órgãos policiais do que ocorreu e informando que, por medida de segurança, inclusive dos curiosos, tudo foi evacuado".

Em poucos minutos uma C-14, com os faróis acesos e a sirene ligada, entrava no DOI. Fui esperá-la no pátio. Ajudei a retirar o nosso Sargento PM que passava muito mal e perdia sangue. O Cabo PM aparentemente estava bem. Os nossos dois ferídos, imediatamente, foram colocados em outra C-14 e, tendo uma Turma de Busca como escolta, encaminhados para um hospital.

Quando os feridos deixaram o DOI comecei a me sentir mal. Nunca havia tomado contato direto com mortos e feridos. Nunca vira um homem perdendo sangue e gemendo, em virtude de três ferimentos à bala. Nunca havia tocado em pessoas mortas a tiros.

Nessa ocasião raciocinei e senti que deveria me controlar, pois do contrário, não comandaria ninguém. Meus homens me observavam.

Mandei, como primeira medida, revistar minuciosamente o Volks. No seu interior encontramos muitas armas, munições, códigos e cifras para comunicação com o exterior, além de planos para incendiar um trem da Central do Brasil e assaltar hospitais para a obtenção de material cirúrgico e de primeiros socorros.

Os suspeitos usavam carteiras de identidade com nomes falsos. “JOEL” foi logo reconhecido, era Y.F. O outro usava o nome de Celso da Silva Alves. Tempos depois soube-se que o seu nome verdadeiro era E.N.Q. (PLÁCIDO), um ex-marinheiro, que acabara de regressar clandestinamente de Cuba, onde se aperfeiçoara num urso de Guerrilha.

Quando tudo foi serenado e obtidos todos os detalhes, telefonei para o Comandante do II Exército, dando-lhe ciência da minha decisão e de todos os dados que obtivemos. Respirei aliviado quando o General me respondeu: — “Muito bem Major, a decisão que o senhor tomou era a que eu desejava que fosse tomada. Meus cumprimentos”.

Teria, ainda, muitos casos a relatar sobre os trabalhos das nossas Turmas de Busca e Apreensão. Selecionei este, porque ele foi o meu “batismo de sangue” e, também, porque serviu para mostrar, através de um caso real vivido, o procedimento de nossos homens quando enfrentavam os Grupos Táticos Armados, os GTA, do inimigo.

MAJOR MORTO EM CHOQUE COM TERRORISTAS
(Rio de Janeiro)

Major José Júlio Toja Martinez Filho

(O GLOBO — 5 Abr 71)

"O Major de Infantaria JOSÉ JÚLIO TOJA MARTINEZ FILHO foi assassinado aos primeiros minutos da madrugada de sábado, num choque entre policiais e terroristas na Zona Norte — perto do Méier.

O Major que contava 40 anos de idade, deixou viúva D. Clotilde R. Martinez e quatro filhos, o mais velho com 11 anos e o menor com quatro. Era figura querida dos companheiros da Brigada Aeroterrestre — onde estagiava — que o valorizavam não só intelectualmente, como também profissional e humanamente".

O DRAMA

"O Tenente-Coronel Edgard Telezca soube da notícia e foi encarregado de transmiti-la à família, que mora numa vila do Engenho Novo. À 1h30min de sábado, telefonou para D. Hilda — Mãe do Major Martinez — e disse que tinha ocorrido um grave problema com o filho. Ela quis saber o que era, porém, o Tenente-Coronel preferiu contar pessoalmente. Ao chegar à casa dos pais do Major, — meia hora depois — eles já o estavam aguardando e custaram a crer na notícia. A vila inteira foi acordada — lá moram, além da família do Major Martinez, seus pais — casal José Júlio Toja Martinez — e duas irmãs casadas.

O corpo do Major Martinez foi levado ao HCE para a autópsia e transferido, depois, para a Capela H do Cemitério de São Francisco Xavier, onde chegou às 13h30m. A bala atingiu-o no ombro esquerdo e atravessou o tórax, saindo pelo lado direito, logo abaixo da axila. O choque fez também outras vítimas: o Capitão OSCAR DE SOUZA PARREIRA — que levou um tiro no ombro, fraturando a clavícula e se encontra num hospital particular onde passa bem — e dois terroristas — um morto e outro ferido".

TRISTE DESPEDIDA

“Às 15h30m começaram a chegar ao cemitério os amigos para a triste despedida. Às 17 horas o ataúde desceu os dois lances de escada para começar a marcha, com a presença de diversos representantes das Forcas Armadas, familiares — pais, esposa, cunhados e irmãs — e grande número de populares. Presentes, entre outros, o General Siseno Sarmento, Ministro do STM, General Sílvio Frota, Comandante-Interino do I Exército, General Ariel Paca da Fonseca, General Moacir Barcelos Potiguara, Chefe do Gabinete do Ministro do Exército, General Hugo Andrade Abreu e o Comandante da Base Aérea dos Afonsos.

O ataúde deixou a capela escoltado por contingente do GA Aeroterrestre e ladeado pelo Primeiro Batalhão Aeroterrestre — 150 componentes — com sua banda, que tocou a Marcha Fúnebre, enquanto três aviões da FAB sobrevoavam o cemitério. Imediatamente ouviram-se três salvas. O féretro continuou caminhando para a quadra 43, onde, na sepultura 27.337, baixou o corpo, exatamente às 17h15min, depois que o Pe. Isaac dos Santos encomendou a alma”.

(Transcrito do Jornal "O GLOBO" — 05/04/71)

A MELHOR DEFESA É O ATAQUE
EMBOSCADA E CONTRA EMBOSCADA

As organizações terroristas intensificaram, a partir do segundo semestre de 1970, os seus atos de intimidação às viaturas policiais do Exército e à própria população. Ônibus eram atacados e, algumas vezes, incendiados. Seus passageiros eram obrigados a descer e ouvir pregações em favor da luta armada. As Rádio-Patrulhas eram emboscadas e os policiais tinham suas armas roubadas. Carros de transporte de valores eram assaltados.

Os ataques às viaturas do Exército que, isoladas, transitavam pelas ruas eram freqüentes. Invariavelmente, roubavam as armas do soldado motorista, além de humilhá-lo publicamente. Quando alguém reagia, era morto.

Estes fatos nos obrigaram a manter, sempre ao lado do motorista, um outro militar para dar-lhe segurança. Ordens foram dadas para que todos tomassem o máximo de cuidado e estivessem sempre atentos. Isto, no entanto, não bastava para evitar que os ataques dos guerrilheiros urbanos continuasssem.

Passamos a temer que, num trânsito como o de São Paulo, motoristas mais tensos, pensando que estivessem sendo atacados, acabassem reagindo por terem sofrido uma simples “fechada”.

Como um simples soldado saberia distinguir qual o carro, entre as centenas dos que passavam por ele, estaria conduzindo terroristas?

Não podíamos continuar a sofrer tantas perdas. Enfrentávamos uma guerrilha urbana e tínhamos que nos conscientizar que a melhor defesa é o ataque. Devíamos ir ao encontro dos terroristas e não esperar que eles nos apanhassem de surpresa. Caso continuássemos na defensiva, estaríamos dando-lhes chances de aplicar melhor os ensinamentos obtidos nos cursos feitos no exterior e no Manual de MARIGHELLA.

Tínhamos que tentar prendê-los para acabar de uma vez por todas com esta situação de permanente tensão.

Nosso Estado-Maior, depois de estudar as zonas de maior intensidade desses ataques, planejou atrair os terroristas. Levamos os planos ao Comandante do II Exército que os aprovou.

Necessitávamos de “iscas” para atraí-los. Fomos ao Esquadrão de Reconhecimento e pedimos dois jipes emprestados. Do Hospital Militar conseguimos uma ambulância.

Selecionamos alguns locais onde era maior a incidência deste tipo de ação guerrilheira e começamos a executar o plano.

Cada viatura militar, partia para um determinado local. Seu motorista era um agente vestido de cabo e a seu lado um “soldado”, outro agente (ambos do DOI), levando uma metralhadora INA. Estes agentes eram sempre voluntários, pois sabíamos que as missões poderiam ser altamente perigosas.

Começamos as tentativas, mas, parecia que o plano não daria certo. Duas vezes por semana repetíamos a “operação”. Estes eram dias em que ficávamos altamente tensos. Nada no entanto acontecia. As Turmas de Busca voltavam sem que os terroristas “mordessem” as “iscas".

Na terceira semana de tentativa, no bairro do Sumarezinho, nossos dois agentes haviam notado o movimento suspeito de um homem e de uma mulher que seguiram, em um Volks, a viatura. Intensificamos as idas de nossa “isca” a este bairro, seguindo sempre o mesmo itinerário e mais ou menos o mesmo horário, como se fosse um trajeto de rotina. Novamente o Volks seguiu a viatura, desta vez com dois homens e outra placa.

Decidimos montar uma emboscada no dia 23 de setembro de 1971.

Colocamos nas proximidades do local escolhido uma Turma de Busca e Apreensão com cinco homens. Ao “cabo” motorista foi dada a ordem para que a certa altura da Rua João Moura, deixasse transparecer que o jipe estava em pane. O “soldado” teria que sair para procurar reforço mecânico. A metralhadora da qual tivéramos o cuidado de retirar as peças do seu interior, bem à mostra. O “cabo” recebeu instruções para que, se fosse atacado, não reagisse e procurasse abrigar-se caso houvesse tiroteio.

Tudo montado, homens a postos, iniciou-se a operação.

O jipe veio normalmente e próximo ao local combinado começou a “falhar”, parando logo em seguida. O “cabo” e o “soldado” saltaram, abriram o capô da viatura, mexeram aqui e ali e “chegaram à conclusão que necessitavam de um mecânico”, o que o “soldado foi imediatamente procurar”. O “cabo”, com o capô do jipe aberto, “displicentemente” lia uma revista em quadrinhos e a seu lado, bem a vista, a metralhadora INA.

O “cabo”, assim como a Turma de Busca, viram passar o Volks, com uma mulher e um homem, dando a volta no quarteirão.

Seus ocupantes, provavelmente, se certificavam de que não havia polícia na

área. Minutos depois o Volks veio rápido e fechou o jipe. Do seu interior saltaram dois homens e uma mulher, identificados depois. Eram A.S.M. (Uns e Outros), E.A.F. (Paulo Moche) e A.M.N.C. (Bete). Ao volante permaneceu J.M.M (Teo). “Bete” veio pela calçada e apontou um revólver para a cabeça do “Cabo”, que, assustado, saiu do carro e levantou as mãos. Os outros dois abordaram o jipe pelo outro lado.

Neste instante fechamos a rua. Dois homens à frente e três à retaguarda do jipe. Ordenamos que se rendessem. “TEO”, o motorista do Volks, iniciou o tiroteio. Foi atingido por um tiro de FAL. “UNS E OUTROS” enfrentou, à bala, os dois agentes que vinham pela frente do jipe e “PAULO MOCHE” os outros três que vinham pela retaguarda. Os três terroristas tombaram mortos. “BETE”, que se escondera atrás da roda do jipe, aproveitou uma pausa do combate e, enquanto nos dirigíamos para atender os mortos, saiu em desabalada carreira.

O “Cabo motorista”, quando inicou o tiroteio, pulou um muro e foi parar na cozinha de uma casa, onde uma senhora que fritava ovos, quase morreu de susto ao vê-lo entrar.

“BETE” dobrou uma esquina da João Moura e ao passar por uma Rádio-Patrulha, disse: — “Corram moços, está havendo um tiroteio danado ali na João Moura”. Desarvorada e sem ter para onde ir, “BETE” entrou num consultório dentário, rendeu o dentista com uma arma e o obrigou a dar-lhe guarida.

No mês seguinte, 21 de outubro, no mesmo local, a ALN colocou um Volks novinho com a inscrição: “DITADURA ASSASSINA”

Avisados mandamos ao local uma Turma de Busca e Apreensão. Levaram um perito em bombas, que isolou o local e pelo vidro traseiro entrou no Volks. Sob o banco de trás estava instalada uma potente bomba que explodiria, causando danos incalculáveis, quando alguém abrisse a porta do carro. Felizmente o perito a desarmou.

A CORRIDA CONTRA O TEMPO

A nossa estrutura permitia acompanhar a evolução de cada operação de acordo com o princípio da oportunidade, mas, sem fugir à necessária centralizarão do Comando.

Para dar uma idéia do dinamismo da nossa atuação, citarei um exemplo, ocorrido em 1972.

Em meados desse ano, um membro do Comando Nacional de uma das Organizações Terroristas viajou para Porto Alegre, com a finalidade de presidir uma reunião do Comando Regional da mesma Organização, na capital gaúcha.

A Equipe do Delegado Seelig que acompanhava os passos de todos os membros dessa Organização, surprendeu-os em plena reunião. O militante paulista, quando interrogado, forneceu o endereço do "aparelho" em São Paulo. "Entregou" também um outro "aparelho", do qual desconhecia o endereço, mas que sabia como chegar até ele.

Eram aproximadamente 18:00 horas, quando o Delegado Seelig, por telefone, me transmitiu todos os dados obtidos no interrogatório.

Imediatamente determinei que uma Turma de Busca e Apreensão partisse para neutralizar o "aparelho" cujo endereço nos fora fornecido.

Era necessário trazer, o mais rápido possível, de Porto Alegre, o militante paulista para que ele nos conduzisse ao segundo "aparelho".

Entrei em ligação com o Dr. Romeu Tuma. Este Delegado de Polícia, devido à sua grande competência profissional e extrema honestidade, méritos indiscutíveis para um bom policial, era um dos homens de confiança do então Secretário de Segurança, Coronel R/1 Sérvulo da Mota Lima. O Dr. Tuma a partir da gestão do Coronel Sérvulo, passara a ser o elemento de ligação entre o II Exército e a Secretaria de Segurança Pública (SSP). Expliquei a esse Delegado que ia entrar em contato com o meu chefe e que talvez houvesse necessidade de conseguir, através da SSP, um avião para recambiar para São Paulo uma pessoa altamente comprometida que fora presa em Porto Alegre.

Telefonei para o meu chefe dando-lhe ciência dos fatos e pedindo-lhe autorização para o deslocamento de dois homens à capital gaúcha. Autorização

concedida, telefonei outra vez ao Dr. Tuma confirmando a necessidade do avião.

Em meia hora o Dr. Tuma resolveu o problema e me comunicou que, no aeroporto, um Táxi Aéreo já fora contratado pela SSP e se encontrava à nossa disposição.

Às 20:30 horas decolava para Porto Alegre, o Chefe da Subseção de Análise e um interrogador, que foram recebidos no Aeroporto pelo Delegado Seelig. Na viatura, pronto para retornar a São Paulo, já se encontrava o homem que fora a Porto Alegre para presidir a reunião da sua Organização.

Enquanto isso se passava, a nossa Turma de Busca e Apreensão já "estourava" o "aparelho" do Comando Nacional. O armamento que nele encontramos foi capturado e membros da Subseção de Análise recolheram a documentação encontrada.

Às 05:00 horas da manhã o Táxi Aéreo chegava com o preso que, durante o trajeto, fora interrogado. Quando saltaram, uma outra Turma de Busca e Apreensão o levou para que indicasse a localização do segundo "aparelho", seguindo direto do Aeroporto.

Logo depois, essa turma, "estourava" o aparelho, prendendo os seus dois ocupantes, que face à rapidez da operação foram presos antes que pudessem reagir.

No local foram apreendidas armas, munições, granadas e bombas de fabricação caseira.

Entre a documentação apreendida constavam planos para o seqüestro de um dos diretores da Ford do Brasil.

Ainda pela manhã, já comunicava ao Comandante do II Exército o que ocorrera.

O Diretor da Ford foi alertado para que providenciasse uma segurança pessoal e tomasse mais cautela.

Era assim, dinâmica e objetivamente, que trabalhávamos.

MATERIAL BÉLICO APREENDIDO NO “APARELHO”

ATENÇÃO
PERIGO

GUERRA É GUERRA

Nossos acusadores reclamam com freqüência de nossos interrogatórios. Alegam que presos inocentes eram mantidos horas sob tensão, sem dormir, sendo interrogados. Reclamam, também, de nossas "invasões de lares", sem mandatos judiciais. É necessário explicar, porém, que não se consegue combater o terrorismo amparado nas leis normais, eficientes para um cidadão comum. Os terroristas não eram cidadãos comuns.

O terrorista é um combatente que optou por um tipo de guerra, a Guerra Revolucionária. Dentro desse contexto ele milita no âmbito de uma organização clandestina; é preparado ideologicamente; recebe recursos materiais de uma potência estrangeira; é aperfeiçoado em cursos nesses países interessados em apoiar essa Guerra; recebe nomes falsos e codinomes; vive na mais absoluta clandestinidade; possui mecanismos de segurança extremamente eficientes, onde a compartimentação os isola da maioria dos seus companheiros; vive infiltrado no seio da população; não usa uniformes; ataca sempre de surpresa, seqüestra, mata, assalta e rouba em nome do seu ideal revolucionário; vive em "aparelhos"; combate no seio da sociedade que pretende destruir; vive a soldo de uma organização para a qual dedica todos os seus dias.

O terrorismo por ser guerrilheiro, por possuir uma ideologia revolucionária, quer ter o direito de emboscar, de assaltar, de roubar, de seqüestrar e de assassinar. Para isso, quando pratica tais crimes, difunde panfletos onde se justifica, dizendo que fez a "justiça revolucionária".

Quando o Governo percebe que, mesmo empenhando toda a polícia e utilizando os métodos de combate aos marginais, a Guerrilha continua crescendo a ponto de abalar as nossas instituições democráticas, resolve empregar as Forças Armadas. Quando se chega a este ponto, ou elas acabam com a Guerrilha ou então o Estado é derrotado. Neste último caso o país é obrigado a conviver com a Guerrilha, que ocupando áreas do território Nacional, estabelecerá um governo paralelo.

Quando as Forças Armadas, com determinação, enfrentam a Guerrilha, o guerrilheiro exige ser tratado de acordo com as leis que amparam o cidadão

comum, intitula-se preso político, denuncia arbitrariedades.

Quando o guerrilheiro ataca, ele é um combatente que julga ter o direito de fazer justiça com as próprias mãos. Quando ele é atacado, exige que seja tratado como um cidadão comum.

Na Guerra Convencional entre dois ou mais países, existem os exércitos, os uniformes, as patrulhas, as infiltrações, os guerrilheiros e os espiões. Quando um exército vai atacar, quando manobra para combater o inimigo, quando faz emboscadas para cortar o seu fluxo de suprimentos, quando bombardeia com aviões, artilharia e morteiros as suas defesas, ele não vai, antes, pedir permissão à ONU, à OEA ou aos Tribunais Internacionais. Ele simplesmente ataca, pois, está em guerra.

Assim, tanto para a Guerra Convencional, como para a Guerra Revolucionária, é absolutamente certo o ditado que se generalizou: “GUERRA É GUERRA”.

O INTERROGATÓRIO

Quando um terrorista era preso, a fase crucial da prisão, tanto para ele como para nós, era a do interrogatório.

As prisões eram efetuadas, normalmente, pelas Turmas de Busca e Apreensão, sendo o preso conduzido para o DOI, a fim de ser interrogado.

Quando a prisão era planejada, a Turma de Interrogatório Preliminar já o aguardava com a documentação referente a ele, preparada pela Subseção de Análise. Sabíamos pela sua ficha: seus codinomes, Organização a qual pertencia, ações armadas em que tomara parte, localização do seu "aparelho", seus contatos e outros dados.

Porém quando ocorria uma prisão inopinada, geralmente desconhecíamos quase tudo a seu respeito.

Antes de iniciarmos o interrogatório, procurávamos dialogar com ele, analisando a sua situação, mostrando os dados de que dispúnhamos a seu respeito e o aconselhávamos a dizer tudo o que sabia, para que pudesse sair o mais rápido possível da incomunicabilidade. Quando de uma prisão inopinada, o interrogador necessitava obter alguns dados essenciais, tais como: a localização do "aparelho", o próximo "ponto", o nome verdadeiro e o codinome do preso.

De acordo com as normas das Organizações, todo o terrorista possuía uma "hora teto" para retornar ao seu "aparelho" Caso esta hora fosse ultrapassada e ele não chegasse, a pessoa com quem vivia abandonava o "aparelho", levando toda a documentação importante e o material bélico lá existente.

Outra norma de segurança deles era quanto à cobertura de "pontos". O militante era obrigado a "cobrir", no mínimo um "ponto" a cada 24 horas e caso "furasse" um desses "pontos", o motivo provável era que estivesse preso. Conseqüentemente, todos aqueles que mantinham contato com ele eram avisados da sua "queda". Por isso, o preso deveria "segurar" ao máximo o seu "Ponto Normal" e ganhar o maior tempo possível, nos conduzindo a um "Ponto Frio" ou a um "Ponto de Polícia". Assim quando um militante "caía", normalmente com documentação falsa, as nossas primeiras perguntas eram:

— qual é o seu próximo “ponto”?
— onde se localiza o seu “aparelho”?
— qual é o seu nome verdadeiro?
— qual é o seu codinome?

A partir destas quatro perguntas, iniciava-se uma verdadeira luta contra o tempo. De um lado o interrogador, necessitando, urgentemente, de respostas concretas para as perguntas que formulara. Do outro lado o terrorista, procurando a todo o custo mentir, fornecendo endereços falsos, “Pontos Frios” e “Pontos de Polícia”.

O preso, por sua ideologia, por seu companheirismo, ou por medo da represália da sua Organização, tinha seus motivos para tentar nos iludir e ganhar o máximo de tempo possível.

Do nosso lado, tínhamos que cumprir nossa missão:

— continuar o combate cerrado contra a sua Organização;
— reduzir ao máximo e com toda a rapidez possível as ações armadas por eles planejadas;
— neutralizar a sua Organização, desmantelando-a e impedindo-a de se reorganizar.

Quando a prisão era planejada, a nossa rapidez também era necessária, embora nesse caso dispuséssemos um pouco mais de tempo para as respostas às nossas perguntas. Nesse caso, necessitávamos saber qual e quando seria a próxima ação terrorista.

Tanto para a prisão planejada como para a inopinada, ao longo dos dias o interrogatório continuava. Necessitávamos saber o Organograma de sua Organização, todos os seus contatos e como foi aliciado. A fase do interrogatório culminava com uma Declaração de Próprio Punho, onde ele sozinho fazia um relato manuscrito de toda a sua militância.

É absolutamente falsa a versão que os livros de esquerda dão, dizendo que datilografávamos esta Declaração para que o preso a copiasse.

Também é falsa a afirmação que eles fazem dizendo que nós usávamos capuz para cobrir nossos rostos, quando os interrogávamos. Isso nunca aconteceu durante os quatro anos (29/09/70 a 23/01/74) que comandei o DOI/CODI/II Exército. Sempre os interrogávamos frente a frente, cara a cara.

Não é verdadeira a afirmação, tão difundida pela esquerda, de que

prendíamos pais, esposas e filhos dos terroristas para que nos dessem informações sohre eles, ou então para interrogá-los na sua frente. Os familiares não eram repensáveis por suas militâncias. A única exceção era quando os parentes do preso também eram militantes da Organização.

A propósito, convém citar o caso de um casal de uma Organização que foi preso porque ambos eram militantes. Neutralizado o "aparelho" onde eles residiam, que aliás era um "aparelho de imprensa", seus filhos, bem pequenos, não tinham para onde ir. Para não mandar as crianças para o Juizado de Menores, uma moça, Sargento da Polícia Feminina do Estado de São Paulo, ofereceu-se para tomar conta dos menores em sua casa, enquanto aguardávamos a chegada dos familiares do casal, que se encarregariam da guarda deles. Diariamente, a meu pedido, as crianças eram levadas ao DOI para visitarem seus país. Hoje, revoltado, vejo este casal, no livro "Brasil: Nunca Mais" nos acusar de levar os filhos até eles para que "vissem seus pais marcados pelas sevícias sofridas e pressioná-los, dizendo que as crianças seriam torturadas, se não confessassem o que queríamos saber".

Após as "Declarações de Próprio Punho", o preso estava pronto para seguir para o DOPS, onde era ouvido em Inquérito Policial e, se fosse o caso, desse Órgão seguia para o Presídio Tiradentes, onde aguardaria o julgamento.

A SEÇÃO DE INVESTIGAÇÃO

Todos os dados obtidos de uma Organização Terrorista eram devidamente aproveitados, aprofundados e levados à direção do DOI para uma profunda análise e uma tomada de decisão. Em princípio, procurávamos nos engajar no combate a uma Organização de cada vez. Quando, neste espaço de tempo, surgiam fatos que nos conduziam a uma outra Organização eles não eram desprezados e, em geral, adotávamos a técnica dê acompanhar os seus militantes, de seguir o seu rastro, de não perder o contato tão procurado e desejado. Se possível, deixávamos esta nova "ponta" num compasso de espera, aguardando a hora oportuna para neutralizá-la.

Esse trabalho era facilitado pelas infiltrações que realizávamos nas 0rganizações. Isto poderia ser concretizado através de um agente nosso — o que era muito arriscado — ou, como era mais comum, através de um próprio militante da Organizacão que aceítasse trabalhar para nós. Evidentemente, neste caso, ele continuava militando na Organização, correndo o risco de ser "justiçado" por ela, caso seu trabalho em nosso favor viesse a ser descoberto.

As infiltrações, por motivo de segurança, eram extremamente compartimentadas. Ninguém deveria saber mais do que o estritamente necessário para o cumprimento da missão. Sempre haveria o risco de um vazamento.

Qualquer deslize, qualquer confidencia, colocaria em risco não só a operação mas a vida do infiltrado que, se descoberto, seria imediatamente executado pelos terroristas. Tudo era mantido no mais absoluto sigilo.

A Seção de Investigação era constituída de 20 Turmas de Investigação, cada uma com o seu próprio carro, todos equipados com um rádio transmissor-receptor fixo e um móvel. Cada membro da Turma tinha como armamento uma pistola 9mm ou um revólver calibre 38 e mais uma metralhadora Beretta 9mm.

À sua disposição estavam todos os meios de disfarce, como barba e bigodes postiços, perucas, óculos, máquinas fotográficas, placas frias, etc. Também, se necessário, trabalhavam com os membros da Polícia Feminina ou com as Investigadoras da Polícia Civil que pertenciam ao efetivo da Seção. O Chefe de qualquer operação em andamento saía do Destacamento com os recursos

necessários para manter as Turmas na rua, sem o apoio do DOI, no mínimo por um dia. Levava, também, o dinheiro suficiente para custear a viagem imprevista de alguns agentes. Isso ocorria normalmente, quando durante uma "paquera" (operação montada para seguir um subversivo), o militante se dirigia a uma estação rodoviária e partia para outra cidade. Imediatamente, dois dos nossos agentes tomavam o mesmo ônibus. O mesmo acontecia se o elemento sob vigilância tomasse um avião. Enquanto a viagem transcorria, entrávamos em ligação com o DOI situado na sede de destino do ônibus ou do avião. Quando os passageiros desembarcavam, lá os estavam esperando, para segui-los, as Turmas de Investigações daquele DOI. Em Porto Alegre, como não tínhamos DOI, o Delegado Pedro Seelig, com sua equipe, continuava o trabalho de investigação.

Os integrantes da Seção de Investigação não efetuavam prisões, interrogatórios ou buscas, só entravam em combate quando isso era absolutamente necessário.

Foi por uma extrema necessidade do serviço, ligada a uma infiltração no Comando Regional de uma Organização Terrorista, com sede em Porto Alegre, que vim a conhecer o Delegado Pedro Carlos Seelig. Apôs esse encontro, passamos a realizar um trabalho conjunto, envolvendo o DOI/CODI/II Ex e o DOPS/RS. Esse trabalho nos tornou grandes amigos. Uma amizade alicerçada na franqueza, na sinceridade e no "jogo limpo" que sempre mantivemos. Hoje sou um grande amigo deste competente e honesto Deleoado de Polícia do RS. Considero-o como um verdadeiro irmão.

Através dos "infiltrados", ficávamos sabendo tudo a respeito da Organização. Seus membros, seus codinomes, sua estrutura, seus pontos, seus "aparelhos".

As missões da Seção de Investigação eram muito bem planejadas. Como já expliquei anteriormente, quando conseguíamos um infiltrado no seio da própria organização, o nosso trabalho andava mais rápido e com mais objetividade. Porém, tudo tinha que ser feito com a maior calma e sem atropelos. Qualquer deslize prejudicaria meses de persistente trabalho.

A infiltração era um processo bastante demorado mas, com certeza, ela evitaria muitas ações terroristas como "justiçamentos", seqüestros e "expropriações". Por outro lado, uma boa infiltração nos permitia chegar, bem mais rápido à direção da Organização.

Quando conseguíamos um bom infiltrado, íamos aos poucos, "levantando", fotografando, e seguindo os seus contatos com os demais membros da Organização. Estes contatos iam se ampliando de tal maneira que já passávamos a seguir outros dos seus membros sem necessidade do nosso infiltrado. Nesse

momento, ele não era mais seguido por nós, para evitar qualquer suspeita por parte dos demais militantes. Porém nossos contatos com ele continuavam com a finalidade de obter maiores informações.

Enquanto isso se passava, a nossa "teia de aranha" ia aumentando gradativamente e, dentro de um ou dois meses, já sabíamos onde residiam muitos membros da Organização e seus hábitos. Quando estávamos nessa fase, geralmente alugávamos apartamentos bem próximos dos "aparelhos" ocupados pelos terroristas. Deste modo, poderíamos vigiá-los melhor sem provocar suspeitas. O nosso pessoal passava a "residir" nesses imóveis alugados e mantinha uma conduta normal, sem demonstrar que eram policiais. A missão deles consistia em informar a respeito de todos os hábitos dos militantes que estavam sendo vigiados, tais como: hora de saída e chegada em casa, tipo de carro usado, roupa com que saíam pela manhã, placa do carro, uso de maleta para carregar documentos ou armas, etc. Além disso, eles deveriam fotografá-los com tele-objetiva. A fotografia era muito importante porque, através dela, obtínhamos os seus dados pessoais e passávamos a saber o nome verdadeiro de quem estávamos "paquerando".

A "derrubada" (prisão) isolada de um militante, só acontecia em caso de extrema necessidade. A técnica era deixar que tudo transcorresse normalmente, até a obtenção de todos os dados possíveis. Quando chegávamos a essa situação, decidíamos "derrubar" quase todos os militantes. Escolhíamos aqueles que deveriam "cair" (ser presos) e quais os que deixaríamos em liberdade. Estes serviriam como uma "ponta" que, normalmente, nos levaria a outra Organização. Quando ocorria uma "derrubada geral" era normal que os remanescentes procurassem a proteção de seus camaradas que militavam em Organizações congêneres. Outro motivo que nos forçava a deixar alguns militantes em liberdade era nosso infiltrado que, em princípio, não deveria ser preso, pois caso somente ele permanecesse em liberdade, as suspeitas logo recairiam sobre sua pessoa.

SEUS DOCUMENTOS... UMA RAJADA

Cabo Sylas Bispo Feche

Meu querido amigo. Ainda me recordo do nosso primeiro contato. Você estava em forma, pronto para sair para mais uma missão da sua Turma de Busca e Apreensão. Falei com todos os membros da Turma e me detive em você, o mais jovem de todos, perguntei se era casado e se tinha filhos. O Chefe de sua Turma era um verdadeiro líder, em quem todos confiavam e seguiam cegamente. Um bravo Capitão que infelizmente já faleceu. Um homem que, durante muito tempo, serviu ao nosso DOI, onde sempre se destacou por sua competência, bravura e coragem. Um homem que honrou as tradições da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Não poderia deixar de transcrever aqui, meu caro FECHE, as palavras que o seu Capitão disse a seu respeito quando se despediu do nosso DOI:

"Aqui cheguei para cumprir com o meu dever e daqui me retiro certo de tê-lo feito. Como dizia Valtour: "O dever cumprido, como toda a vitória, é tanto mais glorioso quanto mais nos custou". Só Deus sabe o quanto me custou. Noites e noites de sono, momentos que só por Deus permitiram continuasse vivo. Foi ainda, sob o meu Comando que perdi um companheiro a quem muito estimava. Um herói nacional, que nunca refutou ao dever, o Cabo SYLAS BISPO FECHE.

Sim companheiros, esse moço, ainda imberbe, que tinha uma juventude toda pela frente, tombou no cumprimento do dever.

Aguardava ansioso a promoção a 3.°. Sargento.

Não sabia o meu desventurado amigo que aquele 20 Jan 72, seria o seu dia, não o de ser promovido, mas o de ser morto pelas armas do inimigo.

No seu braço, para onde foi, não levava as suas ambicionadas divisas, levava sim, sobre o seu corpo muitas flores e as lágrimas daqueles, que, como eu, o respeitavam e o queriam.

Enfrentou o perigo tranqüilo e destemido, corroborando o pensamento de A. Dubay quando diz: "Tanto aquele que desafia o perigo, como aquele que demasiado o receia, estão igualmente próximos a morrer nele".

Sim saudoso companheiro, você desprezou o perigo porque era um forte, um homem na acepção da palavra. Tinha um ideal e um dever a cumprir, o de bem servir à pátria e o de galgar, gloriosamente, a carreira que abraçou".

A SUA MORTE

O Cabo SYLAS BISPO FECHE, da Polícia Militar do Estado de São Paulo, integrava uma Turma de Busca e Apreensão do DOI/CODI/II Exército.

Foi assassinado no dia 20 de Janeiro de 1972. por dois terroristas quando estes, num VW chapa CK-4848, cruzaram um sinal fechado, quase atropelando uma senhora que atravessava a rua com uma criança no colo.

A Turma de Busca saiu em perseguição ao carro suspeito que foi interceptado. Ao tentar aproximar-se para pedir os documentos dos dois ocupantes do veículo, o Cabo FECHE foi por eles metralhado. Foi travado um tiroteio entre a Turma de Busca e os dois terroristas, que também morreram no local.

O SEPULTAMENTO

"O Cabo SYLAS BISPO FECHE, era natural de S. Paulo, Capital, onde nasceu em 26 de agosto de 1948. Era filho de Pedro Feche Bentajá e Helena Bispo Feche Bentajá e casado com a senhora Ilda Alves, não possuía fiíhos. Ingressou na Polícia Militar, como voluntário, em 12 de março de 1968.

Seu corpo, no dia 21 de janeiro de 1972, saiu do Quartel do Regimento de Cavalaria 9 de Julho, à Avenida Tiradentes para o Mausoléu da Polícia Militar, no Cemitério do Aracá".

"O Governador, Laudo Natel, acompanhado do General Humberto de Souza Melo, Comandante do II Exército, compareceu ao velório para confortar a esposa, os pais e demais familiares do Cabo assassinado. O caixão mortuário, coberto com a Bandeira Brasileira, foi conduzido até um carro do Corpo de Bombeiros pelo Governador, pelo Comandante do II Exército e ainda pelos Generais Augusto José Presgrave, Comandante da 2a. DI; Fernando Belfort Bethlem, Comandante da 2a. Região Militar; Eneas Nogueira, Chefe do Estado-Maior do II Exército; pelos Secretários Sérvulo da Mota Lima, da Segurança Pública e Henrique Aidar, da Casa Civil; pelo Coronel Mário Humberto Galvão Carneiro da Cunha, Comandante da Polícia Militar e Coronel Raul Humaitá, Chefe da Casa Militar.

No cemitério, uma guarda da Polícia Militar prestou honras com salva de três tiros, e a banda musical executou a Marcha Fúnebre.

(Transcrito de "O ESTADO DE S. PAULO" — 22 Jan 72)

O cabo Sylas Bispo Feche, morto por terroristas, foi enterrado como herói

OS ASSASSINOS DO CABO FECHE

G.R. (MARCOS) era estudante de Medicina da USP, tendo abandonado a escola para ingressar na subversão e no terrorismo, em 1970, integrando a chamada Ação Libertadora Nacional, onde ocupava a posição de Chefe de um grupo tático armado, encarregado assaltos e atentados. Participou das seguintes ações: assalto contra o Restaurante Hungaria, na Rua Oscar Freire; contra o Supermercado Morita, na Avenida Indianópolis; contra a agência de empregos situada na Avenida São Gabriel; contra a agência do Ministério do Trabalho; seqüestro de um médico, na Rua Cardeal Arcoverde; tentativa dê seqüestro de outro médico no Alto de Pinheiros: panfletagem armada, de caráter subversivo-terrorista, contra a Escola Profissional Urubatan, Colégio Estadual da Avenida Jabaquara e outros; assaltos à agência do Banco Brasileiro de Descontos da Casa Verde; incêndio de ônibus da Empresa Vila Ema; assalto à agência da Ligth, da Rua Silva Bueno; assalto à Fábrica de Plásticos Vulcan, na Rua Manoel Preto; atentado a bomba contra a firma Supergel, no Jaguaré; assalto contra o Supermercado Utilbrás, da Rua Clodomiro Amazonas e várias "expropriacões" de veículos. Em seu poder foi apreendida documentação falsa em nome de Emiliano Sessa.

A.P.X.P. (MIGUEL ou MATEUS), pertencendo à ALN da Guanabara, viajou para Cubar em 1970, onde realizou curso de guerrilhas para emprego no Brasil.

Participou, entre outras, das seguintes ações: assalto à agência de empregos situada na Avenida São Gabriel, seqüestro de um médico na Rua Cardeal Arcoverde, em novembro de 1971; incêndio de ônibus da Empresa Vila Ema, em outubro de 1971; assalto à agência da Ligth, da Rua Silva Bueno, em outubro de 1971; assalto à indústria de plásticos Vulcan, na Rua Manoel Preto, em outubro de 1971; assalto ao Supermercado Utilbrás, da Rua Clodomiro Amazonas, em novembro de 1971; "expropriação" de mais de 20 veículos, todos a mão armada; assalto à agência Bradesco da Casa Verde; vários assaltos e atentados à bomba na Guanabara. Em seu poder, foram encontrados documentos falsos em nome de João Maria de Freitas.

UM COMBATE NA RUA

Foi através de um infiltrado que chegamos à cúpula da Ação Libertadora Nacional (ALN). Localizamos o "aparelho" de A.C.B.L. (BRUNO) e, imediatamente, alugamos um apartamento, de onde podíamos vigíar todas as suas saídas e entradas. Às 06:30 horas da manhã, quatro carros da Seção de Investigação, trocados diariamente, dispondo de todos os recursos, ocupavam pontos estratégicos, aguardando a saída de "BRUNO" do seu "aparelho", o que nunca ocorria antes das 07:00 horas. Os terroristas evitavam andar na rua pela madrugada, para não provocar suspeitas. O trânsito era a sua maior segurança. Quando "BRUNO" saía de casa, os agentes que "viviam" no apartamento, avisavam pelo rádio, e as nossas viaturas iniciavam a "paquera" sobre ele. Tudo era feito sem provocar suspeitas. Os carros sempre se revezando. Os agentes trocando de roupas, colocando barbas ou bigodes postiços. As placas dos carros continuamente trocadas. As mocas da Polícia Feminina, ou as Investigadoras, nessa hora, também estavam trabalhando intensamente e se disfarçando. Elas, se fosse preciso, saberiam como usar as suas armas. Eram exímias fotógrafas e normalmente operavam o rádio do carro.

O trabalho não poderia ser "queimado", isto é, o elemento seguido não deveria perceber a nossa presença. Se isso ocorresse, ele, através de manobras rápidas com seu carro, tentaria se certificar que o estávamos seguindo. Se pressentíssemos que isto estava acontecendo, a ordem era deixá-lo ir e abandoná-lo temporariamente, até que ele "desgrilasse" (não desconfiasse mais).

Depois de seguir "BRUNO" por mais de doze dias, fotografamos um "ponto" entre ele e Y.X.P. (BIG), outro líder do Comando Nacional da ALN. Nesse dia, abandonamos "BRUNO" e nos concentramos em "BIG". Acabamos perdendo o seu rastro. Tivemos, então, de recomeçar partindo do "aparelho" de "BRUNO". Mais três dias de "paquera" sobre ele e, afinal, assistimos a um outro encontro seu com "BIG". Todo o esforço, agora com maior cuidado, foi feito soDre "BIG". No fim da tarde chegamos ao seu "aparelho", num outro bairro, bem distante do local onde residia "BRUNO". Convém explicar que, por medida de segurança, nenhum dos dois terroristas sabia onde o outro residia. Mas nós

sabíamos onde ficava o “aparelho” de cada um.

Imediatamente saímos à cata de um apartamento para alugar, próximo ao “aparelho” de “BIG”. Após três dias de procura encontramos. Não era o ideal, mas se prestava para as nossas necessidades. O nosso pessoal da Seção de Investigação foi dividido. Seis carros na “paquera” de “BIG”, seis na “paquera” de “BRUNO”. Das outras oito equipes, quatro vigiavam uma “ponta” do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) e quatro ficavam na reserva.

A Seção de Investigação operava num canal de rádio próprio, diferente do outro canal, usado pelo restante do DOI. Os membros da Seção de Investigação, como era praxe, não podiam comentar com os outros integrantes do DOI o que estava ocorrendo. Só eles, o Chefe da Seção de Análise, o Subcomandante, eu, e o Comandante do II Exército tínhamos o conhecimento do estágio da operação. Mais ninguém. A compartimentação e o sigilo da operação eram imprescindíveis para o nosso êxito.

No dia 14 de junho de 1972, “BRUNO” sai do seu “aparelho” às 07:15 horas da manhã e, como sempre, é seguido por nós. Anda pela cidade e às 09:00 horas, “cobre um ponto” no Bairro do Ipiranga com M.N.F. (WW). Conversam durante 15 minutos. “WW” entra no carro de “BRUNO” e partem para o Bairro da Lapa, onde se encontram com outro militante, num “ponto”, exatamente às 10:30 horas. Conversam os três durante meia hora. “BRUNO” e “WW” se despedem do camarada militante, embarcam no mesmo Volks, dirigindo-se para o Bairro da Mooca.

“BIG” sai do seu “aparelho” depois das 09:00 horas. Às 10:00 horas “cobre um ponto” com A.M.N.C. (BETE). Às 10:45 horas, os dois, no carro de “BIG” partem em direção ao Bairro da Mooca, por onde rodam bastante. Às 12:15 horas, “BIG” e “BETE” entram no Restaurante Varela, no Bairro da Mooca. As Equipes da Seção de Investigação nos informam e avisam que os dois estão fortemente armados. Montam um dispositivo de expectativa, aproveitam para descansar e para fazer um pequeno lanche. Uma moça, Sargento da Polícia Feminina, acompanhada de seu “namorado” (outro agente), entra no restaurante para “almoçar”.

“BRUNO” e “WW” continuam sendo seguidos por nós. Eles estacionam o carro e, para surpresa nossa, entram no Restaurante Varela, indo sentar-se na mesma mesa, com “BIG” e “BETE”. O nosso pessoal que os “paquera”, informa o destino dos dois. Também avisa que estão armados. As nossas Equipes, a exemplo das que seguiam “BIG”, também montam um dispositivo de expectativa. O casal que “almoçava” apressa-se, paga a conta e sai do

restaurante. Informa ao Capitão que comanda a operação de todos os detalhes a respeito dos quatro terroristas: onde estão sentados, posição das mesas, situação das armas, etc.

Chegara o momento adequado da “derrubada”. Afinal, tínhamos ali, juntos, almoçando, quatro Comandos Nacionais da ALN. Lá fora, restavam seis equipes da Seção de Investigação, cada uma com 2 membros. As outras seis já haviam sido recolhidas ao Destacamento.

O Capitão liga-se com o DOI e informa que o restaurante estava muito cheio. Os quatro, certamente, não se entregariam sem reagir e caso ocorresse um tiroteio no interior do restaurante, muitos inocentes poderiam ser atingidos.

Determinei que fossem montados dois dispositivos para a prisão. Um em torno de cada carro, pois estes estavam estacionados em ruas distintas e distantes do restaurante. Para cada dispositivo foram designados três equipes, isto é: seis elementos.

A ordem era a de prendê-los quando estivessem entrando nos seus respectivos carros.

Os dispositivos são montados. Poderia haver um grande tiroteio. Eles talvez não se rendessem pacificamente. A ansiedade era geral.

Quando os quatro saem do restaurante, não procedem como imaginávamos. Todos se dirigem para o carro de “BIG”. Nesse momento, o Capitão se comunica conosco e nos informa. A ordem de prisão parte do Comando do DOI, via rádio. Junto ao carro de “BIG” estão só três Equipes de Investigação. O Capitão, Oficial do Exército, conhecido por NEY, um homem extremamente corajoso e competente, chama “BIG” e determina que eles se entreguem, pois estão cercados. Recebe como resposta uma descarga de metralhadora que atinge um nosso agente, fraturando-lhe as pernas. Outro agente nosso, Sargento da PM, recebe um tiro na coluna.

O Capitão tenta usar a sua Beretta, que não funciona. No auge da ansiedade, e para não demonstrar que portava uma metralhadora, ele retirara o carregador e o entregara a uma agente, Tenente da Polícia Feminina. Sua outra arma ficara no carro. O tiroteio é feroz. Mais um agente, Investigador da Polícia Civil, é ferido. A nossa Tenente, debaixo de bala, rasteja pela rua e entrega ao Capitão o tão esperado carregador, que afinal é colocado na metralhadora. Esta, agora, começa a disparar. “BRUNO” sai correndo entre os carros, sempre atirando com a sua metralhadora. Seqüestra um automóvel que passa, joga o seu motorista ao solo, assume o volante e parte em disparada. O tiroteio continua. Após mais alguns minutos, silêncio total. “BIG”, “BETE” e “WW” estão mortos.

Perdemos a pista de “BRÜNO” que, desconfiado, abandonou seu “aparelho”. Ele víria a ser morto em outro enfrentamento conosco, um ano e meio depois, em 30 de novembro de 1973.

NOSSA VIDA: UMA CONTÍNUA TENSÃO

A nossa vida no DOI era de constante sobressalto. Recebíamos telefonemas ameaçadores, tanto em casa como no próprio DOI.

Nos aparelhos encontrávamos levantamentos com os nomes do pessoal do Destacamento, as características pessoais, os carros usados, endereço, quantidade de filhos e características de nossas esposas.

Os números dos telefones eram trocados com freqüência e alguns de meus comandados fizeram mudanças apressadas, pois já estavam na mira dos terroristas.

Os "justiçamentos" e os seqüestros nos preocupavam.

Aprendemos a viver em constante estado de alerta. As famílias eram instruídas para não abrirem os pacotes e a correspondência que chegassem. As flores que recebíamos ficavam fora de casa, até serem examinadas. Não atendíamos a porta sem que antes tivéssemos a certeza de que eram pessoas conhecidas.

Tal era este estado de alerta que Joseíta, uma vez, indo a uma fábrica de jóias, notou ao estacionar que um Volks, com três homens, também parara logo à frente. Entrou na fábrica e olhou pela janela. Os homens permaneciam dentro do carro e olhavam insistentemente para a fábrica. Anotou a placa do carro e ligou para o DOI. Checada a placa, a mesma era "fria". Duas equipes foram enviadas para o local. Prenderam os rapazes, que não eram terroristas. Esperavam o momento mais oportuno para assaltar a fábrica.

Dr. Otávio fora justiçado nas vésperas de Patrícia ir pela primeira vez para o maternal.

O clima era muito tenso. Receávamos que se iniciasse uma série de justiçamentos.

Tínhamos medo que seqüestrassem nossa filha já que as ameaças eram constantes. Queríamos, porém, que ela levasse uma vida normal. Filha única, era necessário que tivesse contato com outras crianças de sua idade. Além disso, o único caso de seqüestro de criança, ocorrera no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1970, na Lagoa Rodrigo de Freitas, quando um militante da ALN, C.A.F.L.

(Clovis Homero), depois de ferir seriamente um capitão do Exército ao ser perseguido pelos Órgãos de Segurança, na ânsia de fugir, interceptou um carro, retirou a senhora de dentro do mesmo e levou o seu filho, um menino de nove anos, como refém.

No tiroteio o menino foi ferido e logo que o militante se viu livre da polícia, abandonou o carro com o menino dentro, na rua Siqueira Campos, Copacabana.

Assim, no ano de 1972, Patrícia inicou sua vida escolar e Joseíta um novo programa para as suas tardes. Ficava dentro do carro, na porta da escola, chovesse ou fizesse sol, e apesar de nossos argumentos de que nada poderia fazer, continuou indo todos os dias para seu plantão. Levava consigo uma pequena pistola que ganhara de nosso amigo e compadre Andrade Netto.

As equipes que estivessem fazendo ronda pelas imediações, de tempos em tempos passavam pelo local.

Como eles, subversivos, descrevem em seus livros, nós também desconfiávamos de um casal que nos olhava, de um carro cujos ocupantes nos seguiam por alguns momentos, de um pipoqueiro novo no parquinho onde íamos e tantas outras coisas. E este tipo de guerra de nervos acontecia com todos os membros de nosso Destacamento.

Assim como nós tentávamos golpear o inimigo, eles também queriam ganhar a guerra e tentar nos intimidar. A exemplo disto cito trecho do livro "A Esquerda Armada no Brasil", onde L.B.V. (Fred, Bueno), da VPR, narra os planos para o seqüestro do Cônsul do Japão.

"Começamos a fazer levantamentos baseados em posições concretas. A Organização colocou nessa tarefa a maioria dos seus quadros disponíveis. Trabalhávamos com duas possibilidades: uma o seqüestro de um militar da ditadura, um coronel muito ligado à repressão; a outra o seqüestro de um capitalista norte-americano".

....

"Pois bem, foi durante aquela conversa que sugeri a Moisés (J.R.C) o seqüestro de um japonês".

....

"decidimos por nossa conta, um novo levantamento: o de Cônsul-Geral do Japão em São Paulo".

....

"Dispúnhamos então naquele momento de três possibilidades: o militar, o

norte-americano e o cônsul japonês”.

....

“Paralelamente ao nosso empenho de seqüestrar o cônsul japonês, outro grupo de ação da Organização tentou o seqüestro do militar. No momento da ação surgiu um problema técnico. Um companheiro, ao partir para o encontro marcado, equivocou-se no local, o que provocou um atraso de quinze minutos. Quando outro companheiro percebeu o erro, foi ao seu encontro e levou-o ao ponto exato. Mas a demora fez com que a operação fracassasse: o coronel passou no lugar previsto, na hora prevista e não puderam seqüestrá-lo. Por uma pequena falha não pôde ser capturado aquele militar da ditadura, cujo seqüestro teria sido o primeiro dessa índole no Brasil”.

Nota do Autor: O militar não deveria ser eu. Nessa época não comandava o DOI e era major.

Assim vivíamos nós, sempre tensos, esperando o inimigo desconhecido, no lugar menos esperado.

Esse permanente estado de tensão, nos obrigava a estar sempre observando qualquer movimento suspeito, o que levou minha mulher a ser a única, entre todos os clientes de um supermercado, a não ser assaltada.

Ela fora fazer as compras do mês num supermercado na rua Tutóia. Já estava com o carrinho de compras cheio quando ao se dirigir para a caixa registradora viu, próximo a caixa, dois homens que aparentemente falavam com dois clientes. Ouviu vozes um pouco mais altas que o normal. Rapidamente, largou o carrinho com as compras e escondeu-se atrás de uma prateleira de verduras. Aguardou tensa. Quando percebeu que o movimento acalmara, saiu do seu esconderijo.

O mercado fora assaltado, levaram todo o dinheiro das caixas registradoras, jóias e o dinheiro de todos os clientes. Minha mulher fora a única que por estar sempre de sobreaviso, se safara do assalto.

Mas entre todas estas horas de grande tensão que vivíamos no dia-a-dia do DOI, restavam alguns momentos de calmaria onde ouvíamos estórias incríveis como as de “Matapatoatapa”. Seu apelido surgiu das estórias de suas caçadas, quando dizia que ia a um determinado local onde havia tantos patos selvagens que não necessitava de munição. Os matava a tapas.

Às vezes comíamos um arroz de carreteiro feito pelo “Timoneiro”, um excelente cozinheiro nas horas vagas. Mesmo nessas horas, enquanto cozinhava, jamais abandonava a “Catarina”, sua metralhadora, que segundo ele, solteirão,

não largava nem para dormir.

Ouvíamos, também, as estórias de um “cor de fogo” que possuía uma plantação de couve cujos pés, atingiam mais de 1,80m de altura.

Eram momentos de piadas e descontração.

Lembro-me com saudades do “Peludo”, “Cabinho” ou “Pé-de-Porco”, que quase faziam parte da família. Do “Chico Farinhada” que disfarçava a sua metralhadora sob o paletó, como se fosse um cabide. Do “Fazendeiro”, “Catatau”, “Cabeção”, “Turcão”, “Gordo”, “Comendador Quincas”, “El Cid”, e de tantos outros. Sempre estávamos unidos. Na hora precisa ninguém recuava. Éramos um todo solidário. Eu confiava em meus homens e eles confiavam em mim. Mais de uma vez a minha vida foi salva por eles.

A noite de Natal é para mim uma festa de família, que deve ser passada em casa. Entretanto, nos quatro anos que permaneci no DOI, a nossa ceia de Natal era feita lá no Destacamento, junto com os meus homens, que nesse dia estavam de serviço. Levava Joseíta, Patrícia e minha sogra para que todos irmanados, Oficiais, Delegados, Investigadores, Sargentos, Cabos e Soldados, ceiássemos juntos. Acabada a nossa ceia, era a vez dos presos que juntos com os seus familiares, e no mesmo Rancho que antes ocupávamos, ceiavam com os seus entes queridos. Apenas não compareciam os presos incomunicáveis. Para esses a ceia de Natal era levada nas celas.

A Guerrilha, a incerteza da volta, os momentos difíceis, tudo nos unia.

Não foram bons tempos. Foram tempos difíceis. Mas tenho de meus homens gratas recordações.

Éramos como se fôssemos uma família.

TERRORISMO:
NUNCA MAIS

VÍTIMAS DO TERROR

A esquerda radical sempre omite, em suas publicações, as ações armadas praticadas pelas Organízações Terroristas. Para ela sempre lutamos contra jovens inocentes e indefesos.

Esta mesma esquerda se irrita quando os nomes dos que morreram lutando contra as organizações terroristas, ou foram por eles assassinados, vêm a público.

Quando Marco Pollo Giordani publicou em seu livro “BRASIL SEMPRE” os nomes desses brasileiros, o Conselheiro do “Movimento de Justiça e Direitos Humanos”, Jair Krischke, duvidou da relação apresentada. Segundo “Zero Hora”, de Porto Alegre, queria que o autor provasse que uma das pessoas citadas, tivesse sido morta pelos terroristas. E dizia: “caso isso não fosse comprovado, o autor seria considerado o maior mentiroso do ano”.

Por que o “Movimento de Justiça e Direitos Humanos”, pela palavra do seu conselheiro Jair Kríschke, nunca veio a público para condenar os atos terroristas? Seria isso revanchismo? Entretanto, quando a esquerda nos ataca ou calunia, não é isso, também revanchismo?

E os Direitos Humanos? Eles são válidos somente para os terroristas, subversivos e agitadores? E aqueles que os combateram, que ficaram inválidos ou que foram por eles assassinados, não têm, também, os seus Direitos Humanos?

Ninguém reclama os Direitos Humanos do meu amigo, Delegado Otávio Gonçalves Moreira Júnior, assassinado pelas costas com uma calibre 12, por terroristas da Ação Libertadora Nacional e da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, quando, de calção e desarmado, deixava a praia em Copacabana.

Ninguém reclama os Direitos Humanos do Cabo Sylas Bispo Feche, meu subordinado, que foi metralhado e morreu com vários tiros disparados por dois terroristas, quando lhes pedia os documentos.

Ninguém reclama os Direitos Humanos do Tenente Alberto Mendes Júnior, morto a coronhadas de fuzil, em Registro, SP, quando se apresentou como refém,

em troca do atendimento de seus soldados que, feridos, gemiam no chão, após ataque de surpresa desfechado por terroristas da Vanguarda Popular Revolucionária, liderados por Carlos Lamarca.

Ninguém reclama os Direito Humanos do Capitão Charles Rodney Chandler assassinado pela Vanguarda Popular Revolucionária, na frente de seu filho de nove anos e de sua esposa, só porque eles acusavam Chandler de "agente da Cia".

Ninguém reclama os Direitos Humanos de Henning Albert Boilesen, metralhado pelo Movimento Revolucionário Tiradentes e Ação Libertadora Nacional, sem chance de defesa, quando ia para o seu trabalho.

Ninguém reclama os Direitos Humanos de Manoel Henrique de Oliveira, morto em seu restaurante por militantes da Ação Libertadora Nacional, porque imaginaram que ele era colaborador da Polícia. Mais à frente, no capítulo "A Execução de um Inocente" mostrarei o grande engano e a irresponsabilidade desses "meninos idealistas", quando assassinaram, friamente, esse homem que morreu atônito, sem saber o que estava acontecendo. Ele jamais fora informante da Polícia.

Ninguém reclama os Direitos Humanos dos policiais das Rádio-Patrulhas que foram mortos pelos terroristas com o objetivo de "propaganda armada" e de "expropriação", isto é, roubo de armas.

Ninguém reclama os Direitos Humanos do marinheiro inglês David Cuthberg. Quando passeava pelas ruas do Rio de Janeiro, ele foi morto por terroristas da Var-Palmares, ALN, PCBR, simplesmente porque era militar de um "país imperialista".

Ninguém reclama os Direitos Humanos do sargento da Força Aérea Brasileira Valder Xavier de Lima, assassinado com um tiro na nuca por Theodomiro Romeiro dos Santos (Marcos), militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário quando, ao volante de um jipe, transportava terroristas presos.

Ninguém reclama os Direitos Humanos de tantos civis mortos em tiroteios nas ações praticadas pelos terroristas.

Ninguém reclama os Direitos Humanos das sentinelas que guardavam os quartéis e foram assassinados pelo terror.

Ninguém reclama os Direitos Humanos dos 105 mortos e dos 343 feridos graves, alguns dos quais inválidos para sempre, todos vítimas das organizações terroristas abaixo citadas, ou por outras cujo nome não recordo no momento:

ALN — Ação Libertadora Nacional

Ala Vermelha do PC do B
MOLIPO — Movimento de Libertação Popular
MR-8 — Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRT — Movimento Revolucionário Tiradentes
PCBR — Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCR — Partido Comunista Revolucionário
REDE — Resistência Democrática
VPR — Vanguarda Popular Revolucionária
VAR-PALMARES — Vanguarda Armada Revolucionária
Palmares COLINA — Comando de Libertação Nacional

Jamais vi alguém, ligado às associações defensoras dos Direitos Humanos, levantar a sua voz para condenar os terroristas pelos atos de banditismo que realizaram.

Nunca tomei conhecimento de que os setores progressistas da Igreja, os mesmos que defendem com tanto ardor os subversivos e os terroristas, tenham, como Pastores da Igreja, subido aos púlpitos para condenar, veementemente, as organizações terroristas que fizeram muitas vítimas, na sua quase totalidade católicos praticantes.

Querem edificar um monumento aos terroristas que assaltaram, que roubaram, que assassinaram e que queriam implantar uma ditadura de esquerda no Brasil. Vão oferecer esse monumento às “Vítimas da Tortura”.

Pois bem, estamos numa democracia e também temos o direito e o dever de erigir um monumento. Um monumento às Vítimas do Terror e aos que deram a vida para que estejamos numa democracia. E nesse monumento, é preciso colocar o nome de todos vocês.

VOCÊS QUE NUNCA SERÃO ESQUECIDOS, PORQUE MORRERAM PELA PÁTRIA:

— 28 Mar 65 — (PR) — CARLOS ARGEMIRO CAMARGO, Sargento do Exército. Morto em combate contra um grupo de guerrilheiros comandados por JEFERSON CARDIN DE ALENCAR OSÓRIO;

— 25 Jun 66 — (PE) — EDSON REGIS DE CARVALHO, Jornalista. Morto

em decorrência de atentado à bomba, no Aeroporto de Recife, contra o Gen Costa e Silva;

— 25 Jun 66 — (PE) — NELSON GOMES FERNANDES, Almirante. Morto nesse mesmo atentado;

— 15 Dez 67 — (SP) — OSIRIS MOTTA MARCONDES, bancário. Morto quando tentava impedir assalto de terroristas ao Sanco Mercantil, do qual era gerente;

— 10 Jan 68 — (AM) — AGOSTINHO FERREIRA LIMA, tripulante da Marinha Mercante. Morto ao tentar reagir ao subjugamento da lancha “Antônio Alberto”, no Rio Negro;

— 21 Jun 68 — (RJ) — NELSON DE BARROS, Sargento da PM. Morto após ser atingido por pedaços de madeira, atirados do alto de um edifício, quando da realização de uma passeata;

— 26 Jun 68 — (SP) — MARIO KOZEL FILHO, Soldado do Exército. Morto quando de sentinela ao QG do II Exército, por terroristas da ala MARIGHELLA, quando da explosão de um carro carregado de dinamite, atirado contra aquele quartel;

— 20 Ago 68 — (SP) — ANTÔNIO CARLOS JERRERY, Soldado PM. Abatido a tiros, quando de sentinela;

— 07 Set 68 — (SP) — EDUARDO CUSTODIO DE SOUZA, Soldado PM. Morto por terroristas, quando de sentinela no DEOPS/SP;

— 20 Jan 69 — (MG) — CECILDES MOREIRA DE FARIA, Subinspetor de Polícia. Morto em tiroteio com terroristas durante a invasão de um “aparelho” subversivo;

— 29 Jan 69 — (MG) — JOSÉ ANTUNES FERREIRA, Guarda Civil. Morto numa diligência de captura de terroristas;

— 07 Mai 69 — (SP) — JOSÉ DE CARVALHO, Investigador de Polícia. Morto por terroristas, durante assalto ao União de Bancos Brasileiros;

— 09 Mai 69 — (SP) — ORLANDO PINTO SARAIVA, Guarda Civil. Morto por terroristas, durante um assalto ao Banco Itaú;

— 27 Mai 69 — (SP) — NAUL JOSÉ MANTOVANI, Soldado PM. Morto por terroristas quando de sentinela. Motivo: roubar sua arma;

— 04 Jun 69 — (SP) — BOAVENTURA RODRIGUES DA SILVA, Soldado PM. Morto por terroristas, durante assalto ao Banco Tozan;

— 22 Jun 69 — (SP) — GUIDO BONE, Soldado PM. Morto por terroristas, após incendiarem uma Viatura da PMESP;

— 22 Jun 69 — (SP) — NATALINO AMARO TEIXEIRA, Soldado PM. Morto por terroristas, após incendiarem uma viatura da PM;

— 11 Jul 69 — (RJ) — CIDELINO PALMEIRAS DO NASCIMENTO,

motorista de táxi. Morto a tiros quando conduzia policiais em seu carro, em perseguição a terroristas que haviam assaltado o Banco Aliança;

— 24 Jul69 — (SP) — APARECIDO DOS SANTOS OLIVEIRA, Soldado PM. Morto por terroristas, por ocasião de assalto ao Banco Bradesco;

— 31 Ago 69 — (MA) (Santa Luzia) — MAURO CELSO RODRIGUES, Soldado PM. Morto quando da luta armada entre lavradores e proprietários de terras incitados por movimentos subversivos;

— 03 Set 69 — (SP) — JOSÉ GETÜLIO BORBA, comerciário. Morto por terroristas. Tentava auxiliar na prisão de um terrorista que passava cheque sem fundos na Lutz Ferrando;

— 03 Set 69 — (SP) — JOÃO GUILHERME DE BRITO, Guarda Civil. Assassinado quando, em serviço, enfrentou terroristas que assaltavam uma loja;

— 30 Set 69 — (SP) — CLÁUDIO ERNESTO CANTON, Agente da Polícia Federal. Após ter efetuado a prisão de um terrorista, foi atingido na coluna vertebral, vindo a falecer em conseqüência deste ferimento;

— 04 Out 69 — (RJ) — EUCLIDES DE PAIVA CERQUEIRA, guarda particular. Morto por terroristas durante assalto ao carro transportador de valores do Banco Irmãos Guimarães;

— 06 Out 69 — (SP) — ABELARDO ROSA DE LIMA, Soldado PM. Morto em tiroteio com um grupo de terroristas;

— 07 Out 69 — (SP) — ROMILDO OTTENIO, Soldado PM. Morto em tiroteio com terroristas;

— 07 Nov 69 — (MA) — MAURO CELSO RODRIGUES, Soldado PM. Morto em uma emboscada durante luta entre lavradores e proprietários de terras, incitada por militantes da Ação Popular;

— 04 Nov 69 — (SP) — ESTELA BORGES MORATO, Investigadora de Polícia do DOPS/SP. Morta a tiros quando participava da operação em que morreu o terrorista Carlos Marighella;

— 17 Nov 69 — (RJ) — JOEL NUNES, SubTen PM. Morto a tiros por terroristas do PCBR que haviam assaltado o Banco Sotto Mayor;

— 18 Dez 69 — (RJ) — ELIAS DOS SANTOS, Soldado do Exército. Morto a tiros durante a invasão de um “aparelho” subversivo;

— 17 Jan 70 — (SP) — JOSÉ GERALDO ALVES CURSINO, Sargento PM. Morto a tiros por terroristas;

— 21 Fev 70 — (SP) — ANTÔNIO APARECIDO PONCE NOGUEIRA, Sargento PM. Morto numa ação contra terroristas;

— 11 Mar 70 — (RJ) — NEWTON DE OLIVEIRA NASCIMENTO, Soldado PM. Morto quando transportava militantes da ALN, presos;

— 31 Mar 70 — (PE) — JOAQUIM MELO, Investigador de Polícia. Morto

por terroristas, durante ação contra um “aparelho” terrorista;

— 02 Mai 70 — (SP) — JOÃO BATISTA DE SOUZA, guarda particular. Morto por terroristas, durante assalto a uma Agência da Companhia de Cigarros Souza Cruz;

— 10 Mai 70 — (SP) — ALBERTO MENDES JÚNIOR, 1.° Tenente PM. Morto a coronhadas de fuzil, em Registro, SP, por militantes da VPR, entre os quais Carlos Lamarca;

— 11 Jun 70 — (RJ) — IRLANDO DE MOURA REGIS, Agente Federal. Morto a tiros, durante seqüestro do Embaixador da Alemanha Federal no Brasil Von Holleben;

— 15 Jul 70 — (SP) — ISIDORO ZAMBOLDI, guarda de segurança. Morto por terroristas, durante assalto à loja Mappin;

— 12 Ago 70 — (SP) — BENEDITO GOMES, Capitão do Exército. Morto por terroristas no interior de seu carro, na Estrada Velha de Campinas;

— 19 Ago70 — (RJ) — VAGNER LUCIANO VITORINO DA SILVA, guarda particular. Morto por terroristas, durante assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, realizado por terroristas do MR-8;

— 14 Set 70 — (SP) — BERTOLINO FERREIRA DA SILVA. Morto durante assalto ao carro pagador da Brink’s — Rua Paraíso; — 21 Set 70 — (SP) (Santo André) — CÉLIO TONELLY, Soldado PM. Morto quando de serviço em uma Rádio-Patrulha, tentou deter terroristas que ocupavam um automóvel;

— 22 Set 70 — (RJ) — ALTAIR MACEDO, guarda particular. Morto por terroristas, durante assalto à Empresa de Ônibus Amigos Unidos;

— 27 0ut 70 — (BA) — VALDER XAVIER DE LIMA, Sargento da FAB. Morto quando transportava terroristas presos;

— 10 Nov 70 — (SP) — GARIBALDO DE QUEIROZ, Soldado PM. Morto a tiros em confronto com terroristas;

— 10 Nov 70 — (SP) — JOSÉ ALEIXO NUNES, Soldado PM. Morto a tiros em confronto com terroristas;

— 07 Dez 70 — (RJ) — HÉLIO DE CARVALHO ARAÚJO, Agente Federal. Morto por terroristas, durante seqüestro do Embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher. Autor do disparo: Carlos Lamarca;

— 12 Fev 71 — (SP) — AMÉRICO CASSIOLATO, Soldado PM. Morto por terroristas na cidade de Pirapora do Bom Jesus, SP;

— 08 Mar 71 — (RJ) — DJALMA PELUCCI BATISTA, Soldado PM. Morto por terroristas, durante assalto ao Banco do Estado do Rio de Janeiro;

— 24 Mar 71 — (PE) — MATEUS LEVINO DOS SANTOS, Tenente da FAB. Morto por terroristas do PCBR, que roubaram seu carro;

— 03 Abr 71 — (RJ) — JOSÉ JÚLIO TOJA MARTINEZ, Major do Exército. Morto durante a prisão de um casal terrorista do MR-8;

— 15 Abr 71 — (SP) — HENNING ALBERT BOILESEN, presidente da Ultragaz. Morto por terroristas do Movimento Revolucionário Tiradentes e ALN;

— 10 Mai 71 — (SP) — MANOEL SILVA NETO, Soldado PM. Morto por terroristas, durante assalto à Empresa de Transportes Tusa;

— 02 Set 71 — (RJ) — GAUDÊNCIO JAIME DOLCE, guarda de segurança. Morto por terroristas da ALN, durante assalto à Casa de Saúde Dr. Eiras;

— 02 Set 71 — (RJ) — SILVANO AMÂNCIO DOS SANTOS, guarda de segurança. Morto por terroristas durante assalto à Casa de Saúde Dr. Eiras;

— 02 Set 71 — (RJ) — DEMERVAL FERREIRA DOS SANTOS, guarda de segurança. Morto por terroristas durante assalto à Casa de Saúde Dr. Eiras;

— 22 Out 71 — (RJ) — JOSÉ DO AMARAL VILELA, Suboficial da Reserva da Marinha. Morto por terroristas da VAR-PALMARES, durante assalto a um carro transportador de valores da Transfort S.A., do qual fazia a segurança;

— 01 Nov 71 — (SP) — NELSON MARTINEZ PONCE, Cabo PM. Morto ao intervir em atentado realizado por cinco terroristas contra um ônibus da Empresa Transportes Urbanos S.A.;

— 10 Nov 71 — (SP) — JOÃO CAMPOS, Cabo PM. Morto na estrada de Pindamonhangaba, ao interceptar um carro que conduzia terroristas;

— 27 Nov 71 — (RJ) — EDUARDO TIMÓTEO FILHO, Soldado PM. Morto por terroristas, durante assalto realizado contra as Lojas Gaio Marti;

— 13 Dez 71 — (RJ) — HÉLIO FERREIRA DE MOURA, guarda de segurança. Morto por terroristas, durante assalto contra um carro transportador de valores da Brink's, na Via Dutra;

— 18 Jan 72 — (SP) — TOMAZ PAULINO DE ALMEIDA, Sargento PM. Morto por terroristas, quando da invasão de um "aparelho" terrorista;

— 20 Jan 72 — (SP) — SYLAS BISPO FECHE, Cabo PM. Morto por terroristas da ALN, ao lhes pedir que se identificassem;

— 18 Fev 72 — (SP) — BENEDITO MONTEIRO DA SILVA, Cabo PM. Morto durante assalto terrorista a uma agência bancária, em Santa Cruz do Rio Pardo;

— 28 Fev 72 — (GO) — LUZIMAR DE OLIVEIRA, Soldado PM. Morto por terroristas em tiroteio;

— 12 Mar 72 — (SP) — MANOEL DOS SANTOS, guarda de segurança. Morto por terroristas, durante assalto à Fábrica de Bebidas Charel Ltda.;

— 08 Mai 72 — (PA) — ODILO CRUZ ROSA, Cabo do Exército. Morto por

terroristas;

— 02 Jun 72 — (SP) — ROSENDO, Sargento PM. Morto ao interceptar quatro terroristas que assaltaram um bar e um carro da Distribuidora de Cigarros Oeste Ltda.;

— 09 Set 72 — (RJ) — MARIO DOMINGOS PANZARIELO, Detetive. Morto ao tentar prender um terrorista da ALN;

— 23 Set 72 — (PA) — MÁRIO ABRAHIM DA SILVA, Sargento do Exército. Morto por terroristas, durante assalto à Empresa de ônibus Barão de Mauá;

— 22 Fev 73 — (RJ) — PEDRO AMÉRICO MOTA GARCIA, civil. “Justiçado” por terroristas, por haver impedido um assalto contra uma agência da Caixa Econômica Federal;

— 25 Fev 73 — (RJ) — OTÁVIO GONÇALVES MOREIRA JÚNIOR, Delegado de Polícia de São Paulo. Metralhado no Rio de Janeiro, por terroristas da ALN e da VAR-PAL-MARES;

10 Abr 74 — (SP) — GERALDO JOSÉ NOGUEIRA, Soldado PM. Morto quando da captura de terroristas.

ALÉM DESSES, FORAM VITIMAS
DO TERROR TAMBÉM OS SEGUINTES:

— 27 Jun 68 — (RJ) — NOEL DE OLIVEIRA RAMOS, civil. Morto em conflito de rua, no Largo de S. Francisco, por um agitador;

— 12 Out 68 — (SP) — CHARLES RODNEY CHANDLER, Capitão do Exército dos EUA. Assassinado ao sair de sua casa, perante seu filho e sua mulher, por terroristas, que lançaram panfletos no local, acusando-o de “Agente da Cia”;

— 24 Out 68 — (RJ) — LUIZ CARLOS AUGUSTO, civil. Morto por disparo de arma de fogo, quando de uma passeata estudantil;

— 07 Nov 68 — (SP) — ESTANISLAU IGNÁCIO CORRÊA. Morto por terroristas, que roubaram seu automóvel;

— 11 Jan 69 — (RJ) — EDMUNDO JANOT. Morto a tiros, foiçadas e facadas, por um grupo de terroristas que haviam montado uma base de guerrilha nas proximidades de sua fazenda;

— 31 Mar 69 — (RJ) — MANOEL DA SILVA DUTRA, comerciante. Morto por terroristas, durante assalto ao Banco Andrade Arnaud;

— 14 Abr 69 — (SP) — FRANCISCO PINTO DA SILVA, bancário. Morto por terroristas, durante assalto ao Banco Francês e Italiano;

— 08 Mai 69 — (SP) — VICENTE DE CARVALHO, civil. Morto por terroristas, durante assalto ao União de Bancos Brasileiros;

— 20 Ago 69 — (RJ) — JOSÉ SANTA MARIA, gerente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Morto por terroristas que assaltaram seu estabelecimento;

— 25 Ago 69 — (PA) — SULAMITA CAMPOS LEITE, parente do terrorista F.A.N.L.S. Morta em sua residência, ao fazer detonar, por inadvertência, uma carga explosiva;

— 20 Set 69 — (SP) — SAMUEL PIRES, trocador de ônibus. Morto por terroristas que assaltavam a empresa de ônibus;

— 22 Set 69 — (RS) — KURT KRIEGEL, civil. Morto durante assalto ao restaurante de sua propriedade;

— 04 Nov 69 — (SP) — FRIEDERICH ROHMANN, protético. Morto durante a operação que resultou na morte do terrorista Carlos Marighella;

— 14 Nov 69 — (SP) — ORLANDO GIROLO, bancário. Morto por terroristas, durante assalto ao Banco Brasileiro de Descontos;

— 22 Fev 70 — (SP) — ANTÔNIO APARECIDO NOGUEIRA, civil. Morto em tiroteio entre terroristas e policiais;

— 29 Ago 70 — (CE) — JOSÉ ARMANDO RODRIGUES, comerciante. Seqüestrado, roubado e morto por terroristas da ALN, em São Benedito, CE;

— 10 Nov 70 — (SP) — JOSÉ MARQUES DO NASCIMENTO, motorista de táxi. Morto por terroristas, em confronto com policiais;

— 07 Jan 71 — (MG) — MARCELO COSTA TAVARES, estudante. Morto por terroristas, durante assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais;

— 26 Fev 71 — (RJ) — FERNANDO PEREIRA, comerciário. Morto por terroristas, durante assalto à “Casa do Arroz”, da qual era o gerente;

— 07 Abr 71 — (RJ) — MARIA ALICE MATOS, empregada doméstica. Morta por terroristas, quando do assalto a um depósito de material de construção;

— 14 Mai 71 — (RJ) — ADILSON SAMPAIO, artesão. Morto por terroristas, durante assalto às Lojas Gaio Marti;

— 09 Jun 71 — (RJ) — ANTÔNIO LISBOA CERES DE OLIVEIRA, civil. Morto por terroristas, durante assalto à Boite Comodoro; — 01 Jul 71 — (RJ)

— JAIME PEREIRA DA SILVA, civil. Morto por terroristas, na varanda de sua residência, durante tiroteio entre terroristas e policiais;

— Out 71 — (RJ) — ALBERTO DA SILVA MACHADO, civil. Morto por terroristas, durante assalto à Fábrica de Móveis Vogal Ltda, da qual era um dos proprietários;

— 25 Jan 72 — (SP) — ELZO ITO, aluno do Centro de Formação de Pilotos Militares. Morto por terroristas, quando do roubo de seu carro;

— 01 Fev 72 — (RJ) — IRES DO AMARAL, civil. Morto por terroristas, durante tiroteio com policiais;

— 05 Fev 72 — (RJ) — DAVID CUTHBERG, marinheiro inglês. Morto por terroristas da VAR-PALMARES, em Frente com a ALN e o PCBR;

— 27 Fev 72 — (SP) — NAPOLEÃO FELIPE BISCALDI, civil. Morto por terroristas, em tiroteio com policiais;

— 12 Mar 72 — (SP) — ANÍBAL FIGUEIREDO DE ALBUQUERQUE, Coronel R/1 do Exército. Morto por terroristas, quando do assalto à Fábrica de Bebidas Charel Ltda., da qual era um dos proprietários;

— 06 Out 72 — (PE) — SEVERINO FERNANDES DA SILVA. Assassinado por terroristas que agitavam o meio rural.

— 06 Out 72 — (PE) — JOSÉ INOCÊNCIO BARRETO, civil. Morto por terroristas, atuantes do meio rural;

— 21 Fev 73 — (SP) — MANOEL HENRIQUE DE OLIVEIRA, civil. Morto no bar de sua propriedade, por terroristas da ALN, porque suspeitavam que ele era colaborador da Polícia.

O “JUSTIÇAMENTO” DE UM QUADRO — “VICENTE”

M.L.T. usava o nome falso de Sérgio Moura Barbosa e os codinomes de “Vicente”, “Pardal”, “Carlos” e “Carlão”.

Foi preso em 1968 e indiciado em processo por atividades no grupo terrorista ALN.

Libertado após prestar depoimento, fugiu para Cuba e fez curso de treinamento de guerrilha.

Regressou ao Brasil em meados de 1970, passando a integrar a Coordenação Nacional Provisória da ALN, participando inclusive de algumas ações.

Integrantes da Coordenação Nacional Provisória:

— M.L.T. (VICENTE. PARDAL, CARLOS ou CARLÃO);
— C.E.S.C.P. (CLEMENTE);
— A.C.R. (JIBÓIA)
— H.P.F. (NELSON)
— Y.X.P. (BIG — JOÃOZÃO)

A partir destas ações, M.L.T. começou a divergir dos demais membros da Coordenação Nacional. Passou a criticá-los pelos métodos usados na Organização e pela forma de atuação que vinham desenvolvendo.

Este processo culminou com seu “justiçamento” no dia 23 de março de 1971, na Rua Caçapava, em São Paulo, tendo a ALN assumido a responsabilidade, através de panfletos deixados no ato do assassinato.

Após a morte de “VICENTE”, que portava documentos em nome de “SÉRGIO MOURA BARBOSA”, a proprietária do quarto onde residia apresentou-se às autoridades Policiais de São Paulo. Nesse quarto foi apreendida, entre outros documentos, uma carta de autoria do próprio “VICENTE”. Nela ele faz um longo relato sobre suas divergências com seus companheiros da ALN. A carta é encerrada da seguinte forma:

“Não vacilo e não tenho dúvidas quanto as minhas convicções. Continuarei

trabalhando pela Revolução, pois ela é o meu único compromisso. Procurarei onde possa ser efetivamente útil ao movimento e sobre isso conversaremos pessoalmente".

O corpo de "Vicente" após o justiçamento

A seguir transcrevo trecho de HÉLIO SYRKI em "Os Carbonários, memórias de uma guerrilha perdida".

"Mas nem só de DOI-CODI morria a esquerda armada. Também o Stalinismo matava, naqueles dias.

Vinha nos matutinos da véspera. Alguns quadros da ALN executaram, em pleno centro de São Paulo, um militante que queria se desligar do grupo.

M.T. foi ao ponto com seus companheiros. Eles o mataram a tiros de revólver e panfletaram as imediações reivindicando o "justiçamento do desertor".

Quando li pela primeira vez, no JB, não acreditei.

— Deve ser coisa do Fleury, disse pro Ronaldo. Ele concordou, só podia mesmo ser coisa do Fleury!

Mas logo recebemos por canais orgânicos a confirmação. A ALN reivindicava a execução sumária, que agora provocava uma crise interna na organização.

Os detalhes eram patéticos.

M.T. fora um quadro de direção.

Fazia pouco que voltara dum treinamento na ilha, com auréola de super-guerrilheiro, super-quadraço, fama que não deixava de cultivar. Logo, porém, começou a ser rebaixado. Da direção nacional pra regional São Paulo, depois pra simples combatente de fogo.

O estúpido crime criou uma certa comoção dentro da ALN. A maior parte dos militantes e mesmo dos quadros de direção, sequer tinham sido consultados. Souberam pelos jornais.

— Foi uma cagada terrível, não tivemos nada com isso, garantiam consternados.

Notem bem, consideravam uma cagada, não um crime.

Este era o nível médio de consciência que a esquerda tinha. Na VPR ninguém era a favor".

TRECHO DO PANFLETO DEIXADO NO LOCAL DO FUZILAMENTO

"Foram ouvidos os companheiros do comando diretamente ligados a ele, foi dada a decisão.

Uma organização revolucionária, **em guerra declarada** *não pode permitir a quem tenha uma série de informações como as que possuía, vacilação desta espécie, muito menos suportar uma defecção deste grau em suas fileiras.*

Cada companheiro, ao assumir qualquer responsabilidade deve pesar bem as conseqüências deste fato.

Um recuo, nesta situação é uma brecha aberta em nossa organização.

Nossa tolerância com homens como o suíço H. nos trouxe enormes prejuízos.

Elementos que tiveram atuação e vacilaram, não hesitaram em passar para o inimigo exemplo de J.S.T., traidor que entregou nosso líder TOLEDO.

Tolerância e conciliação tiveram funestas conseqüências na revolução brasileira.

Temperar-nos, saber compreender o momento que passa a **Guerra Revolucionária** *e nossa responsabilidade diante dela é uma palavra de ordem revolucionária.*

Ao assumir responsabilidade na organização cada quadro deve analisar sua capacidade e seu preparo.

Depois disto não se permite recuos.

As divergências políticas serão sempre respeitadas.

Os recuos de quem não hesitou em aceitar responsabilidades, nunca!

O resguardo dos quadros e estrutura da organização é questão revolucionária.

A revolução não admitirá recuos!

OU FICAR A PÁTRIA LIVRE OU MORRER PELO BRASIL.
AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL — ALN"

Não caberia aqui uma pergunta?

Haveria a possibilidade de fatos idênticos ao relatado, terem ocorrido sem

que as Organizações Terroristas os tivessem assumido publicamente?

NOTA DO AUTOR:
— Os nomes são citados por completo.
— Os grifos são do autor.

O ABANDONO DE UM COMPANHEIRO

No dia 06 de outubro de 1971, às 07:00 horas, na Rua Artur Dias n.° 213, São Paulo, os terroristas da ALN, M.T.S. (Careca ou Sharif), V.D.C. (Rossi) e "Roberto Japonês", tentaram roubar um carro pertencente a um Capitão da Polícia Militar.

O Capitão PM e o Soldado PM, que era seu motorista, revidaram ao ataque dos assaltantes. O tiroteio teve como conseqüência:

— o Capitão PM ter perdido um dos dedos da mão;

— o Soldado PM, motorista, ser ferido com um tiro na perna;

— "CARECA" ou "SHARIF" ter fugido seriamente ferido com um projétil que se fixou em sua garganta;

— "ROBERTO JAPONÊS", que também fugiu, ter sido atingido com um tiro de raspão em sua bacia.

"CARECA" pertencia ao Grupo Tático Armado da ALN e já participara de nove assaltos. Era, portanto, um elemento muito procurado pelo nosso DOI.

Ferido gravemente, "CARECA" e seu companheiro "ROBERTO JAPONÊS" refugiaram-se num "aparelho" da ALN.

Por falta de assistência médica e vendo que o seu estado de saúde inspirava cuidados "CARECA" acabou se entregando às autoridades. O jornal "O Globo", de 9 de fevereiro de 1972, narra o caso.

É de "CARECA" o depoimento que transcrevo a seguir:

"*Após ser ferido em tiroteio, juntamente com outro companheiro que também caiu ferido, fomos conduzidos por outros dois companheiros para o aparelho de um destes.*

O meu estado era crítico: havia levado um tiro na altura do pescoço, que provocara um tremendo rombo.

Logo quando recebi o tiro calculei que havia atingido alguma artéria importante, mas no aparelho vi que não, embora expelisse muito sangue pelo orifício produzido pelo projétil no meu pescoço. Expelia, sem parar, golfadas de sangue coagulado, às vezes o orifício era bloqueado por pelotas de coágulos,

impedindo-me a respiração, que só era recobrada com muito esforço, depois de muito tossir.

Quanto ao outro companheiro, sofreu um ferimento de raspão na altura da bacia, imobilizando-lhe uma das pernas.

Pois bem, voltando ao meu caso que era mais sério, víamos que a qualquer momento eu poderia vir a falecer por falta de respiração. Isto levava-me a avaliar o meu estado e, desde o início sentir que teria que ser socorrido com urgência.

Voltamos, naquela altura, toda nossa esperança no esquema médico que a Direção da ALN havia dito para os militantes, que havia montado. Nossa primeira preocupação, diante deste fato, foi contatar com a Direção. Antes, porém, conseguiu-se entrar em contato com o grupo divergente da ALN, colocando-os a par da situação.

À tardinha chega no aparelho uma moça que se dizia médica, juntamente com um elemento dos divergentes. Fazem pouco de prático, uma presença mais para constar, possivelmente para avaliar até que ponto poderiam tomar posição diante do problema.

No dia seguinte, de manhã, surge no aparelho um elemento de direção na ALN com um médico seqüestrado. Mas além de alguns remédios, não traziam nenhum outro material. Não pôde fazer mais do que algumas injeções e ligar o soro no meu braço.

O elemento da Direção se limitou a fazer alguns comentários inoportunos acerca de ações.

O médico foi embora às 11 horas, e o militante da Direção ficou até um pouco mais tarde, sem tomar nenhuma medida acerca de nossa segurança: o aparelho já estava saturado do entra-e-sai de pessoas que não parava mais, chamando naturalmente a atenção dos vizinhos, além da grande possibilidade que havia de ser detectado pela polícia, a partir de informações do médico que lá esteve. Eram então dois companheiros feridos, o dono do aparelho e sua mulher, e ainda mais uma aprendiz de enfermagem que estava ajudando-nos, que corriam o risco de se verem cercados no aparelho pela polícia, e a Direção da ALN sem se esboçar a menor preocupação, quando ela tinha condições de deslocar cada um dos feridos para aparelhos mais seguros e etc.

Pois bem, o pior de tudo é que o dito companheiro de Direção deixou o aparelho e só marcou ponto para 3 dias depois com o dono do aparelho que introduzia e retirava as pessoas do aparelho. Isto implicava simplesmente no seguinte: a organização não saberia nada acerca do desdobramento de nosso

estado, principalmente, o meu que era mais grave, durante 3 dias. Interessante é que meu estado era de gravidade tal, que qualquer um via logo que em 3 dias, no mínimo, ele agravaria de maneira fatal.

Estes dois dados, estes dois fatos, acima expostos foram bastante para concluirmos e para chegarmos ao consenso, de que a Direção da ALN havia nos abandonado à própria sorte, embora tentando fazê-lo de forma sutil, levando um médico seqüestrado para dar uma satisfação, pelo menos, aos quadros da organização.

Tiramos uma posição comum que via na divergência existente entre nós e a dita Direção, o motivo principal da conduta da organização, abandonando-nos.

Tivemos uma sensação concreta que o nosso estado crítico, principalmente o meu, era aproveitado pela direção para se ver livre de nós que a criticávamos pela condução que dava à luta, pela forma cupulista, oportunista e carreirista que seus elementos chegavam à Direção. Isto tudo era agravado quando agindo assim ela demonstrava também a falta total de senso humanitário, da falta de flexibilidade diante dos problemas concretos que a guerra trazia. Fazendo tudo a partir de um falso espírito guerrilherista, sem um critério de análise e avaliações concretas de cada fato que surgia, e procurando dar a solução mais correta a cada um.

A partir daquele momento vimos que todas as medidas deveriam ser tomadas por nós mesmos e não contar mais com a organização.

Foi assim que no dia seguinte o dono do aparelho veio com um médico que conhecia, este ajudou a atenuar o meu estado um pouco, já que havia piorado muito, mas mostrou sobretudo que havia necessidade urgente de eu ser atendido por um especialista para ser operado.

Convenci aos dois companheiros que eu deveria ser entregue às autoridades para que pudesse ser medicado. Defendi a posição que diante do abandono por que encontrávamos, eu deveria entregar-me como solução para tratar-me, diante da omissão da Direção da ALN.

Eles acabaram concordando.

Para isso chamamos meu irmão, para quem fui entregue no Bairro do Ipiranga. Fui conduzido, por meu irmão, ao Hospital São Camilo. Dois dias depois fui para o Hospital das Clínicas, onde fui submetido a 3 cirurgias: gastrostomia, traqueotomia e extração da bala.

Hoje me encontro em plena recuperação, em bom estado num hospital onde a assistência é das melhores, aguardando para ser submetido a mais outra operação, desta vez do esôfago, que me devolverá as condições necessárias

para poder alimentar pela boca e respirar pelas narinas.

Em todo este tempo, isto é desde quando me entreguei, até hoje, os órgãos de repressão, mais concretamente a Operação Bandeirante, vem me dando toda a assistência possível, tem se esforçado ao máximo, no sentido de oferecer-me condições para tratar-me em busca de minha plena recuperação, além da proteção que vem me dando. É bom, aliás, falar que a cobertura da OBAN, tem sido decisiva na minha recuperação e no meu tratamento de um modo geral.

Espero operar daqui a poucos dias e sair-me bom, graças às minhas condições físicas atuais, e aos recursos médicos-hospitalares que a OBAN vem me propiciando.

Ass. M.T.S.   SP, 09 Jan 72

TERRORISTAS ASSASSINAM INDUSTRIAL EM EMBOSCADA

Transcrito da Folha de São Paulo — 16 Abr 71

"Com rajadas de metralhadoras, terroristas assassinaram às 9h20 de ontem, na esquina da Rua Barão de Capanema com a Alameda Casa Branca, no Jardim Paulista, o Sr. HENNING ALBERT BOILESEN, de 53 anos, diretor do Grupo Ultra (Ultragás, Ultralar e Ultrafertil).

Um vendedor de frutas e uma senhora, que estavam numa feira livre a 50 metros do local, foram feridos a bala (ele na perna e ela no ombro). Os terroristas, que segundo testemunhas eram quatro ou cinco, fugiram em três Volkswagens.

METRALHADORAS

Testemunhas informaram à Polícia que o Sr. BOILESEN teve o seu Galaxie azul claro interceptado por um Volkswagen, na esquina da Rua Barão de Capanema com a Alameda Casa Branca. Ele saltou do Galaxie, mas foi perseguido por quatro ou cinco homens.

O corpo de Henning A. Boilesen
NOTA DO AUTOR: A foto não é da matéria publicada.

O Sr. BOILESEN correu uns dez metros, até que foi atingido pelas costas por uma rajada de metralhadora, e caiu quase debaixo de um carro que estava estacionado na Alameda Casa Branca. Então, os assassinos aproximaram-se de sua vítima e fizeram outras rajadas de metralhadoras Ponto 45".

"Uma bala foi atingir de raspão, no ombro, a empregada doméstica Geralda Raquel Felipe, que comprava abacates numa feira livre, a 50 metros do local. O vendedor de frutas Marcos Antônio Biancalito, que atendia à empregada doméstica, também foi atingido na perna, por uma bala. Outras balas quebraram vidraças nas imediações.

O Sr. Boilesen estivera reunido com membros da Assessoria Especial de

Relações Públicas da Presidência da República até às três horas da madrugada. Ontem de manhã — depois de dormir cerca de seis horas — ele saiu de casa, na Rua Prof. Azevedo do Amaral, entrou na Barão de Capanema e, quando chegou na esquina desta com a Alameda Casa Branca, teve seu Galaxie interceptado pelo Volkswagen.

Há 15 dias, o Sr. Boilesen dispensara sua guarda pessoal, achando que não precisava dela.

A Polícia acha que ele foi seguido durante muitos dias e que os terroristas estavam cientes de duas coisas: 1) a falta de guarda pessoal; 2) o trajeto invariável que o Sr. BOILESEN percorria todos os dias quando saía de casa.

Logo depois do brutal assassinato a Polícia encontrou numa rua do Jardim Paulista, um dos três Volkswagens usados pelos terroristas. Este carro, de chapa S-1-15-24, fora roubado há algum tempo da Mercedes Benz do Brasil".

A REPULSA AO ASSASSINATO

"Meios políticos e empresariais condenaram veementemente o brutal assassínio.

A Assembléia Legislativa suspendeu seus trabalhos para render um preito de homenagem à memória do industrial assassinado por terroristas.

Ao instalar os trabalhos da sessão, o presidente da Casa, deputado Jacob Pedro Carolo, disse que o Sr. Boilesen foi vítima de terroristas covardes.

Falando em nome da ARENA, o deputado Januário Manteli Neto lembrou que o Sr. Boilesen "começou sua longa atividade de 20 anos em nosso País junto aos sindicatos, orientando operários e trabalhadores, em geral contra a ação nefasta dos líderes comunistas".

Em nome do MDB falou o deputado Joaquim Carlos del Bosco Amaral: "um ser humano foi sacrificado, inutilmente por homens que executaram uma ação para satisfação de seus próprios apetites primários".

Outros deputados da ARENA e do MDB discursaram condenando o brutal assassínio. Depois, a Assembléia Legislativa suspendeu seus trabalhos para render um preito de homenagem à memória do Sr. Henning Albert Boilesen".

Henning Albert Boilesen

“Henning Albert Boilesen, presidente da Companhia Ultragaz, nasceu a 14 de fevereiro de 1916. Era brasileiro por adoção, e disso dava testemunho público e constante.

Em 1966, pela imprensa, dirigiu carta aberta ao Presidente da República, falando de sua naturalização, “um ato de fé... de quem aqui se fixou, entregando-se à terra, confundindo-se com o povo, integrando-se com a família, confraternizando-se nas alegrias e nas dores, nas esperanças e possibilidades do Brasil, oferecendo submissão incondicional às nossas leis e o entusiasmo de todas as suas forças de colaboração, dentro de um espírito verdadeiramente nacional... passa a se orgulhar da nossa história, da nossa Bandeira, do nosso Hino, a gabar-se de nossas grandezas, a povoar a nossa paisagem, pela crença inabalável que traz no coração por tudo o que é nosso”.

Em março de 1963, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou a concessão do título de Cidadão Paulistano ao brasileiro nascido em Copenhague, Henning Albert Boilesen. A entrega solene foi realizada pelo então presidente, vereador Hélio Mendonça”.

NOTA DO AUTOR:

— Toda a matéria a respeito foi transcrita do jornal “FOLHA DE SÃO PAULO”, de 16 Abr 71.

— O assassinato de HENNING ALBERT BOILESEN foi praticado por duas Organizações Terroristas que atuaram “Em Frente” Ação Libertadora Nacional (ALN) Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)

Participaram da execução os seguintes terroristas:

— **Pela ALN:**
A.S.M (UNS E OUTROS);
Y.X.P (BIG ou JOÃOZÃO)
J.M.B (CLÁUDIO, CASTRO ou RAFAEL).

— **Pelo MRT:**
D.A.C (REI);
J.A.S (ROQUE);
G.F.L (CARLOS ou ZORRO).

TERRORISTAS MATARAM MARUJO DA FLOTILHA INGLESA

(Transcrito de “O GLOBO” — 08 Jan 72)

“O marinheiro de 19 anos DAVID A. CUTHBERT da flotilha inglesa que visita o Rio, foi metralhado por terroristas na noite de sábado, em frente ao Hotel São Francisco, na Rua Visconde de Inhaúma.

Os Órgãos de Segurança divulgaram ontem a notícia, distribuindo a seguinte nota:

“No dia 5 de fevereiro de 1972, às 21h30m, na Rua Visconde de Inhaúma, em frente ao Hotel São Francisco, foi metralhado um táxi Volkswagen conduzido pelo motorista Antônio Melo. No interior do veículo encontravam-se dois marinheiros da Armada Inglesa de nomes Paul Stoud e David A. Cuthbert (19 anos), tendo sido morto este último, escapando ilesos o motorista e o outro marinheiro. Este atentado foi levado a efeito por terroristas de algumas facções subversivas conforme consta nos panfletos deixados no local. É um ato de covardia que bem caracteriza a frieza e ausência de sentimentos desses desajustados que os incompatibilizam com a natureza do nosso povo”.

SUSPENSA VISITAÇÃO AOS NAVIOS

“Centenas de pessoas não puderam visitar os navios ingleses ancorados na Praça Mauá, como fora anunciado; toda a programação foi suspensa já no domingo, com a morte do marinheiro, até mesmo a apresentação da Banda da Marinha Real Britânica, na Praça do Lido. O Comandante da flotilha. Almirante Davi Williams, cancelou a visita de caráter particular que faria a Brasília.

Hoje, às 10 horas, haverá cerimônia de colocação de flores junto à estátua do Marquês de Tamandaré, na Praia de Botafogo, pelo Almirante David Williams. O equipagamento de Defesa a bordo do navio “RFA Lyness” será apresentado das 10 às 16 horas a convidados especiais.

A flotilha, composta também dos navios “Triumph”, “Resurgent”, “Minerva”, “Glamorgan” e “Olwen”, deixará o Porto do Rio amanhã às 10 horas.

O “Triumph”, o “Minerva” e o “Glamorgan” mostrariam domingo, como no sábado, seus canhões anti-aéreos, helicópteros e mísseis, mas a visita não pôde ser feita. Um guarda da Polícia Portuária explicava a todos que a programação estava suspensa e os mais inconformados eram as crianças.

Desde às 13 horas havia gente nos portões, mas nem os convidados especiais tiveram licença para entrar nos navios, e uma placa improvisada avisava que eles “não estavam abertos à visitação pública”. Os marinheiros só tiveram autorização para passear na cidade à paisana”.

PESAR PELA MORTE DO MARINHEIRO

“LONDRES (AP-O GLOBO)

— Numa carta pessoal ao Ministro da Defesa Lord Carrington, o Embaixador brasileiro Sérgio Correia da Costa expressou ontem seu pesar pela morte, no Rio, de um marinheiro britânico atacado por terroristas.

Um porta-voz da Embaixada explicou que, embora a carta seja pessoal, expressa também o pesar do Governo Brasileiro, que não pode separar-se dadas as circunstâncias, da pessoa do Embaixador.

BRASÍLIA (O GLOBO)

— Por determinação do Chanceler Mário Gibson Barboza, um representante do Itamarati no Rio visitou ontem o Embaixador da Grã-Bretanha, Sir David Hunt, para lhe apresentar condolências pelo assassinato do marinheiro DAVID CUTHBERG, vítima dos terroristas.

O Embaixador Inglês enviou a Brasília mensagem em que manifesta seu agradecimento pelo gesto do Chanceler. Na mensagem, Sir David Hunt comunica oue transmitiu as condolências do Governo Brasileiro ao Almirante David Williams, Comandante da Força-Tarefa que visita o Rio.”

AS ORGANIZAÇÕES RESPONSÁVEIS

O assassinato do marinheiro DAVID A. CUTHBERG, foi realizado em “Frente” por três Organizações Terroristas: VAR-PALMARES, ALN e PCBR.

OS ASSASSINOS

— **Pela VAR-PALMARES**
H.S. (NADINHO)
C.A.S. (SOLDADO)
L.M.S.N. (ANA)

— **Pela ALN**
F.A.N.L.S. (ROGÉRIO)
A.C.N.C. (CHICO)
A.M.N.F. (RITA)

— **Pelo PCBR**
G.O.C. (GOGÓ)

A EXECUÇÃO DE UM INOCENTE

Em 21 de fevereiro de 1973, a ALN formou um Grupo de Execução, integrado por A.C.R. (Jibóia), F.S.O. (Baiano) e F.E.P. (Papa), que, no Restaurante Varela, assassinou o seu proprietário, o português MANOEL HENRIQUE DE OLIVEIRA. A acusação que lhe imputaram foi a de ter denunciado à polícia, no dia 14 de junho de 1972, a presença de quatro terroristas que almoçavam no seu restaurante e três dos quais morreriam logo após. (Ver capítulo “Um Combate na Rua”).

Manoel Henrique de Oliveira

Pobre homem, morreu assassinado sem saber porque o matavam. Os “moços idealistas”, os “chamados subversivos”, que nunca assassinavam porque “justiçavam”, que nunca roubavam porque “expropriavam”, cometeram um crime covarde, baseado apenas em suposições. Foi uma ação feita mais para intimidar a população. Até hoje o Sr. MANOEL HENRIQUE DE OLIVEIRA é acusado por certa imprensa de ser um dedo-duro, que “por isto teve o fim que merecia”. A sua família continua sofrendo muito com estas acusações. E, certamente continuará sotrendo porque a esquerda terrorista jamais admitirá, numa autocrítica, que assassinou um inocente.

O Sr. Manoel deixou viúva dona Margarida e dois filhos, Alberto Manoel, com 15 anos, e Maria do Carmo, com dois.

O corpo de Manoel Henrique de Oliveira

"Segundo D. Margarida, no dia 21 de fevereiro de 1972, ele foi, como todos os dias, à Churrascaria Varela, na qual tinha uma sociedade. Nem chegou a sair do carro, pois foi logo metralhado. Pelos panfletos que os terroristas deixaram no local, soube as razões da vingança: Manoel teria denunciado quadro terroristas oito meses antes. Mas D. Margarida nega. "Ele não fez nada disso. Eles foram almoçar na churrascaria, pediram para usar o telefone. Logo depois houve o tiroteio com a polícia e três deles morreram. Foi só isso". Prosseguindo, diz D. Margarida: "Que lhes venha o remorso e o arrependimento e que não o façam mais. Deus lhes deu, ou dará, o castigo merecido. Eles podem estar arrependidos. Eu acho que quem faz mal a uma criança merece a pena de morte, mas eles são uns coitados e também sofrem".

(Depoimento ao JORNAL DO BRASIL, em 26 Nov 78)

Este crime ocorreu porque a ALN nos subestimou. Ela jamais pensou que golpearíamos a sua cúpula, atingindo, na mesma hora, três Comandos Nacionais. E, por uma avaliação mal feita, assassinou um chefe de família inocente.

O mesmo Comando Terrorista que matou o Sr. MANOEL HENRIQUE DE OLIVEIRA, teria, posteriormente, em 15 de março de 1973, na Rua Caquito, na Penha, um enfrentamento com o nosso DOI, onde “JIBÓIA”, “BAIANO” e “PAPA”, ao resistirem a voz de prisão, encontraram a morte.

MATARAM O MEU AMIGO

Domingo, 25 de fevereiro de 1973, 18 horas. Estava em casa descansando. O telefone tocou. Era o meu Subcomandante, um Capitão do Exército, hoje Coronel.

Um amigo fiel, amigo de todas as horas, amigo até hoje. Naquele domingo me substituía, enquanto eu descansava com a família. Pela sua voz embargada, senti que alguma coisa muito séria havia ocorrido. O Capitão foi direto ao assunto:

— Mataram o Otavinho.

— Mas como? Não é possível, ele estava no Rio!

— Ele foi assassinado por terroristas em Copacabana.

Fiquei sem ação e comecei a chorar. Minha mulher, nervosa, perguntou o que aconteceu.

— Foi Otavinho, foi o Otavinho, não é possível — balbuciava eu. Passado o choque, me reanimei. Não tinha condições de raciocinar.

Por que o mataram? Um moço tão bom, tão amigo, tão religioso.

Por que o mataram? Somente porque pertencia ao DOI?

Não, não era possível que tivessem feito isso com o meu amigo.

O Delegado Geral de Polícia, em São Paulo, era o Dr. Walter Suppo, com quem me relacionava muito bem e de quem guardo a mais grata recordação. Um exemplo de policial.

O Dr. SUPPO, acompanhado dos Delegados Sérgio Paranhos Fleurv e Romeu Tuma, partiu para o Rio. Encontrou o corpo de Otavinho no Instituto Médico Legal e tomou todas as providências para a sua remoção. Ao receber os pertences de Otavinho, encontrou, entre eles, dois crucifixos, algumas medalhas de santos e o seguinte cartão:

EM CASO DE ACIDENTE, POR FAVOR,
CHAME, URGENTEMENTE, UM PADRE CATÓLI
MESMO QUE EU JÁ ESTEJA MORTO.

OCTÁVIO GONÇALVES MOREIRA JR.
SÃO PAULO = RUA

A madrugada de segunda-feira já começara. O Dr. Suppo saiu apressado, dizendo aos seus dois companheiros:

— Vou atender o pedido dele agora, este pedido tem que ser atendido o quanto antes.

Rodou bastante pelo Rio de Janeiro e acabou batendo na Igreja de Santa Terezinha, no Túnel Novo. Um sacerdote, já idoso, veio atendê-lo. O Delegado contou o que ocorrera e mostrou-lhe o cartão. O padre, apressado, o acompanhou ao Instituto Médico Legal e deu o Extrema Uncão ao Otavinho. O Dr. Suppo agradeceu ao sacerdote o seu gesto cristão, e o fato de, mesmo na calada da noite, ter saído para atender o seu pedido. Este, então, respondeu:

— Existem coisas na vida que não têm hora.

Segunda-feira, pela manhã, num táxi-aéreo, chegou o corpo ao Aeroporto de Congonhas. Fomos esperá-lo. Dr. Suppo, Tuma e Fleury estavam abatidos e comovidos.

Inicou-se, na Sede do Departamento de Investigações Criminais, DEIC, da Polícia Civil de São Paulo, o velório do meu amigo OCTÁVIO GONÇALVES MOREIRA JÚNIOR.

OTAVINHO

Paulista, 33 anos, 1m80 de altura, de contagiante simpatia.

Era moreno, forte, apaixonado pela vida, pelo sol, pelo mar, pela Portela, da qual era membro honorário e por Ângela, sua noiva carioca com quem brevemente iria se casar. Católico praticante. Bacharel em Direito, formado pela Faculdade de Direito São Francisco (USP). Vivia com sua mãe viúva, D. Esther e sua irmã Helena. Tinha um irmão, Eduardo.

Apresentou-se como voluntário para integrar a Operação Bandeirante e ao DOI/CODI/II Ex, onde era o Chefe de uma Seção de Busca e Apreensão.

Valente e corajoso, não gostava de usar armas de fogo. Sempre me dizia que não teria coragem de matar alguém e que só o faria em última instância. Preteria usar os seus dotes de faixa-preta.

Era muito querido por todos nós que o chamávamos, carinhosamente, de "OTAVINHO".

Otavinho e o Velho Expedito

Comigo, havia mais um elo a nos unir: adorava minha filha Patrícia que acabara de completar três anos. Brincava com ela, contava-lhe histórias e não faltava às suas festinhas de aniversário.

Já havia sido avisado de que precisava mudar seus hábitos e ter mais cuidado. Havíamos encontrado em “aparelhos” da ALN e da VPR lisstas com nomes de autoridades, de empresáríos e de membros do DOI para serem assassinados. Seu nome estava incluído nessas listas. Alegava com seu sorriso contagiante que Deus estava com ele, que não temia nada e que continuaria indo ao Rio, onde andava desarmado.

COMO O MATARAM

Fora um fim de semana normal. Hospedara-se na casa do médico Matias Gama e Silva, na Rua República do Peru, em Copacabana, Rio, No sábado estivera na praia e, à noite, no ensaio da Portela. Domingo pela manhã jogou volibol na praia com os amigos. Apitou o jogo, e depois foi almoçar no Leme, com seu amigo Carlos Alberto Martins.

Quando voltava do almoço, em companhia do amigo, passou pelo Bar Bolero, em Copacabana, onde fez algumas brincadeiras com alguns garçons que eram seus conhecidos.

Confiante e despreocupado, não notara que desde às 15 horas um Opala amarelo-dourado com o teto de vinil estava estacionado na esquina da Av. Atlântica com República do Peru. Dentro do mesmo, cinco homens aguardavam o momento para o atacarem.

Otavinho, de bermuda azul, camisa estampada e sandálias caminhava com o amigo em direção ao apartamento onde se hospedava.

Curtia o dia. Como sempre, estava desarmado. Ele e o amigo pararam num "orelhão" para telefonar.

Do Opala saltaram três homens. Um deles trazia uma esteira de praia, enrolada embaixo do braço. Dentro da esteira uma carabina calibre 12mm, arma de caça de alto poder de destruição.

Foi dado o primeiro tiro, nas costas, derrubando-o e atirando-o a alguns metros de distância. Um segundo tiro, destinado ao coração, atingiu o crucifixo de ouro que Otavinho trazia no pescoço, ricocheteou e perfurou o seu pulso direito. O outro homem aproximou-se e deu-lhe mais dois tiros no rosto. Os últimos tiros foram disparados de uma pistola automática calibre 9mm.

Otavinho morreu instantaneamente.

Carlos Alberto, o amigo que o acompanhara, foi atingido por dois tiros, um no braço e outro na perna.

Salvou-se, refugiando-se em um edifício.

Os assassinos correram até o Opala que saiu em disparada, fugindo em direção à Av. Atlântica.

NOTA DO AUTOR:
Participaram do assassinato os seguintes terroristas:

— T.A.M.N. (LUÍS) — ALN
— M.A. (ZÉ) — ALN
— G.O.C. (GOGÓ) — PCBR
— F.A.N.L.S. (ROGÉRIO) — ALN
— J.A.L (CIRO) — VAR-PALMARES

O CORPO DO DR. OCTÁVIO MOREIRA JÚNIOR

Matéria extraída da Folha de São Paulo, 27 fev 73

O SEPULTAMENTO

"Às 16h10, o ataúde negro era conduzido para uma viatura do Corpo de Bombeiros por várias autoridades, entre elas o Governador e o Comandante do II Exército. Vagarosamente o cortejo, precedido de batedores, seguiu pela Rua Brig. Tobias, Praça do Correio, Vale do Anhangabau, Av. 9 de Julho, Av. Cidade Jardim e Morumbi, acompanhado por centenas de viaturas policiais, do Exército, da Polícia Militar, carros oficiais e particulares.

Às 16h52, com o tempo ameaçando chuva, o ataúde chegava ao Cemitério do Morumbi. Logo depois, alguns delegados, juntamente com cinco Cadetes da Academia de Polícia Militar, retiraram o esquife da viatura dos bombeiros. Vários outros companheiros também se revezaram em carregar o caixão.

Enquanto o ataúde, envolto com a Bandeira Nacional era levado para a frente de um pelotão de honra da Polícia Militar, a chuva começou a cair. Foram disparadas três salvas de tiro e, a seguir, foi dado o toque de silêncio.

Centenas de autoridades, companheiros do policial, jornalistas, fotógrafos e populares acotovelaram-se próximo à sepultura n.° 2.243, à espera do féretro, quando desabou forte temporal.

Coube ao Deputado e Delegado Ivanir de Freitas Garcias, presidente da ADEPOL, fazer a oração fúnebre assim que o caixão chegou á sepultura, cercada com um tapete verde.

"Em vida o Delegado OCTÁVIO GONÇALVES MOREIRA JÜNIOR soube mostrar o que é a Polícia de São Paulo, agindo sempre com honestidade", disse o orador representando 1.385 Delegados. "Tanto assim que a própria natureza chora sua ausência", acrescentou.

O Secretário de Segurança nada falou e com um gesto autorizou o sepultamento. Alguns segundos depois os policiais dispararam suas armas para o ar, numa última homenagem ao companheiro covardemente assassinado.

O delegado Moreira Jr.

Um carro dos bombeiros transportou o caixão

O soldado da Polícia Militar executa o Toque de Silencio no cemitério.

(Folha de São Paulo, 27 fevereiro 1973)

HOMENAGENS PÓSTUMAS

Após a sua morte foram prestadas várias homenagens póstumas à sua memória, ressaltando-se:

— Inauguração da Delegacia de Barra Bonita, em 14 Dez 73, cujas dependências receberam o seu nome;

— Seu nome foi dado a uma Rua no Bairro do Butantã, em São Paulo.

AÇÕES ARMADAS PRATICADAS EM SÃO PAULO (14/01/70 — 21/02/73)

Durante os anos de 1970 a 1973, foram realizadas pelas Organizações Subversivas Terroristas inúmeras ações armadas com as mais diversas finalidades como: roubo de armas; roubo de material para falsificação de documentos; obtenção de recursos para a manutenção dos terroristas; roubo de material tipográfico, de disfarce e de medicamentos; intimidação da população.

As noventa e nove ações, a seguir relacionados, foram praticadas pela ALN — MRT — REDE e MOLIPO que atuaram isoladamente ou "Em Frente".

Citamos apenas as ações das quais dispomos as datas e os nomes dos terroristas envolvidos.

Existiam outras organizações, como a VPR e a ALA VERMELHA do PC do B, que praticaram mais ações. Entretanto deixo de relatá-las por não possuir os dados suficientes. As ações da VAR-PALMARES são descritas no capítulo intitulado: BETE MENDES, "A ROSA" NA VAR-PALMARES.

— 14/01/70 — Assalto ao carro pagador do Banco Itaú — Rua Dr. Arnaldo. (ALN — MRT);

— 15/01/70 — Assalto ao Banco Bradesco da Rua Guaiapá, 1495 — (ALN);

— 02/03/70 — Assalto ao Banco União de Bancos — Jabaquara — (ALN);

— 11/03/70 — Seqüestro do Cônsul japonês Nobuo Okuchi — (VPR — REDE — MRT);

— 20/03/70 — Assalto ao Banco Bradesco da Rua Guaiapá, 1495 — (ALN);

— 25/03/70 — Assalto ao Banco Itaú América — Ag. Guaiapá, 420 (MRT);

— MARÇO/70 — Assalto à Rádio-Patrulha na Alameda Jaú — roubados 1 metralhadora INA e 2 revólveres (ALN)

— 02/05/70 — Assalto à Companhia Souza Cruz — A. Lins de Vasconcelos — morto o policial João Batista de Souza — REDE-MRT);

— 29/05/70 — Assalto ao Banco do Brasil — Jabaquara — (ALN — PEDE — MRT);

— MAIO/70 — Assalto ao Supermercado Peg-Pag — Av. Higienópolis —

(ALN);

— 11/07/70 — Assalto a carro do Banco Nacional de Minas Gerais — Ag. Lapa. Nesta ocasião E.L (Bacuri) disparou contra seus companheiros A.R.M (Miguel) H.C.P (Justo). "Miguel" morreu e "Justo" ficou seriamente ferido. — (REDE — MRT) — "Bacuri" enterrou "Miguel" próximo à estrada de Embu-Guaçú. "Justo" entregou-se às autoridades para receber atendimento médico.

— 28/07/70 — Assalto à garagem da CMTC — Vila Leopoldina — (MRT);

— JULHO/70 — Assalto ao Supermercado Peg-Pag — Indianópolis — (ALN);

— 14/09/70 — Assalto ao carro pagador Brink's — Rua Paraíso — morto o funcionário Bertolino Ferreira e Silva — (ALN-MRT);

— 15/09/70 — Assalto ao carro pagador Brink's — Rua Estados Unidos com Ouro Branco — Feridos gravemente Meyer Ramos dos Santos e Adilson Moraes e Silva — (ALN — MRT);

— SETEMBRO/70 — Assalto à Kombi da CEASA — (MRT);

— NOVEMBRO/70 — Assalto ao carro pagador da Brink's — (MRT)

— 31/12/70 — Assalto ao Supermercado Ao Barateiro — Rua Cel Diogo — (ALN);

— DEZEMBRO/70 — Tentativa de assalto ao carro pagador do Banco Itaú América — Sumaré — (ALN);

— DEZEMBRO/70 — Assalto ao Estacionamento da Água Funda — (MRT);

— DEZEMBRO/70 — Assalto simultâneo dos Bancos Itaú e Mercantil da Av. Brigadeiro Luís Antônio — (MRT);

— 14/01/71 — Assalto ao carro pagador — Banco Itaú América, Av. Dr. Arnaldo — (MRT);

— 15/01/71 — Assalto ao carro Itaú América — Sumaré — (ALN e MRT);

— 18/01/71 — Assalto e lançamento de bomba contra um estacionamento de veículos — Bairro Água Branca — (MRT);

— 22/01/71 — Assalto ao Banco Andrade Arnaud, Rua Lavapés — (ALN e MRT);

— 30/01/71 — Assalto ao Supermercado Pão de Açúcar — Rua Maestro Vilas Boas — (MRT);

— JANEIRO/71 — Assalto ao Supermercado da Rua Silva Bueno — (MRT);

— JANEIRO/71 — Assalto ao Supermercado Pão de Açúcar, na Rua São Gabriel — (ALN e MRT);

— JANEIRO/71 — Assalto ao Supermercado Ao Barateiro, na Rua Clodomiro Amazonas — (ALN);

— 04/02/71 — Assalto ao Supermercado Pão de Açúcar — Rua Maestro Vilas Boas — (MRT);

— 06/02/71 — Assalto ao Supermercado Fioreto — Rua Silva Bueno, 873 — (ALN e MRT);

— 10/02/71 — Assalto à Metalúrgica Mangels Industrial, Avenida Presidente Wilson — (ALN e MRT);

— 11/02/71 — Assalto à Escola Pentágono, Santo André — (ALN);

— 15/02/71 — Assalto à PUC/SP — Rua Monte Alegre 984 — (ALN);

— 19/02/71 — Assalto à Tipografia na Estrada do Vergueiro, 5520 — (MRT);

— FEVEREIRO/71 — Assalto ao Supermercado Ao Barateiro, Rua Clodomiro Amazonas — (ALN);

— 19/03/71 — Assalto e incêndio da Rádio-Patrulha n.° 143, na Rua dos Aliados — Vila Hamburguesa — (ALN);

— 05/03/71 — Assalto à Delegacia Regional do Trabalho, Sub-Posto da Água Branca — (ALN);

— 10/03/71 — Assalto ao Supermercado Morita — Rua Padre Antônio dos Santos 872-(ALN);

— 23/03/71 — Assassinato, pela própria Organização, do militante M.L.T. (Vicente) — (ALN);

— 29/03/71 — Assalto à Joalheira Milton — Rua Oscar Freire 2565 — (ALN); — 29/03/71 — Assalto à Joalheria Divinal — Rua Amélia Noronha, 181 — (ALN e MRT);

— 30/03/71 — Atentado com explosivos contra a ponte do Jaguaré — (MRT e ALN);

— 15/04/71 — Assassinato do Industrial Henning A. Boilesen, Rua Barão de Capanema com Alameda Casa Branca — (ALN,MRT e REDE);

— 17/04/71 — Assalto ao Supermercado Ao Barateiro, Água Funda — (ALN e MOLIPO);

— 18/04/71 — Assalto ao Supermercado Ao Bara-teiro. Água Funda — (ALN e MOLIPO);

— 19/04/71 — Assalto ao Supermercado Ao Barateiro na Rua Clodomiro Amazonas, 955 — (ALN);

— 24/04/71 — Assalto à Escola Educabrás, Rua Tabor, 40, Ipiranga — (ALN e MOLIPO);

— 24/04/71 — Assalto ao Supermercado Morita, Alameda dos Guatás, 1200 — (ALN);

— 01/05/71 — Assalto ao Restaurante Hungana. Rua Oscar Freire, 1436 — (ALN);

— 06/05/71 — Assalto ao 37.° Cartório do Registro Civil, Rua Pires da Mota, 500 — (ALN e MOLIPO);

— 15/05/71 — Assalto à Kelmag, Rua Lopes Chaves, 243 — (ALN e MOLIPO);

-17/05/71 — — Seqüestro de um caminhão da Swift — (ALN);

— 22/05/71 — Assalto ao Supermercado Morita, Rua Padre Antônio dos Santos, 872 — (ALN e MOLIPO);

— 22/05/71 — Assalto à Firma Plasti-Tek, Rua Padre Antônio, 164 — (ALN);

— 16/07/71 — Assalto contra a Rádio-Patrulha n.° 13, e um Posto de Gasolina — Rua Otoniel Francisco — Santo Amaro — (MOLIPO e ALN);

— 20/07/71 — Assalto a um caminhão do Exército — Bairro da Aclimação — (ALN);

— 21/07/71 — Assalto ao Banco Itaú América — Avenida Luís de Vasconcelos — (ALN);

— JULHO/71 — Assalto ao Restaurante Bierhalle, Avenida Lavandisca, 263, Moema — (MOLIPO e ALN);

— 04/08/71 — Assalto à Agência da Delegacia do Trabalho, Rua dos Patriotas — (ALN e MOLIPO);

— 13/08/71 — Assalto ao Posto de Identificação na Rua Erasmo Assunção, 31 — (MOLIPO);

— 21/08/71 — Assalto ao Supermercado Morita — Rua Oratório, 1274 — (ALN);

— 21/08/71 — — Assalto ao Banco Bradesco, Rua César Castiglioni Júnior, 211 — Casa Verde — (ALN);

— 23/08/71 — Assalto à Fábrica de Perucas Dejan — Rua das Rosas, 436 (MOLIPO);

— 28/08/71 — Assalto contra firma de aparelhos de plastificação, na Rua Clemente Alves, 36 — Lapa — (MOLIPO);

— 28/08/71 — Assalto à Rádio-Patrulha 02, Largo Vilegerter — São Caetano do Sul, onde foi ferido à bala um Soldado PM — (ALN);

— 31/08/71 — Assalto à Agência do Banco Bradesco, Rua César Castiglioni, 211 — (ALN);

— 31/08/71 — Assalto ao Supermercado Morita — Rua Oratório — (ALN);

— 13/09/71 — Assalto a uma viatura do Exército na Avenida Gualter — (ALN);

— 06/10/71 — Tentativa de roubo de carro, onde foi ferido um Capitão da

PM, Rua Artur Dias, 213. Nessa ocasião ficou ferido o terrorista M.T.S. (Careca ou Sharif) que não tendo conseguido atendimento médico entregou-se às autoridades — (ALN);

-11/10/71 — Assalto à empresa CIMA — Rua Arujá, 308 — Santo André — (ALN);

— 21/10/71 — Colocação de uma bomba no interior de veículo abandonado, na Rua João Moura, 2821 — (ALN e MOLIPO);

— 25/10/71 — Incêndio em veículos das "Folhas de S. Paulo", Rua Benedito Calixto, Pinheiros — (ALN);

— 25/10/71 — Incêndio de um ônibus, Estrada da Vila Ema, 4280 — (ALN);

— 25/10/71 — Assalto à fábrica de máquinas AMF, Rua Curuçá, 4280 — (ALN);

— 26/10/71 — Assalto à Agência da Ligth, Rua Silva Bueno, 859 — (ALN);

— 27/10/71 — Atentado a bomba contra a Supergel — Avenida Queiroz Filho, 1560 — Jaguaré — (ALN);

— 28/10/71 — Assalto à Rádio-Patrulha n.° 10 — Largo Senhor do Bonfim, Santo André (ALN e MOLIPO);

— 29/10/71 — Assalto à Vulcan, Rua Manoel Preto — Santo Amaro — (ALN);

— 29/10/71 — Atentado a bomba, contra o Edifício "A Gazeta", Avenida Paulista — (MOLIPO);

— 01/11/71 — Incêndio em um ônibus da TUSA, Vila Brasilândia, onde foi

assassinado o Cabo PM Nelson Martinez Ponce, que tentou impedir a ação — (ALN e MOLIPO);

— 03/11/71 — Atentado contra o Consulado Americano, Rua João Manoel e incêndio do automóvel do Cônsul Americano — (MOLIPO e ALN);

— 03/11/71 — Atentado a bomba contra a residência do Presidente da Sears. — (ALN);

— 03/11/71 — Atentado a bomba contra a residência do Diretor da Companhia Chicago Bridqe. Rua Comendador Elias Zarur, 2036 — (ALN);

— 30/11/71 — Assalto ao Banco Nacional de Minas Gerais, Agência Faculdades Metropolitanas Unidas — (ALN);

— 08/12/71 — Seqüestro do médico Euclides Fontegno Marques, Rua Cardeal Arcoverde — (ALN);

— 10/01/72 — Assalto da Agência de Empregos à Rua Maestro Elias Lobo — (ALN);

— 14/01/72 — Assalto à Escola Paes Leme — Rua Pedroso de Moraes, 420 — (ALN);

— 06/03/72 — Assalto à Firma F. Monteiro — Rua Eusébio Matoso, 1231 — (ALN);

— 30/03/72 — Incêndio e pichacão contra a residência do Sr. Michael Drayton, à Rua General Almério Moura, 554 — Morumbi — (ALN);

— 10/04/72 — Assalto à Companhia de Alimentos Cacique S/A, à Rua Carlos Weber, 757 — (ALN);

— 26/04/72 — Assalto à Drogasil, à Rua Silva Bueno, 1900 — Ipiranga —

(ALN);

— 03/06/72 — Assalto ao Supermercado Morita, à Rua Américo Brasiliense — (ALN);

— 06/12/72 — Assalto ao carro pagador do Banco Português do Brasil S/A, no interior da Sears. Água Branca — (ALN);

— 16/01/73 — Assalto à Empresa Útil, Rua Visconde de Inhaúma, 386 — (ALN);

— 09/02/73 — Assalto à Firma Tinken do Brasil S/A — Rua Engenheiro Mesquita Sampaio, 714 — Santo Amaro — (ALN);

— 16/02/73 — Assalto ao Departamento de Material Gráfico da Politécnica da USP, na Cidade Universitária — (ALN);

— 21/02/73 — Assassinato do comerciante português Manoel Henrique de Oliveira, à Rua da Mooca, 3328 — (ALN).

NOTA DO AUTOR: — Só consegui dados em minhas pesquisas até 21/02/73, apesar de permanecer no DOI até 24/01/74.

EM BRASÍLIA

Em novembro de 1973 com a saída do General Humberto de Souza Mello, do Comando do II Exército, aceitei o convite para ser Instrutor na Escola Nacional de Informações em Brasílía.

Seria uma vida nova, mais calma. Descansaríamos um pouco da tensão diária por que passávamos.

A saída de um lugar onde vivemos quatro anos, onde fizemos tantos amigos, onde estávamos tão ambientados, nos angustiava um pouco. Além disso. Brasília, naquela época, era considerada por muitos como horrível para se viver.

Foram muitas s despedidas, entre elas uma, oferecida pelos elementos do DOI/CODI, alguns membros do DOPS, da Secretaria de Segurança e amigos que nos ofereceram um jantar.

Meu Subcomandante deu de presente para Patrícia, uma cachorrinha Pinscher que nos acompanharia durante 10 anos.

Uma das despedidas mais emocionantes nos foi feita pelos membros encarregados da nossa segurança. Foi um churrasco, na Estrada para São Carlos, onde existem muitos quiosques e toda uma infra-estrutura com churrasqueiras, banheiros etc...

Foi nesse local que nos reunimos, minha família e os meus homens. Após o churrasco, a festa acabou em choradeira.

O "Gordo motorista" nos deu uma Nossa Senhora em bronze, para que nos acompanhasse e protegesse.

O velho Expedito era o único que estava contente, pois tendo se aposentado, já viúvo e sem filhos, decidira vir morar conosco.

"Fazendeiro" tirou férias e junto com o "Velho" veio num carro para nos dar a cobertura durante a viagem, para eles julgada indispensável.

A viagem para Brasília foi extenuante. Num carro, "Fazendeiro" e o velho Expedito com parte de uma pequena mudança, necessária para os primeiros dias de nossa estada, até a chegada da mudança.

No meu carro, eu, Joseíta, Patrícia, Dionísia (nossa empregada) e uma gaiola com Pinguinho, o passarinho de Patrícia, e a mais nova aquisição da família,

Cherie, a pinscher que tinha 20 dias de nascida e cabia na palma da minha mão. Volta e meia tínhamos que retirá-la de baixo do pedal do freio, onde procurava se esconder.

A cada duas horas era necessário uma parada para dar água a Cherie e ao Pinguinho. Para completar, já perto de Goiânia a "cobertura" enguiçou e ficamos retidos enquanto "Fazendeiro" fazia os reparos no carro. Resultado, viemos nós, dando cobertura à "cobertura". Dormimos em Goiânia e, finalmente chegamos.

Iniciava-se uma nova etapa de nossas vidas.

O militar é assim mesmo, sempre iniciando nova vida, novos amigos, ambientando-se a novas situações.

A cidade era fria, esquisita, não se via gente pelas ruas. O silêncio da noite não nos deixava dormir, tão acostumados estávamos com o burburinho da Avenida São João, onde residíamos em São Paulo. O "tic-tac" do relógio conseguia incomodar até a mim (todo o artilheiro que se preza é um pouco surdo).

Brasilia, naquela época era conhecida como a cidade dos cinco "D": Deslumbramento, Decepção, Desespero, Desquite, Demência.

Começamos bem: não nos deslumbramos, portanto não houve decepção. Joseíta escapou do desespero, pois logo arranjou um emprego na Rhodia; como promotora de vendas, o que enchia até demais o seu tempo. Não houve o desquite, pois ela não voltou à sua cidade de origem. Portanto, dos cinco "D", conhecemos apenas a demência, pois passamos a adorar Brasília.

Não tínhamos tranqüilidade, há tanto tempo, que aos poucos fomos nos encantando com o sossego de Brasília.

O primeiro ano, 1974, passei como Instrutor-Chefe do Curso de Operações da Escola Nacional de Informações.

No ano seguinte fui convidado para trabalhar no Centro de Informações do Exército (CIEx), um órgão do Gabinete do Ministro.

Nossa felicidade foi complementada com a chegada de nossa segunda filha, Renata. Ela nasceu bem clarinha, um encanto de menina. Puxou para o lado da família Brilhante, originária de Nápoles, Itália.

Joseíta sonhando em morar numa casa, falava permanentemente em comprar um terreno no Lago. Afinal, a família agora estava grande.

Decidimos viver apenas com os vencimentos de um Tenente-Coronel. A gratificação de Gabinete que eu recebia e o salário de Joseíta, aliás excelente, eram guardados religiosamente, junto com a dupla ajuda de custo que recebera na minha movimentação (naquela época quem vinha para Brasília recebia as

ajudas de custo em dobro. Era a famosa dobradinha). Tudo ia sendo guardado para a compra do sonhado terreno.

No Lago Sul não podíamos nem pensar. Já naquela época estava fora de nossas cogitações.

Finalmente, depois de várias idas e vindas, descobrimos o anúncio de um terreno no Lago Norte, na QI 3, Conjunto 1, por um preço acessível, embora tivéssemos que complementar as nossas economias com um pequeno empréstimo no Banco do Brasil.

Fomos ver o terreno. Não conseguimos localizar a sua posição exata. Não havia nem rua aberta no local. Tudo era ainda um cerrado nativo. Fui à Terracap e, através de uma taxa, uma equipe de topógratos demarcou o local com quatro estacas de madeira.

Compramos o terreno. Aí começaram os nossos sonhos. Joseíta passava as horas vagas fazendo as plantas da nossa futura casa.

Pago o empréstimo, surgiu a oportunidade de, através da Cooperativa Habitacional Marechal Bittencourt, entrarmos num lançamento na SQN 115, no Plano Piloto.

Compramos, na planta, um excelente apartamento de quatro quartos, com salão, dependências, garagem privativa etc... Após enormes sacrifícios financeiros conseguimos pagar a poupança. O restante seria financiado pelo BNH.

Durante este tempo, os sonhos da casa continuavam. Compramos mudas de árvores frutíferas que plantamos no terreno e, três vezes por semana, saíamos da SQN 103, onde morávamos, com água em camburôes para molhar as plantas da futura casa. Sonhar não faz mal, algum dia teríamos a nossa casa. Às vezes chegávamos ao terreno e, como decepção, víamos que algumas plantas estavam arrancadas.

Enquanto isso, o edifício ia subindo. Agora dividíamos nossas horas vagas em visitas entre o “meu apartamento” e a “futura casa de Joseíta”.

O trabalho na Rhodia era desgastante e Joseíta a conselho de um amigo que servia comigo no CIEx, resolveu fazer um concurso para, o PRODASEN (Processamento de Dados do Senado Federal). Passou no concurso. Quando tomou posse, deixou o trabalho de Promotora de Vendas da Rhodia.

Eu, no CIEx, estava muito satisfeito. O trabalho era bom e às vezes viajava.

As crianças cresciam com saúde e a vida seguia rotineiramente, sem altos nem baixos.

Em 1977, o apartamento ficou pronto. Para desespero meu e alegria de

Joseíta, o Banco do Brasil quis comprar dois prédios, dos quatro que a nossa Cooperativa havia construído. Resolvi vender o meu apartamento e assim fui incluído num dos edifícios que seriam colocados à venda. Na ocasião, o Banco do Brasil pagou um pouco mais de Cr$600.000,00 à vista e assumiu o restante da dívida junto à Caixa Econômica Federal.

Agora só nos restavam o terreno no Lago Norte, os Cr$600.000,00 e os sonhos da futura casa.

Eu não queria construir, pois já com quatro anos de Brasília, poderia ser transferido a qualquer momento.

Procuramos então uma casa, que caso não fosse do nosso total agrado, dentro das nossas possibilidades financeiras, pudéssemos reformar.

Encontramos uma, a nossa casa atual, menor do que é hoje. Demos ao proprietário, Sr. Valim, um grande amigo, o nosso terreno, avaliado em Cr$200.000.00, mais os Cr$600.000,00 que recebemos pela venda do ágio do apartamento e financiamos o restante, Cr$550.000,00, pelo BNH, em 15 anos.

Em agosto de 1977, realizávamos o sonho de termos uma casa em Brasília. Simples, mas nossa.

A reforma logo foi iniciada para que em dezembro nos mudássemos.

Mais uma vez os nossos planos foram modificados. Fui nomeado para o Comando do 16.° GAC, em São Leopoldo. Nem chegamos a morar na casa, a alugamos. O próprio aluguel era suficiente para pagar o BNH.

NO 16.° GAC

Em janeiro de 1978, partimos para uma nova vida, em São Leopoldo, RS. Agora, sem a gratificação de Gabinete e sem o salário de Joseíta, que ganhava tanto quanto eu.

A viagem foi o mesmo drama. O carro entupido de coisas de primeira necessidade, duas crianças, Joseíta, D. Celina, nossa empregada e Cherie. Pinguinho, o passarinho, já havia morrido.

Planejamos a viagem em quatro etapas.

A primeira foi Brasília-Ribeírão Preto. Aí aconteceu o primeiro problema. Cherie não podia ficar no hotel. As crianças choravam. A solução foi colocá-la num canil da Polícia Militar, o que foi feito sob protesto de todos. Após o jantar fomos visitá-la e a encontramos quase em estado de choque. A coitada, acostumada com todos os mimos da casa, quando se sentiu só, tendo nos canis vizinhos enormes cães pastores que latiam para ela o tempo todo, ficou tão apavorada que nem nos reconheceu. Solução encontrada: num calor de 35 graus, Joseíta vestiu um poncho de lã e sob ele, escondida, Cherie entrou, clandestinamente, no hotel. A cada hóspede que passava no corredor, tapávamos a boca da cachorrinha para que não latisse. Na manhã seguinte, a mesma cena se repetiria para retirar Cherie do hotel.

Na segunda etapa, paramos em São Paulo. A família foi para o hotel e eu fui para o DOI onde dormi com Cherie em meu quarto.

Na terceira etapa, dormimos num hotel à beira da estrada. No dia seguinte, como desejávamos conhecer Caxias do Sul, fomos obrigados também, por causa da Cherie, a dormir num dos melhores motéis da cidade, com cabanas isoladas, garagem etc.

No dia seguinte chegamos ao nosso novo lar, em São Leopoldo, RS. A casa do Comandante do l6.° Grupo de Artilharia de Campanha era uma casa muito boa, de esquina, com um lindo jardim, onde vivemos dois anos maravilhosos.

Parte das instalações do quartel eram de madeira e já bastante antigas. O pessoal excepcional, o material excelente, 95% das viaturas disponíveis, os obuseiros 155mm todos prontos para cumprirem a sua missão.

Sentia-me realizado como oficial do Exército no comando de uma Unidade da minha Arma, a Artilharia, minha preferida desde os tempos de ginásio.

O Grupo estava sempre “na ponta dos cascos”, a instrução ministrada com grande vigor e nos exercícios em campanha, com tiro real, só recebíamos elogios de nosso Comandante da Artilharia Divisionária.

Consegui trazer a família dos soldados para dentro do quartel. O Dia do Soldado, a data do aniversário do 16.° GAC, o Dia do Reservista, o Dia da Artilharia e a Data Magna da Pátria, eram comemorados com o quartel cheio de civis. Civis da comunidade, ex-soldados do Grupo, familiares de soldados etc. Nesses dias, depois da solenidade militar, cada uma das quatro Baterias recebia os seus convidados para um churrasco, seguido de uma discoteca. Nesse dia eu autorizava que servissem chope. Os oficiais cia Bateria estavam sempre atentos para evitar excessos no chope ou na discoteca. Nunca tive qualquer problema e ninguém passou dos limites.

À noite, nessas mesmas datas, recebíamos a comunidade civil e militar para um jantar.

Com os Sargentos e os Cabos de carreira também fazíamos reuniões, onde eles, com suas esposas, compareciam.

O Natal era uma festa, com Papai Noel, uma grande árvore de Natal e presentes para as crianças, seguido de uma festinha no Rancho do Grupo.

Dentre todas as festas que fazíamos, a mais emocionante, para mim, foi a do aniversário do Grupo, no meu último ano de Comando.

Divulgamos, através dos jornais das cidades próximas, um convite a todos os reservistas do 16.° GAC para que, nesse dia, viessem ao quartel “matar as saudades”.

Naquela manhã de 19 de setembro de 1979 começaram a chegar os antigos artilheiros. O quartel ficou cheio. Aconteceram as cenas mais emocionantes. Companheiros que serviram juntos há 46 anos, companheiros de turmas mais recentes, todos se abraçando, lembrando o seu tempo de soldado, alguns com lágrimas nos olhos.

Nesse dia cheguei cedo ao quartel. Levei, como sempre, minha mulher e minhas filhas, para participarem das festividades.

Quando chegamos ao portão de entrada, vi um senhor bem idoso que me parecia “perdido” naquele burburinho. Saltei do carro para auxiliá-lo. Nas suas mãos, um amarelado Certificado de Reservista atestava a sua passagem naquela Unidade Militar.

Travamos o seguinte diálogo:

— Bom dia, sou o Tenente-Coronei Ustra, Comandante do Grupo. O senhor veio para a nossa festa?

— Sim. Li o seu convite nas notícias militares do Correio do Povo, de Porto Alegre, e resolvi comparecer.

— Ótimo. O senhor não quer ir no carro comigo?

— Não, prefiro ir a pé. O senhor não deve saber, mas há 46 anos passados eu, como soldado, acampei aqui neste local, numa barraca, e auxiliei a levantar este Quartel. Eu vi este Quartel nascer. As vezes passava por aqui, primeiro com os meus filhos e depois com os meus netos. Há alguns meses atrás, estacionei o meu carro aqui perto e fotografei a entrada do Grupo. Depois desses 46 anos, esta é a primeira vez que vou pisar nesse solo. Prefiro, portanto, subir a pé esta colina.

— Pois eu vou com o senhor. Vamos os dois rememorar, juntos, os seus tempos de soldado.

Nesse dia o quartel foi deles. Eram mais de seiscentos. Cada um recebeu uma boina azul, a cor da Artilharia, com um distintivo do 16.° GAC. Entraram em forma e a festa foi deles. A solenidade foi presidida pelo ex-Comandante mais antigo presente, o General R1 Marcos Kruchin. O Hino Nacional e a Canção da Artilharia "explodiram" naqueles peitos vibrantes. Depois, como se o tempo não houvesse passado, eles, seguidos pela nossa tropa, desfilaram pelo quartel, com banda, e tudo o que tinham direito. A cadência, a princípio incerta, logo se tornou uniforme.

Terminada a solenidade militar, no Rancho dos Soldados, por ser o mais amplo, médicos, advogados, dentistas, engenheiros, economistas, militares, administradores de empresas, mecânicos, carpinteiros e operários das mais diversas profissões se acotovelavam para, entre um guaraná, um pastel e um cachorro quente, relembrar a sua vida na caserna.

No carnaval fizemos o "Bloco do 16", formado pelos oficiais e suas esposas. Brincávamos no Orfeu e no Ginástica, os melhores clubes da cidade.

O relacionamento entre a comunidade civil e o 16.° GAC foi o melhor possível.

No Grupo, éramos uma família. Oficiais, Sargentos, Cabos e Soldados. Para completar, o 16.° GAC foi o campeão nas Olimpíadas da 6.° Divisão de Exército.

São Leopoldo é uma cidade gostosa, limpa, com muitos descedentes de alemães, arborizada e toda florida. Está a 30 minutos de Porto Alegre.

Foram dois anos inesquecíveis, dos quais tenho as mais gratas lembranças. Anos excepcionais para mim, para minha mulher e para minhas filhas. Estas, que passaram os dois anos brincando no quartel, aprenderam, desde cedo, muito a respeito do Exército e, a exemplo dos seus pais, passaram, também, a amá-lo.

Além disso tudo, eu estava perto de Santa Maria e assim podia visitar os meus pais com muita freqüência.

Como tudo que é bom dura pouco, esses dois anos "voaram" e quando abri os olhos já estávamos voltando para Brasília, por mais quatro anos, até que partimos novamente, agora para o Uruguai.

De São Leopoldo ficaram as lembranças do Padre Réus; do Odilon, meu motorista e Vera; dos Cabos Rocha, Mentz, Kologeski e a turma do rancho; de Aloísio e Clara, Caminha e Débora, Braga e Cristina, Mourão e Betinha, Fernandão e Cida, Eugênio e Lô, Polly e Fátima, Zambrano e Olga, Dr. Ledo e Virgínia, Dr. Benjamin e Leda, Neori e Beatriz, Araújo e Silvana, Potrick e Tânia; do Py Luca, Cláudio, Pedro, Roldão, Aniceto, Custódio, Afonso; dos Grisa, dos Albrecht, dos Ritzel, dos Schneider, dos Rossi, dos Petry; do Juiz Sidnei Simon, dos Bins; do Dr. Athos, Sr. Gildo e Bernadete, Ribeiro Pires, Marisa Faller, Nair Rossetto, Celeste Borges, Zitelka e dos Aquicy; dos nossos vizinhos: Remi e Laurena, Rose e filhos, Otho Blessmann; do meu jornaleiro, do Nenê, da Revista Rua Grande, do Jornal Vale dos Sinos, do Orpheu, do Ginástica, do Clube do Espeto, do Grupo do Lyons e de muitos outros amigos.

A ORQUESTRAÇÃO

UM BRINQUEDO MACABRO?

Em um domingo à tarde, dia 5 de dezembro de 1971, eu descansava em minha residência, conversando com o "velho" Expedito, ouvindo os seus "casos" da época em que ele trabalhava como Segurança de Getúlio Vargas. Os outros três membros da equipe que dava proteção a mim e à minha família se divertiam com as aventuras do "Velho". Ele era um experimentado policial. Já fora da Polícia Federal, da Guarda Civil e agora era da Polícia Militar. Confiava demais no "Velho". Era um "cão de guarda", de longe "farejava" e sentia a presença de tudo que fosse estranho. Um grande policial e devotado amigo que sempre se expôs para proteger a mim e à minha família.

Pedro Expedito de Morais morreu já aposentado, como 1.° Sargento da PM de São Paulo.

Eram mais ou menos 16 horas quando o telefone tocou. O Oficial de Dia pedia a minha presença urgente. Acabara de haver um grande tiroteio na Rua Cardoso de Almeida, Bairro do Sumaré, entre a Polícia Militar e três terroristas.

Lembrei-me que na Reunião da Comunidade da última quarta-feira, eu pedira ao Chefe da 2a. Seção da Polícia Militar, que eles colocassem algumas barreiras nos prováveis locais de passagem dos terroristas. Conforme o combinado, após um estudo da Seção de Análise do DOI, escolhemos alguns locais críticos e indicamos as zonas de maior atuação terrorista para que a Polícia Militar montasse as barreiras.

O tíroteio que acabara de ocorrer fora fruto do atendimento da Polícia Militar ao pedido que fizéramos durante aquela reunião.

Imediatamente me dirigi ao local, tendo ao meu lado, com a metralhadora sempre pronta, o "Velho Expedito". Em poucos minutos me inteirei dos fatos.

J.M.B. (Cláudio, Castro ou Rafael) vinha com sua companheira e G.R. (Marcos) num Volks cheio de bombas de fabricação caseira. Em poder deles estava uma metralhadora INA e um revólver calibre 38.

Os três terroristas pertenciam à Ação Libertadora Nacional (ALN).

A companheira de "CLÁUDIO" era L.T, que usava os nomes falsos de Sueli Nunes e Nair Fava. Seus codinomes eram "BIA" e "MIRIAM".

Ao presentirem a barreira policial saíram do carro em direções diferentes, reagindo a tiros: "CLÁUDIO" morreu no local, "MARCOS" conseguiu fugir e "BIA" foi ferida com um tiro na cabeça. Dois PM também foram feridos no tiroteio.

Quando cheguei encontrei "BIA" em estado de choque.

Providenciamos o seu internamento no Hospital das Clínicas, onde foi operada com sucesso.

Após a alta "BIA" veio presa para o DOI, onde convalesceu. Estava muito abalada com a morte do seu companheiro a quem amava muito. Contra ela pesavam as acusações de assalto ao Supermercado Morita, na Rua Oratório; assalto ao Supermercado Utilbraz, na Rua Clodomiro Amazonas assalto ao restaurante Hungaria, na Rua Oscar Freire e levantamentos para assaltos.

Tempos depois. "BIA" me chamou à sua cela para me dizer que suspeitava estar grávida. Imediatamente reagi indignado, afirmando que isso era impossível: conhecia muito bem meus subordinados e confiava neles. Caso um crime desses tivesse ocorrido eu seria o primeiro a saber e o responsável já estaria severamente punido.

Minha reação era normal, já que a esquerda sempre nos imputava esse crime, o de violentar pessoas presas.

"BIA", espantada com a minha reação respondeu:

— Não, Major, se eu estiver grávida, o filho é do meu companheiro "CLÁUDIO".

Imediatamente chamei um médico que pediu os exames necessários, os quais atestaram a sua gravidez. "BIA" estava contente e dizia que gostaria que a criança fosse um menino para ter o mesmo nome do pai.

Entrei em contato com a família dela, que morava no Rio. Seu irmão era médico. "BIA" comunicou-lhe que estava esperando um filho.

A partir desse dia passamos a levá-la, com escolta, porque sempre havia possibilidades de uma tentativa de resgate, ao Hospital das Clínicas para fazer o pré-natal, permanecendo presa no DOI.

“BIA” E SUAS AMIGAS

Em 25 de janeiro de 1972 o DOPS prendeu no Rio de Janeiro, D.T.M, nissei, que usava os nomes falsos de Luciana Sayori Shindo, Áurea Tinoco Endo e os codinomes de “CRISTINA” e “LIA”.

“CRISTINA” se deslocara para o Rio a mando de Y.X.P (BIG), para cobrir um ponto com E.P.F (Nelson). Enquanto esperava “NELSON”, na Rua Ataulfo de Paiva, Leblon, foi presa.

“CRISTINA” havia feito um Curso de Guerrilha em Cuba, durante um ano e três meses, e pertencia ao Setor de inteligência da ALN. Ainda não participara de nenhuma ação armada. Logo em seguida, foi encaminhada, pelos Órgãos de Segurança, a São Paulo.

No início de 1972, tirei uns dias de férias e com a família fui até Santa Maria, RS, visitar os meus pais e irmãos que, até hoje residem naquela cidade. Quando chegava em Santa Maria, rememorava os meus tempos de infância. Revia os amigos e matava as saudades. Passeava pela Dr. Bozano, pela Avenida Rio Branco e pela Rua do Acampamento. Sentava nos bancos da Praça Saldanha Marinho e visitava o Regimento Mallet, onde servira como Aspirante. Tomava chimarrão com meu pai, ocasião em que ele contava para Patrícia estórias dos seus cachorros “Corrente”, “Rompe Ferro” e “Fura Parede”. Não deixava de ir com a minha mãe ao Santuário de Nossa Senhora Medianeira. Sempre tirava um tempinho para saborear um galeto no Vera Cruz.

Orgulho-me de ser um filho de Santa Maria e sempre que possível vou até lá, no mínimo uma vez por ano.

Quando retornei das férias encontrei três novas presas: E.P.M.S, M.A.A e M.K.

E.P.M.S usava os nomes falsos de Jandira Pereira Carnaúba, Lúcia Albuquerque Vieira, Maria Teresa Conde Sandoval. Seus codinomes eram “JOANA”. “KÁTIA” e “ESTELA”. Contra elas pesavam as seguintes acusações: assalto ao Posto do Ministério do Trabalho, na Água Branca, SP,

assalto ao Supermercado Morita, na Avenida Indianópolis, assalto ao Restaurante Hungaria, na Rua Oscar Freire/SP; levantamentos para assaltos, atentados, além de roubo de carros.

Em 18 de janeiro de 1972, quando descobrimos o “aparelho” de “JOANA”, ela resistiu a tiros. No combate levou um tiro de raspão na cabeça, quando tentava pular um muro para fugir. Caiu de costas. Não se sabe se em virtude do tiro, ou da queda, ficou sem comando em um dos pés. “JOANA” era uma carioquinha de olhos verdes, muito jovem e bonita. Era casada com outro militante que fora banido do país.

Levamos “JOANA” para o Hospital das Clínicas, onde foi tratada. Depois, diariamente, uma Equipe a conduzia àquele Hospital para tratamento fisioterápico. Foi-lhe recomendado que caminhasse muito. Diariamente, era retirada da cela para caminhar, ora amparada por um membro do DOI, por uma companheira e às vezes por mim.

M.A.A (Lila ou Inês) era a outra presa da ALN que encontrei quando voltei das ferias. Fora presa em 27 de fevereiro de 1972. Era acusada de tentativa de colocação de uma bomba no Mappin, roubo de veículos, levantamento para assaltos e atentados, panfletagem armada e pichações.

M.K era a outra presa que convivia na cela com “BIA”, “CRISTINA”, “JOANA” e “LILA”. Não possuía nomes falsos. Seus codinomes eram “SHIRUCA”, “ISA”, “MIRA”, “LÚCIA” ou “Dl”. Foi presa em 23 de fevereiro de 1972. Pesavam contra ela as seguintes ações: atentado a bomha na Sears, Água Branca; panfletagem armada; roubo de placas de carros; levantamento para assaltos e atentados.

Absorvido com os problemas do DOI, pouco tempo restava para a família. Diligências, relatórios e reuniões me levavam a estar permanentemente em contato com os problemas que ocorriam no serviço.

Os fins de semana, quando podia, dedicava à família. Ia com Joseíta e Patrícia, agora com três anos, a um parquinho de diversões. Enquanto Patrícia se divertia nos brinquedos, Joseíta atirava com espingarda de rolha e, como tinha boa pontaria, ganhava de brinde muitos maços de cigarros.

Na volta para casa, sempre preocupado, passava pelo DOI, para ver o andamento do serviço.

A nossa ida até lá era ótima para Patrícia. Ela brincava com o Cabeção e a

Neguinha, cachorros mascotes do Destacamento, corria pelo pátio, passava de colo em colo.

Para os meus comandados a presença delas naquele Órgão era um absurdo, pois eu estava contrariando as medidas de segurança. Quando chegávamos, alguns presos estavam no pátio tomando banho de sol. Eles poderiam informar às suas Organizações que aos domingos costumava ir ao DOI acompanhado da família. Este era um dado muito importante caso eles tentassem nos seqüestrar.

Em um destes fins de semana chegamos ao DOI. “BIA”, “CRISTINA”, “LILA” e “SHIRUCA” tomavam banho de sol e escutavam música, enquanto “JOANA” fazia seus exercícios diários, amparada por um membro do Destacamento. Eu havia recebido os resultados dos exames de “BIA” e comentara com minha mulher que uma das presas estava grávida. Joseíta, como sempre sentimental e romântica, havia se emocionado muito. Imaginava “BIA” sofrendo com a morte do companheiro e sem o apoio da família, que morava no Rio. Insistia comigo para que a deixasse falar com ela. Eu relutava, apesar de que no fundo pensava ser uma coisa boa. Neste dia, ante a insistência de Joseíta apresentei-a, juntamente com Patrícia, às cinco presas.

Tínhamos no carro muitos maços de cigarros, ganhos no parquinho. Minha mulher ofereceu-os a elas que em princípio relutaram em aceitar. Conversaram um pouco e fomos embora.

Em outros fins de semana a cena se repetiria e assim, aos poucos, foi-se iniciando um relacionamento em princípio frio e depois muito cordial. Nas conversas que mantinham não tratavam de política, de ideologias ou de recuperação. Apenas havia um sentimento de apoio, como se fossem vizinhas, separadas por um muro que não as impedia de dialogar.

A presença de Joseíta e de Patrícia se tornou uma rotina para aquelas presas. Contavam com elas e, no horário do banho de sol, passeavam pelo pátio. Essas moças não somente aceitavam, como reclamavam a presença delas. Vieram as aulas de tricô para fazer o enxoval do bebê de “BIA”, as aulas de crochê onde eram feitas blusas para uso das cinco. Enquanto Joseíta trabalhava com umas, ensinando-lhes também tapeçaria, as outras que não gostavam de trabalhos manuais brincavam com Patrícia Ela era o ponto alto, gordinha, bonitinha, correndo pelo pátio, preenchendo as horas solitárias daquelas jovens.

Aos poucos, confiança adquirida de ambos os lados, respeitadas as medidas de segurança, começaram as confidencias.

“BIA” falava do seu marido “CLÁUDIO”, do seu “aparelho” simples, mas com conforto, das cortinas de xadrez nas janelas, enfim, do seu lar.

“JOANA” lembrava o marido, exilado no Chile, sem notícias, cheia de saudades.

“CRISTINA” falava de sua vida de dificuldades quando fora fazer o curso em Cuba.

“LILA” e “SHIRUCA”, de suas famílias, de seus planos para o futuro.

D. Celina, nossa empregada, já preparava nos domingos, sempre alguma coisa gostosa, uma torta, um bolo, às vezes, salgadinhos.

Assim, o tempo ia passando e a barriga de “BIA” crescendo.

Patrícia, às vezes sozinha, vinha para DOI e então aquelas jovens dedicavam-se totalmente a ela. Brincavam de roda, contavam estórias e quando o tempo de permanência fora da cela acabava, pediam que deixassem minha filha mais um pouco com elas, o que eu fazia com toda a tranqüilidade. Patrícia gostava delas e elas tratavam muito bem minha filha. Não haviam gritos de horror e elas não eram torturadas como afirma Moacir Oliveira Filho em seu artigo “BRINQUEDO MACRABRO”. Eu não via nenhum inconveniente que elas tivessem ao seu lado a minha filha que se divertia e as divertia com as suas brincadeiras.

Todas já tinham sido interrogadas, já haviam passado pelo DOPS. Chegara a hora de mandá-las para o Presídio Tiradentes, onde aguardariam o julgamento,

“BIA”, no entanto, pediu que a mantivéssemos no DOI, pois tinha certeza de que ali continuaria a ser bem tratada, a fazer o seu pré-natal. Sabia que no DOI teria toda a assistência até o momento do nascimento de seu filho. Cedi, deixaria que permanecesse até o nascimento da criança. As outras iriam para o Presídio.

Entretanto, “JOANA”, “CRISTINA”, “LILA” e “SHIRUCA” pediram para continuar, fazendo companhia a “BIA”.

Levando em conta mais o coração do que a razão, contrariando alguns de meus subordinados, levei a situação à consideração de meus chefes imediatos. Eles permitiram a permanência daquelas cinco presas nas nossas dependências até o nascimento da criança, quando então seriam todas transferidas para o Presídio.

O nosso relacionamento era cada vez melhor. Fazíamos festinhas em seus aniversários. Elas participavam de nossas comemorações e, muitas vezes, almoçávamos juntos no rancho.

“BIA” além do que recebia dos seus familiares, preparava, junto com as outras presas, o enxoval e eu fiz uma lista entre os integrantes do DOI. Com o que arrecadamos compramos um presente para a criança.

Finalmente chegara o dia. “BIA” teve, no Hospital das Clínicas, o seu filho.

Era um menino moreno e forte. Mandamos flores, fomos visitá-la e partilhamos da sua felicidade.

Nós, os “assassinos”, “estupradores de mulheres”; nós que “obrigávamos as presas a atos libidinosos”; que “arrancávamos as unhas dos presos”; que “torturávamos os pais na frente de criancinhas”; que “provocávamos abortos em mulheres”; nós, “os monstros”, havíamos, durante oito meses compartilhado da espera do filho de “BIA”, dando-lhe toda a assistência pré-natal, e do tratamento de “JOANA”. Nós tínhamos infrigido normas para manter juntas aquelas cinco jovens que o destino colocara em nossas mãos e que preferiram ficar no DOI até o nascimento da criança.

No dia 5 de setembro de 1972, todas elas foram apresentadas ao Presídio Tiradentes, com o seguinte Ofício:

“*MINISTÉRIO DO EXÉRCITO — II EXÉRCITO — QUARTEL-GENERAL — CODI/II EX — DOI — São Paulo — SP — OFÍCIO N.° 574/72-E/2-DOI. Em 05 de setembro de 1972 — Do Chefe da 2a. Sec/II Exército — Ao Sr Dir de Recolhimento de Presos Tiradentes. Assunto: Solicitação*

1. O Exmo Sr. Gen Chefe do Estado-Maior do II Exército, Chefe do Centro de Operações de Defesa Interna, incumbiu-me de, conforme entendimentos verbais mantidos entre o Comandante do DOI/CODI/II EX e esse Diretor, solicitar-vos que as presas abaixo, ora apresentadas, sejam recolhidas em uma mesma cela, possibilitando, dessa forma, que seja por elas mesmas prestada assistência à L.T, a qual se encontra, ainda, em estado de convalescença por ter dado à luz recentemente:

a. M.A.A;
b. M.K;
c. E.P.M.S;
d. D.T.M;
e. L.T.

2. Na oportunidade, apresento-vos protestos de consideração. (Ass) Flavio Hugo Lima da Rocha — Cel — Chefe da 2a. Sec/II Exército — Por Delegação: Carlos Alberto Brilhante Ustra — Maj — Cmt do Destacamento de Operações de Informações.”

Concluindo o episódio narrado neste capítulo é transcrito o artigo publicado na imprensa, logo após as acusações da Deputada Bete Mendes. O autor, Senhor

Moacyr de Oliveira Filho, é o atual Diretor do Departamento de Turismo (DETUR), do Distrito Federal.

BRINQUEDO MACABRO

MOACYR O. FILHO
Editor de Política

"A atitude do presidente José Sarney, mandando demitir das funções de adido militar da embaixada brasileira no Uruguai, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, não pode, em hipótese alguma, ser encarada como revanchismo. Ao contrário, foi uma medida justa e coerente.

O coronel Ustra foi durante a maior parte dos anos 70 o comandante da tristemente célebre Operação Bandeirantes, oficialmente conhecida como DOI-CODI do Exército, onde atendia pelo nome de guerra de "Dr. Tibiricá". Como chefe da OBAN, Ustra na época ainda major, foi diretamente responsável por toda sorte de violências, torturas, seqüestros, "desaparecimentos" e assassinatos ocorridos naquela dependência militar nos chamados "anos negros da repressão". Por isso mesmo, ele encabeça a maioria das listas de torturadores divulgadas, nos últimos anos, pelos Comitês de Anistia e é o 18.° nome da relação recentemente apresentada ao Congresso Nacional pelo deputado José Genoíno (PT-SP).

Por mais que se interprete que a anistia tenha o mágico dom de apagar o passado, a mesma anistia não pode ser lembrada para manter em postos de confiança da Nova República figuras tão comprometidas com o que de mais tenebroso ocorreu no Brasil dos anos 70.

Segundo a deputada Bete Mendes, o coronel Ustra passou a maior parte do tempo em que estiveram, por ironia do destino, oficialmente convivendo no Uruguai, tentando justificar os seus atos, alegando que estava cumprindo ordens. Sem dúvida, isso é verdade. Ustra cumpria ordens superiores e, diga-se de passagem, muito bem cumpridas. Como comandante do DOI-CODI ele era exímio na arte de torturar presos políticos.

Mais do que isso, demonstrava uma tranqüilidade e uma adaptação total àquele ambiente de terror que, freqüentemente, levava para o seu local de

trabalho sua própria filha, na época, uma menina com não mais do que 5 anos de idade.

Eu mesmo tive o desprazer de ser seu "hóspede" por algumas semanas, em 1972, e, embora não tenha sido torturado por ele, conheci de perto suas salas de horrores.

Uma das imagens que mais me marcaram durante minha passagem por lá foi, sem dúvida, as cenas de sua filha, passando tardes quase que inteiras, brincando na cela coletiva das mulheres na carceragem da Rua Tutóia, muitas delas recém-saídas da tortura.

Uma pessoa que levava sua própria filha para um centro de torturas, não pode alegar que não sabia o que estava fazendo."

O Senhor Moacyr O. Filho tem todo o direito de opinar a respeito de assuntos tão contraditórios. Entretanto, como ele teve a hombridade de admitir que durante a sua permanência no DOI não foi torturado por mim, só posso crer que quando escreveu "Brinquedo Macabro" não avaliou que além de atingir aquelas presas, a maior prejudicada poderia ser uma adolescente com 15 anos.

Por sorte, as lembranças que minha filha tem do DOI e daquelas moças são muito boas. Lá, brincando e tomando sol no pátio do Destacamento, com "Joana", "Cristina", "Bia", "Shíruca" e "Lila" e, até mesmo passando alguns momentos com elas na cela, elas se divertiam.

Seria possível que presas recém-torturadas tivessem um relacionamento tão bom com a filha de seu torturador?

AEROPORTO I

"O Coronel Brilhante Ustra não foi punido, mas, segundo fontes militares, está marcado e não será mais promovido. Seu temperamento agressivo e a fama de temperamental são conhecidos nos meios militares, até mesmo pelo Ministro Leônidas Pires Gonçalves, com quem tem relações de amizade. E nenhum oficial razoavelmente informado desconhece que Brilhante Ustra foi torturador em São Paulo. Um outro episódio de que participou o Cel Brilhante Ustra, então Tenente-Coronel, foi quando servia no Gabinete do ex-Minístro do Exército, General Silvio Frota, que articulava um golpe contra a abertura política iniciada pelo ex-presidente Geisel.

Após ser demitido por Geisel, Frota voltou para o Ministério do Exército e convocou todos os Generais Comandantes de Exércitos a Brasília, com o objetivo de convencê-los a enfrentar a decisão do Presidente da República. E um dos organizadores dessa estratégia foi o Coronel Brilhante Ustra. O General Hugo Abreu, então Chefe do Gabinete Militar, antecipou-se e foi para o aeroporto, conseguindo levar todos os Comandantes de Exércitos à presença de Geisel e todos acabaram prestando solidariedade ao Presidente. Mas o Coronel Ustra, agressivo no cumprimento da determinação de Frota, ainda tentou levar à força para o gabinete de Frota o General Dilermando Monteiro, então Comandante do II Exército."

(Transcrito de "O Estado de São Paulo" — setembro/85)

AEROPORTO II

Recordo-me, perfeitamente, dos fatos ocorridos no dia 12 de outubro de 1977. Nesse feriado, planejara ir com Joseíta, Patrícia e Renata ao Clube do Exército.

Bem cedo, no entanto, nossos planos mudaram.

Por telefone, o Oficial de Permanência me comunicou que todos os integrantes do Centro de Informações do Exército (CIEx), órgão do Gabinete do Ministro, estavam sendo chamados para que se apresentassem com a máxima urgência naquele Centro.

Havia alguma coisa no ar, mas não sabíamos o que estava ocorrendo.

Eu, desde 20 de dezembro de 1974, exercia as funções de Chefe da Seção de Operações do CIEx.

Conhecia o Ministro do Exército, General Sylvio Frotta, um homem puro, bom, simples e honesto. Tinha e ainda tenho por ele grande admiração.

Trabalhávamos distantes. Ele no Quartel-General do Exército, no Setor Militar Urbano, e eu na Esplanada dos Ministérios. Não era, portanto, seu assessor direto.

Ao chegar ao CIEx soubemos que o General Frotta havia convocado uma reunião do Alto Comando do Exército para aquela dia.

Os boatos eram muitos e corriam de boca em boca.

Recebi do meu Chefe, General Antônio da Silva Campos, um dos homens mais respeitados no Exército, ex-combatente da FEB, a missão de me deslocar, com a minha equipe, para o Aeroporto de Brasília, com a finalidade de dar segurança aos Generais que viriam para a reunião no Quartel-General do Exército (QGEx).

O primeiro a chegar foi o General Dilermando Gomes Monteiro, então Comandante do II Exército. Fui até a pista, me apresentei e disse-lhe que estava ali para conduzi-lo até o QGEx, onde o Alto Comando se reuniria.

Nesse momento, o Tenente-Coronel Quijano, da Arma de Engenharia, que servia na\Presidência da Kepública, aproximou-se, apresentou-se ao General Dilermando e conversou com ele. Eu aguardei um pouco distante.

Em seguida, o Cmt do II Exército dirigindo-se a mim disse: — Ustra, diga ao Frotta que vou atender ao chamado do Presidente da República e que, depois ligo para ele.

Respondi-lhe:

— Perfeitamente General.

O General Dilermando, acompanhado do Tenente-Coronel Quijano e de seus assessores, partiu para o Palácio.

Fui a telefone, liguei para o General Campos, e transmiti o recado do General Dilermando. O General Campos respondeu que estava tudo bem e determinou que eu continuasse no Aeroporto com a mesma missão, a de dar segurança aos nossos Generais.

Posteriormente, foi a vez do General Arnaldo Calderari que, procedendo de maneira idêntica à do General Dilermando, seguiu acompanhado do seu genro, o então Tenente-Coronel Antônio Augusto Pinto de Almeida Manso, para o Palácio do Planalto.

Assim, sucessivamente, chegaram os membros do Alto Comando que estavam ausentes de Brasília. Todos eles atenderam ao chamado do Presidente da República.

Depois que o último deles chegou, retornei ao ClEx e comuniquei ao General Campos que a minha missão estava cumprida.

O General Sylvio Frotta, assim como o General Antônio da Silva Campos, sempre foram considerados exemplos de honestidade, de honradez e de dignidade. Homens que seriam incapazes de me transmitir uma ordem absurda, como a de seqüestrar membros do Alto Comando.

Eu, que sempre me destaquei, em toda a minha carreira, como um militar disciplinado e leal aos meus chefes jamais tomaria a iniciativa de tentar seqüêstrar aqueles Generais.

Quem conhece um mínimo a respeito da nossa vida na caserna, sabe que um General do Exército Brasileiro jamais aceitaria, passivamente, um ato de tamanha indisciplina. Portanto, se tais fatos tivessem ocorrido conforme narra a imprensa, eu teria sido punido com a maior severidade e, talvez, submetido a um Conselho de Justificação.

O que a imprensa tem publicado a respeito desse episódio, apresentando-me como "um dos organizadores desta estratégia", como um "insubordinado, agressivo e temperamental", atinge a meu ver, mais os nossos próprios chefes militares. O Exército estaria irremediavelmente perdido caso estes Generais de quatro estrelas, que ocupavam os mais altos cargos dentro de nossa hierarquia,

admitissem a atitude “agressiva e intempestiva” de um simples Tenente-Coronel.

Como mais uma prova da minha atitude correta perante todos esses Generais, o novo Ministro do Exército, General Fernando Belfort Bethlem, me reconduziu às mesmas funções que exercia no CIEx. Delas só me afastei em 31 de dezembro de 1977 porque chegara o momento de comandar. Fui distinguido, pelo General Bethlem, com um dos melhores comandos da Artilharia, um Grupo de 155mm, o 16.° GAC, sediado na cidade de São Leopoldo/RS.

Alguns articulistas vêm tentando, há mais de dez anos, primeiro esporadicamente, depois freqüentemente, mostrar-me ao público como um militar insubordinado, temperamental e agressivo. Como um homem cruel e sem sentimentos.

Paulo Moreira Leite, editor de Assuntos Nacionais da “Veja”, na edição de 8 de outubro de 1986, quando me idêntica como “chefe de uma equipe de torturadores do DOI-CODI de São Paulo”, diz: “Prosseguindo na carreira militar, Ustra pode até receber a patente de General — mas a sua folha corrida será examinada na hora da promoção”.

Na realidade, serão examinadas as minhas Folhas de Alterações. No Exército, todos nós temos uma espécie de livro, em folhas amovíveis, onde está anotado todo o histórico de nossa vida militar como: promoções, medalhas, transferências, tempo de serviço, gratificações, punições, conceitos em cursos, elogios etc...

Nos meus trinta e oito anos de serviço consta nessas Folhas de Alterações somente uma punição, ainda como Cadete, que foi a seguinte: “Em 4 de dezembro de 1953, foi repreendido por não ter o cuidado necessário com o armamento a ele distribuído, deixando que o mesmo se avariasse numa queda. Transgressão leve”.

Coloco à disposição da imprensa as minhas Folhas de Alterações para que vejam nos cinqüenta e nove elogios que tive ao longo de minha carreira, que a imagem que certos membros da imprensa tentam, com tanta avidez, vender ao público é totalmente diferente da que o Exército, através dos meus diversos comandantes, faz a meu respeito.

Nestas Folhas de Alterações, sou elogiado entre outros requisitos como:

Oficial de elevadas qualidades morais, excepcionais qualidades de caráter, educado, humano, de fino trato, de tranqüilidade interior absoluta, responsável, leal, coerente em meus procedimentos, acendrado espírito de dever equilibrado, disciplinado e pautando minha conduta na subordinação e respeito aos superiores.

O SEQÜESTRO DOS URUGUAIOS

"O Coronel Brilhante Ustra é apenas um dos torturadores de presos políticos que o útimo governo brasileiro providencialmente destacou para embaixadas brasileiras, como adidos militares no exterior". O comentário é do Conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Jair Krischke, que já havia denunciado este procedimento do governo Figueiredo. Jair Krischke também denunciou o coronel Brilhante Ustra como um dos militares e policiais brasileiros que colaboraram com colegas seus uruguaios quando do seqüestro de Lilian Celiberti e Universindo Diaz, em novembro de 1978, em Porto Alegre.

Em novembro de 1978, Brilhante Ustra comandava uma unidade militar em São Leopoldo. Conforme depoimento de Altamiro Silva Reis, irmão de Marco Aurélio Silva Reis — diretor do DOPS na época — o coronel Átila Rohrzetzer, chefe do Departamento Central de Investigações, Órgão da Secretaria de Segurança mas com ligações com o Serviço de Informações do Exército, foi quem comandou a operação do seqüestro.

"Átila Hohrzetzer era muito amigo de Brilhante Ustra", observa Krischke, dizendo ter razões de sobra para acreditar que o coronel hoje denunciado pela deputada Bete Mendes tenha participado do seqüestro de Lilian e Universindo, possivelmente usando o codinome de major Tibiriçá.

(Transcrito do Jornal "Zero Hora", Porto Alegre, 20 Ago 85)

Em 1983, eu servia no Estado-Maior do Exército, em Brasília. De acordo com a minha antigüidade no posto de Coronel entrei na faixa dos oficiais que seriam submetidos à apreciação para uma missão no exterior.

Existe uma Portaria Ministerial que regula a seleção de todos os candidatos que vão representar o nosso Exército em outros países. São quesitos básicos para contagem de pontos:

Tempo como Oficial de Estado-Maior

Entrei para a Escola de Estado-Maior, ainda como Capitão, quando a maioria faz Estado-Maior já como Major.

2. Organizações onde serviu como Oficial de Estado-Maior

Servi, sempre, em Unidades que contavam muitos pontos.

3. Vivência no Território Nacional

Servi em quatro dos seis comandos existentes na época.

4. Instrutor

Fui instrutor da Escola Nacional de Informações (EsNI), por um ano.

5. Condecorações

Tenho as três condecorações do Exército para as quais são atribuídos pontos:

a) Medalha do Pacificador com Palma (pelo cumprimento do dever com risco de vida);

b) Ordem do Mérito Militar (Grau Oficial);

c) Medalha Militar de Ouro (30 anos de serviço).

6. Comando

Comandei o 16.° GAC em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul de Jan de 1978 a Jan de 1980.

7. Arregimentação

Possuo mais de oito anos de arregimentação como Oficial Superior.

Quando o Estado-Maior fez a seleção entre mais de 50 candidatos, de acordo com o número de pontos, eu estava em 3.° lugar.

Portanto, não é verdade que tenham me designado para representar o nosso Exército no Uruguai como recompensa pelos meus serviços prestados no DOI. O que certos setores da esquerda propalam a este respeito é falso. Todas as seleções que o Estado-Maior realiza são muito sérias. São avaliados todos os quesitos constantes da Portaria Ministerial. Ainda de acordo com essa Portaria, o Estado-Maior indica para o Ministro do Exército, com base neste método seletivo, três nomes para cada vaga existente,

Na ocasião, iriam vagar as aditâncias do Peru, Equador, Portugal, Itália e Uruguai. O Estado-Maior do Exército enviou ao Ministro os 15 primeiros nomes selecionados nesta contagem de pontos, onde eu ocupava o terceiro lugar.

O que a esquerda radical, por revanchismo, não se conforma até hoje, é que o Ministro Walter Pires tenha me escolhido entre os cinco a serem nomeados e que o Presidente João Figueiredo tenha referendado esta escolha. Na realidade, nenhuma dessas duas autoridades se deixou pressionar pela orquestração esquerdista.

Logo após ter assumido as minhas funções no Uruguai, o senhor Jair

Krischke, Conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos, durante o Jornal Nacional da Rede Globo, no horário reservado às notícias do Rio Grande do Sul, aventou a hipótese de minha participação no “seqüestro” dos uruguaios Lilian Celiberti e Universindo Dias. A imprensa fez ampla divulgação da notícia.

Para me acusar Jair Krischke usou dos seguintes argumentos:

1.° — Eu comandara o DOI/CODI/II Exército;

2.° — Era amigo do Delegado Pedro Carlos Seelig que, segundo ele, participara deste “seqüestro”;

3.° — Era amigo do Cel Átila Rohrsertzer que, também, segundo ele, estava envolvido;

4.° — Eu comandava o 16.° GAC, em São Leopoldo, que estava muito próximo de Porto Alegre.

Realmente eu comandei o DOI/CODI/II Ex, sou amigo do Delegado Pedro Carlos Seelig e do Cel Atila Rohrsetzer e na ocasião comandava o 16.° GAC. Porém não participei desse alegado seqüestro: dele só tomei conhecimento através da imprensa. Jamais vi, ou estive em contato com Lilian Celiberti e Universindo Dias.

Não seria leviandade do Conselheiro de um Movimento que defende os Direitos Humanos caluniar uma pessoa baseado apenas naqueles quatro argumentos, declarando ao país inteiro ter razões de sobra para acreditar que eu participara daquele “seqüestro”?

Quem hoje, nesta país, não acredita que eu, de fato, tenha participado “daquela ação”?

Creio que esse Conselheiro guando fez esse escândalo, mais para se promover, não pensou que ao me caluniar estava, também, atingindo toda uma família.

Onde estão, Sr. Jair Krischke. os Direitos Humanos da minha esposa, das minhas filhas e dos meus demais parentes? E eu, também não tenho os meus Direitos Humanos respeitados pelo seu Movimento?

Ou a calúnia não viola os Direitos Humanos?

BETE MENDES
A “ROSA” NA VAR-PALMARES

HISTÓRICO DA VAR-PALMARES

A VAR-PALMARES resultou da fusão das Organizações Terroristas VPR e COLINA, em reunião realizada em fins de junho e início de julho de 1969, quando foi eleita a sua primeira direção, assim constituída: A.R.E. (Lino). CARLOS LAMARCA, e C.S,R. (Matos) pela ex-VPR. C.F.P.A. (Max), J.G.B. (Juvenal) e M.C.B. (Lia) pelo ex-COLINA. Naquela reunião se decidiu pela realização de um Congresso. que teria como principal objetivo ratificar essa fusão.

Com a finalidade de solidificar a fusão e obter os recursos financeiros para o novo grupo que surgia, foi planejado e executado, no dia 18 Jul 69, o roubo de um cofre da residência de Ana Capriglione, em Santa Teresa/RJ, passando esse fato a ser conhecido como “A GRANDE ACÃO”

Na realidade, planejava-se realizar o roubo de dois cofres, ambos da mesma origem. Para tanto, necessário se fazia uma ação intermediária, que fornecesse fundos para “A grande ação”. O assalto ao Banco Aliança (Agência Muda/RJ) em 11 de julho atenderia a essa finalidade. Entretanto, a pequena quantia obtida — Cr$17.000,OO —, tornou imperiosa a modificação do planejamento inicial, optando a organização pelo roubo de um único cofre, que rendeu a quantia aproximada de 2.000.000 dólares.

Posteriormente, no início de setembro, realizou-se em Teresópolis o Congresso que ratificaria a fusão, terminando em sua primeira fase com o chamado “Racha dos 7”, seguidos mais tarde por outros dissidentes, dando fim à precária união da VPR com o COLINA

Esse “racha” foi uma conseqüência de duas posições antagônicas que se manifestaram durante o Congresso. De um lado, aqueles que superestimavam o papel da “Coluna Guerrilheira”, se aproximando consideravelmente das teorias foquistas; do outro lado, se colocavam aqueles que sustentavam ser a classe operária a dirigente da revolução, desde o início, havendo, em conseqüência, a necessidade de se organizar, desde logo, o proletariado. Essas divergências provocaram animosidade entre os grupos, particularmente na hora da partilha dos recursos financeiros e armamento, que ficou em sua grande maioria em

poder dos dissidentes (VPR).

O “racha” se baseou em conflito de ordem política e doutrinária. Os dissidentes negando o trabalho de massa e atribuindo máxima importância à coluna guerrilheira, enquanto os demais consideravam como fundamental a organização das massas.

Configurado o “racha”! seguiu-se a 2a. fase do Congresso sem a presença dos dissideníte s, sendo eleita a segunda direção da VAR-PALMARES, assim constituída: A.R.E. (Lino), C.A.S.F. (Breno), C.F.P.A. (Max), J.E.S.D. (Hugo), M.J.S. (Loiola). Posteriormente, com a prisão de A.R.E. (Lino), foi cooptado C.J.C. (Aldo).

Paralelamente a esse primeiro Congresso, um reduzido grupo de militantes iniciou um movimento de crítica às concepções foquistas. Não conseguindo sensibilizar a direção da VAR, no sentido de discutir suas posições, esse grupo resolveu dela se separar, formalizando em 15 Nov 69, através de um documento intitulado “Carta berta à Direção”, o seu afastamento, constituindo-se como organização independente e se autodenominando DISSIDÊNCIA VAR-PALMARES (DVP). Esse grupo era composto por A.H.L. (Ricardo), C.V.H.L. (Joana), M.B.R. (Emiliano), S.L.O. (Neide).

Ainda em 1969 e durante o ano de 1970. a VAR-PALMARES realizou diversas reuniões de seu Comando Nacional (Out/Nov 69 na Guanabara; Dez 69/Jan 70 em Guarapari/ES; Fev/Mar 70 em Araruama/RJ; Mai 70 em Curitiba) e Reuniões Preparatórias ao 2° Congresso, iniciado em Recife/PE, durante o mês de fevereiro de 1971, e concluído em Teresópolis em julho do mesmo ano, sendo eleito durante a 1a. fase um Comando Provisório, composto por M.J.S. (Loiola), C.A.S.F. (Breno) e J.A.L. (Ciro).

Com as quedas que constantemente ocorreram durante os anos de 70 e 71, dificultando inclusive a realização de seu 2.° Congresso, a VAR-PALMARES praticamente se desbaratou como Organização, retraindo em suas atividades e realizando contatos com outros grupos visando a uma possível fusão.

Apesar de, no final de 1971, já se encontrar em vias de extinção, ainda se manteve em atividade durante 72 e 73, sofrendo um sério abalo em outubro deste último ano, após um acidente automobilístico que causou a morte de seu dirigente J.A.L. (Ciro).

LINHA POLÍTICA DA VAR-PALMARES

A Linha Política da VAR-PALMARES foi definida no documento "PROGRAMA" de setembro de 1969, elaborado por ocasião de seu primeiro Congresso, que tinha como objetivo consolidar a fusão VPR-COLINA e eleger o seu Comando Nacional.

Segundo a VAR-PALMARES, conforme consta do documento citado acima, "O Objetivo da Revolução Brasileira é a conquista do poder político pelo proletariado, com a destruição do poder burguês que explora e deprime as massas trabalhadoras. Este objetivo, resultado da Guerrilha Revolucionária de Classe, será concretizado com a formação do Estado Socialista, dirigido pelo Governo Revolucionário dos Trabalhadores, expressão da Ditadura do Proletariado".

Tal objetivo, por si só, caracteriza o caráter socialista da revolução preconizada pela VAR que só pode ser atingido pela destruição do atual Estado e a sua substituição por um Governo Revolucionário, através da luta armada.

A VAR afasta a hipótese de uma rápida insurreição urbana ou da instalação de um foco guerrilheiro. Apresenta a Guerra Revolucionária Prolongada como único caminho para a tomada do poder. Somente um processo revolucionário, que se desenvolva simultaneamente no campo e na cidade, por um longo período, pode permitir ao proletariado passar de uma situação de inferioridade de forças, nos campos político e militar, a uma situação de igualdade, para depois atingir a superioridade.

Essas três fases da Guerrilha Revolucionária são denominadas, respectivamente: Defensiva Estratégica, Equilíbrio Estratégico e Ofensiva Estratégica. A passagem de uma para outra fase, depende dos avanços militares e do fortalecimento político das massas que se constituirão nas Forças Revolucionárias.

A Guerra Revolucionária parte de uma situação em que as Forças Revolucionárias são extremamente inferiores às da burguesia. É a fase da Defensiva Estratégica. Essa fase inicial se caracteriza pelo isolamento da vanguard em relação às massas trabalhadoras. O objetivo tático principal dos

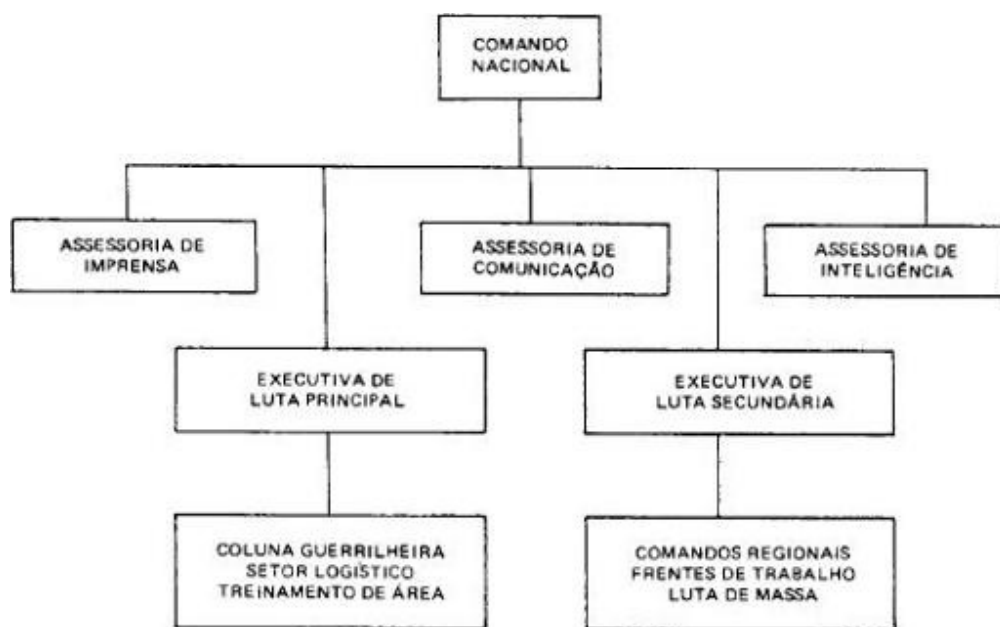
revolucionários é romper com esse isolamento e transpor a distância que os separa. Seriam estimuladas e criadas as Uniões Operárias e as Uniões Camponesas, como uma forma de ligar as massas à Organização. Ao mesmo tempo se iniciaria a organização de um Exército Revolucionário, cujo núcleo inicial seria a Coluna Guerrilheira, e se desencadeariam ações de Guerrilha Rural.

Posteriormente, a médio prazo, chegar-se-ia ao Equilíbrio Estratégico. Nessa fase as forças contra-revolucionárias não estariam mais em condições de destruir o Exército Revolucionário. Haveria uma nítida correlação de forças entre as partes conflitantes.

Finalmente, se chegaria à fase da Ofensiva Estratégica, caracterizada pela integração das massas trabalhadoras na guerra aberta contra a burguesia e pelo confronto de dois exércitos em disputa pelo poder. Nessa fase o Exército Revolucionário passaria à chamada “GUERRA DE POSIÇÃO”, criando-se, nas cidades, através da atuação das massas, condições para a insurreição urbana.

Em linhas gerais, a VAR-PALMARES pretendia combinar diversas formas de luta na busca da supremacia político-militar, seja através do Trabalho de Massa, seja através da Guerrilha Urbana e Rural, e da organização de uma Coluna Guerrilheira.

ORGANIZAÇÃO DA VAR-PALMARES

1. ORGANOGRAMA DO COMANDO NACIONAL

A VAR-PALMARES se estruturava, em linhas gerais, em um Comando Nacional, que tinha a atribuição de coordenar os seus diversos organismos e fazer as ligações com outras organizações. A esse Comando se subordinavam as Assessorias de Imprensa, Comunicação e Inteligência, a Executiva de Luta Principal e a Executiva de Luta Secundária.

As Assessorias tinham como atribuições: a de Imprensa, divulgar todos os documentos da Organização e textos teóricos; a de Comunicações, fazer ligações com os Regionais, montar uma rede de mensagens e com rádio, usar programas sertanejos para a transmissão de mensagens, etc; a de Inteligência, centralizar e coordenar as informações e preparar as contra-indicações.

A Executiva de Luta Principal tinha como atribuição coordenar a implantação e o treinamento da Coluna Guerrilheira. Compreendia um Setor Logístico, um de Treinamento e um de Área, que não foram implantados, por não ter a Organização uma visão concreta do trabalho de montagem da rede logística.

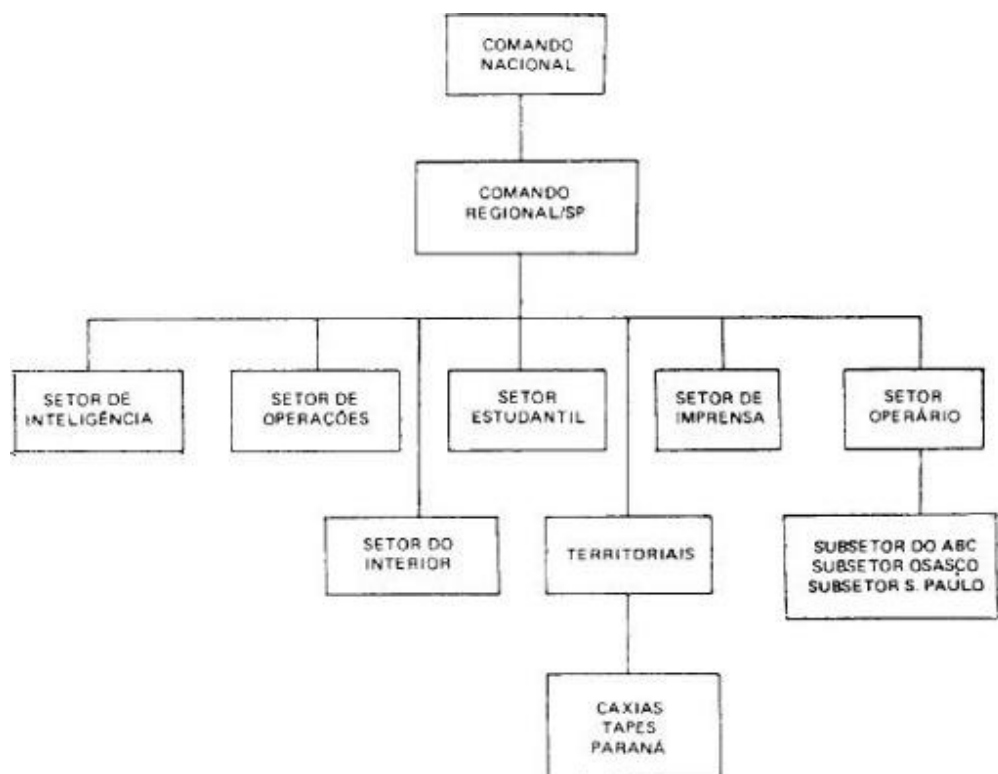
A Executiva de Luta Secundária tinha como atribuição coordenar a Luta de Massa, subordinando-se a ela os Comandos Regionais (CR) e as Frentes de Trabalho, onde houvesse estruturado um CR. Esses CR dirigiam todos os trabalhos desenvolvidos em uma determinada região sócio-econômica, política e geográfica, a eles se subordinando inúmeros organismos, que se subdividiam em outros, tornando a Organização complexa e pesada.

Como em todas as Organizações Terroristas, os militantes da VAR-PALMARES foram recrutados nos mais diferentes níveis sociais, desde que revelassem tendências ideológicas de cunho comunista, sendo a área estudantil a que mais facilitava o recrutamento, pelas características e condições do jovem. Aos interesses da Organização convinham, prioritariamente, o universitário novo, sem perspectivas dentro da sociedade, tornando-o um estudante profissional, até ser transferido para outro setor, abandonando os estudos, caindo na clandestinidade e se tornando um Revolucionário.

2. ÁREAS DE ATUAÇÃO

A VAR-PALMARES desenvolveu a grande maioria de suas ações na Guanabara, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, estados onde se concentravam a maioria de seus militantes e seus mais destacados líderes. Teve, ainda, atuação em Minas Gerais, Goiás, Brasília, Bahia e no Nordeste em geral, não realizando atividades de importância nessas regiões, excetuando-se a busca de uma área geográfica, que satisfizesse as condições para a formação de uma Coluna Guerrilheira.

Essa Organização teve cerca de quatro anos de existência, julho 69 a outubro 73, havendo nesse período intervalos de maior ou menor atividade.

3. ORGANOGRAMA DO COMANDO REGIONAL DE SÃO PAULO

O SETOR DE INTELIGÊNCIA

a. Finalidade

— Falsificação de documentos.
— Levantamento de locais estratégicos.
— Levantamento de locais para assaltos, pichações e panfletagens.
— Micro-filmagem.
— Arquivo.

Constituição

Coordenador: C.F.P.A. (MAX), que também era o Comando Regional/SP: **ELIZABETH MENDES DE OLIVEIRA (ROSA)**; R.R. (SÉRGIO); P.F. (MAURÍCIO); E.R.R. (MÁRIO).

A DESARTICULAÇÃO DA REGIONAL DE S. PAULO

1. DESBARATADA A VAR-PALMARES PAULISTA

"O Centro de Operações de Defesa Interna — CODI — por meio da "Operação Bandeirante", acaba de desarticular completamente a Regional de São Paulo da organização subversiva Vanguarda Armada Revolucionária — VAR-PALMARES, envolvendo 40 jovens de ambos os sexos.

Desses elementos, que formavam no Comando Regional e nos setores de Inteligência, Estudantil, de Imprensa, Operário e do Interior. 24 foram presos e 16 estão foragidos.

Dos 24 jovens presos, 10 responderão ao processo judicial em liberdade, por não terem atingido o grau de periculosidade ou de implicação no movimento terrorista que justificasse sua prisão preventiva. A libertação foi autorizada pelo comandante do II Exército, general Canavarro Pereira, depois de ouvir os Órgãos de Segurança e de Informações da área sob a jurisdição da grande unidade militar.

Entretanto, as autoridades não liberaram a identificação dos 10 estudantes — a maioria do curso secundário — que ontem foram restituídos aos seus pais, permitindo apenas a publicação de suas respectivas alcunhas pelas quais eram conhecidos na organização. A medida tem como objetivo principal acelerar o processo de reintegração dos menores na sociedade, sem que sejam marcados pelo estigma do terror e da subversão".

(Transcrito de "O Estado de S. Paulo", 17 outubro 1970, Pag. 12)

2. A PRISÃO DO LÍDER

"A desarticulação da VAR-PALMARES foi possível em razão da prisão de C.F.P.A., conhecido pela alcunha de "MAX", que figurava no Comando Nacional da organização terrorista e era o dirigente regional de S. Paulo. Sua prisão ocorreu no dia 12 de agosto último, no centro da cidade, quando procurava manter contato com um de seus companheiros.

"MAX" chegara a esta Capital em fevereiro último, procedente do Rio, com a missão de reorganizar a VAR-PALMARES neste Estado, movimento terrorista que já havia sido desarticulado em janeiro último, com a prisão de todos os seus membros.

O objetivo da facção esquerdista era a "conscientização das massas, visando seu apoio à guerrilha rural e integração ao Exército Popular Revolucionário", conforme orientação do Comando Nacional. Preparados os grupos para esse fim, pretendia, então, a VAR-PALMARES, desencadear guerrilhas rurais. A área estratégica escolhida para preparação e início da guerrilha, setor de "luta principal", foi a região de Imperatriz, no Estado do Maranhão, onde haviam adquirido cerca de 200 quilômetros quadrados de terra. Os trabalhos de "preparação da massa" foram atribuídos às secções regionais instaladas em São Paulo, Guanabara, em Minas Gerais, na Bahia e no Rio Grande do Sul.

No início de setembro último, o setor de operações da VAR-PALMARES cindiu-se em razão das divergências internas. A cisão foi liderada por A.F.S., conhecido por "ARI" ou "OSWALDO", que era coordenador e membro do Comando Regional, e que se evadiu chefiando o grupo de 8 outros elementos divergentes.

Após a prisão de C.F.P.A — "MAX" — as autoridades federais e estaduais realizaram numerosas diligências, as quais resultaram na prisão de elementos da organização e no "estouro" de vários "aparelhos" instalados nesta capital. Além de armas, munições, farto material subversivo, foram apreendidos em um desses "aparelhos" documentos que comprovam a aplicação da quantia de 30 mil dólares. Esse dinheiro, entregue a um grupo de simpatizantes, foi convertido em 150 mil cruzeiros, e emprestado a juros de 3% ao mês. O grupo de simpatizantes, posteriormente preso, era constituído pelos seguintes indivíduos: V.C.C., conhecido por "João" ou "Maurício", C.E.P.P., vulgo "Marcelo" e G.J.C., conhecido por "Cláudio". As autoridades continuam desenvolvendo diligências no sentido de recuperar o dinheiro empregado a juros".

(Transcrito de "O Estado de São Paulo", 17 outubro 70, Pag. 12)

NOTA DO AUTOR: Na matéria publicada pelo jornal os nomes estão por extenso.

3. AS DEMAIS PRISÕES

Ao final das diligências encontravam-se presos no DOI/ CODI/II Exército:

Do Comando Regional

C.F.P.A. (Max) e M.C.M. (Lea)

Do Setor de Inteligência

P.F. (Maurício); A.S. (Alberto); J.B. (José); **ELIZABETH MENDES DE OLIVEIRA; (ROSA)**; E.R.R. (Mário).

Do Setor Estudantil, de Imprensa, Operário e Interior

Foram presos 17 pessoas.

4. A AÇÃO DE "EXPROPRIACÃO" QUE FICOU NO PLANO

"Com a prisão do líder da organização e, posteriormente, de outros elementos nela envolvidos, malogrou o plano de "expropriação" que deveria ser executado neste mês, contra uma residência situada no bairro da Consolação.

O plano estava sendo elaborado pelo setor de "Inteligência" da VAR-PALMARES. cujos membros "Max", "Maurício", "Alberto", "ROSA", "Mário" e "Rose", já haviam realizado todo o levantamento geográfico, topográfico e "militar" da área onde a ação seria praticada, incluindo croquis da região, alternativas para a fuga, fotografias de ruas e edifícios e material que seria utilizado para a "operação" (carros, armas, etc.).

Segundo documentos apreendidos em um dos "aparelhos", o veículo para a prática da ação terrorista seria dirigido por "Maurício" (preso), e transportaria quatro homens que seriam utilizados no ataque à residência: "Juca", "Marechal", "Miguel" e "Paulo". Estes conduziriam armas, cordas e esparadrapo para imobilizar as pessoas que ali fossem encontradas e usariam luvas para não deixarem impressões digitais.

Para desencadear a "ação de expropriação", o setor de "Inteligência" aguardava apenas a elaboração de levantamentos sobre o interior da residência,

incluindo dependências, número de pessoas e “distribuição dos objetos a serem expropriados” (mapeamento interno da casa).

Concluída a missão de transbordo do material para outro carro, o motorista “Maurício” deveria levar o veículo utilizado na ação ao “lava rápido”, a fim de remover toda a sujeira que nele havia sido impregnada para evitar a sua identificação”.

(Transcrito de “O Estado de S. Paulo”, 17 outubro 1970, Pag. 12)

NOTA DO AUTOR: “ROSA”, citada como um dos membros de Setor de Inteligência é ELIZABETH MENDES DE OLIVEIRA, (BETE MENDES).

AS ALTERNATIVAS PARA A FUGA ERAM ESTUDADAS MINUCIOSAMENTE

"O ESTADO DE S. PAULO", 17 de outubro 1970 — Pag. 12)

OS JOVENS E A SUBVERSÃO

O meu primeiro dia como Comandante do DOI foi cansativo e extenuante. Procurei me ambientar, visitar parte de suas instalações, estudar as operações em andamento e me inteirar da situação de cada preso.

No dia seguinte após a ambientação geral, já estava em condições de tomar algumas decisões e de dar a continuidade necessária ao nosso trabalho. Eram aproximadamente 19:00 horas quando consegui um tempo para conversar com alguns jovens da VAR-PALMARES, oito rapazes e cinco moças que haviam sido presos no dia anterior, decorrente de investigações mandadas proceder por meu antecessor, Major Waldyr Coelho, a partir de 12 de agosto de 1970, quando foi preso C.F.P.A. (MAX), do Comando Nacional da VAR-PALMARES e dirigente regional de São Paulo. Todos esses jovens já haviam praticado pequenas ações, como panfletagens, pichações, levantamento para futuros assaltos, etc...

Inicialmente conversei com os rapazes. Eles eram L.C.M.F. (usava documentos falsos com o nome de Flávio Batista de Ribeiro Souza e os codinomes “Paulo”, “Guilherme” e “Vicente”), C.E.P.S (usava documentos falsos com o nome de João Prado dos Santos e os codinomes de “Floriano”, “Marechal” ou “Rodrigo”), P.C.J. (Sérgio), J.R.V. (Rafael ou Cássio), J.C.S.S. (Celso, Beto ou Fábio), F.M.A. (Edson), P.A. (Renato, Abel, Daniel) e E.R.R. (Alfredo ou Mário). A seguir, fui ao local onde estavam as cinco moças, um quarto no segundo andar do nosso prédio. Conversei amigavelmente com elas. Perguntei seus nomes, onde residiam, colégios onde estudavam, profissão dos seus pais e o motivo da sua prisão. Elas eram bastante jovens, no máximo com 21 anos de idade. Uma delas não me era estranha. Tive a sensação de conhecê-la de algum lugar e travei com ela o seguinte diálogo:

— Sei que a conheço, mas não posso me recordar de onde.

— O senhor gosta de novelas?

— Claro. Qual o brasileiro que não gosta de uma boa novela?

— O senhor viu a novela Beto Rockfeller transmitida pela TV Globo?

— Sim, acompanhei-a quando ainda estava no Rio.

— O senhor se recorda de Renata, desta novela? Pois eu sou a Renata.

— Não é possível! Você é a Renata? E o que uma artista de TV está fazendo aqui?

Essa era a realidade. A Renata da novela, agora era a “ROSA” da VAR-PALMARES. Ela era ELIZABETH MENDES DE OLIVEIRA, conhecida nos meios artísticos como **BETE MENDES**. Fora presa num “aparelho” por integrar o Setor de Inteligência da Organização. Com ela estavam, também presas:

E.S.V. (Luiza), V.M.V. (Manoela), N.P.V. (Sônia) e C.S. (Helena ou Clarice), todas por integrarem a VAR-PALMARES.

Fui para casa, no meu segundo dia de DOI/CODI, pensando no problema desses jovens e nas suas famílias. Quanta ansiedade, quantos sofrimentos esses pais estariam sentindo a partir do momento em que souberam da prisão e da incomunicabilidade de seus filhos!

Todos esses treze jovens já pertenciam a uma Organização Subversivo-Terrorista. Usavam codinomes. Alguns foram presos vivendo em “aparelhos”. Tinham participado de pequenas ações. Já estavam sendo doutrinados para a execução de assaltos e futuramente seriam doutrinados para justiçamentos ou seqüestros.

De acordo com a lei, estavam implicados com a subversão e deveriam, por isso, ser julgados. Entretanto, sentia que eles ali estavam porque foram aliciados, principalmente onde estudavam. O jovem estudante, pelo seu temperamento, pela vontade de contestar, pela ânsia de renovar, é um campo fértil para receber uma doutrinação política. Sempre me perguntava por que isto acontecia. Talvez o nosso Sistema Educacional não lhe prestasse a devida assistência e a necessária orientação. Talvez a família não lhe tivesse dado a devida atenção, nessa fase tão importante da vida.

Seguindo os trâmites legais, esses jovens, após os depoimentos preliminares, deveriam ser mandados para o DOPS, a fim de serem ouvidos e indiciados no Inquérito Policial. A seguir, o seu destino seria provavelmente o Presídio Tiradentes, o famoso “Aparelhão”.

Para estes jovens e para o Brasil seria muito melhor a recuperação deles que a sua condenação na justiça. Caso se seguissem os trâmites legais, a convivência no Presídio com terroristas de alta periculosidade e a influência do “Comando Revolucionário do Presídio”, os tornariam militantes muito mais capacitados para a prática de ações terroristas.

Era necessário evitar que isso acontecesse. Com a autorização do Cmt do II Exército, decidimos que onze desses jovens não seguiriam os trâmites normais e iniciou-se um intenso trabalho no sentido de que retornassem à família e à

sociedade.

A nossa primeira medida foi a de deixá-los isolados e incomunicáveis. Eles passaram então, a sentir saudades dos pais, dos irmãos, da família. Da mesma família que estavam prestes a abandonar para ingressar na clandestinidade.

Ao mesmo tempo os pais, aflitos, nos procuravam. Temiam pelos seus filhos, queriam vê-los, abraçá-los. Os mesmos pais que talvez, pela vida agitada da cidade grande, não tivessem a oportunidade de dedicar mais tempo aos seus filhos, de conversar com eles, e de perceber que estavam enveredando por um caminho que os conduziria ao fanatismo político e, conseqüentemente, ao crime.

Isso tudo nos comovia, mas não cedíamos. Essa ansiedade mútua, de pais e filhos, era necessária para o trabalho de recuperação.

Enquanto os dias se passavam, Oficiais do Exército, alguns com o Curso de Psicologia, iam entrevistando esses rapazes e moças. Discutiam com eles os problemas brasileiros, a subversão, o terrorismo e as suas conseqüências. Os livros e os artigos para leitura deveriam induzi-los a uma profunda meditação e a olhar a vida sob um outro ângulo.

Os pais desses jovens foram convidados para uma reunião no auditório do DOI. A esta altura, como seus filhos já tinham sido interrogados, fiz um resumo da militância de cada um e das ações que até então praticaram. Tranqüilizei-os quanto à situação deles e pedi que tivessem paciência, pois ainda não chegara a hora de visitá-los. Terminei a reunião dizendo:

— Os senhores devem dar graças a Deus por termos prendido os seus filhos agora, na fase em que se encontravam. Vamos devolvê-los aos senhores, após mostrar-lhes uma outra concepcão de vida e de liberdade, longe da subversão. Dentro de seis meses, ou quem sabe um ano, talvez isso não fosse possível, pois é bem provável que, já fanatizados, tivessem praticado atos terroristas.

Nesta ocasião transmiti aos pais o convite do II Exército para que comparecessem a um programa especial na TV Tupi, a ser transmitido em cadeia, no dia 19 de outubro de 1970, às 22 horas e 45 minutos. Esse programa teve como objetivo alertar, orientar e esclarecer os pais a respeito dos métodos usados pelo terror para recrutar os jovens. O apresentador foi Blota Júnior, um profissional conhecido por todos pela sua elevada competência e admirável espírito público.

Esses jovens, inclusive BETE MENDES, foram enviados ao DOPS no dia 15/10/70, sendo ouvidos no Inquérito Policial 526/70. No mesmo dia foram restituídos ao DOI, através do Ofício 1017/70 daquele Departamento. Do

relatório deste Inquérito consta, entre outros, os seguintes trechos:

"Esta Organização (VAR-PALMARES), além de desenvolver atividades que visavam a implantação de um movimento armado revolucionário, procurava ainda contaminar a mente de jovens e viciá-los nos atos de corrupção e falsificação de documentos, bem como desagregá-los do meio familiar e induzindo-os a viver na ilegalidade, com documentos falsos e às custas da organização subversiva, numa verdadeira afronta à moral familiar, social e nacional".

"Atendendo ao solicitado pelo Comando do II Exército, no que se refere à recuperação dos jovens indiciados, conscientizados e induzidos por elementos que pretendiam instaurar a desorganização moral e a luta armada no país, liberamos os indiciados não citados no pedido de preventiva, uma vez que foram iludidos em seus ideais, bem como desvirtuadas suas intenções, ficando entretanto sujeitos à punição prevista pela Lei de Segurança Nacional, uma vez que também a infringiram, dando-lhes a chance de responder pelos seus atos, em liberdade e na continuidade de suas atividades normais, em companhia de seus familiares e da sociedade.

Ao colocá-los juntamente com outros elementos, já radicalizados, numa mesma cela do Presídio, estaríamos proporcionando uma melhor conscientização de esquerda, bem como causando a revolta própria do jovem nessa idade crítica".

No dia 16/10/70, estes jovens foram liberados, Entre eles, estava BETE MENDES, que permanecera presa 18 dias.

A CARTA DE UM PAI

Em 02 de agosto de 1971, recebi do Dr. C.S., advogado, pai de C.S. (Helena, Clarice) uma do grupo de jovens envolvidos, uma carta. Dr. C.S., durante quinze anos guardei esta carta apesar de o senhor me autorizar a usá-la como achasse mais recomendável. Pretendia guardá-la para sempre. Entretanto, creio que o seu testemunho, agora, é muito importante para mostrar o tratamento humano e digno que demos àqueles treze jovens, neles incluída BETE MENDES.

São Paulo, 02 de agosto de 1971.

Ilmo. Sr.
Major Carlos Alberto
Brilhante Ustra
Capital

Prezado amigo:

Como posso agradecer-lhe? Como posso agradecer a todas as Autoridades Militares? Como posso agradecer à sábia orientação do Governo que, em tão pouco tempo para tão imensa dimensão do problema, está catalizando a nossa juventude, conscientizando-a para a verdadeira luta pela legítima emancipação econômica e social brasileira?

Creio que jamais conseguirei transmitir todo o meu reconhecimento. Acho que somente outros pais que, como eu, viveram o drama de ter uma filha ou um filho, ainda crianças, maldosa, implacável, fria e vergonhosamente aliciadas pelos sequazes da subversão é que poderão compreender-me.

Que acontece a um pai quando certa noite ele abre a porta de sua casa e vê

diante de si uma equipe de busca que veio para prender sua filha?

Que pensamentos lhe acodem ao cérebro e ao coração? Que tantas e estranhas perguntas ele se faz?

É um pesadelo ou realidade? E por que essa sinistra realidade?

É realmente a minha filha que procuram?

Mas ainda agora ela era uma criança, magrinha, frágil, de grandes olhos curiosos, engatinhando os primeiros passos, balbuciando as primeiras palavras, rabiscando os primeiros desenhos, tentando as primeiras letras, conseguindo as primeiras notas, vencendo com incrível força de vontade todos os obstáculos para colocar-se sempre como a primeira da classe — do primário ao colegial, acompanhando sempre todas as limitações do nosso orçamento doméstico e sempre procurando corresponder a todos os investimentos feitos para a sua educação!

É mesmo a minha filha que procuram?

Mas ela teve sempre tanto senso de responsabilidade, acreditou sempre que só o trabalho e o esforço contínuo e a persistência é que ajudam a vencer na vida! Mas ela sempre foi dedicada à família, sempre ajudou os irmãos em tudo que podia! Como, se ela dizia que queria ser alguém para poder ajudar todos nós, todo o mundo, todo o Brasil! Como, se ela dizia que o nosso País teria de ser grande, desenvolvido, rico, respeitado! Como, se ela dizia que para isso era preciso muito estudo, muito trabalho, muita cooperação! Quanto fervor em tudo que ela dizia! Quanto brilho nos seus olhos — nos seus grandes olhos curiosos!

E, ultimamente, quanto espírito de sacrifício, quanta renúncia, quanta recusa a novas roupas, a um sapato novo, ao cabeleireiro, à manicure, às diversões mais comuns!

É mesmo a minha filhinha que procuram?

Hoje, passado quase um ano desde aqueles tenebrosos dias de setembro, posso pensar mais calmo e confiantemente.

E quanta coisa afinal compreendo!

Como minha pobre filha foi enganada! Utilizaram todo o seu senso de responsabilidade, toda a sua persistência, toda a sua força de vontade, toda a sua crença no trabalho, todo o seu grande — imenso e generoso esforço, todo o seu fervor, todo o brilho — de seus grandes olhos curiosos — para fazê-la acreditar que o caminho da subversão era o único para ajudar todos nós, todo mundo, todo o Brasil — para o nosso País ser grande, desenvolvido, rico, respeitado.

Tenho diante de mim dois retratos de minha filha: um do ano passado e outro

bem recente; um dos tempos tumultuosos em que estava sendo iludida e outro em que ela, agora livre, aproveita com toda a sua sinceridade a maravilhosa oportunidade que lhe concederam.

A menina inflamada, de cabelos descuidados, sem pintura, que se negava a ir à manicure, que só usava "blue-jeans", que recusava roupas novas e um novo sapato, foi substituída por uma moça, madura, adulta, tranqüila, de cabelos cuidados e unhas pintadas, embora sem exagero; que briga com a costureira quando o vestido não sai direito, que é exigente na escolha do modelo do sapato novo, que voltou ao antigo namorado e pretende ficar noiva nos próximos meses.

Como sempre, confiante, responsável, trabalhosa, persistente.

Mas agora compreendo como existe mais de um caminho para a busca da verdade, agora entendo o valor da tolerância, agora assimilando todo o esforço do Governo para eliminar etapas, engolir atrasos e construir mais depressa o Brasil Grande. Como ela entendeu finalmente o espírito da luta pelo nosso mar de 200 milhas; a guerra pelo nosso café solúvel; a batalha dos fretes marítimos; a necessidade da ocupação a curto prazo dos nossos grandes espaços vazios através de projetos grandiosos tal como a Transamazôníca; o valor do incrível progresso de nossas telecomunicações; a inadiável urgência da alfabetização em massa; a necessidade de dar agora prioridade à formação de técnicos, para ocorrer às exigências da expansão da indústria e racionalizar a agricultura.

O grande fator responsável por essa gradativa, porém firme revisão de idéias verificada nos últimos doze meses deve-se, indubitavelmente, à série de leituras orientadas pelo Tenente-Coronel Ary Rodolpho Carracho Horne, na 5a. Secção do 2.° Exército em São Paulo, que se propôs — e conseguiu — mostrar à minha filha "o outro lado do Governo".

Hoje, minha filha está espontaneamente disposta e preparada para engajar-se no "Projeto Rondon", a fim de conhecer de perto a verdadeira e dramática dimensão dos problemas de nossa infra-estrutura social e juntar-se definitivamente aos esforços do Governo na busca de soluções.

Estes dois retratos de minha filha, que tenho diante de mim, contam toda essa história.

A grande oportunidade que lhe foi concedida está sendo aproveitada em todos os seus sentidos, durante todos os segundos.

Após a libertação, ela liquidou o restante do curso colegial, passando com notas muito boas, fez um mês de cursinho intensivo e logo na primeira tentativa foi aprovada no exame vestibular da USP, ingressando no Depto. de Geografia

da Faculdade de Filosofia. O primeiro semestre da Universidade ela também o venceu com notas altas e agora cursa o 2.° semestre.

O crédito de confiança que por seu intermédio, prezado amigo, as Autoridades concederam à minha filha está sendo integralmente correspondido.

Aguardamos agora o julgamento final com serenidade.

Enfrentaremos juntos, ela e eu, o pronunciamento da Justiça, dispostos a acolher a melhor decisão que houver por bem ser apresentada.

Eu estarei ao lado de minha filha em qualquer circunstância.

É muito possível que tudo isto tenha sido causado por mim, e apenas por mim.

É muito possível que eu não tenha sido melhor pai do que me propus a ser em todos estes vinte e dois anos de casado.

Talvez se eu estivesse mais presente, mais atuante, tudo fosse diferente.

Talvez se eu tivesse tido mais tempo para me dedicar à minha família eu pudesse ter dado muito maior assistência à minha filha.

É possível. É muito possível.

Não quero eximir-me de qualquer responsabilidade.

Direi apenas que de todas as funções do mundo a do pai é a mais difícil.

Tenho procurado desempenhá-la da melhor maneira possível.

Mas, para isso, que tempo livre temos nós todos, pais, além daquele que nos toma o trabalho e a obrigação imperiosa de prover ao sustento da família?

Vivemos todos numa selva de asfalto, onde a luta pela própria vida é travada em todos os cantos, vinte e quatro horas por dia. E nada sobra para poder olhar o horizonte.

Mas tudo passará, se Deus assim o quiser.

Muito obrigado pois, caro amigo, pela infatigável assistência dispensada à minha filha e a todos os meninos e meninas envolvidos no episódio.

Tenho certeza de estar falando não apenas em meu nome, mas em nome de todos os outros pais.

Recebemos uma nova oportunidade e tudo estamos fazendo para honrá-la.

Por favor, faça desta carta o uso que achar mais recomendável.

É a minha palavra de gratidão ao amigo e a todas as Autoridades quê lutam para reaver a juventude do Brasil.

Um grade abraço

C.S.

(O grifo é do autor)
NOTA DO AUTOR: Conheci o Dr. C.S., no período em que sua filha esteve presa. O termo amigo, que usa, é apenas em decorrência do tratamento dispensado à sua filha.

OS OUTROS JOVENS

Ao longo dos quatro anos que permaneci como Comandante do DOI, outros jovens foram presos nas mesmas condições desses treze da VAR-PALMARES. Todos estavam dando os seus primeiros passos para entrar na subversão.

Geralmente eles eram presos em grupos isolados que não ultrapassavam dez pessoas.

O momento da entrega dos filhos aos pais

O procedimento com os integrantes de cada um desses grupos era sempre igual. Eram entrevistados por oficiais bem preparados, alguns psicólogos, e somente eram entregues aos pais depois de um completo trabalho de recuperação, idêntico ao dos treze jovens da VAR-PALMARES. Conseguimos ainda mais: não indiciá-los em Inquérito Policial. Eles eram ouvidos em Declarações, somente no DOI. A entrega aos pais era feita no nosso Auditório, com todos eles presentes. Inicialmente falava aos pais a respeito da implicação de cada filho. Depois, havia o encontro entre pais e filhos. Esse era um momento de grande emoção e, normalmente, todos choravam.

A partir de então, o jovem estava liberado mas deveria comparecer ao DOI uma vez por semana, em dia e hora de sua escolha, ocasião em que entrevistava-se, por uma hora, com o oficial que o atendera durante a sua permanência na prisão. Esse comparecimento, posteriormente, passaria a ser quinzenal e finalmente mensal. Quando o oficial sentia que ele já estava perfeitamente adaptado à sua vida normal, o liberava dessa entrevista.

O REENCONTRO DE JOVENS COM SEUS FAMILIARES

O ENVOLVIMENTO DE ELIZABETH MENDES DE OLIVEIRA "ROSA" COM A VAR-PALMARES

TRECHOS DAS DECLARAÇÕES PRESTADAS NO DOI/CODI/II EXÉRCITO

Em depoimentos prestados no DOI, **BETE MENDES**, entre outros fatos, declarou o seguinte:

1. Em 29 de setembro de 1970

"Reencontraram-se ela e R.P. (Sérgio), com P.C.X.P. (Henrique). Fizeram uma reunião com ele e decidiram trabalhar para a VAR-PALMARES, mas não no setor estudantil, como se tinha planejado, e sim em outra ocupação qualquer".

....

"Ficou decidido que a depoente cuidaria do arquivo, enquanto "SÉRGIO" dirigiria o Setor de Inteligência.

2. Em 13 de outubro de 1970

"...que o material encontrado no "aparelho" de C.E.P.S. (Marechal), localizado à Rua General Bagueira, 79, como carteiras de identidade, carteiras de trabalho, certidões e fotografias de levantamentos, foram entregues à depoente por C R.P.A. (Max) e por "Sérgio". Que não sabe esclarecer como tais documentos foram conseguidos e que os mesmos seriam usados como falsos pelos elementos da Organização VAR-PALMARES".

TRECHOS DO RELATÓRIO DO INQUÉRITO 526/70 DO DOPS/SP, EM 17 DEZEMBRO 1970.

Após ouvir todos os implicados, o Encarregado do Inquérito Policial, em seu Relatório, diz o seguinte a respeito de "**ROSA**":

"**ELIZABETH MENDES DE OLIVEIRA**, vulgo "**ROSA**", elemento de projeção da organização, aliciou inúmeros elementos, participou de inúmeras reuniões de caráter subversivo, morava no "aparelho" da Rua General Bagueira, 79, onde foi apreendido farto material de falsificação e documentos furtados ou achados, além de impressos em branco de títulos eleitorais para a prática desse crime, e tudo para ser utilizado na subversão e era ainda elemento do Setor de Inteligência".

TRECHOS DO AUTO DE QUALIFICAÇÃO E INTERROGATÓRIO

Em 30 de março de 1971, na sede da 1a. Auditoria da 2a. Circunscrição Judiciária Militar, reunido o Conselho Permanente de Justiça do Exército, presentes os seus membros, e os seus dois advogados de defesa, pelo Exmo. Sr. Dr. Juiz-Auditor, ELIZABETH MENDES DE OLIVEIRA foi qualificada e interrogada. Do seu longo depoimento o autor extraiu o seguinte trecho:

"que, pelos nomes, desconhece as testemunhas, tanto as indicadas pelo Dr. Procurador às fls. 15, como as instrumentárias mencionadas às fls. 51 v; que reside, nesta capital, desde 1967 até a presente data; que não conhece as provas apuradas pela Autoridade Policial; que a acusação, em parte, é procedente, pois, tornou-se **simpatizante** da Organização citada na denúncia e a ela se ligou através de R.l.".........................

....

...............(O GRIFO É DO AUTOR)................

RESUMO DO DEPOIMENTO DE BETE MENDES PERANTE A JUSTIÇA

O depoimento prestado por BETE MENDES perante o Conselho Permanente de Justiça, nesse dia 30 de março de 1971, quando foi qualificada e interrogada, é bastante longo. Para uma maior compreensão, transcrevo a seguir um resumo desse depoimento:

BETE MENDES começou a manter contado com elementos ligados à subversão, a partir de fins de 1968 ou início de 1969, por intermédio de R.I., tendo feito esses contatos na residência de M.A., prima de seu ex-noivo R.B. (Sérgio).

Foi colega de P.F. (Maurício) e P.C.J., no Colégio Aplicação.

No início de 70 P.C.J. a procurou na Televisão Tupi, alegando que "MAURÍCIO" queria conversar com ela. Encontrando-se com "MAURÍCIO" este revelou-lhe que R.I. necessitava falar com ela.

Mantendo contato com R.I. soube que M.A. fugira para a Europa e que ele necessitava de dinheiro para deixar o país, pois "ele estava com complicações políticas".

Juntamente com "SÉRGIO" — seu noivo na ocasião — ela forneceu a importância (ilegível) de cruzeiros para que R.I. deixasse o país.

R.I. antes de viajar apresentou-lhe "MAX".

BETE MENDES, juntamente com "SÉRGIO", passou a discutir com "MAX", durante um fim de semana na Guanabara, o problema estudantil, surgindo para ela a VAR-PALMARES.

Em nova reunião com "MAX", em Itatiaia, este continuou as suas explicações, esclarecendo os assuntos políticos da VAR. "MAX" explicou-lhe que seu objetivo maior era o de formar um Setor de Inteligência o qual seria integrado por ele, por "SÉRGIO" e por **BETE MENDES**

Ela e seu noivo "SÉRGIO" concordaram em discutir novamente o assunto com "MAX". Desse outro encontro só participaram "MAURÍCIO" e BETE MENDES porque "SÉRGIO" desentendeu-se com "MAX" e viajou para o exterior.

"MAX" deu-lhe a missão de formar um arquivo de recortes de jornais para

estudos, tendo “MAURÍCIO”, por ser filho do proprietário de uma loja de material fotográfico, recebido a incumbência de forjar documentos para as pessoas que não pudessem ter uma vida legal.

Nesta época deu a “MAX” 4.000 cruzeiros destinados a pagamento de advogados que iriam defender “colegas que estavam presos”.

BETE MENDES declarou que não participou e que desconhece se foram feitas ações, porque “não tinha conhecimento de outras coisas, além de seu trabalho”. Declarou, ainda, que das pessoas denunciadas sabia apenas que “MAX” e “SÉRGIO” pertenceram à VAR-PALMARES.

Declarou, também, ter dado dinheiro a “Dona LÉIA” em casa de quem esteve escondida em fins de agosto do ano anterior, dinheiro este, destinado à compra de mantimentos. “LÊIA” é o codinome de M.C.M. O endereço de “LÉIA” lhe foi fornecido por “MAURÍCIO”. Soube através de “MAURÍCIO” que “MAX” estava preso desde 12/08/70 e que poderia denunciá-la. Nessa ocasião “MAURÍCIO” sugeriu-lhe que deixasse o país.

Da casa de “LÉIA” foi levada para o “aparelho” de C.E.P.S. (Marechal), na Rua General Bagueira, 79, onde permaneceu por três dias, até ser presa.

NOTA DO AUTOR: Os nomes citados no depoimento estão por extenso.

O ARREPENDIMENTO DE BETE MENDES

A maioria dos subversivos e dos terroristas quando eram ouvidos perante o Conselho Permanente de Justiça, na presença dos seus Advogados de Defesa, do Juiz-Auditor, do Procurador Militar e das pessoas que assistiam esses depoímentosf negavam tudo o que haviam declarado no DOI e no Inquérito Policial. Aproveitavam essa oportunidade para desmentir as suas declarações anteriores, dizendo que elas foram obtidas mediante a tortura física e psicológica.

Havia uma explicação bastante razoável para esse procedimento. Na fase das suas Declarações Preliminares, prestadas no DOI e quando eram ouvidos no Inquérito Policial, eles assumiam as ações que praticaram, sabendo que jamais seriam reconhecidos pelas testemunhas arroladas. Assim, por exemplo, se um Banco era assaltado, os funcionários deste Banco eram ouvidos e contavam tudo a respeito do assalto, mas na hora do reconhecimento não reconheciam os assaltantes, por temerem represálias. Conseqüentemente, bastava aos terroristas negarem, em Juízo, a sua participação nas ações e justificar os seus depoimentos anteriores dizendo que eles foram obtidos através de tortura. Por falta de provas eram absolvidos.

Existiam, também, aqueles que, no DOI ou no Inquérito Policial, denunciavam todos os seus companheiros de Organização e depois, para não ficarem mal perante os mesmos diziam que falaram sob tortura.

BETE MENDES, ao contrário da maioria dos seus companheiros de subversão, nesse dia 30 de março de 1971, quando foi qualificada e interrogada, não só na presença das autoridades que compunham o Conselho Permanente de Justiça, mas, também na presença dos seus dois Advogados de Defesa, Dr. Paulo Rui de Godoy e Dr. Américo Lopes Manso, não declarou ter sofrido qualquer tipo de tortura física ou psicológica, como o faria quinze anos mais tarde, ao contrário, ela declarou que "**não foi coagida**" e que "**concordou em assinar o depoimento na Polícia porque estava presa**".

(O GRIFO É DO AUTOR)

BETE MENDES foi mais além. Na presença de todas aquelas autoridades e dos seus dois Advogados de Defesa, **chorou copiosamente, dizendo estar arrependida e que não acreditava em nenhuma Organização Subversiva e achava inviável os seus propósitos porque chegara à conclusão de que eles queriam apenas destruir.**

(O GRIFO É DO AUTOR)

A seguir transcrevo, na íntegra a parte final do seu depoimento prestado nesse dia:

"...que, repetindo, os fatos se passaram como os narrou nesta oportunidade, depoimento que prestrou **livre e sem nenhuma coação**, que de fato, sentiu-se emocionada e chorou, como todos presenciaram, copiosamente; que chorou e ainda chora, nesta oportunidade, porque está arrependidaldo que fez, isto porque acha que entrou em uma cousa perigosa, sem nenhum conhecimento das cousas e completamente contrária ao seu modo de ser (sic); **que não acredita em nenhuma organização subversiva e acha inviável seus propósitos porque chegou à conclusão de que eles querem apenas destruir**; que é católica e não vive com seus pais, que são judicialmente separados". E, como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu-se por findo o presente que, depois de lido, vai assinado por conforme. Eu (**ilegível**), escrevente, datilografei. Eu (**ilegível**), escrivão, assino. Seguem-se as assinaturas dos membros do Conselho Permanente de Justiça, de ELIZABETH MENDES DE OLIVEIRA, do Dr. Juiz Auditor e de mais duas assinaturas, ilegíveis.

(O GRIFO É DO AUTOR)

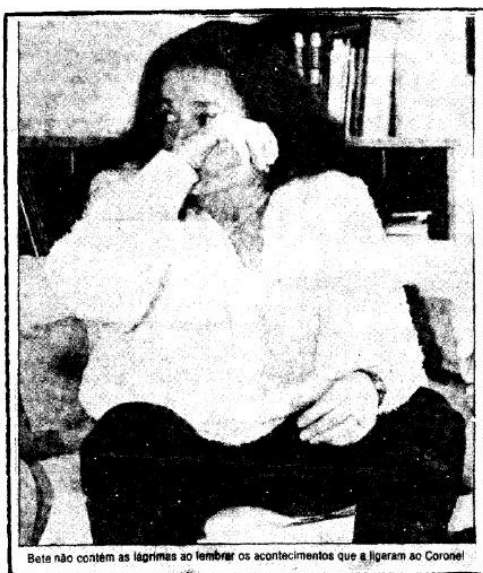
1a Auditoria da 2a Circunscrição Judiciária Militar
Av. Brig. Luís Antônio, 1249 - Telefone 33-2959
SÃO PAULO - SP

. . . .

. . . .

. . . .

que, repetindo, os fatos se passaram como os narrou nesta oportunidade, depoimento que prestou livre e sem nenhuma coação; que, de fato, sentiu-se emocionado e chorou, como todos presenciaram, copiosamente; que chorou e ainda chora, nesta oportunidade, porque está arrependido do que fez, isto porque acha que entrou em uma cousa perigosa, sem nenhum conhecimento das cousas e completamente contrária ao seu modo de ser (sic); que não acredita em nenhuma organização subversiva e acha inviável seus propósitos porque chegou à conclusão de que eles querem apenas destruir; que é católico e não vive com seus pais, que são judicialmente separados. /E, como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu-se por findo o presente interrogatório que, depois de lido, vai assinado por conforme. Eu ____________, escrevente, datilografei. Eu ____________, escrivão, assino.-

Quinze anos mais tarde BETE MENDES, também chorando copiosamente, foi entrevistada por toda a imprensa do país, quando declarou, entre outros absurdos, que fora torturada por mim.

Bete não contém as lágrimas ao lembrar os acontecimentos que a ligaram ao Coronel

O GLOBO — 17 Ago 85 — pág. 2

STF
1807

1a Auditoria da 2a Circunscrição Judiciária Militar
Av. Brig. Luís Antônio, 1249 - Telefone 33-3980
SÃO PAULO - SP

....
....
....
....
....
....
....
....
....
....
....
....
....
....
....

RELATÓRIO DA SENTENÇA DE BETE MENDES

4) ELIZABETE MENDES DE OLIVEIRA, vulgo "Rosa".

Interrogatório policial, as fls.49/51 e judicial as fls.894/895.

A sua filiação à Var- Palmares está patente na prova dos autos, como minudentemente relatou à Autoridade Policial e admitiu em Juízo.

1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar
Av. Brig. Luís [illegible] - Telefone 33.2050
SÃO PAULO - SP

Aliciada por R█ I█, irmão de S█ e de I█ I█ e cunhado de M█ A█, patrocinou, juntamente com o seu ex-noivo R█ B█, a fuga de seu aliciador, que foi quem lhe apresentou C█ F█ P█ A█, vulgo "Max", que continuou o trabalho de doutrinação iniciado pelo referido fujão e é o responsável - mor pelo envolvimento do casal Elizabete e B█, que estava sendo preparado para ingressar no setor de inteligência da VAR-PALMARES. Com tais objetivos, "Max", Elizabete e B█ realizaram encontros ou reuniões na Guanabara e em São Paulo, salientando-se as ocorridas em Itatiaia e na residência de A█ S█.

Tendo R█ B█, por motivos não esclarecidos, rompido com "Max" e com a subversão e viajado para a Inglaterra, C█ F█ P█ A█ tentou organizar um setor de documentação e de contrafação de documentos, que teve a colaboração de Elizabete e de P█ F█.

Por fim, devemos ressaltar que "Max" recebeu de Elizabete ou "Rosa" a importância de quatro mil cruzeiros que se destinou ou destinava ao pagamento de advogado, contratado para defender militantes da VAR que estavam presos.

Isso, Elizabete Mendes de Oliveira admitiu em Juízo quando confessou também o seu sincero arrependimento, como detalhadamente registrado está as fls. 895.,

....
....
....
....
....
....
....

A INGRATIDÃO

Em agosto de 1971 fui solicitado a depor, como testemunha, no processo instaurado na 19 Auditoria da 2a. Circunscrição Judiciária Militar contra alguns estudantes que infringiram a Lei de Segurança Nacional. Atendendo a solicitação, encaminhei ao Exmo. Sr. Dr. Juiz-Auditor a DECLARAÇÃO que a seguir transcrevo, a qual foi assinada, também, por mais dois oficiais:

Carlos Alberto Brilhante Ustra, Maj Art 3G-234276, servindo na 2a. Secção do II Exército, Dalmo Lúcio Muniz Cyrillo, Cap Art 2G-241958, prestando serviço na 2a. Secção do II Exército, Maurício Lopes Lima, Cap Inf, servindo no 4.° Regimento de Infantaria, solicitados a depor como testemunhas no processo instaurado na 1a. Auditoria de Guerra, por motivos de Segurança Nacional, contra os estudantes C.S., P.A., E.S.V., **ELIZABETH MENDES DE OLIVEIRA**, *J.R.V., L.C.M.F., J.C.S.S., E.R.R., fazemo-lo, através desta declaração, para externar a meticulosa observação que concluímos dos jovens em julgamento, no período em que estiveram sob nossos cuidados, bem como expressar o acompanhamento que realizamos, através de contatos pessoais com eles e seus respectivos progenitores na fase posterior à sua libertação (condicional).*

Todos muito jovens, verdadeiras crianças, deixaram-nos perplexos a sua ingenuidade e o total desconhecimento que demonstravam da seriedade de sua situação.

Pudemos constatar perfeitamente o aliciamento, frio e calculado, que sofreram no colégio em que estudavam, por parte de vários de seus mestres (seria tal o verdadeiro título a dar a esses homens e mulheres?). Estes, valendo-se da autoridade da cátedra, da ascendência e da extraordinária facilidade de manejo que possuíam sobre tais alunos, iniciaram junto a eles um longo, paciente e inteligentíssimo envolvimento de proselitismo, não só tendente a corrompê-los politicamente, como também numa torpe tentativa de afastá-los do convívio de seus lares, para melhor atingir seus objetivos inconfessáveis.

Sendo todos pertencentes a famílias respeitáveis e trabalhadoras, como

pudemos comprovar no curso das diligências, no breve período que durou sua detenção e nos dias que antecederam à sua liberação, era de esperar-se a total inexperiência e a confusão de idéias de tais jovens.

Daí a participação mínima que tiveram nos fatos, resumindo-se ela a reuniões, contatos de "pontos" e a outras atividades carentes de periculosidade, ao que parece e S. m. j.

Tudo isso levou as Autoridades Militares a optarem pela liberação, preferindo que os jovens indiciados respondessem ao processo em liberdade, de volta ao seio de suas famílias, dando-lhes, assim, numa eloqüente demonstração de compreensão e tolerância, uma oportunidade de iniciarem logo sua reabilitação, com o retorno imediato às atividades normais de estudo e trabalho.

Com isso, e contando ainda com a irrestrita cooperação de seus progenitores ou responsáveis, buscou-se, inclusive, evitar qualquer nova ligação ou contato com elementos corruptores nos presídios onde já se encontravam detidos os verdadeiros profissionais da subversão.

Em todos estes últimos meses, após a libertação, temos estado em companhia de progenitores e de boa parte desses jovens. Além disso, temos recebido constantes notícias sobre eles.

Podemos atestar a sinceridade com que todos buscam corresponder à oportunidade que lhes foi concedida.

Todos estão estudando, alguns estudando e trabalhando.

Têm, assim, todo o seu tempo tomado por atividades construtivas. Não voltaram a ter qualquer vínculo com a situação anterior; ao contrário, têm demonstrado arrependimento verdadeiro, por se terem deixado envolver.

Alguns, por exemplo, além de terem voltado ao antigo namorado ou à antiga namorada (que não pactuavam de suas antigas idéias), estão prestes a se tornarem noivos, como é o caso de C.S. Lembramos também que, no caso da citada estudante e de vários outros colegas, estão eles procurando engajar-sc na Operação Rondon, além de já terem realizado leituras orientadas pela 5a. Secção do II Exército, por nossa indicação, imediatamente aceita pelos interessados.

Temos, portanto, elementos para crer, pessoalmente, que a política adotada com estes jovens tem-se mostrado inteiramente acertada, sendo certo que, para tal correspondência, muito tem contribuído, a assistência de seus pais.

Era o que tínhamos a declarar.

São Paulo, 26 de agosto de 1971

Assinado por:

CARLOS ALBERTO BRILHANTE USTRA — Maj Art
DALMO LÚCIO MUNIZ CYRILLO — Cap Art
MAURÍCIO LOPES LIMA — Cap Inf

Têm, assim, todo o seu tempo tomado por atividades construtivas. Não voltaram a ter qualquer vínculo com a situação anterior; ao contrário, têm demonstrado arrependimento verdadeiro por se terem deixado envolver.

Alguns, por exemplo, além de terem voltado ao antigo namorado ou à antiga namorada (que não partilhavam de suas antigas idéias), estão prestes a se tornarem noivos, como é o caso de C[illegible] S[illegible]. Lembramos também que, no caso da citada estudante e de vários outros colegas, estão êles procurando engajar-se na Operação Rondon, além de já terem realizado leituras orientadas pela 5ª Seção do II Exército, por nossa indicação, imediatamente aceita pelos interessados.

Temos, portanto, elementos para crer, pessoalmente, que a política adotada com êstes jovens tem-se mostrado inteiramente acertada, sendo certo que, para tal correspondência, muito tem contribuído a assistência de seus pais.

Era o que tínhamos a declarar.

São Paulo, 26 de agôsto de 1971

CARLOS ALBERTO BRILHANTE USTRA - Major

DALMO LÚCIO MUNIZ CYRILLO - Cap Art

MAURÍCIO LOPES LIMA - Cap Inf

A ABSOLVIÇÃO DE BETE MENDES

1a. INSTÂNCIA

Em conseqüência e considerando o que mais dos autos consta, resolve o Conselho Permanente de Justiça do Exército — sem votos discrepantes.

No mérito

d) Com base na letra "c", do referido Art 439 da Lei Penal adjetiva castrense, por não existir prova de terem os acusados concorrido para a infração penal absolver.

e) Com base no Art 7.° do Decreto-Lei n.° 898/69 pelos motivos de começo mencionados absolver ELIZABETH MENDES DE OLIVEIRA

NOTA DO AUTOR:

— letra "c" do Art. 429 do CPPM: "Não existir prova deter o acusado concorrido para a infração Penal".

— Art. 7.° do DL 898/69: "Na aplicação deste Decreto-Lei ou Juiz, ou Tribunal, deverá inspirar-se nos conceitos básicos da Segurança Nacional definidos nos artigos anteriores.

2a. INSTÂNCIA

Considerando que a sentença apelada bem aprecia a situação dos absolvidos, não sendo possível, porém, como fundamento absolutório o Art. 7.°, da Lei de Segurança Nacional, que não define, aliás, **o arrependimento eficaz previsto no Art. 31 do CPM**, melhor se ajustando a hipótese da letra "e" do Art. 439 do CPPM.

(O GRIFO É DO AUTOR)

NOTA DO AUTOR:

— Art. 31 do CPM: “O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados”.

— Letra “e” do Art. 439 do CPPM: “Não existir prova suficiente para a condenação”.

(PROCESSO N.° 39.215)

1986
DE SIMPATIZANTE A QUADRO
(Trechos da entrevista ao Jornal "O PASQUIM" de 27/02 a 27/03/86)

— BETE MENDES: "Comecei a luta estudantil no Ginásio, depois quando aconteceu o golpe militar eu estava no Rio e fiquei chocadíssima com a coisa".

— BETE MENDES: "Eu fui da geração 68" havíamos assistido o governo de JANGO, as manifestações populares e nessa épocá eu tive um problema familiar. Não a nível de repressão dos pais, mas sim porque eu era muíto disciplinada mas queria ir às manifestações de rua e o meu pai não deixava que eu fosse sozinha. Me amargurava não poder ir, não tinha antagonismo com a família. Eu não ia porque achava que ele estava certo. Aí foi quando deslanchou o maior interesse e eu entrei na USP. Antes mesmo, no cursinho, eu já estava entrando numa organização revolucionária".

— BETE MENDES: "Foi a partir do movimento estudantil, a gente discutia muito a questão política e social sob um ponto de vista jovem e a gente achava que pela legalidade não seria possível fazer coisa nenhuma. Daí eu comecei a participar de reuniões, entrei numa organização e isso foi uma loucura, pois eu já era atriz, já estava na televisão".

— MARA TERESA: Como é que você conseguiu conciliar estes dois lados?

— JAGUAR: Você dizia: hoje eu não posso assaltar o banco porque hoje tem gravação, (risos).

— BETE MENDES: Não, era diferente, **eu fazia parte da inteligência da organização**, eu estudava muito e terminei fazendo parte do grupo pensante da organização. (O GRIFO É DO AUTOR).

— MARA TERESA: E na televisão ninguém sabia?

— BETE MENDES: Não, essa privacidade era uma coisa louca. Eu fazia meu trabalho, tinha amigos numa boa, saía da televisão para a faculdade e ninguém sabia nada de mim, eu era uma pessoa totalmente igual às outras. A coisa só complicou quando eu comecei a ser seguida.

— MARA TERESA: Quando é que isso começou?

— BETE MENDES: Bem eu fui presa a primeira vez em 1970 como

suspeita.

NOTA DO AUTOR: Foi presa a primeira vez em 02/12/69, para averiguações, sendo libertada em 05/12/69.

— MARA TERESA: Foste presa onde?

— BETE MENDES: Na Operação Bandeirantes, que depois virou DOI/CODI do II Exército de São Paulo. Na primeira vez fiquei quatro dias na solitária, fui seqüestrada mas não conseguiram descobrir nada a meu respeito. Alguns meses depois eu fui presa porque começou a cair gente e eu tive que sair de uma novela.

— BETE MENDES: Achei que a nossa organização estava arrebentada, eu achei que havia mais mortes do que as que já haviam ocorrido, mais sofrimento físico. Eu estava com muito medo de que eu fosse sofrer e das pessoas com as quais eu tinha relacionamento, mas não achava que a causa estava perdida. Comecei a raciocinar sobre o meu erro político depois que eu passei pela prisão, pelo processo, pelo julgamento. Foi quando comecei a ver o que é que foi que fizemos e que tipo de argumento que a gente deu para os militares endurecerem do jeito que endureceram.

— JAGUAR: Espere aí. Você ainda não foi presa.

— BETE MENDES: Pois é, eu ainda estava tentando fugir (risos). ...Já estava tentando escapar, e nesta época tinha muito medo de voltar para a Operação Bandeirantes. Porque eu sabia que ia voltar **como quadro** e, pra eles, eu seria o estigma da enganação, da incompetência deles. Eu pensava: “Consegui enganar os ases da repressão do Brasil”, e aí o que é que vai sobra de mim? Eu morria de medo. (O GRIFO É DO AUTOR).

NOTA DO AUTOR:

Segundo a linguagem usada pelas Organizações Subversivo-Terroristas, existiam os Simpatizantes, os Apoios e os Quadros.

Simpatizantes eram os que embora concordassem com a linha política das Organizações, não mantinham contato direto com elas.

Apoios eram aqueles que embora não fossem membros das Organizações, as auxiliavam sob os mais variados aspectos como: dinheiro, locais para esconderijos, transporte, documentos, etc...

Quadros eram os membros efetivos e atuantes das Organizações.

— BETE MENDES: Quando cheguei presa na OBAN os policiais davam tiros para o alto para comemorar a minha captura.

A DEPUTADA EM MONTEVIDÉU

NO AEROPORTO DE CARRASCO

Estava há 18 meses no Uruguai exercendo uma Missão Diplomática, a de Adido do Exército junto à Embaixada do Brasil. Como a nomeação para missão no exterior é feita com seis meses de antecedência, eu já fora exonerado daquelas funções por Decreto Presidencial de 10 de julho de 1985, devendo ser substituído em 14 de dezembro daquele mesmo ano. Portanto, até aquele dia eu deveria continuar, oficialmente, como Adido do Exército. A minha missão só estaria terminada no momento em que entregasse o cargo ao meu substituto, o que ocorreria, exatamente, em 14 de dezembro de 1985.

No Uruguai a realidade brasileira era conhecida, apenas, através dos jornais. Ansiávamos por voltar ao Brasil, para rever a nossa terra, nossa família, os amigos, nossa casa.

Em julho, recebemos a grata notícia da visita oficial do nosso Presidente, ao Uruguai. Todos ficamos contentes. Seria como se víssemos um pouco do Brasil na pessoa do Presidente.

Chegou o tão esperado dia, 12 de agosto de 1985. Na pista do Aeroporto de Carrasco, em linha, junto com os diplomatas da Embaixada e do Consulado do Brasil, estavam o Adido Naval, o Adido da Aeronáutica e eu, como Adido do Exército. Todos acompanhados de suas respectivas esposas.

A outra extremidade dessa linha estava ocupada pelas altas autoridades do Governo Uruguaio.

No centro, entre as autoridades brasileiras e uruguaias, um pequeno estrado, coberto por um tapete vermelho. Este era o lugar de honra, onde os dois Presidente acompanhados de suas esposas seriam cumprimentados.

O frio era intenso e a expectativa maior ainda. Clima de festa. O avião presidencial pousa. A emoção de ouvir o Hino Nacional faz o coração disparar.

O protocolo é seguido à risca.

Descem o Presidente José Sarney e Dona Marly, seguidos dos demais integrantes da comitiva: Ministros, membros do Congresso Nacional, Diplomatas do Itamarati, etc.

O Presidente Júlio Maria Sanguinetti e sua esposa estão junto à escada do

avião para saudar o Presidente Sarney e D. Marly.

Nós continuamos distantes, na fila de cumprimentos.

Após as Honras Militares os dois Presidentes, com suas esposas, seguem para o lugar de honra, no centro da fila de cumprimentos. Neste local eles são cumprimentados pelas autoridades brasileiras que estavam na fila de cumprimentos, isto é: Diplomatas de nossa Embaixada e do Consulado, os Adidos Militares, todos com as suas respectivas esposas.

A seguir recebem os cumprimentos das autoridades uruguais.

Terminada esta fase da recepção, os dois Presidentes, com suas esposas, se retiram, seguidos por todos aqueles que estavam na fila de cumprimentos.

O restante da Comitiva Presidencial, após o desembarque, foi para a Sala VIP, daí seguindo diretamente, para o Hotel Victória Pfãza, onde se hospedou.

Quando os Presidentes se retiraram do Aeroporto, voltamos ao nosso trabalho na Embaixada.

Durante o desembarque em Carrasco, o Protocolo foi cumprido fielmente. De acordo com ele, somente deveríamos cumprimentar o Presidente Sarney, o Presidente Sanguinetti e suas respectivas esposas. Também, seguindo o Protocolo não fomos cumprimentados pelos demais membros da Comitiva Presidencial.

AS HOMENAGENS AO NOSSO PRESIDENTE

RECEPÇÃO DO PRESIDENTE URUGUAIO

Na noite do mesmo dia da chegada, 2a. feira, 12 de agosto, o Presidente da República Oriental do Uruguai e senhora ofereceram uma recepção ao Presidente da República Federativa do Brasil e senhora.

Foram convidadas, aproximadamente, 1.200 pessoas. Lá estavam as mais altas autoridades do Uruguai, membros do Corpo Diplomático, os integrantes da comitiva brasileira, os diplomatas brasileiros que residem em Montevidéu, os Adidos Militares, e representantes da sociedade uruguaia, acompanhados de suas esposas.

Durante esta recepção, que durou duas horas, conversei com Oficiais do Exército Uruguaio, com outros Adidos Militares, com alguns diplomatas. Da comitiva presidencial, a única pessoa com quem falei, por um curto espaço de tempo, foi o Chefe da Casa Militar, General Ruben Bayma Denys.

NO CONGRESSO NACIONAL

No dia seguinte, 3a. feira, o Congresso Nacional do Uruguai, que lá é chamado de Assembléia Legislativa, reuniu-se, em Sessão Solene, para homenagear o Presidente do Brasil.

O plenário estava todo ocupado, as galerias repletas.

Nosso Presidente é recebido e saudado com muito entusiasmo. Faz um discurso de agradecimento e é intensamente aplaudido. Uma bela homenagem que nos enche de orgulho. Cantamos todos, com grande vibração, o nosso Hino Nacional. É o Brasil, que está ali, presente naquele momento.

Terminada a cerimônia, conversei, rapidamente, com uma única pessoa da comitiva do nosso Presidente, o Coronel Fabiano Coutinho Lins. Eu estava apressado pois devia chegar à Embaixada antes do Presidente, que lá iria receber a Colônia Brasileira.

"Dr. Tibiriçá" (no círculo) e Bete: más lembranças

Descendo as escadarias da Assembléia Legislativa chamo o meu motorista, pois já estava atrasado. É deste momento que a Revista "VEJA", de 21 Ago 85, publica a foto acima.

A "ROSA"

A COLÔNIA BRASILEIRA CUMPRIMENTA O PRESIDENTE

Terça-feira, 13 de agosto, 12:00 horas

Toda a Colônia Brasileira está reunida, na sede da Embaixada do Brasil, para cumprimentar o Presidente Sarney e Dona Marly.

Acessíveis, simpáticos, simples, agradáveis, são os elogios que se ouvem a respeito do casal.

Minha mulher retira-se mais cedo, pois minha irmã que estava passando uns dias conosco, encontrava-se enferma. Levo Joseíta ao carro e na volta cruzo, pela primeira vez, com a **"ROSA"** — mais velha, mais gorda — mas é a **"ROSA"** que me cumprimenta. Troçamos um aperto de mão e inicia-se um diálogo cordial, onde ela demonstra a sua satisfação por reencontrar-me. Disse que tinha uma grata recordação de minha pessoa pois, segundo ela, eu havia mudado a sua vida que, antes, era um inferno.

Entre dez e quinze convidados nos rodeiam nesse momento. "ROSA" sugere um brinde. Uma taça de champanhe lhe é entregue. Ela, então, na presença de todos que nos cercam, ergue a sua taça e tece alguns elogios à minha pessoa. Combinamos que, à noite, durante a recepção do Presidente, eu a apresentaria à minha mulher. Não tratamos de mais nenhum assunto e nos separamos.

"ROSA", quinze anos atrás, em 1970, fora acusada de pertencer a uma Organização Subversivo-Terrorista. a VAR-PALMARES e, juntamente, com outros jovens, fora presa, esse grupo de jovens é que me refiro no Capítulo "OS JOVENS E A SUBVERSÃO".

"ROSA", agora é a Deputada BETE MENDES eleita pelo PT, estando no momento sem Partido.

RECEPÇÃO AO PRESIDENTE URUGUAIO

Terça-feira, 13 de agosto, à noite

O Presidente José Sarney e senhora, oferecem uma recepção ao Presidente Júlio Maria Sanguinetti e senhora.

Novamente muitas pessoas presentes. Diplomatas, autoridades civis e militares, pessoas da sociedade, a comitiva do Presidente e um grande número de brasileiros residentes no Uruguai.

Como combinamos, apresentei Joseíta à Deputada. As duas se afastam um pouco e conversam a sós:

— Gostaria de agradecer-lhe as palavras que você dirigiu ao meu marido. Você foi muito honesta, muitas pessoas que passaram pelo DOI não têm a sua sinceridade.

— Realmente, ele foi muito bom para comigo, mudou a minha vida, me evitou muitos males!

— Ele não evitou males apenas a você, mas também a muitas outras pessoas, reintegrando, na família e na sociedade, muitos jovens. Gostei muito de conhecê-la.

Eu me aproximei das duas e perguntei:

— De que falam?

— Assunto de mulheres.

Riram e se despediram. Tinham os olhos marejados.

A DESPEDIDA DO PRESIDENTE

Quarta-feira, 14 de agosto, pela manhã, no Aeroporto de Carrasco:

Os Presidentes ainda não chegaram. As autoridades brasileiras e uruguaias se comprimem na Sala VIP. Minha mulher vê a Deputada, e em razão do encontro cordial da noite anterior, vai até ela, estende-lhe a mão, e deseja-lhe boa viagem. Eu procedo de maneira idêntica.

Anunciam que os Presidentes estão chegando ao Aeroporto. Nova linha de

cumprimentos é formada. A Comitiva Presidencial deve embarcar antes do Presidente e de D. Marly. Membros desta Comitiva passam bem próximo de onde estamos formandos. O Ministro Aureliano Chaves e outras autoridades se despedem de nós. Não sei se nesta hora, a da despedida, BETE MENDES falou com alguém na fila de cumprimentos. Comigo e com minha mulher ela náo falou.

Os Presidentes chegam. A comitiva já embarcou. Nos despedimos do Presidente Sarney e de D. Marly. O avião presidencial decola rumo ao Brasil.

FOI UM CHOQUE: FUI USADO

Sábado, 17 de agosto.

Às 07:30 horas somos despertados por um telefonema internacional. Era minha mãe, aflita, que quase sem poder se explicar, perguntava o que acontecera entre eu e uma atriz, pois as rádios estavam anunciando que eu havia sido exonerado do cargo pelo Presidente Sarney e que retornaria, imediatamente, ao Brasil. Tento tranqüilizá-la, dizendo que é de praxe a exoneração de um Adido, seis meses antes de findar a sua missão. Reafirmo que tudo estava em ordem e que nada de anor mal acontecera.

Antes do café, abro o jornal "EL PAIS" e, pasmo, leio:

"BRASIL CESA AGREGADO MILITAR EN URUGUAY ACUSADO DE TORTURA.
BRASÍLIA (16) (EFE) — EL AGREGADO MILITAR BRASILEÑO EM URUGUAY, CORONEL DE CABALLERIA BRILHANTE USTRA, FUÉ CESADO HOY DESPUÉS DE SER ACUSADO DE TORTURAS POR LA DEPUTADA BETE MENDES, QUE FORMABA PARTE DE LA COMITIVA PRESIDENCIAL QUE VISITÓ ESTA SEMANA MONTEVIDEO".

Fico atônito!

Minha mulher, calma, me diz: — recorte este artigo do jornal, mande para a BETE MENDES que ela desmentirá.

O telefone toca novamente. É meu irmão, o Cel Renato Brilhante Ustra que, do Rio de Janeiro, me conta todo o caso: as manchetes de jornais, a ida da

Deputada à televisão, sua carta ao Presidente...

Joseíta e minha irmã Gláucia, estavam incrédulas.

Vou à Chancelaria, entro em contato com os meus chefes em Brasília e recebo orientação: permanecer calado, não atender repórteres, aguardar instruções.

Sábado e domingo o telefone não pára de tocar. São amigos, de todas as partes, solidários comigo.

Raciocino. Sirvo de “bode expiatório”, em mais uma tentativa para denegrir a imagem do Exército. A Deputada era a pessoa indicada para toda a trama, pois eu não poderia, por força do Regulamento Disciplinar do Exército, ir para a imprensa desmenti-la e nem mesmo processá-la por calúnia, já que como Deputada possuía imunidades parlamentares.

DESMENTINDO A DEPUTADA (EX-ROSA)

QUEM SÃO ELES DEPUTADA?

Em sua carta ao Ministro do Exército, no item número 4, a Deputáda.BETE MENDES diz:

"e aqueles inocentes como eu, cujos corpos eu vi, e que estão nas listas de desaparecidos".

Essa carta, além de ser encaminhada ao nosso Ministro, foi lida por ela na Tribuna da Câmara dos Deputados e amplamente divulgada pela imprensa, em todo o país.

BETE MENDES não explica onde viu esses corpos. Creio que pretende insinuar, que os tenha visto no DOI. Mesmo tendo a certeza absoluta de que ela nunca viu pessoas mortas no nosso Destacamento, procurei pesquisar, com profundidade, em todas as listas de reivindicações de "desaparecidos" para provar esta minha afirmação. Após ter consultado os mais renomados livros lançados pela esquerda, as listas de "desaparecidos" elaboradas pelas organizações esquerdistas e pelas organizações de Defesa dos Direitos Humanos, encontrei o nome das cinco pessoas relacionadas abaixo que segundo as fontes consultadas, teriam "desaparecido", nos seguintes locais e datas:

— Antônio dos Três Rios Oliveira, em São Paulo, 10 Mai 70;
— Celso Gilberto de Oliveira, no Rio de Janeiro, Dez 70;
— Jorge Leal Gonçalves Pereira, no Rio de Janeiro, Out 70;
— Marco Antônio Dias Batista, em Goiás, Mai 70;
— Mário Alves de Souza Vieira, no Rio de Janeiro, 16 Jan 70.

Como pode-se verificar, segundo as fontes citadas, ver Bibliografia, o único "desaparecimento" no ano de 1970, em São Paulo, teria ocorrido em 10 de maio de 1970. BETE MENDES só permaneceu presa no período de 29 Set 70 a Out 70.

A Deputada Elizabeth Mendes de Oliveira fez uma acusação muito séria.

Quando acabou de ler a sua carta na Tribuna da Câmara, vários parlamentares discursaram se solidarizando com ela. A Imprensa deu a maior divulgação à sua carta. No entanto, ninguém, nem mesmo a imprensa, se lembrou de perguntar dados de suma importância para comprovar uma acusação como esta:

— Quantos corpos ela viu?
— Em que dia e local viu esses corpos?
— Nomes dos inocentes desaparecidos que ela viu?

Creio que, mesmo hoje, um ano e seis meses depois, essas respostas são de importância capital para atualizar vários arquivos, com dados que só a Deputada conhece.

O AMIGO MORTO A PANCADAS

A Revista “VEJA”, de 21 de agosto de 1985. publica uma matéria intitulada “O AMARGO REENCONTRO”, de onde se extrai o seguinte:

“*O corpo de um amigo, morto a pancadas, foi-lhe mostrado estendido numa maca, para desequilibrá-la emocionalmente. “Tudo isso era dirigido por ele, garante a Deputada.* ”

No dia 05 de dezembro de 1970, houve um combate entre uma Turma de Busca e Apreensão do nosso DOI e dois terroristas, chamados Y.F. (Joel) e E.N.Q. (Plácido), os quais faleceram no local do tiroteio. Este episódio é narrado neste livro, sob o título “BATISMO DE SANGUE”.

Essas duas mortes foram as primeiras que ocorreram no período compreendido entre 29 Set 70 (data de sua prisão) e 05 Dez 70 (data do tiroteio). Todos os livros e demais publicações de esquerda, também citam estas mortes como sendo as primeiras atribuídas ao DOI, no período acima mencionado.

Dezesseis anos são passados! É um espaço de tempo muito longo, porém insuficient para apagar da memória o nome de **um amigo**. Um amigo, cujo corpo, como ela declarou à Revista “VEJA”, foi-lhe mostrado para desequilibrá-la emocionalmente.

Para tornar mais preciso o publicado na Revista “VEJA” e para melhor esclarecer aos leitores dessa renomada Revista, peço que a Deputada diga:

— **O nome, o codinome e a Organização a que pertencia esse seu amigo, cujo corpo foi-lhe mostrado para desequilibrá-la emocionalmente.**

— A data em que seu amigo faleceu.

O ENCONTRO QUE NÃO HOUVE

"JORNAL DO BRASIL"
17 Ago 85
"FOI UM CHOQUE. NÓS NOS RECONHECEMOS"

Ao desembarcar segunda-feira no Aeroporto de Carrasco, em Montevidéu, junto com a comitiva oficial em visita ao Uruguai, a Deputada Bete Mendes (PMDB-SP) divisou entre os integrantes do comitê de recepção uma figura conhecida. "Foi um choqué Depois de 15 anos reabriu-se uma ferida que eu pensava já ter cicatrizado" — conta ela, no Rio, depois de ter falado com o Presidente José Sarney pelo telefone. "Eu estava diante do homem que me tortutou em 1970, nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo".

BETE MENDES manteve a calma ao apertar a mão do Coronel Brilhante Ustra. "Nós nos reconhecemos mutuamente", remarcou.

Depois do encontro no Aeroporto de Montevidéu, Bete e Brilhante só voltaram a se ver na Embaixada, durante a recepção...

NOTA DO AUTOR: A Deputada estava sem Partido.

JORNAL "O GLOBO"
17 Ago 85

A atriz e Deputada Federal falou aos jornalistas em seu apartamento em Copacabana, onde permanecerá até a próxima quinta-feira...

BETE MENDES disse que quando se encontrou com o Coronel Brilhante Ustra, em Montevidéu, durante a viagem presidencial desta semana, os dois se

reconheceram instantaneamente, ela levou um choque, mas mesmo assim estendeu a mão para cumprimentar.

— Foi uma experiência terrível, mas depois disso eu procurei superar a situação. Durante a reunião na Embaixada Brasileira, o Coronel me procurou, agradeceu por eu tê-lo cumprimentado na chegada" e...

REVISTA "VEJA"
21 Ago 85
"O AMARGO REENCONTRO"

A Deputada Federal Bete Mendes, 36 anos, jamais poderia esquecer aquela fisionomia, o desenho do queixo quadrado, e ele estava à sua frente, na segunda-feira passada, junto a quase uma centena de outros rostos enfileirados à margem do tapete vermelho que se estendia pelo chão do Aeroporto de Montevidéu. Ela o saudou formalmente e passou adiante na longa fila de cumprimentos. Ainda ecoavam sobre o aeroporto os estrondos dos 21 tiros de canhão que saudaram a chegada da comitiva do Presidente José Sarney ao Uruguai. Perfilado com os demais funcionários da Embaixada Brasileira em Montevidéu, junto à fila das autoridades uruguaias; o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, 53 anos, manteve-se impassível. "Ele não deixou transparecer nenhuma emoção, mas tive certeza de que me havia reconhecido", contaria depois a Deputada.

Essa foi a primeira vez que integrei uma comitiva para, numa longa fila de cumprimentos, receber um Presidente. Como um recruta, postado entre os demais Diplomatas e Adidos ao longo da pista, estava atento para não cometer erros. Observava tudo que os Diplomatas faziam, para seguir à risca as regras do cerimonial. Minha atenção se concentrava nas figuras dos dois Presidentes que, com suas esposas, se aproximavam para o lugar de honra, onde seriam cumprimentados. Desse modo, mal vi a Comitiva Presidencial que, ao longe se deslocava para a Sala VIP do Aeroporto de Carrasco.

Sempre observando as regras do cerimonial, assim que os Presidentes se

retiraram, seguidos pelas autoridades uruguaias e brasileiras, nos retiramos, também, integrando a longa coluna de carros que se deslocava atrás do automóvel com os dois Presidentes.

Afirmo que no Aeroporto, na chegada do Presidente, não cumprimentei e nem sequer vi a Deputada BETE MENDES. Posso ter sido reconhecido por ela. É verdade que eu estava fardado e usando quepe, assim, como outros dois Adidos. Da distância onde a comitiva se encontrava ela poderia, somente, visualizar um Oficial do Exército com o seu uniforme verde-oliva. Seria muito difícil que nessas condições, e entre "centenas" de rostos enfileirados, a Deputada, de tão longe, tivesse me reconhecido, e "tido um choque", a não ser que tivesse desembarcado com a plena certeza de que eu estava no Uruguai. E, assim mesmo porque o choque?

Peço que a Deputada prove, concretamente, que nós nos cumprimentamos, ou nos encontramos, durante a chegada do Presidente Sarney, no Aeroporto de Carrasco, no dia 12 de agosto de 1985, uma segunda-feira.

PALAVRAS CONTRA PALAVRAS

TRECHOS EXTRAÍDOS

Da Carta ao Presidente Sarney

"Pior que o fato de reconhecer o meu antigo torturador foi ter que suportá-lo seguidamente a justificar violência cometida contra pessoas indefesas e de forma desumana e ilegal, como sendo para cumprir ordens e levado pelas circunstâncias de um momento".

Da Carta ao Ministro do Exército

"Por mais de uma vez, Senhor Ministro, o Coronel acercou-se de mim tratando-me com amabilidade, tentando justificar sua participação no episódio e desculpando-se por ter "cumprido ordens" e por "ter sido levado pelas circunstâncias de um momento histórico".

Do "JORNAL DO BRASIL" (17 Ago 85)

"Depois do encontro no Aeroporto de Montevidéu, Bete e Brilhante só voltaram a se ver na Embaixada, durante a recepção oferecida à comunidade de brasileiros no Uruguai, terça-feira. O hoje Coronel a abordou e disse que lamentava o que ela havia sofrido em suas mãos, "por força das circunstâncias". A Deputada, atualmente com 36 anos, o ouviu, balbuciou um "tudo bem" e pediu licença para se afastar".

De "O GLOBO" (17 Ago 85)

"O Coronel me procurou, agradeceu por tê-lo cumprimentado na chegada e pediu desculpas pelo passado, dizendo que fez aquilo porque foi forçado pelas circunstâncias"

Essa foi uma das acusações que mais me chocou, é, também, a melhor elaborada pela Parlamentar em toda essa seqüência de calúnias quando procura apresentar-me à opinião pública como:

— um monstro que “cometeu violências contra pessoas indefesas e de forma desumana e ilegal”;

— um covarde que tenta justificar, segundo suas palavras, atos criminosos dizendo que os praticou mediante ordens e levado pelas circunstâncias.

Esta será a mais difícil de minhas réplicas. Serão palavras contra palavras.

Durante o período em que a Sra. BETE MENDES permaneceu no Uruguai estive com ela em três ocasiões:

A primeira, no dia 13 de agosto, 3a. feira;

Foi durante a recepção oferecida à comunidade brasileira no Uruguai. O encontro que tivemos foi narrado neste livro, no Capítulo intitulado “A ROSA”. Nessa ocasião eu não teria motivos para ser indelícado com a Deputada, já que quinze anos atrás, o nosso encontro no DOI, com ela já presa, foi o melhor possível.

O nosso diálogo na Embaixada durou no máximo dez minutos, onde, na presença de várias pessoas ela só me dispensou palavras elopiosas, não demonstrando estar me “suportando”. Nessa oportunidade eu pensei, e ainda penso, que ela foi sincera. Afinal, ela estava conversando com um homem que 15 anos antes a tratara muito bem, declarara em juízo a seu favor e abreviara, ao máximo, o seu período na prisão.

A segunda, no dia 13 de agosto, 3a. feira.

Ocorreu à noite, no Parque Hotel, durante a recepção oferecida pelo nosso Presidente. Esse encontro também está narrado no Capítulo “A ROSA”.

Entre muitas contradições a Deputada se refere a esse encontro como sendo na Embaixada. Na realidade ele ocorreu à noite, quando limitei-me a apresentá-la à minha mulher, e mantive com BETE MENDES um diálogo que não deve ter ultrapassado meio minuto de duração. A conversa que minha mulher teve com ela, não foi além de dois minutos, tudo conforme está muito bem claro em “O Pasquim” (27 de fevereiro a 05 de março de 1986).

MARA TERESA: — *E que tipo de diálogo mantinha contigo?*

BETE MENDES: — *Bem, no Aeroporto era uma coisa formal, aquela coisa com banda, tapete vermelho, autoridades, cumprimentos; depois, na segunda vez que o vi, foi na embaixada brasileira, quando ele se acercou de mim, para me apertar a mão.*

JAGUAR: — *Quantos anos ele tem?*

BETE MENDES: — *Eu li num jornal que ele tem cinqüenta e poucos anos; neste coquetel me apresentou a mulher.*

MARA TERESA: — *E como ele te apresentou, por acaso disse: "olha, essa aqui é uma mulher que eu torturei" (risos).*

BETE MENDES: — *Não, ele disse: "Eu quero te apresentar minha esposa", e aí quando ele apresentou ela disse que queria conversar a sós comigo, me agradeceu pelo tratamento civilizado que eu tinha dado ao marido, mas queria que eu soubesse também que ela apoiou e achou certo o que ele fez; aí ele voltou, ela falou só isso, ele ficou um pouco afastado e voltou. Aí pedi para dois deputados saírem comigo porque eu não agüentava mais ficar*".

A terceira, no dia 14 de agosto, 4a. feira, pela manhã.

Aconteceu durante o embargue da Deputada, na Sala VIP.

Foi também muito rápido, não mais de meio minuto. Apenas para lhe desejar boa viagem e trocar um aperto de mão. Este encontro, também, está narrado no Capítulo "A ROSA".

Durante as quarenta e oito horas que a Deputada BETE MENDES permaneceu no Uruguai, conversei com ela, no máximo, durante doze minutos e minha mulher dois minutos.

Jamais, neste espaço de tempo, tentei me justificar ou pedir desculpas, simplesmente porque não havia motivo para isso. Além do mais, como eu, um Oficial de Informações durante muitos anos iria, em uma recepção, na presença de várias pessoas, fazer "confidências" e justificar-me por fatos que não aconteceram e além de tudo, tentar transferir a culpa para os meus chefes?

A Deputada faz uma afirmação que eu nego. É a palavra dela contra a minha. Testemunhas a seu favor talvez ela consiga no seio dos simpatizantes de sua causa, ou até quem sugeriu-lhe o aproveitamento do seu encontro comigo, para levantar uma bandeira de vítima da repressão, conseguindo se reeleger graças à propaganda alcançada.

TRINTA NÃO! DEZOITO, DEPUTADA.

Não sei qual o motivo porque a Sra. BETE MENDES, nas suas coletivas aos jornais, insiste em dizer que esteve presa 30 dias quando na realidade foram 18 os dias em que permaneceu no DOI/CODI/II Exército.

Pode ser que ela aumente este prazo de permanência para tentar justificar “as torturas a que fora submetida”. É claro, uma pessoa que foi torturada com choques elétricos, pau-de-arara, amaciamentos e tapas (como ela insinua na sua carta ao Ministro do Exército), ficaria com hematomas que não poderiam desaparecer em 18 dias.

A Parlamentar pode estar dilatando esse prazo para se fazer passar por uma vítima que permaneceu um mês no cárcere. Ou, então, porque não deseja que o público saiba que, a meu pedido, o seu tempo de permanência na prisão foi reduzído. O normal para uma pessoa indiciada em Inquérito, era permanecer presa por 30 dias.

Pode ser que ela esteja insinuando que não a prendemos no dia 29 de setembro e que ela ficou “enrustida” 12 dias no DOI.

Eu afirmo que a Sra. BETE MENDES esteve presa 18 dias, no período de 29 de setembro de 1970 a 16 de outubro de 1970.

Para corroborar a minha afirmativa, nada melhor que as próprias palavras dela ao jornal “O Pasquim”; (17 Fev a 5 Mar 86).

— JAGUAR: — *E foi neste mês fatídico que você encontrou o tal Ustra?*

— BETE MENDES: — *Na primeira vez que eu entrei, era outro coronel na chefia e no dia que eu voltei, este Coronel reuniu toda a equipe e mandou que tivessem um tratamento especial comigo. Aí eu senti a vingança;* **este Coronel estava saindo este dia e estava entrando o Major Brilhante Ustra** (*O grifo é do autor*)

Exatamente, segundo o Boletim Interno do II Exército e segundo consta nas minhas Folhas de Alterações, eu assumi o Comando do DOI/CODI/II Exército em 29 de setembro de 1970, data da sua prisão.

Para confirmar a data da sua libertação, basta pesquisar o jornal "O ESTADO DE S. PAULO", de 17/10/70, página 12, 3a. coluna, Setor de Inteligência, codinome "ROSA".

Na sua entrevista a "O PASQUIM" (17 Fev a 05 Mar 86), a Deputada também diz:

— "*Quando cheguei presa na OBAN os policiais davam tiros pro alto pra comemorar minha captura*".

Isso jamais aconteceu. Nunca comemoramos as prisões com tiros para o alto.

No dia em que a "ROSA" foi presa eu estava assumindo o Comando do Destacamento e não ouvi esses tiros.

O DOI/CODI/II Exército era uma Unidade Militar, e portanto sujeito à disciplina e aos regulamentos, não um grupo de bandoleiros. O Comando do II Exército, assim como eu, jamais permitiríamos que isso ocorresse.

O DOI era um órgão que vivia em permanente estado de tensão, sempre na expectativa de sofrer um atentado. Um tiro disparado colocaria todo o Destacamento em Situação de Emergência. Não podíamos nos desgastar festejando as prisões que fazíamos.

Além disso creio que a Deputada ainda deve se lembrar dos momentos em que ficava, juntamente com os outros jovens da VAR-PALMARES, tomando banho de sol no pátio do Destacamento e aproveitando a oportunidade para discutir com os nossos oficiais os problemas brasileiros. Como a Deputada deve ter reparado, o DOI é cercado de prédios muito elevados e tiros para o alto, partindo do nosso pátio, certamente colocariam em risco a vida dos nossos vizinhos.

UM ANO, NÃO! DEZOITO DIAS

Transcrito da Folha de São Paulo, 18/02/87, página A-27 — Vidal Cavalcante — Do Banco de Dados e da Redação da Folha.

"BETE MENDES, DA TV PARA A SECRETARIA"

"*Em 1970, incriminadaí por um dos textos teatrais que escrevera há mais de seis anos, Bete Mendes foi presa. Colocada em liberdade um ano depois, foi processada e absolvida em sentença de 5/12/72 do Superior Tribunal Militar.*

No início da década de 70, ela dedicou-se a militância sindical no âmbito da classe artística e logo adotou atitudes de feminismo".

É preciso, mais uma vez, reafirmar a verdade.

Como consta neste livro, Bete Mendes foi presa, em 1970, por integrar, como militante, o Setor de inteligência de uma Organização Subversivo-Terrorista, a Vanguarda Armada Revolucionária — Palmares.

Isso, ela mesma declara, 15 anos depois de absolvida, em sua entrevista ao jornal "O Pasquim" (Ver capítulo "1986 — De Simpatizante a Quadro").

Não é verdadeira a notícia acima transcrita. Bete Mendes não foi incriminada por um texto teatral que teria sido escrito por ela "há mais de seis anos" antes de sua prisão, portanto aos quinze anos de idade.

Esse texto teatral é totalmente desconhecido dos Órgãos de Segurança. Não sabemos se além do dramaturgo Oduvaldo Viana Filho, Vianinha, que já está morto e é citado na matéria, o meio artístico e cultural o conhecem.

A VAR-PALMARES E AS AÇÕES ARMADAS (Vanguarda Armada — Palmares)

A Deputada BETE MENDES, em longa entrevista ao jornal "O Pasquim", de 27 Fev a 05 Mar 86, respondeu às seguintes perguntas:

— JAGUAR — *Você dizia: "Hoje eu não posso assaltar o banco porque hoje tem gravação?" (risos)*

— BETE MENDES — *Não, era diferente, eu fazia parte da inteligência da organização, eu estudava muito e terminei fazendo parte do grupo pensante da organização.*

— JAGUAR — *Você não chegou a participar de alguma ação armada?*

— BETE MENDES — *Não, minha organização não participava de nenhuma acão armada, eu era da VAR-PALMARES, uma dissidência da VPR, e a gente não assaltava banco nem nada disso, inclusive havia divergência de conceito de quando deveria começar a guerra.*

Acredito que BETE MENDES, como pertencia ao Setor de Inteligência do Comando Regional da Organização em São Paulo não participou de nenhuma ação armada. No entanto, como ela mesmo diz que "fazia parte do grupo pensante da Organização", torna-se impossível crer que pelo menos, ela não tenha tomado conhecimento das ações praticadas, pela VAR-PALMARES, até 29 de setembro de 1970, data da sua prísão. Se não tomou conhecimento, através da Organização, mesmo sendo diretamente subordinada a "MAX", coordenador da Regional de São Paulo, pelo menos é quase impossível crer que não ouvisse falar das seguintes ações:

a. No Rio de Janeiro

1) *Assalto ao Banco Aliança, Agência Muda/RJ, em 11 de julho de 1969.*

Os participantes: C.C.S. (Joaquim); A.F.S. (Baiano); F.R.S. (Mário); R.J.M. (Rafael); S.E.L. (Mariana); A.F.S. (Ari); F.B.P.F. (Fernando Ruivo) e D.C. (Léo), escreveram nas paredes da agência: VAR-PALMARES.

Após o assalto os terroristas assassinaram o motorista de praça Cidelino Palmeiras do Nascimento que conduzia policiais em perseguição aos assaltantes.

Notícia publicada em 12/07/69, Jornal do Brasil, página 18.

2) *A chamada Grande Ação, em 18 jul 69, quando foi roubado de um cofre na residência de Ana Capriglione, Santa Teresa/RJ, a quantia aproximada de 2 milhões e 500 mil dólares.*

Notícia publicada no Jornal do Brasil, em 19/07/69. Ação tão famosa entre os militantes que passou a ser chamada "A Grande Ação".

b. No Rio Grande do Sul

1) *Assalto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Agência Tristeza, Porto Alegre, em 28 jan 70, numa atuação "Em Frente" com o M3G (Mão, Marx, Marighella e Guevara). Participaram pela VAR-PALMARES: A.C.S. (Motorista de Táxi); J.B.R. (Catarina); P.R.T.F. (Fernando).*

2) *Assalto ao Banco do Brasil, Agência Viamão/RS, em 18 Mar 70, em atuação "Em Frente" com o M3G. Participaram pela VAR-PALMARES: F.M.T. (Juan — Paco); G.B.S. (Bicho); I.M.S.O. (Martinha); J.B.R. (Catarina); M.D.F. (Silva); P.R.T.F. (Fernando).*

c. Em São Paulo

— *Tentativa de assalto a um estacionamento, situado na Av. Santo Amaro, em Mar/Abr de 1970;*

— *Assalto ao Supermercado do SESI, no Cambucí, em Abr/Mai de 1970;*

— *Assalto ao Supermercado Pão de Açúcar, na Rua Conselheiro Furtado, em Jul 70;*

— *Assalto ao Supermercado Pão de Açúcar, na Rua Afonso Brás, em Set 70;*

— *Assalto ao Supermercado Pão de Açúcar, na Rua Baturité, em Set 70;*

— *Assalto ao Supermercado Peg-Pag, na Av. Paes de Barros, em Out 70.*

d. Seqüestro de um avião

Seqüestro de um Caravelle da Cruzeiro do Sul, desviado para Cuba em 01 Jan 70. Participaram da ação: J.A.L. (Ciro), M.G.F. (Mirian), A.M.C.S. (Ari), C.G.M.L. (Amélia).

O objetivo foi o de fazer propaganda da VAR-PALMARES no exterior e levar à Cuba militantes que poderiam conseguir treinamento de guerrilha.

Para dar uma idéia da periculosidade dessa Organização Terrorista, vou citar algumas ações praticadas pela VAL-PALMARES, após a prisão de BETE MENDES, em 29 Set 70, ações essas que, pelas suas declarações a "O Pasquim", também não são do seu conhecimento.

a. No Rio de Janeiro

1) *Assalto ao carro de Transporte de Valores da Transfort S/A, Estrada da Portela, Madureira/RJ, atuando "Em Frente" com o MR-8, em 22 Nov 71.*

Participaram pela VAR-PALMARES: J.A.L. (Ciro); C.A.S. (Soldado); J. C. C.

Roubaram duas metralhadoras, duas pistolas calibre 45 e uma espingarda calibre 12.

Durante a ação foi travado violento tiroteio, sendo morto por uma rajada de metralhadora o Suboficial da Reserva da Marinha, José Amaral Villela, Chefe de Segurança do carro de transporte. Ficaram feridos Sérgio da Silva Taranto (motorista), Emílio Pereira e Adilson Caetano da Silva (guardas de segurança). Foram roubados, também, Cr$261.411,30.

2) *Assalto ao Curso Fischer, Rua Conde de Bonfim, 77, Tijuca/RJ, "Em Frente" com a PCBR e VPR.*

Participantes da VAR: L.M.S.N. (Ana); J.J.P.A.O. (Ratinho); H.S. (Nadinho); C.A.S. (Soldado). Em 24/01/72.

3) *Assassinato do Marinheiro inglês, em 05 Fev 72, David A. Gutheberg, na Rua Visconde de Inhaúma, Rio de Janeiro, numa atuação "Em Frente" com a ALN, VPR, PCBR.*

Participantes da VAR-PALMARES: C.A.S. (Soldado) e L.M.S.N. (Ana).

O Marinheiro era tripulante do navio inglês H.M.S. Triunph, que se encontrava ancorado no Porto do Rio de Janeiro.

4) *Assalto ao Banco da Bahia e ao Banco de Crédito Territorial, Rua Bela, São Cristóvão/RJ, "Em Frente" com a ALN e o PCBR, em 25 Fev 72.*

Participaram pela VAR: C.A.S. (Soldado); H.S. (Nadinho); J.A.L. (Ciro) e L.M.S.N. (Ana).

Os terroristas armados de metralhadoras, fuzis, uma pistola calibre 45 e revólveres calibre 38, interditaram a Rua Bela e a Conde de Leopoldina, bloqueando o tráfego com dois deles em cada esquina, enquanto os demais realizaram o assalto aos dois Bancos simultaneamente.

5) *Assalto ao Banco Territorial, em Abr 72, na Avenida Brasil/RJ, "Em Frente" com o MR-8 e o PCB R.*

Participaram pela VAR-PALMARES: J.C.C; I.M.C. (Guiomar); M.E.S.

(Adriana)

6) *Assalto ao Banco Nacional, Braz de Pina/RJ, em Jul 72, “Em Frente” com o PCBR.*

Tomaram parte pela VAR-PALMARES: J.C.C.; P. C.A.C. (Baiano ou Rodolfo).

7) *Assalto ao Banco Itaú, Botafogo/RJ, em Out 72, “Em Frente” com o PCBR.*

Atuaram pela VAR-PALMARES: J.C.C.; P.C.A.C. (Baiano ou Rodolfo).

8) *Assassinato do Dr. OTÁVIO GONÇALVES MOREIRA JÚNIOR, em 25 Fev 73, Copacabana/RJ, atuando “Em Frente” com a ALN e PCR.*

Participou pela VAR-PALMARES: J.A.L. (Ciro).

b. No Rio Grande do Sul

Asaalto em 14 Dez 73, ao Banco Francês e Brasileiro, em Porto Alegre/RS, “Em Frente” com o PCBR.

Participaram pela VAR-PALMARES: J.A.L. (Ciro); V.P.S.A.; I.M.C. (Guiomar) e A.C.L. (Joaquim).

c. Em São Paulo

— *Assalto à Empresa Paulista de ônibus, na Vila Prudente, em Out 70;*

— *Novo assalto ao Supermercado Pão de Açúcar, na Rua Baturité, em Nov 70;*

— *Assalto ao Supermercado Pão de Açúcar, na Rua Barão de Jundiaí, em Nov 70;*

— *Assalto ao Supermercado Gigante, no Bairro da Lapa, em Fev 71, realizado “Em Frente”com o PRT;*

— Assalto à Fábrica de Parafusos MAPRI, na Vila Leopoldina, em Mar 71, realizado “Em Frente” com o PRT;

— Assalto à Firma RCA-VICTOR, no Bairro do Jaguaré, em Mai 71;

— Assalto à Empresa de ônibus TUSA, na Freguesia do Ó. a 10 M ai 71. Durante a realização desse assalto, foi morto Manoel Silva Neto, Soldado PM;

— Tentativa de assalto a uma casa de armas, da Av. Rangel Pestana. O assalto não se concretizou face à reação do proprietário do estabelecimento, que foi ferido a tiros;

— Tentativa de assalto a uma casa de armas, no Bairro da Lapa. Esse assalto não se concretizou, face a reação do vigia do estabelecimento, que, inclusive, feriu a A.F.S. (ARI);

— Tentativa de assalto à residência de um colecionador de quadros, na Rua Veríssimo Glória.

PRESIDENTE: "FUI TORTURADA POR ELE"

Quanto às acusações da Deputada BETE MENDES, gostaria de dizer o seguinte:

Estamos numa democracia plena. Tenho a mais absoluta convicção de que a democracia que vivemos foi possível, em parte, graças ao trabalho de Órgãos como o que eu comandei e que acabaram com as Organizações Subversivo-Terrorístas, entre as quais, aquela a qual a Deputada pertencia, a VAR-PALMARES.

Os métodos que usávamos para desmontar essas Organizações não eram, somente, os de combate aos seus grupos de fogo. Procurávamos agir, também, através da conscientização das pessoas, procurando mostrar-lhes que estavam adotando um caminho errado na sua luta idealista por um Brasil melhor. Tivemos muitos êxitos, principalmente çom os jovens. Com esse trabalho reduzimos o número de militantes das Organizações Subversivo-Terroristas e aumentamos o número de jovens reintegrados à sociedade.

Foi o caso de "ROSA" e o daqueles jovens da VAR-PALMARES presos com ela.

Tanto estávamos certos que no dia 30 de março de 1971, cinco meses e meio após a sua saída da prisão, BETE MENDES livremente, sem coação, na presença de seus dois advogados, do Juiz Auditor e do Procurador Militar, chorando arrependida declarou que não acreditava em nenhuma Organização Subversiva e que elas queriam apenas destruir. Nessa ocasião BETE MENDES nem se referiu ao terrorismo o qual é de muito maior periculosidade do que a subversão.

Hoje, "ROSA" é uma Deputada Federal, eleita pelo povo e integrando a bancada do maior Partido do país. Convenhamos que é uma situação consideravelmente melhor do que se estivesse integrando um "Governo Revolucionário dos Trabalhadores", implantado no Brasil através da "Guerrilha Revolucionária de Classe". ("PROGRAMA" da Organização que BETE MENDES publicamente renegou em 30 de março de 1971, a VAR-PALMARES).

OS PAIS

Todo o trabalho de recuperação de jovens deve-se, em grande parte, ao apoio que os pais deram ao nosso esforço. Isso, aliás, afirmei na minha Declaração encaminhada ao Juiz-Auditor da 1a. Auditoria Militar de São Paulo, o mesmo Juiz que julgou a hoje Deputada Federal BETE MENDES, quando digo: "Temos, portanto, elementos para crer, pessoalmente, que a política adotada com estes jovens tem-se mostrado inteiramente acertada, sendo certo que, para tal correspondência, muito tem contribuído a assistência de seus pais".

Creio que será muito válido reproduzir o que o jornal "O Estado de São Paulo", de 17 de outubro de 1970, publicou a respeito do grupo de jovens do qual fazia parte BETE MENDES.

A ADVERTÊNCIA DOS PAIS

“**A verdade é que nossos filhos foram intoxicados pela doutrina comunista** — *palavras do pai de um dos jovens ontem colocados em liberdade.*

”**Julgava que minha filha estivesse imune à trama da subversão** — *são palavras do pai de uma jovem que até o início deste ano lecionava religião em um estabelecimento do ensino, nesta Capital.*

Esses são alguns dos depoimentos que um grupo de pais — cujos filhos formavam na Organização Vanguarda Armada Revolucionária — prestaram durante programa gravado por uma estação de televisão, e que será transmitido em rede. 2a. feira, às 22h45m. para todo o País.

Na oportunidade, respondendo as perguntas que lhes foram formuladas por jornalistas, os pais prestaram diversas informações acerca do comportamento de seus filhos. Um deles, preocupado com o desaparecimento de sua filha e suspeitando que ela estivesse envolvida em movimento subversivo, procurou a colaboração das autoridades militares, na busca à menor, a qual foi localizada em um dos “aparelhos” onde já vivia na clandestinidade.

No curso da entrevista todos os pais presentes foram unânimes em ressaltar o tratamento humano dispensado aos seus filhos no órgão de segurança onde estavam recolhidos, (*o grifo é do autor*)

De uma forma geral, os pais assumiram responsabilidade pelos erros que possivelmente cometeram em razão do excesso de confiança que depositavam em seus filhos, pois admitiam que as facções subversivas poderiam envolver outros jovens e que jamais alcançariam seus lares.

A circunstância de os jovens terem sido localizados e presos no início da clandestinidade — segundo opinião de seus pais e de autoridades — evitou que eles, inconscientemente, chegassem à etapa principal do aliciamento: o seu envolvimento definitivo na organização através da prática de ações violentas”.

A DECLARAÇÃO DA REPRESENTANTE DO JUIZADO DE MENORES

A seguir transcrevo o que a representante do Juizado de Menores, senhora Zuleika Sucupira, disse aos jornalistas presentes quando estes entrevistaram os pais, que aguardavam o início da gravação do programa de TV. Devo, antes, acrescentar que os pais dos jovens, livre e espontaneamente, atenderam ao convite do Comando do II Exército, e compareceram aos Estúdios da TV Tupi.

Essa declaração da senhora Zuleika Sucupira, também consta da matéria publicada pelo "O Estado de São Paulo", 17 Out 70.

"A representante do Juizado de Menores Sra. Zuleika Sucupira, por seu turno, disse que mantivera diversos contatos com os jovens tendo verificado, em palestra informal com os detentos, que estes não haviam sofrido nenhum tipo de violência. Ressaltou que o Serviço Assistência de Menores não possui recursos e nem condições "para dispensar a esses jovens o tratamento que eles vêm recebendo por parte das autoridades militares."

NOTA DO AUTOR:

BETE MENDES tinha na época, 21 anos e 5 meses, portanto não era menor, mas como se pode verificar, foi dado a ela o mesmo tratamento dos menores, não publicando nem mesmo o seu nome na imprensa.

Peço à Deputada que prove que foi torturada. E prove que seus pais e parentes também foram presos e torturados.

AS DECLARAÇÕES DE “MAX”

Corroborando as minhas afirmações de que a Deputada nunca foi torturada, nada melhor do que o próprio testemunho do seu antigo líder na VAR-PALMARES, C.F.P.A. (Max), o qual na ânsia de ajudá-la acabou por contraizê-la.

O jornal “Zero Hora”, de 20 de Ago 85, de Porto Alegre, em matéria intitulada “**Deputado lembra contato mantido em 70**”, publica declarações de “MAX”, parte das quais transcrevo abaixo:

“*Eu era o único preso quando Brilhante Ustra assumiu dizendo que não haveria mais torturas. Disse que faria interrogatórios sem utilizar os métodos de tortura. Ele era metido a bonzinho. Nos primeiros dias, de fato, não houve torturas, que eu saiba. Mas, lá por outubro, o Brilhante Ustra ficou fora uns dias, umas duas semanas. Daí, quando voltou, pelo fim do mês de outubro, as torturas voltaram com violência*”.

BETE MENDES esteve presa entre 29 Set 70 e 16 Out 70, período que segundo o seu amigo “MAX”, não houve tortura.

A Deputada veio a público para “denunciar” que foi torturada, somente após a sua viagem ao Uruguai, na Comitiva do Presidente.

Por que demorou 15 anos para fazer essa denúncia? Por que não aproveitou a grande oportunidade do seu depoimento na Justiça, para a exemplo da maioria dos subversivos, “denunciar” os maus tratos recebidos? Por que não aproveitou a sua entrevista à Revista AFINAL, n.° 44, em 02 Jul 85, exatamente a um mês e quatorze dias antes da sua carta ao Presidente Sarney?

Naquela ocasião, a Deputada disse, a respeito do DOI, apenas o seguinte:

“Admirador de telenovelas, o Coronel que acabava de assumir o Comando do DOI-CODI paulista não conseguia entender o que fazia, enclausurada em seus domínios, aquela moça tão bonita. “Por que a Renata do Beto Rockfeller está aqui?” quis saber o Coronel, referindo-se à novela de Bráulio Pedroso,

grande sucesso no final dos anos 60”.

“Eu conseguia ser atriz, estudante de Sociologia e revolucionária ao mesmo tempo”, conta hoje BETE MENDES, que passou 30 dias presa no II Exército, por conta de sua militância na organização clandestina VAR-PALMARES.

Só agora ela revela a sua militância.

— “Subi aos palanques sem falar sobre isto para não posar de heroína”.

Como poderia ter omitido algo tão marcante como a tortura?

A denúncia da Deputada comoveu todos que a viram na TV, ou que leram suas declarações à imprensa.

Sei que muitas pessoas choraram ante à cena dramática que ela representou.

Não consegui ver o vídeo. Os amigos não me deixaram, mas imagino como foi.

Li o que a imprensa publicou. Foi terrível.

A campanha que a Deputada fez contra mim e que a imprensa publicou, sem efetuar uma pergunta mais concreta, aparentemente foi muito bem feita. Digo aparentemente, porque as acusações não foram checadas, o que me faz crer, cada vez mais, que no Uruguai a Deputada pstava sendo sincera. Na volta, na pressa de montar toda essa farsa, esqueceram seus assessores de pesquisar para verificar se tais acusações poderiam ser desmentidas.

Afinal, a fama do DOI, através de tantas calúnias, levou os que planejaram tudo, a crer que sempre haveria um morto ou um desaparecido, no período em que a Deputada esteve presa.

Além disso, eu sempre suportei calado por mais de 10 anos, todas as acusações que até então vinham fazendo contra a minha pessoa.

No entanto, em minha defesa e em defesa de minha família, desta vez, rompi o silêncio.

ENCERRAMENTO

PALAVRAS FINAIS

Este livro pretende ser uma resposta. Resposta à injúria, à difamação, à calúnia, á mentira. Decidi escrevê-lo após as denúncias da Deputada Bete Mendes. Aproveitei para mostrar que as calúnias da Deputada inserem-se num contexto amplo de fabricação de nossa História Contemporânea. Participante, embora modesto, de uma parte dessa História, não me poderia calar. Testemunha de fatos, não me poderia omitir. Nos fatos que me dizem respeito, minha família, meus amigos e meus companheiros não me perdoariam, se eu calasse. Nos fatos que dizem respeito ao meu país, não poderia encarar meus concidadãos, se me omitisse. E, em ambos os casos, este livro é uma satisfação à minha consciência.

Não tem este livro o objetivo de reacender conflitos, nem alimentar ressentimentos. Não pretendo sequer contrapor, com este livro, o revanchismo estimulado por alguns. Creio que na verdade não mora a discórdia. Não pretendo reacender uma luta que é parte do passado. Não guardo mágoa, rancor ou ressentimento. Nem mesmo com as recentes calúnias de que tenho sido alvo. O meu trabalho, principalmente na época difícil da guerrilha revolucionária, ensinou-me a conhecer as pessoas e a compreender suas razões.

Tampouco este livro tem conotação com as dificuldades ocasionais por que passa o país, muito menos ligação com fatores profissionais de minha carreira militar. O cidadão que o escreveu sentiu-se no dever de dar seu testemunho; na obrigação de não se calar diante da mentira. A época em que o livro foi escrito e editado, não guarda relação com fatos que se desenvolviam no mesmo período, relativos a conjuntura nacional ou ao Almanaque do Exército.

Por fim, repito uma idéia que é uma constante neste livro: o estabelecimento da verdade, nele buscado, quer contribuir para trazer bases mais autênticas para a união, a paz e a concórdia entre os brasileiros.

BIBLIOGRAFIA

CASO, Antônio. — A Esquerda Armada no Brasil — 1967/1971. (Los Subversivos — Prêmio Testemunho 73. Casa de Las Américas — La Habana. Cuba). Lisboa, Moraes, 1976.
AZAM, Carli I. S. — A Hidra Vermelha. Samidzdat, 1985.
STERLING, Claire. — A Rede do Terror. A guerra secreta do terrorismo internacional. Rio de Janeiro, Nórdica, 1982.
© 1985, Arquidiocese de São Paulo. — Brasil: Nunca Mais — Petrópolis, Vozes, 1985.
GIORDANI, Marco Pollo. — Brasil Sempre — Porto Alegre, Tchê, 1986.
GABEIRA, Fernando. — O Que é Isso Companheiro? — Rio de Janeiro, Codecri, 1979
MARIGHELLA, Carlos. — Minimanual do Guerrilheiro Urbano, ed. particular.
SYRKIS, Alfredo. — Os Carbonários — Memórias da Guerrilha Perdida. São Paulo, Global, 1981.
ASSIS, Chico. — Onde está meu filho? História de um desaparecido Político. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
ENCICLOPÉDIA MIRADOR. — Livro do Ano 1985.

JORNAIS, REVISTAS E PERIÓDICOS

O Estado de São Paulo
Jornal do Brasil
Última Hora
O Globo
O Pasquim
A Razão — S. Maria — Rio Grande do Sul
Jornal de Brasília
Zero Hora
Folha de São Paulo
Correio Braziliense
La Mañana — Montevidéu
El Pais — Montevidéu

Revista Veja
Revista Manchete
Revista Afinal
Pesquisas feitas nas Bibliotecas do Senado e Câmara Federal.

SUMÁRIO

b. Recepção ao Presidente Uruguaio
c. A Despedida do Presidente
d. Foi um choque: fui usado

Nona parte
DESMENTINDO A DEPUTADA
1. Quem são eles deputada?
2. O amigo morto a pancadas
3. O encontro que não houve
4. Palavras contra palavras
5. Trinta, não. Dezoito deputada
6. Um ano, não! Dezoito dias
7. A VAR-PALMARES e as Ações Armadas
8. Presidente: “fui torturada por ele”
   a. Os pais
   b. A advertência dos pais
   c. A declaração da representante do Juizado de Menores
   d. As declarações de MAX

Décima parte
ENCERRAMENTO
Palavras Finais